



14º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES

FeminismoS AfricanoS – Construindo alternativas
para as mulheres e para o mundo através de um
corredor de saberes que cuida e resiste

Anais do
Congresso

19 a 23 de Setembro de 2022
Maputo, Moçambique





**14º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES Feminismos Africanos –
Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um
corredor de saberes que cuida e resiste**

ANAS DO CONGRESSO

Organização



Realização



Apoio



Ficha técnica:

Título: Livro de Resumos 14º Congresso Mundos de Mulheres

Ano: 2023

Composição e Edição geral: Unidade Editorial da Revista Científica da UEM

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Reitor: Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior

Vice-Reitora Académica: Profa. Doutora Amália Alexandre Uamusse

Vice-Reitor para Administração e Recursos: Prof. Doutor Joel das Neves Tembe

REITORIA

Praça 25 de Junho, Caixa Postal 257

Telefone: (+258) 21 427851

Fax: (+258) 21 326426

Maputo – Moçambique

www.uem.mz



COORDENAÇÃO GERAL

Isabel Maria Casimiro

Centro de Estudos Africanos (CEA/UEM), Moçambique

Gracinda Mataveia

Directora do Centro de Coordenação dos Assuntos de Género (CeCAGe/UEM), Moçambique

Nzira de Deus

Directora Executiva Fórum Mulher, Moçambique, Moçambique

Graça Samo

Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Moçambique

Emília Nhalivilo

Reitora da Universidade Pungué, Manica, Moçambique

COMISSÕES DE TRABALHO

Arte e Cultura

Contato: artes.cultura.mm22@gmail.com

Aida Chiau

Evanise Gomes

Laurisa Farias

Tassiana Tomé

Científica

Contato:

comissaocientifica14mm@gmail.com

Ana Piedade Monteiro

Catarina Casimiro Trindade

Catarina Martins

Ezra Alberto Chambal Nhampoca

Hélder Pires Amâncio Paola

Diniz Prandini.

Roselete Fagundes de Aviz

Teresa Cunha

Teresa Manjate

Vera F. Gasparetto

Programação

Crisófia Langa da Câmara

Dalila Macuácuá

Maira Domingos

Maria Feliciano Velemo

Solange Rocha

Comunicação

Contato: comunicacaomm2021mail.com

Ana Bela Bernardo

Aylton Júlio Tiago Nhaca

Ira Vovos

Jionilda Machava

Juvita Stela Alberto Ngovo

Kenpfa Mariano

Laurisa Farias

Pâmela de Amorim Martins

Paola Diniz Prandini

Vera Martins

Infraestrutura e Logística

Aleixa Tembe

Catarina Cruz

Fernanda Vasconcelos Teixeira

Hélio Maúngue

Leonilde de Jesus Maria Lumbela

Lídia Mutemba

Sara Ferreira

Felisberto Pedro Cuna

Voluntariado

Crisófia Langa da Câmara

Lázaro Cossa

Olívia Chiziane

Grupos de Trabalho

Tecnologia

Delfina Lázaro

Evanise Gomes Hélio

Maúngue

Jacinto Machava

Lídia Muthemba

Momade Aiuba

Momade Marcus Abdul

Reginaldo André Uetela

Vasco Matsinhe Júnior

Vera Gasparetto

Movimentos Sociais

Angelina Mangibire

Fuva Miambo

Graça Samo

Júlia Mpfumo

Judite Mutote

Jéssica Salomão Chilthango

Nomélia Mazuze

Nzira de Deus

Paula Vera Cruz (in memorian)

Rafa Machava

Vera Gasparetto

Saúde e Bem-estar

Aida Chiau

Emilene Souza

Ira Vovos

Jennifer Nurmahomed

Jéssica Salomão Chilthango

Universidade Pedagógica

Albino Chavale

Carla Mabote

Cláudia Jovo

Daniel Siquisse

Herieta Massango

Marta Bimbe

Rosa Chilundo

Taulia Neuara

Secretariado

Aida Chiau

Débora Speck

Lázaro Cossa

Luiza Pereira

Momade Aiuba

COMISSÃO TÉCNICA

A Comissão Técnica de realização do 14º Congresso Mundial Mundos de Mulheres 2022 na Universidade Eduardo Mondlane foi nomeada pelo Reitor e constituída pelos seguintes membros:

Supervisão da Comissão: Exma. Senhora Vice-Reitora Académica, Prof. Doutora Amália Uamusse

Profa. Doutora Isabel Casimiro - Centro de Estudos Africanos (Coordenadora)

Profa. Doutora Gracinda Mataveia - Centro de Coordenação dos Assuntos de Género (CeCAGE)
(Coordenadora - Adjunta)

Profa. Doutora Aidate Mussagy - Unidade Editorial da Revista Científica

Doutor Luís Neves - Centro de Informática

Prof. Doutor Serafim Adriano Alberto - Direcção Científica

Doutora Vera Gasparetto - Centro de Estudos Africanos

Doutora Margarida Paulo – CeCAGE

Mestre Estácio Raja – Direcção de Finanças

Mestre Mário Fonseca - Centro de Comunicação e Marketing

Lic. Nzira de Deus - Fórum Mulher

Lic. Graça Samo - Marcha Mundial

Mestre Edson Uthui – Direcção de Cultura

Mestre Duarte Patrício Rafael - CeCAGE

Lic. Tsamba Nhanengue - CeCAGE

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Antigo Reitor da Universidade Eduardo Mondlane - Prof. Doutor Orlando Quilambo

Vice-Reitora Académica da Universidade Eduardo Mondlane – Profa. Doutora Amália Uamusse

Reitor da Universidade Pedagógica - Prof. Doutor Jorge Ferrão

AGRADECIMENTOS GERAIS

Professora Doutora Joana Maria Pedro - Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff - Universidade Federal de Santa Catarina Professora

Doutora Miriam Grossi - Universidade Federal de Santa Catarina

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Aidate Mussagy e Vera Gasparetto

Colaboraram para esse processo: Aida Chiau, Catarina Trindade, Daniela Varela, Débora Speck, Lázaro Cossa, Luiza Pereira, Momade Aiuba, Pâmela de Amorim Martins e Rui José

Diagramação: Pâmela de Amorim Martins

Capa: Pâmela de Amorim Martins

Arte original do Congresso: Marilu Mapengo

Sumário

COORDENAÇÃO GERAL.....	i
COMISSÕES DE TRABALHO	ii
COMISSÃO TÉCNICA.....	iv
AGRADECIMENTOS ESPECIAIS	v
AGRADECIMENTOS GERAIS	v
ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS	v
APRESENTAÇÃO	1
MANIFESTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO 14º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES4	
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL PROFERIDA NA CERIMÓNIA DE ABERTURA DO 14º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES.....	8
INTRASECTIONALITY: BLACK WOMEN AND THE FIVE NATURAL ELEMENTS	8
<i>Raquel Lima</i>	8
COMUNICAÇÕES APRESENTADAS NAS MESAS REDONDAS RESISTÊNCIAS, PODER E CUIDAR	24
MULHERES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA	25
<i>Margarida Paredes</i>	25
PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO	31
<i>Felicidade N. Chirinda</i>	31
AGING WITH JOY AND WELLNESS: caring for our bodies and ourselves as Black women.	36
<i>Patricia McFadden</i>	36
COMUNICAÇÕES APRESENTADAS NAS OFICINÁRIAS DO 14º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES	43
ESCRITA IMIGRANTE E DIASPÓRICA NOS CIRCUITOS INDEPENDENTES: TRÂNSITOS DE MULHERES E DESCOLONIZAÇÃO DE IMAGINÁRIOS EM PORTUGAL.....	44
<i>Noemi Alfieri</i>	44
A CRÍTICA QUEER AFRICANA E AS (AUTO) REPRESENTAÇÕES DAS SEXUALIDADES NEGRAS: corpos, esportes e movimentos	47
<i>Ineildes Calheiro</i>	47
A FORÇA FEMININA NA LUTA PELO REGISTRO DO FORRÓ	51
<i>Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Carmen Lúcia Castro Lima, Carolina Dantas, Júlia Salgado e Tais Lima Costa</i>	51
A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS COZINHAS PROFISSIONAIS: Uma Reflexão Sobre a Relação entre <i>Chefs</i> e <i>Cozinheiras</i>	55
<i>Aline de Amorim Cordeiro Viana</i>	55

IMAGENS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS NATURAIS: sua influência na orientação da escolha das variantes ¹ B ₁ , B ₂ e B ₄ pela Mulher no Ensino Secundário Geral Moçambicano.....	59
<i>Ana Bela Bernardo, Eugénia F. R. Cossa e Anízia Adelina Comé</i>	59
CINECLUBINHO Ó LHÓ LHÓ: prática cineclubista com crianças e adolescentes.....	65
<i>Mariah Fonseca Alves e Gizely Cesconetto de Campos</i>	65
EQUIDADE DE GÉNERO NO SECTOR HOTELEIRO DOS DESTINOS TURÍSTICOS PRIORITÁRIOS DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE: Desafios e Oportunidades.....	68
<i>Gércia Filita Cuche</i>	68
DESLOCADOS AMBIENTAIS E DINÂMICAS SÓCIO TERRITORIAIS NOS BAIRROS DE REASSENTAMENTO: Uma reflexão sobre a vulnerabilidade da mulher	72
<i>Leonildo Belito Helena Felisberto</i>	72
COUNTERCOLONIAL FEMINIST PRACTICES, EXPERIENCES AND DISCOURSES IN CANDOMBLÉ	76
<i>Daniela Calvo</i>	76
ITABAIANA: MODERNIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E PROSTITUIÇÃO NA ‘RAINHA DO VALE DA PARAÍBA’	80
<i>Flaviano Batista Ferreira</i>	80
AQUENDA: o Pajubá como Crítica Anti-colonial	83
<i>Keo Silva e Carmen Silvia de Moraes Rial</i>	83
MULHERES NEGRAS: RACISMO E SEXISMO ACADÊMICO.....	87
<i>Rosana Vargas Fraga</i>	87
ESCREVIVÊNCIAS E DESESTABILIZAÇÕES: palavras de Mulheres Negras na	90
Literatura Pós-Colonial Portuguesa <i>Margrida Rendeiro</i>	90
PRÁTICAS SOCIO-CULTURAIS RELACIONADAS AO GÉNERO NA APRENDIZAGEM DAS RAPARIGAS 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO DISTRITO DE MARROMEU.....	93
<i>Elsa Maria Frederico Livo Ozobra</i>	93
O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: limites e possibilidades de atuação.....	97
<i>Maria Cecilia Takayama Koerich</i>	97
POLÍTICA CULTURAL E SEXUALIDADE: mercado virtual pornográfico e seus impactos sobre os direitos das mulheres	101
<i>Luísa Neis Ribeiro</i>	101
POTÊNCIAS POÉTICAS: corpos afrodiaspóricas na encruzilhada entre poesia e resistência.....	108
<i>Carla Domingues de Jesus</i>	108
VELHICES PERFORMATIVAS DE MULHERES CANTORAS: impermanências em diálogo. 112	
<i>Aline da Silva Pinto, Gustavo Roese Sanfelice e André Luiz dos Santos Silva</i>	112
REPRESENTAÇÃO DA MULHER DO SERTÃO NA LITERATURA E NA MÚSICA.....	117

<i>Marina Ribeiro de Almeida e Rafael Tonet Maccagnan</i>	117
RESISTÊNCIA, CULTURA E TURISMO: uma análise de uma associação de mulheres quilombolas no Recôncavo da Bahia.....	121
<i>Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Carmen Lúcia Castro Lima, Alexandre Martins de Souza, Camila Brandão Pires, Laís Cristina Ferreira dos Santos e Raisa Silva Cruz</i>	121
A VIOLÊNCIA, A PROSTITUIÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES	125
<i>Laura Pallarés Ameneiro</i>	125
QUESTÕES RELACIONADAS ÀS IDENTIDADES NEGRAS EM <i>AFRODIÁSPORA</i> DAS ESTUDANTES GUINEENSES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA, A PARTIR DO CONFRONTO COM O RACISMO	128
<i>Laís Rebouças de Santana</i>	128
OPRESSÃO X EMANCIPAÇÃO: o relato de uma estudante sobre racismo em um estágio não obrigatório.....	132
<i>Inamara Joice dos Santos e Andressa de Souza Santos Ferreira</i>	132
BEM-ESTAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: percursos de mulheres idosas participantes de um projeto social de dança.....	134
<i>Juliana Rita Cardoso Ferreira, Aline da Silva Pinto e Lucas Souza Santos</i>	134
MOVIMENTOS SOCIAIS E PANDEMIA.....	138
<i>Mateus Gustavo Coelho</i>	138
VIOLÊNCIA DE GÊNERO: relatos de experiências individuais nas figurações de sobrevivência!	142
<i>Lídia M. V. Possas</i>	142
REBU: ESCRIVÊNCIA NUM CURTA-METRAGEM AUTOBIOGRÁFICO.....	147
<i>Ana Cláudia Camila Veiga de França</i>	147
UM OLHAR ANTROPOLÓGICO A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM REDENÇÃO- CE.....	151
<i>Ana Paula Fonseca Braga</i>	151
SAMBADEIRAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA.....	155
<i>Clécia Maria Aquino de Queiroz</i>	155
MULHERES TRANS: disputas nos processos migratórios	159
<i>Lua Lamberti de Abreu e Eliane Rose Maio</i>	159
WOMEN BUILDING PEACE: the road to emancipation.....	162
<i>Calleja Lucie</i>	162
NA RODA DOS DIREITOS: corpos femininos entre a ginga pelo direito de existir e a cultura machista	167
<i>Amanda Silva de Paula</i>	167
DAS MARGENS NO SUL GLOBAL: reivindicações de mulheres e de pessoas com algum tipo de deficiência à política representativa.....	171

Werley Pereira de Oliveira e Maria da Luz Alves Ferreira.....	171
COVID-19 E O CUIDADO DESDE REDES COMUNITÁRIAS: as Promotoras Legais Populares no município de São Leopoldo/Brasil.....	174
Miriam Steffen Vieira e Thaís da Rosa Alves.....	174
“A COR DO PECADO” DE DUAS RAÇAS: o colorismo e gênero como encruzilhada das negras-mestiças.....	178
<i>Gabriela Machado Bacelar Rodrigues</i>	178
SERVIÇO SOCIAL, VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E ESTUDOS FEMINISTAS.....	181
<i>Teresa Kleba Lisboa</i>	181
MULHERES, MIGRAÇÃO E TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL A PARTIR DO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA?” (2015).....	185
<i>Jackeline Kojima Matias Ikuta</i>	185
MINHA MÃE ENSINOU DE TUDO NO TEAR: experiências interseccionais e repassos de fiandeiras e tecedeiras em um interior do Brasil.....	189
<i>Jéssica Marques da Costa</i>	189
A PARADIGMÁTICA ICONOGRAFIA FEMININA MOÇAMBICANA FACE AO DISCURSO DA DISMILITARIZAÇÃO E PAZ.....	193
<i>Riana Raimundo Macumbuie</i>	193
NARRATIVAS FEMINISTAS LATINO-AMERICANAS PELA IMPRENSA NAS MÍDIAS DIGITAIS: as potências dos feminismos contra hegemônicos.....	197
<i>Marilene Rodrigues Quintino</i>	197
NARRATIVAS DE DIFERENÇAS E DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS NA PRODUÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS	200
<i>Janaína Amorim da Silva</i>	200
“CAÇA ÀS BRUXAS” E RACISMO NO BRASIL: um relato de experiência.....	204
<i>Franciele Brito Barbos¹ e Elis Cristina Fiamnengue</i>	204
SER MULHER É MUITO MAIS: cartografia sobre a subjetividade de mulheres e o cuidado de si frente aos dispositivos do tratamento oncológico	207
<i>Nágila Caruline Dias Patrício da Silva, Raíssa Jeanine Nohaft e Tiago Cassoli</i>	207
IGUALDADE DE GÊNERO E A PROMOÇÃO DA MULHER NA TELEVISÃO: um olhar sobre a TVM e STV.....	211
<i>Farida Rabia Sequeteiro</i>	211
FILOSOFIAS DO CORPO: saberes tramados a partir do movimento	218
<i>Debora Campos de Paula e Renata Giovana de Almeida Martiello</i>	218
A LITERATURA MARGINAL PERIFÉRICA DE DONA JACIRA: escrita de afeto-resistência como contribuição para uma educação antirracista	222
<i>Tatiana Galieta</i>	222

ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES TRANSGÊNEROS EM MAPUTO	226
<i>Dúlcia Azarias Wacitela</i>	226
AFROEMPREENDEDORISMO FEMININO: um estudo sobre gênero e raça em Ipiaú-Bahia, Brasil	229
<i>Andressa de Sousa Santos Ferreira</i>	229
A RÍTMICA DO SAMBA DELAS: um relato de experiência.....	233
<i>Isis Carla Matos Cardoso</i>	233
HOMENS MANICUROS: ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E O PRAZER	238
<i>Ana Isabel Nobre Johane</i>	238
MULHER E AS DINÂMICAS DO COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO (MUKHERO), DE MOÇAMBIQUE PARA ESWATINI.....	241
<i>Catiça Mariza Darrussi Nacibo</i>	241
INTERSECTIONAL PERSPECTIVES IN THE WORK QUARTO DE ESPEJO: diário de uma favelada (1960) by Carolina Maria De Jesus	245
<i>Bianca Francisca da Silva Santos</i>	245
REMINISCÊNCIAS QUILOMBOLAS: MEMÓRIA DE YÁYÁ LUZIA DOS SANTOS.....	249
<i>Mirtes Aparecida dos Santos; Flávia dos Santos</i>	249
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E RESISTÊNCIAS NA DIÁSPORA ÁFRICA-SUL DO BRASIL E A LIDERANÇA DAS MULHERES NEGRAS.....	263
<i>Alessandra da Silva, Júlia Victória Lobo Pinto, Sicrune Bohn e Silvia do Socorro Lobo Rodrigues</i>	263
ROSTO E ENVELHECIMENTO DA MULHER EM DUAS REVISTAS DA IMPRENSA FEMININA BRASILEIRA	267
<i>Máira Valério Coutinho</i>	267
ACESSO E POSSE DA TERRA PARA MULHERES NO MEIO RURAL: CASO DO POVOADO DE CANDA- MOÇAMBIQUE, 2021	271
<i>Gersa João Mavume e Ernesto Jorge Macarringue</i>	271
EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE JOVENS QUE VIVEM COM DOENÇA FALCIFORME.....	274
<i>Táís Rodrigues Tesser e Elizabete Franco Cruz</i>	274
LEITURAS QUE ATRAVESSAM FRONTEIRAS, CONHECIMENTOS QUE MIGRAM: UM ESTUDO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE BUCHI EMECHETA (1970-2020).....	279
<i>Thalia Faller</i>	279
TransENEM PORTO ALEGRE, 6 ANOS DEPOIS.....	282
<i>Frões Priscila</i>	282
TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BAHIA/BRASIL.....	286
<i>Talita Wédja Felipe da Silva</i>	286

USO PROLONGADO DO MÉTODO CONTRACEPTIVO HORMONAL ORAL E A SAÚDE DA MULHER: uma reflexão sobre vantagens, desvantagens e alternativas.....	290
<i>Gércia Filita Cuche</i>	290
MINDJER I MAMÉ: O CONCEITO DE MULHER NA SOCIEDADE GUINEENSE.....	294
<i>Adilson Victor Oliveira, Lenilda da Costa Lima Oliveira e Rosalia Djedjo</i>	294



APRESENTAÇÃO

FeminismoS AfricanoS – Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um *corredor de saberes* que cuida e resiste

O MM2022 foi um sucesso! Esta é uma realidade que vivemos e ouvimos. Costurámo-lo, sobretudo nos últimos cinco, 5 anos, desde 2017, a muitas vozes, corações e mãos, acreditando na sua possibilidade apesar de muitos sinais contrários. Inundámos o campus universitário da UEM durante 5 dias de um imenso colorido, trouxemos pessoas dos vários continentes, nacionalidades, origens sociais, dos movimentos sociais, da arte e cultura, da academia, da gastronomia e doçaria, do artesanato.

Participaram presencialmente 2,256 pessoas participaram e 831 online, provenientes de 32 países do mundo. Tivemos 45 Oficínárias durante 4 dias e a apresentação de cerca de 400 comunicações orais. Houve a apresentação de cartazes de participantes do Curso de Mestrado em Género e Desenvolvimento.

O Grupo de Mulheres de Partilha de Ideais de Sofala, GMPIS, participou com um grupo de 360 mulheres de várias províncias de Moçambique, vivendo, cozinhando e debatendo paz, desmilitarização, movimentos sociais e o cuidado connosco e com a vida, em conjunto com 50 mulheres da Associação Hixikanwe^[1].

Contámos com uma feira de artesanato e alimentação com a participação de 46 artesãs e as suas artes, os seus produtos e serviços; e de produtoras de alimentos de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete, Nampula e Cabo Delgado; e muitas outras mulheres que confeccionaram e serviram refeições às e aos participantes.

Tivemos o apoio de 178 jovens voluntárias/os – 138 raparigas e 40 rapazes – distribuídos pelas diversas comissões e actividades de recepção e credenciamento, informação, equipamentos, transporte, organização da logística das Oficínárias, das Mesas Redondas e de todas as actividades de Arte e Cultura, Saúde e Bem-Estar, tradução simultânea.

Tudo começou com a recepção de uma carta endereçada pela Professora Cristina Sheibe Wolf, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do Brasil, em Dezembro de 2016,

convidando-nos a candidatarmo-nos à realização do 14º Congresso Mundos de Mulheres. Nem sabíamos do que se tratava, mas fomos informar-nos e organizámo-nos.

Meados de Dezembro de 2016 não era a melhor altura para debater e preparar a nossa candidatura, abordou-se apenas a necessidade de aceitarmos este desafio e de pensarmos o que queríamos fazer. Depois das festas do Natal e do Fim do Ano reunimo-nos no Fórum Mulher, e depois conversámos com o CeCAGe, envolvendo muitas de nós. Em Abril de 2017 enviámos a nossa proposta que foi aceite.

Participámos no 13º Congresso em Julho de 2017 na UFSC em Florianópolis onde, além de participarmos nas suas actividades em conjunto com o 11º Seminário Fazendo Género, recebemos o testemunho para a organização do 14º Congresso através da Sra Vice-Reitora Académica, Profa Amália Uamusse. Uma das actividades antes de irmos ao 13º Congresso em Julho de 2017 foi o desenho do logo tendo contado com o apoio da companheira Marilú Mapengo.

Desde o primeiro momento o Magnífico Reitor Prof. Doutor Orlando Quilambo, acreditou na nossa equipa e hospedou o 14º Congresso Mundos de Mulheres.

Preparámo-nos depois do regresso do 13º Congresso, criámos os primeiros documentos e as comissões, elaborámos a primeira proposta de financiamento a partir de um interesse de apoio da Cooperação Francesa. Participámos numa reunião do Despacho Mensal, orientado pelo Magnífico Reitor, apresentando aos dirigentes da UEM a nossa proposta para o 14º Congresso e um pequeno documentário do 13º MM, revelando à direcção da UEM quais os nossos propósitos.

Realizámos as reuniões da coordenação geral e das comissões, preparámos o lançamento do Mundos de Mulheres em Dezembro de 2019, convencidas da necessidade de activar a chamada de atenção para o congresso. Contámos com a participação da feminista Patricia McFadden, do Reino de Eswatini, que nos brindou com a sua presença neste congresso.

A partir de 2020 com o Covid tomámos consciência da impossibilidade de realizar o congresso presencialmente, decidindo adiar para 2021. Entretanto, o nosso interesse por um encontro presencial levou-nos a adiar de 2021 para 2022, o que nos pareceu uma decisão acertada.

Em Dezembro de 2021, a Sra Vice-Reitora Profa Doutora Amália Uamusse, propôs a realização do evento para a semana intercalar, em Setembro de 2022, bem como a criação de uma comissão Técnica de Preparação do 14º Congresso, composta pelos membros da Coordenação Geral e das direcções da UEM com vista a combinar esforços para um evento coordenado a nível da UEM.

Durante o ano de 2022 realizámos várias actividades de mobilização de diversos sectores da sociedade, para além das actividades normais das variadas comissões. Retocámos o logo para o aproximarmos da linda capulana em tons laranja, vermelho, violeta, amarelo e branco.

A caminhada não foi fácil, mas o resultado foi inesquecível!

Agradecemos a todas e todos voluntárias/os que conosco participaram neste evento, a Vera Gasparetto, docente da UFSC, desde o primeiro momento conosco, a Pamela Martins e a Vera Martins, também da UFSC, as companheiras brasileiras Laurisa Farias e Paola Prandini, o Aylton Nhaca, a Kempfa Mariano, e a Juvita Stela Ngovo, da comunicação e informação, a Cristina Toribio, doutoranda, de Espanha, e tantas e tantos que acreditaram em nós.

Continuaremos em marcha até que todas estejamos livres!

Isabel Maria Casimiro

Coordenação Geral do 14º Congresso Mundos de Mulheres

☐ Palavra na língua Changana do Sul de Moçambique que significa ‘estamos juntas’



MANIFESTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO 14º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES

Nós, mulheres activistas estivemos presentes no 14º Congresso Mundos de Mulheres, decorrido de 19 a 23 de Setembro de 2022, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), ligadas a diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil moçambicana, viemos a público expressar a importância da realização do evento em Moçambique e o legado que deixa para o país e é levado para o mundo a partir da reflexão de como nos inserimos no processo e de como o processo é afectado por nós a partir de uma construção e de lutas históricas, com as que vieram antes de nós, as suas resistências e existências. Trazemos aqui a emoção, a alegria e a intensidade do que significou o movimento de construção e a realização do Congresso.

O 14º Congresso Mundos de Mulheres foi um espaço de fortalecimento pessoal e colectivo, onde juntamos o activismo, a academia o artivismo moçambicano ao mundial, num espaço de troca de experiências, fortalecendo a aprendizagem, buscando conexões entre histórias, países, vidas, lutas, afectos e deixando um legado para os feminismos africanos e transnacionais, pois percebemos que os desafios e problemas que enfrentamos como mulheres em todo o mundo são comuns e colhemos muita experiência a ser aplicada na defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras formais e informais, mulheres de base, camponesas, mulheres vivendo com HIV-sida, mulheres com deficiência, jovens, artistas, populações Lgbtqi+ entre outras. A inclusão da mulher na história das lutas, inclusiva das lutas de libertação em África.

Tudo começou há décadas, séculos, mas continuou e continua com a força de cada uma de nós. O encontro da nossa história em Moçambique com o Mundos de Mulheres deu-se em 2016, em Dezembro, quando recebemos no Fórum Mulher uma reunião híbrida com o objectivo de uma conversa sobre a passagem do evento para Moçambique. Dali para cá foram muitos e muitos dias, horas, viagens, encontros presenciais e online, conversas, aproximações para

agregar forças e construir o caminho que culminou no grande (re)encontro que foi o 14º Congresso Mundos de Mulheres, em Maputo.

Para nós, activistas, militantes, companheiras, marcou-nos muito entrar no espaço da UEM, pois é um lugar onde muitas de nós pensávamos que nunca poderíamos entrar. Sentimo-nos muito bem recebidas e acolhidas. Foi concordado “que não há doutora, ministra, há mulheres”, rompendo com a ideia de que as universidades são espaços exclusivos para académicas/os.

Foram múltiplos e grandiosos os espaços de reflexão, como a Tenda, as Oficinárias, a Feira, o Acampamento das mulheres do centro e norte que marcaram a nossa interacção e celebração dos mundos de mulheres. Lugares de encontro para que cada movimento, organização, pessoa se expressasse e se somasse na visibilidade das lutas, vozes, lugares, corpos, existências, agendas, pautas, diversidades. Foram dias de muita emoção que nos cativaram pelo colorido, pela diversidade, pelo calor. O que aprendemos e levamos para nós é o quanto foi importante Moçambique acolher este congresso, pois mostramos a nossa diversidade, conhecimento e capacidade de organizar um evento dessa grandeza.

O Congresso superou as nossas expectativas, pelo facto de percebermos que contribuímos para a sua construção, com a nossa história e protagonismo, que constituem o Mundos de Mulheres. Podemos sentir-nos felizes e vitoriosas, pois conseguimos fazer um evento inclusivo, acolhedor, bonito e do nosso jeito, o que fortalece o acreditar em nós mesmas, na nossa força, determinação, alegria, empoderamento e coragem. Destacamos a horizontalidade no processo organizativo, onde buscamos o mesmo propósito, visão e empatia com cada uma de nós, as suas diversidades, agendas de lutas e como queremos seguir.

Muitas mulheres quebraram o seu silêncio... Estavam em pensamento e carne. No Mundos de Mulheres tivemos espaço para ensinar o que sabemos e, aprender o que não sabíamos bem como mostrar o que somos. Ensinamos e aprendemos temáticas variadas, em diferentes línguas (inclusive a de sinais), afectos e sorrisos. Os problemas que enfrentamos aqui são de outros países também. A conexão das nossas energias físicas, psicológicas e espirituais leva-nos mais longe, fortalece-nos e pode ajudar a ganharmos mais cedo a guerra contra o patriarcado.

O Fórum Mulher acreditou no congresso desde a concepção, a ida ao Brasil para a recepção de testemunho, até o culminar da realização de 19 a 23 de Setembro de 2022. Esteve actuante a cada momento de avanços e recuos que acometeram a caminhada, como a grave pandemia da

Covid-19, que colocou em xeque as nossas existências, vidas e capacidades económicas. Nela provamos mais uma vez a nossa resiliência, testada até ao limite da nossa condição de dedicação e cuidado, levando-nos a pensar quem cuida de quem cuida. Foram encontros em vários sítios, com autonomia para construir a participação com expectativas e emoções, com uma garra para conseguir recursos e reunir as condições pessoais e colectivas para estar em Maputo.

Desse processo fortalecemos a nossa Agenda de advocacia em conexão com o tema “Feminismos africanos...” os eixos “Resistir”, “Poder”, “Cuidar” e “Alternativas” na busca de direitos e na luta por políticas públicas junto aos Estados, por uma vida sem violências, sem fome, com terra e teto e justiça em todos os âmbitos da existência. Sendo assim continuamos na luta por:

- justiça climática - os debates sobre a crise climática e o extractivismo reiteram a nossa luta e engajamento por direitos globais, em defesa da terra, corpo, cuidado e território, o acesso à terra, o cuidado ambiental, o impacto na vida das mulheres;
- pelos direitos humanos de mulheres deslocadas de guerra, pela paz e desmilitarização com a implementação da resolução da ONU, 1325, sobre Mulheres, Paz e Segurança;
- participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão em todos os espaços da vida social, bem como na construção dos Estados e das democracias;
- Combater as violências privadas, públicas e estatais contra as mulheres, meninas, idosas, contra a humanidade e a natureza, construindo alternativas feministas;
- construir os movimentos sociais e feminismos transnacionais para marchar, resistir e transformar em defesa da vida;
- inclusão e atendimento às reivindicações das Mulheres com deficiência (em especial as mulheres surdas), as mulheres em situação de violências (em particular as idosas), as mulheres vivendo com HIV/SIDA (com destaque para as mulheres trans), as Mulheres Lésbicas, Bissexuais e *Queer* (em especial com os desafios no acesso a Saúde);
- acções estatais de assistência social que atendam as diferentes populações vulneráveis e carenciadas e atendendo a demanda de quem cuida de quem cuida;
 - pelos direitos das Mulheres jovens e raparigas, na luta contra o assédio sexual e uniões forçadas; valorização das experiências das mulheres e suas contribuições para a saúde e o próprio bem-estar e das suas famílias; e
 - reconhecimento, acesso a recursos, desenvolvimento e construção de alternativas de renda e direitos para as Mulheres artistas, para mulheres do sector informal e mulheres empreendedoras, buscando formas de subsistência e rendimento através da organização das feiras de economia solidária, alimentação, Turismo Comunitário e do fortalecimento dos elos de solidariedade entre as produtoras e vendedoras.

Nossa marcha continua....

Cada uma de nós é a soma da outra e deixamos bases na história. A própria existência enquanto organizações é uma forma de resistência: eu tenho agenda, eu tenho acção, um propósito, uma pauta, uma luta, um motivo para viver, resistir e existir.

As nossas organizações, colectivos e grupos fazem pela sociedade algo muito valioso, pois ainda há muita opressão e pressão sobre a vida das mulheres e nós mulheres estarmos a sair para o espaço público é uma transformação. Somos inspiração para as netas, para as filhas, somos caminhos para outras mulheres e raparigas.

O nosso trabalho na luta por direitos necessita de ser ampliado. A caminhada precisa continuar com a união das mulheres mesmo a partir das nossas diferenças. Isso significa quebrar as fronteiras e o medo e ir mais à conversa pública, levar energia, confiança e força, criando espaço para continuar a lutar pelas vidas das mulheres.

Levamos a ideia de que nós podemos, temos vozes e capacidades. Aprendemos que não basta sermos livres, o que somos e temos, mas também estar em paz connosco mesmo para exigir do outro lado o cuidado que precisamos como mulheres, que além de cuidar queremos ser cuidadas.

Levamos a organização, a força das mulheres que nos dão o exemplo para sermos determinadas. A coragem de estarmos na rua, se expressar, sem se proibir de falar. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres, estejamos em paz e cuidadas!

Levamos as nossas lutas em marcha ao país Basco, que irá acolher o 15º Congresso Mundos de Mulheres!

Moçambique, Novembro de 2022.

Comissão de Movimentos Sociais do 14º Congresso Mundos de
Mulheres

COMUNICAÇÃO PRINCIPAL PROFERIDA NA CERIMÓNIA DE ABERTURA DO 14º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES

INTRASECTIONALITY: BLACK WOMEN AND THE FIVE NATURAL ELEMENTS

Raquel Lima

University of Coimbra, Portugal

ABSTRACT: This article is shaped by my experience on Black movements in Portugal and introduces *intra*sectionality as a concept under construction and a self-analysis tool for a political therapy that envisions autonomous organization and the rights for life, justice and peace against a system that oppresses racially and transnationally, with the objective to seek ancestral views of social and political organizations that embrace ethics of care and selfcare. This article is focused on the complementarity between *inter*sectionality and *intra*sectionality, and the application of *intra*sectionality to several actions of Black women in the scope of the anti-racist struggles in Portugal, by organizing it as a timeless collective body manifested through the five natural elements - water, fire, earth, air and ether - that can be applied to other geographic contexts and subject to more comprehensive, transversal and congregating transnational agendas.

Keywords: Activism, Africana Melanated Womanism, Black feminism, Black movements, racism.

... Definitions belonged to the definers –
not the defined. Toni Morrison, *Beloved*,
1990

INTERSECTIONALITY

The term *inter*sectionality, as coined by Black feminist scholar Kimberlé Williams Crenshaw in her article “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, can be defined as a theoretical framework for understanding how aspects of one's social and political identities— e.g., gender, race, class, sexuality, disability, etc.— might combine to create unique modes of discrimination, broadening the agenda of the first wave of feminism, which is understood as White feminism because it largely focused on the experiences of white, middle class women. It was elaborated as a tool to be used in the legal system to find combinations of injustices that

are felt by Black women, considering their marginalized context in society and their specific levels of oppression:

“I will center Black women in this analysis in order to contrast the multidimensionality of Black women's experience with the single-axis analysis that distorts these experiences. Not only will this juxtaposition reveal how Black women are theoretically erased, it will also illustrate how this framework imports its own theoretical limitations that undermine efforts to broaden feminist and antiracist analyses. (CRENSHAW, 1989 p.139).”

I read Crenshaw’s analysis as being part of a historical continuity that includes other Black women who, even before the term was coined, had already lifted the veil from the tensions that emerge when we overlap different layers of oppression over Black women, namely Sojourner Truth, bell hooks, Angela Davis, and Lélia Gonzalez. Considering the historical continuities of racism and the ways it reproduces itself in different contexts and temporalities, it also seems to be fundamental to mention the specific context in which the term *intersectionality* is coined:

“Intersectionality came of age in the twentieth century during a period of immense social change. Anticolonial struggles in Africa, Asia, and Latin America; the emergence of a global women’s movement; civil rights movements in multicultural democracies; the end of the Cold War; and the defeat of apartheid in South Africa all signaled the end of longstanding forms of domination. (COLLINS, 2019 p.1)”

These two very important quotes help us to identify the starting point and the context of *intersectionality*, although both are often erased, emptied, and relativized in contemporary discourses, since one of the great risks of this framework is that while the theory began as a survey of the oppression of Black women within society, today the analysis has expanded to include many more aspects of social identity, not considering the specifics of this double

erasure¹, nor the global context that propelled Black women to the center of a praxis that results from their self-determination and selfdefinition.

This led me to the following question: How can we embrace *intersectionality*'s legacy and develop critical tools (practical and theoretical) that can deal with the challenges of our times and contexts without erasing its starting point, its role as a project of epistemic resistance and as an intellectual, political, and ethical device not only for the autonomy of Black women, but also of Black communities and, ultimately, of society in general?

My preoccupation with the phenomenon of epistemic destitution also covers concepts such as subalternity, empowerment, representativeness, and *lugar de fala*, because once they become dominant discourses (mainstream and conservative academia, government, and media) they are relativized and return to social debates with a different configuration that abstract them from their specific starting points. But since race, gender, sexual orientation, ethnicity, nation, sexuality, ability, and age are not just categories designed to make *intersectionality* more user friendly for academic research and dominant struggles and because these terms are based on important resistant knowledge traditions among subordinated people who oppose social injustices (like political domination and economic exploitation), “it is important not just to read what theories say but also to understand how social theories work within society, especially if they claim to be *critical* social theories” (COLLINS, 2019 p. 3)” because we know that there is always the risk of using them in service of systems of domination.

While observing how *intersectionality* developed in such diverse arenas as human rights, public policy, social media, social movements, and academia, I wondered how we in Portugal are using the term and putting it into practice in the scope of Black movements, and if we are doing it at all. As critical social theories emerge within a specific context, words such as patriarchy, reproduction, forced labor, and *intersectionality*, do not necessarily manifest the same way in all contexts and it also seems necessary to question the importation, fixation, and adaptation of these categories to our specific context, in order to respect local specificities and envision more sustainable transnational networks of struggle.

¹ Although the debate over a hierarchy of oppression is controversial, I propose that it should be read from an ethical commitment that recognizes Black women who have been supporting epistemologies around their circumscribed experiences and who have seen their production marginalized institutionally in both feminist theories and anti-racist policies, evidencing a double erasure: not only by forms of social and epistemic exclusion but also by forms of rejection within their own contexts of struggle.

And yet, considering contextual differences, three of the most important things I learned from Collin's book are the essential and transversal aspects needed for *intersectionality*: **experience and social action**—thinking and acting are not separate endeavors, but are instead recursive; **dialogical engagement**—understanding it as a collective, collaborative and resistant project; **self-reflection**— not only about other people's behavior but also about our own praxis and intellectual activism.

Having that in mind, I believe that, on the one hand, we need to move forward and beyond the mainstream definition of *intersectionality* and understand how we are applying it on a practical level and towards a transformative theory and practice of justice. On the other hand, I believe that we need to move forward and beyond the mainstream critic to *intersectionality*: as being ambiguous, openended, unorganized, lacking a clear set of defining goals, without a focused agenda, or focused on subjective experiences that can lead to contradictions and the inability to identify common causes of oppression.

Consequently, three other questions emerge from this reflection: How can we shift the application of this principle from the legal system to the internal dynamics of social movements? How can we put into practice a common agenda among people who act based on different categories of oppression? And simultaneously, how do we put into practice a common agenda among people who act based on the same category of oppression? And this is how I started to formulate the concept of *intra*sectionality as a practical and theoretical framework that serves to understand endemic aspects and combinations of actions and practices, meaning within the same scale of oppression in specific social contexts, starting with Black movements in Portugal.

INTRASECTIONALITY

Intersectionality assumes that race, gender, class, and other systems of power are mutually constructed and not singularly excluded, and they should be considered by the legal system under these conditions. But what happens to our analysis when it assumes as a starting point the internal agendas, actions, and practices taken against a repressive legal system that acts upon them? If we assume the Black movements in Portugal as a collective and collaborative struggle (a body with different organs), its priorities and agendas (such as reparation policies,

the need for ethnic-racial data, the memorialization of Black history in schoolbooks and in the public space, the denounce of police brutality, etc.) would also be mutually constructed and not singularly excluded. In this sense, I propose *intra*sectionality as a tool that allows us to read these internal relationships and analyze their internal dimensions in order to sustain a healthy and fluid political body.

Despite understanding *intra*sectionality as complementary to *inter*sectionality - insofar as both share the objective of highlighting the particularities of Black women's experiences in society - I would like to explain two structural deviations between these two concepts. The first deviation is related to the political paradigms through which Black women are organizing and self-defining themselves - *inter*sectionality emerges specifically from Black Feminism and *intra*sectionality also embraces some of the principles of Africana Womanism. The second deviation concerns the focus of analysis not being, when it comes to *intra*sectionality, on the legal framework to approach the discriminations which operate to marginalize Black women, but on the action and practices of Black women to dismantle those discriminations within the scope of social movements that fall short of the legal system.

Africana Womanism is a paradigm conceptualized in the late 1980s by Dr. Clenora Hudson-Weems to provide a critical explanation of the experience of African women and women of African descent in relation to race, women, socio-economic, political, and cultural matters. Hudson-Weems introduces a global terminology – now expanded to Africana-Melanated Womanism - that places women, men, and children of African descent as one whole, both on the African continent and in the diaspora, that considers women via their actions in their community as a whole, and that prioritizes race as the central focus of liberation efforts through organic relations between Africana people (HUDSON-WEEMS, 2019 p.19).

Following Crenshaw's efforts to develop a Black feminist criticism - she considered it to be setting forth a problematic tendency to treat race and gender as mutually exclusive categories of experience and analysis - it may also experience the imposition of gender-based principles that do not encompass the nature of the violence that Black women experience as determining elements in their racially oppressed communities. Among the many virtues of Africana Womanism is the important corrective to the continuing tendency to marginalize the experiences of Black women and minimize their roles as active agents in the ongoing liberation struggle, including their ability to self-name their political organizations and to

identify the cornerstones that support their multiple cultural identities, namely ancestry, land, family centrality, community, and collective engagement.

Africana Womanism is, for me, an analytical tool that allows us to approach the statements of Black women authors, considering discursive complementarities within different militant paradigms that may have served them as support and starting points. This means that even though Crenshaw started from Black Feminism, her statements indicate a search for a place that is not limited to the accumulation of race and gender as categories of oppression, once Black women continue to be excluded from feminist theory and antiracist politics.

Considering the way Crenshaw articulates *intersectionality* and the way Hudson-Weems introduces Africana Womanism, what I find very interesting is that, going further, we could conclude that both feminism² and the single axis framework used in the legal system, not only insufficiently address the particular way in which Black women are subordinate, they also cannot encompass the way in which Black women organize their actions and practices to transform society. Because on the one hand, we may lack an Afrocentric perspective to preserve and repair ontological differences that were erased by colonial epistemicide, and, on the other hand, Black women – coming from the social group best able to challenge all forms of discrimination because of the way *intersectionality* manifests on them — cannot be considered from an isolated angle inside the legal system, but from a community angle falling short of the legal system.

Regarding the second differential aspect between *intersectionality* and *intra*sectionality - the focus of analysis not being limited to the ways in which the legal system interprets discriminations, but also including how social movements act against them - it should be noted that when I elaborate on the violence printed on Black bodies and minds (for instance,

² I write Feminism because in developing Africana Womanism, Hudson-Weems has confronted opposition from both White and Black feminists. For her, feminism is “a term conceptualized and adopted by White women, (and) involves an agenda that was designed to meet the needs and demands of that particular group. (...) as Africana women share other forms of oppression that are not necessarily a part of the overall White women’s experiences, their varied kinds of victimization need to be prioritized”. For her, there is also a “higher priority assigned to gender oppression within Black feminist thought”, which distorts the role of Black women in the construction of their communities, including Black children and Black men subject to the same dynamics of racial stratification as well as patriarchal logics that reproduce sexism within their different relationships. She is very accurate on the way she points to how the competing and monotheistic religions together with colonialism intensified the sexual division of labor and gender subordination in the pre-capitalist modes of production, harming Black people in general.

migratory and birth control policies, police brutality and spatial segregation) it is important to understand that the legal system corresponds to the concrete domain of the materialization and legalization of this violence. In the light of the historical colonial structure that supports it, thinking about the legal system in Portugal (and in a transnational level) implies understanding the institutionalized disregard of Black communities' rights, considered as objects to be qualified by those who exercise their "property" rights since the times of slavery. Historically deprived of legal protection and considered as non-participating bodies in the promotion of citizenship, the articulation of Black women is in most cases strengthened outside the legislative scope and towards their communities. These forms of resistance have always implemented models of dignity that fall short of representations of the legal system or outside the explicitly institutional standard. However, these resistance regimes that could be easily read as anti-legal never cease to promote dialogues and challenge the government under the assumption that constitutional conflicts may broaden norms, create new rights, and guarantee justice.

Nonetheless, as Crenshaw demonstrates, there are a number of cases in which courts have refused to recognize Black women's claims since they do not certify Black females as class representatives in race and sexual discrimination lawsuits, and "In these cases the tendency seems to be that no driver is held responsible, no treatment is administered, and the involved parties simply get back in their cars and zoom away" (Crenshaw 1989, 139). So, for her, *intersectionality* could include Black women's situations and chances in life in the equation, disregarding the identifiable cause of their difficulties, meaning that the oppression of Blacks cannot be significant when it is only based on race and the oppression of women cannot be significant when only based on gender.

My suggestion with *intra*sectionality is that Black communities, and specifically Black women, cease to be defined by the categories that place emphasis on their different oppressions, and instead define them by the speeches, actions, and practices they promote in the fight against these oppressions, short of changing the legal system but in dialogue with it.

We know that there are very different discourses and actions in the scope of the Black movements in Portugal, yet reading them together provides complementary perspectives on experience, community, and, by implication, social action as a way of knowledge. Finally, it may also provide us with a strategy for focusing on what the actions and practices are that we

need to assume in an articulated struggle, and in order to construct a common agenda that can be applied legally (even if over a long-term period). For example, improvements to the nationality law, the formalization of racism as a public crime, and the need for ethnic-racial data are concrete challenges from social movements to be considered as bills and turned into law.

This is how I envisage the complementarity between *intra*sectionality and *inter*sectionality, the first being a stage of collective construction of autonomy in order to identify priorities that are essential for building the critical mass and the necessary political body for the legal application of the second. How will it be possible to discuss racial issues in Portuguese courts when racism is still not considered a public crime? How do we isolate and judge the life situations of victims of racism if they result from systemic and structural oppressions at the level of their families and communities?

This is why I chose to think of Black women not as targets, but as a political body that creates rights and transforms society. And this is also why I am not focusing so much on individuals, but more on actions and practices: to assume diversity within a common political body of struggle and production of knowledge and to situate *intra*sectionality as a project of resistant knowledge born in social movements that needs to be present both inside and outside the academy, inside and outside the legal system. It requests histories of political activism that recognize the importance of theorizing via praxis, and an endemic theoretical framework and methodology.

As Crenshaw suggests, “for feminist theory and antiracist policy discourse to embrace the experiences and concerns of Black women, the entire framework that has been used as a basis for translating ‘women's experience’ or ‘the Black experience’ into concrete policy demands must be rethought and recast.” (Crenshaw 1989, 140). So, I was wondering how to continue focusing on *intra*sectionality and Black women’s practices and actions in Portugal not from a Eurocentric parameters angle, from a linear idea of time and space, and seeking ancestral views of political organization that could also embrace ethics of care and self-care that can be adopted in a transnational level. Although I recognize the extreme importance of the self-naming and self-defining processes, what is on stake when it comes to *intra*sectionality is the ability, amongst our different movements, to put names and definitions into practice, always

questioning if the most oppressed are being contemplated or not through the different agendas of struggle.

Professor Denise Ferreira da Silva's invitation to the project Sensing Salon as a keynote speaker in the Symposium Toward a Transformative Theory of Justice challenged me to "rethink the human through the natural elements" and helped me conclude that the five natural elements were exactly the dimensions I needed to continue developing the concept of *intra*sectionality and apply it to Black movements in Portugal and elsewhere.

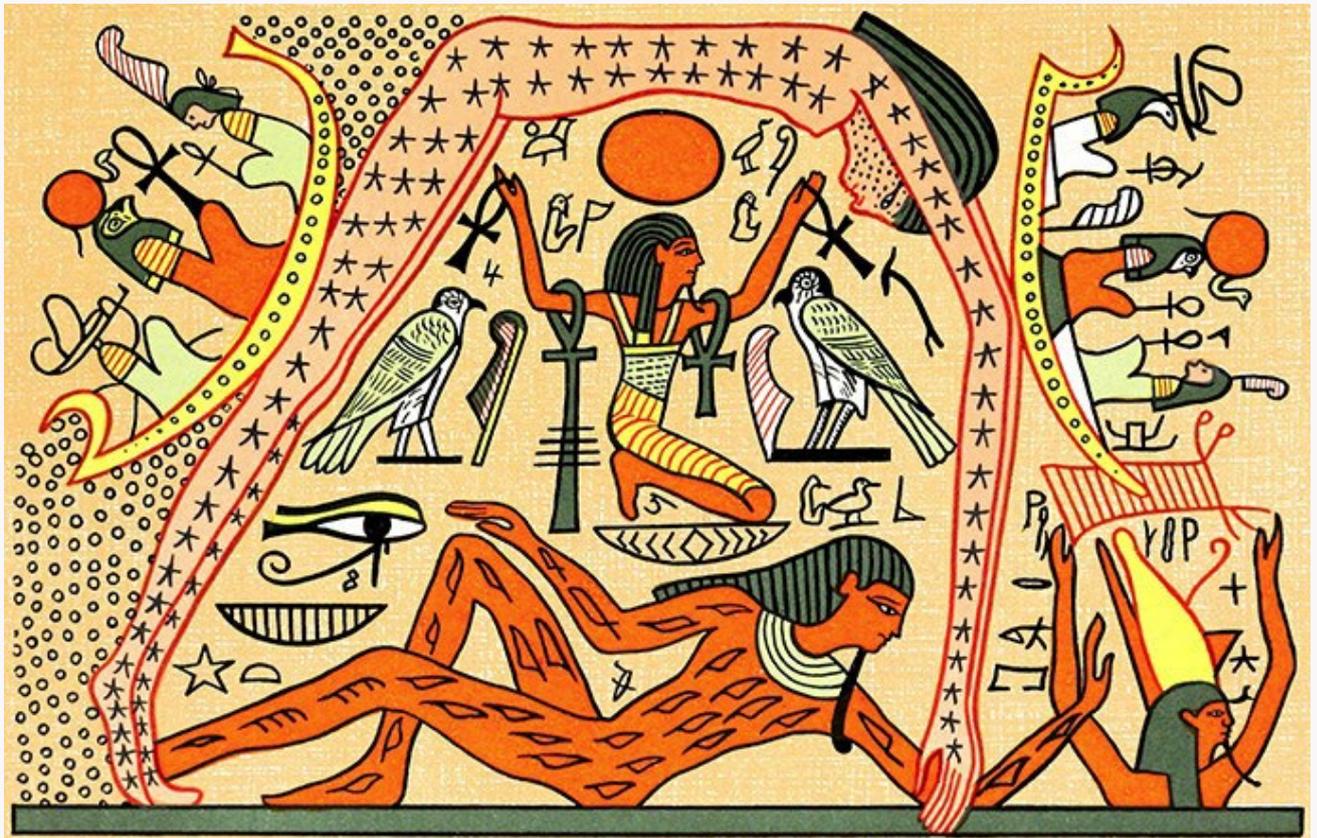
BLACK WOMEN AND THE FIVE NATURAL ELEMENTS

The five natural elements applied to Black movements in Portugal is a means of searching for "an aesthetic practice that intervenes at the fracturing moment, when the available answers, the ways of asking questions and the guides to get out of a critical situation prove to be inadequate" (FERREIRA da SILVA, 2020 p.155), a way to consider other praxis that may guide us while we act and reflect our role in the world.

In that sense we need firstly to understand the natural elements – water, air, earth, fire and ether – and the Black movements from their interdependent existence relations: all-natural elements need each other to survive, just like Black movements need every action and practice of their members to survive. Secondly it is important to understand the five natural elements out from the dominant speech of esotericism, in the popular sense of the term, which is the perception that they convey an enigmatic or unusual knowledge, always with hidden vector. Thirdly, it is interesting to consider this stereotype in the light of our systems of oppression, to understand why this knowledge has turned into mysticism, despite being at the basis of Medicine, Astrology, Alchemy, Psychology, Martial Arts, Candomblé, Umbanda, African Cosmology of the Bantu Kongo, amongst many other spiritualities, sciences and practices around the world. Thus, what anti-colonial, anti-capitalist and anti-patriarchal possibilities underlie these ancient, indestructible and unchanging basic elements that combine and manifest in all things? And how can we expand the perception of ourselves and the universe from a common ancestral ontology that may guide us to healing and autonomy?

Based on Denise Ferreira da Silva and Valentina Desideri's conclusions regarding the performance of each natural element, I added some ideas and explanations from my own research and applied them to Black movements, formulating a key question, as well as

suggesting actions and practices of Black women that may vibrate in each element, in order to imply possible articulations of struggle, by balancing different forces and energies with the ability to transform situations and materiality.



"The God Seb supporting Nut on Heaven", by E. A. Wallis Budge (1904) in the book *The Gods of the Egyptians*

Vol. II, page 96³

Considering Black women's actions and practices, individually or within anti-racist projects, transversally in time, space and the natural elements, allowed me to think about other layers of meaning and other modes of existence that connect the intellectual to the emotional, physical and spiritual, contradicting the dominant forms of knowledge that go through identifying, categorizing and mapping with the center in a subject, his/her authorship and the

³ This image shows how the four elements have been symbols to represent self-knowledge and knowledge of reality. In Ancient Egypt the god and goddess siblings called Nut, being the sky, and Geb being the earth, interconnected by water and fire.

notion of identity as we know it⁴. I believe that this approach to Black movements is particularly interesting since, in my opinion, they should be the antithesis of neoliberal logics of authority and individualization. The starting questions and concerns that were in the base of this exercise could be organized as follows:

- How can we feel, work and understand our struggle through other systems of logic as a way of subverting the status quo of knowledge production and militancy methods?
- How can we trust, effectively, the collective, avoiding the alienation that comes with the so called “social mobility” and white models of success?
- How does the constellation of practices that have sustained Black movements in Portugal over the centuries, allow us to work the energy of resistance and healing in our present moment?⁵

My main concerns started from the realization that we are living a particular moment of ideological turning point with the extreme-right movements gaining terrain globally, and the intuition that struggling in darkest times implies us to grasp other conceptions of time and space, and ancestral views of social and political organization that embrace ethics of care and selfcare.

Intrasectionality, by proposing that different approaches in the anti-racist struggle are interconnected from an ancestral cosmic order based on the elements of nature, allows us to glimpse, on a practical level, the way our actions are related to each other and therefore how we can strengthen agendas and set priorities, through a management of time and energy that assumes this complementarity as an essential constitutive element. It is essential to mention that, precisely because it is an ancestral knowledge, we already act according to an *intrasectional* logic, in an intuitive more or less conscious way, but the challenge here is to refine the method and apply it in a practical and collective way within the scope of anti-racist

⁴ Noting that, memory is a battlefield for us, since we coexist with dominant rules of pacification, assimilation, silencing, invisibility and erasure of our agency as Black women, so it is, of course, important that we protect our authorship as individuals and within the collectives we organize. For a more exhaustive mapping of Black women acting in Portugal since the beginning of Black movements, I suggest the article “Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos” by Cristina Roldão in *Público*, where she reminds us that we need to weave the genealogy of Black feminism in Portugal and its articulations with other movements, to tell the story of Portuguese Black women as political and knowledge subjects. ⁵ For this topic, I suggest the article “The origins of the black movement and anti-racist struggle in Portugal in the twentieth century: a generation from 1911-1933” in *Buala*, by Pedro Varela and José Pereira.

militancy. So, although this article suggests a first outline of relationships between natural elements and specific actions and practices of Black anti-racist women in Portugal, the development of *intra*sectionality will only make sense as common praxis.

After I accepted Denise Ferreira da Silva's challenge to "rethink the human through the natural elements" in the scope of Sensing Salon in the beginning of 2020, she presented me some conclusions from the work she has been developing with Valentina Desideri around practices like tarot, reiki, astrology, political therapy, philosophy, etc. Among their questions and suggestions there were key ideas for each natural element – AIR: abstraction, formal cause, interpretation, shape, power as rule; EARTH: motion, generation, material cause, raw material, consolidation, power as oppression; WATER: Distillation, relation, efficient cause, nutrient, extraction, power as relation; FIRE: transubstantiation, final cause, creation, beginning, power as energy – to which I later added the fifth element ETHER: control and mastery of creation through thought, explanatory cause, perfection, power as resistance.

During my research on natural elements throughout histories, sciences and spiritualities, I was particularly interested in the idea that power can manifest itself through the elements in different ways and wondering what would be the key question that Black women were trying to answer through their actions, for each case.

In the case of AIR, considering that power manifests as rule, the question would be '**How to subvert the rule?**' And since this element can be activated to develop intelligence and rationality, memory and verbal and bodily ability, expanding and moving energy, and dealing directly with the mental issue, I considered here the actions and practices from intellectual work through academia and the arts, based on epistemic resistance. For instance, Black women artists and collectives, writers and intellectuals that question academic dominant rules, official references and stablished canons, through their work; Black women coordinating research projects focused on questions of racism, colonialism, slavery and African diaspora; cultural programmers, film directors, musicians and women working on Esthetics in a political level.

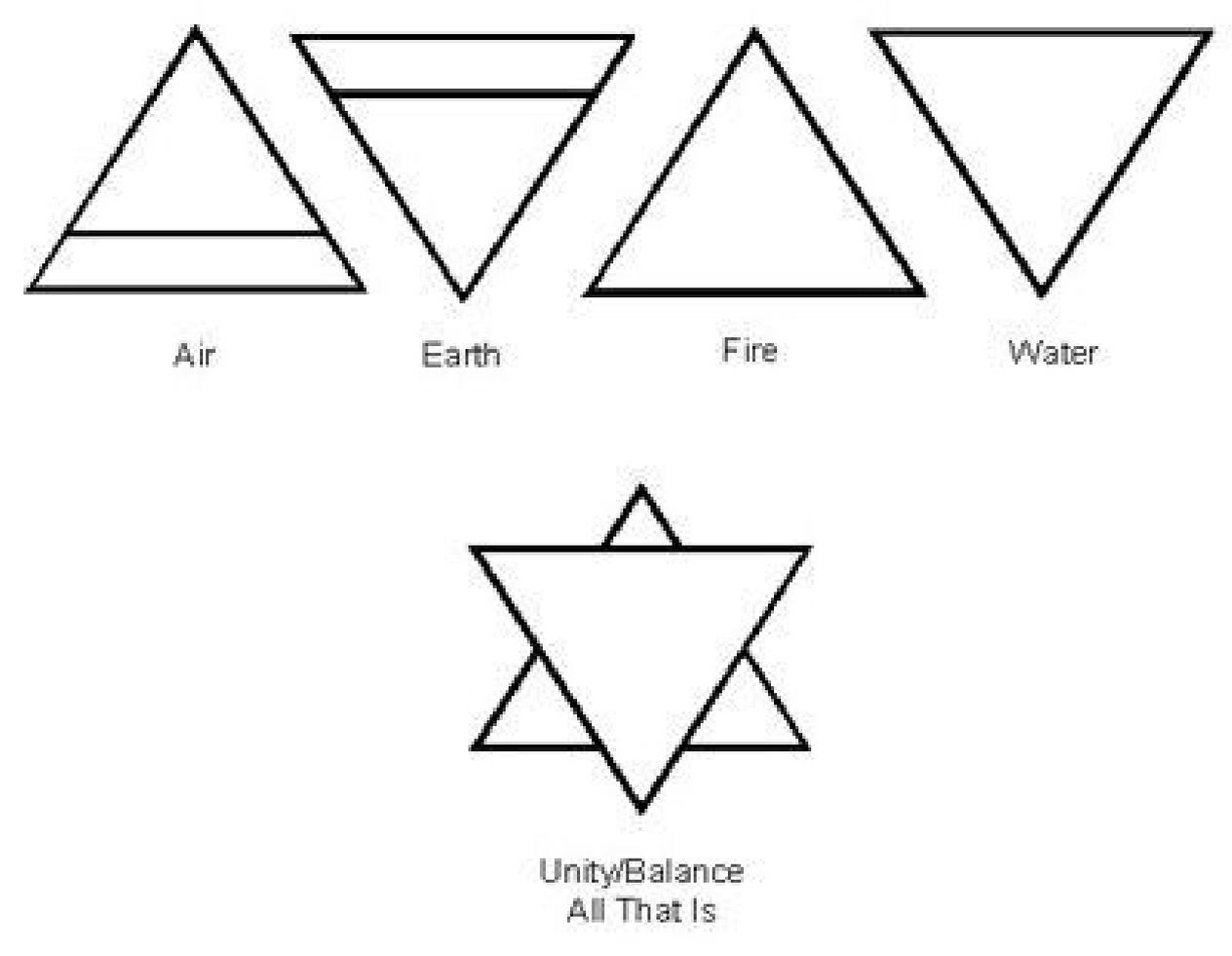
Regarding EARTH, and power as oppression, the question I found was '**How to suppress oppression?**' This element is linked to material achievements, health and work. It influences those seeking security and determination to start a new project, it sustains transformative and

healing energy and deals directly with the physical issues. For this element I contemplated the actions and practices of community work, guided by individuals and associations that work directly in the field with Black populations, namely collectives that are working within the community creating arts, texts and debating racism locally, but also mainly concerned with access to housing, food, child support, education, health, social protection and culture, by living and learning from cultural resistance in these territories. There are cases of women of the African diaspora that were part of the countless Black brotherhoods in Portugal, between the 17th and 19th century, protecting their members by purchasing manumissions, guaranteeing financial support, reporting abuse and claiming the interests of the Black community (ROLDÃO, 2019).

When it comes to WATER and power as relation, I believe the question is ‘**How to expand relations?**’ This energy stimulates intuition and helps on practical issues such as overcoming obstacles. This is an element that symbolizes life, that feeds, that washes and drives, so I included here activities on the governmental level and other institutions that regulate power forces and justice. I considered Black women’s anti-racist actions in relation with municipalities, tribunals, the Ministry of Justice, Ministry of Culture, the Parliament, the National Institution of Statistics, the High Commissioner for Migrations, the State Secretariat for Citizenship and Equality, among other institutions. When it comes to power as relation, I also included the opinion-makers, journalists, influencers, and multimedia platforms trying to assert their selves as powerful and radical tools at the service of the struggle for the rights of people of African descent and against racism.

In relation to FIRE and power as energy, I asked ‘**How to maintain the energy circulating?**’ The vibration of the element fire gives more enthusiasm and optimism and is potentially used to transform the feeling of discouragement, to motivate actions in the moments of putting goals into practice and even increases creativity and good humor. It symbolizes the living spirit, purification and light. It is the purifying energy that deals directly with the questions of destiny. Here I assumed the actions and practices from domestic workers, cleaning women and other marginalized activities subject to informality and economic exploitation. These are the only areas in which Black women are not underrepresented in Portugal, which tells us a lot about historical continuities of slavery and the importance of an intergenerational dimension of politicization in our common struggle.

One of the examples of *intra*sectionality putted into practice was a public demonstration, a petition, a meeting with members of power and an effective victory, in the 18th century, by a group of Black women, many of them enslaved, that took the streets of Lisbon to protest against the payment of a tax on their income. They signed a petition, were heard by the Queen, and the Queen gave them reason, more than 300 years ago (Farnsworth and Cardim 2019). Of course, this type of achievement, in this context, implies alliances with other sectors of society, but what I think is fundamental is the way in which the five different elements are in constant action and articulation so that the transformation takes place.



Ancient Egyptian symbols of the elements⁵

⁵ This image suggests me that ancient narratives and symbolisms shouldn't be taken literally but applied as knowledge that we can use to improve the quality and condition of our lives. In this particular case, Black movements in Portugal, and in a transnational level, can benefit from readings that broaden their understanding of the principles of unity and balance that underlie them.

This example demonstrates that Black women's activism in Portugal cannot be read in a temporal linearity, since the historical continuities compel us to repeat the same forms of action until today. However, it also informs us about the presence of ancestral “technologies” like ETHER, the energy for healing processes, the neutral state for perfect health and condition, the control and mastery of the four elements, the creation through thought and the explanation for all things. And if ether is the power as resistance, Black women may manifest it consciously while answering the question ‘**How to resist?**’

I started to formulate the concept of *intra*sectionality as a practical and theoretical framework that serves to understand aspects and combinations of actions and practices within the same scale of oppression in specific social contexts, starting with Black movements in Portugal. *Intra*sectionality has to do with self-determination, with the definition of our priorities and the choosing of our own tools in the process of getting more connected with each other overpassing the dominant dynamics of white supremacy, such as competition, authority, individualism, and other mechanisms created by dominant logics of oppressing and struggling. It is about being able to glimpse other forms of existence and learn to look at other meanings and readings that allow us to think and feel our movements as practices of healing and care.

Because we cannot seek power without change and transformation, the main purpose of *intra*sectionality as a framework is the possibility of being applied in practice, through militancy networks carried out by diverse groups of Black women, in a horizontal and pragmatic approach, in which we can discuss and work on specific agendas of struggle.

REFERENCES

- Cacey, B. Farnsworth, and Cardim, Pedro. 2019. “Mulheres em luta. Em 1717 as empregadas africanas de Lisboa saíram à rua e a Rainha deu-lhes razão” in *Rebeldes e Resistentes – VII*. Lisboa: Expresso. <https://leitor.expresso.pt/diario/sexta-62/html/caderno1/temas-principais/mulheres-em-luta.-em-1717as-empregadas-africanas-de-lisboa-sairam-a-rua-e-a-rainha-deu-lhes-razao->
- Crenshaw, Kimberlé. 1989. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics” in *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8
- Collins, Patricia Hill. 2019. *Intersectionality as critical social theory*, North Carolina.
- Ferreira da Silva, Denise. 2020. “Práxis (Po)ética” in *Fórum do Futuro: Vita Nova*. Berlim: Bom Dia Boa Tarde Boa Noite.
- Hudson-Weems, Clenora. 2019. *Africana Womanist: Reclaiming Ourselves*. New York: Routledge.



Roldão, Cristina. 2019. “Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos” in Público

<https://www.publico.pt/2019/01/18/culturaipilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contarnos1857501>

Pereira, José, and Varela, Pedro. 2019. “The origins of the black movement and anti-racist struggle in Portugal in the twentieth century: a generation from 1911-1933” in Buala. <https://www.buala.org/pt/mukanda/as-origens-do-movimento-negro-e-da-luta-antirracista-emportugal-no-seculo-xx-a-geracao-de-1>



**COMUNICAÇÕES APRESENTADAS NAS MESAS
REDONDAS
RESISTÊNCIAS, PODER E CUIDAR**

Mesa Redonda

RESISTÊNCIAS

MULHERES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA

Margarida Paredes

Antiga Guerrilheira do Movimento Popular de

Libertação de Angola (MPLA)

O trabalho que hoje apresento sobre as “Mulheres na Luta de Libertação em Angola” não pode ser lido sem a tradução cultural do contexto social que o produziu. Em Antropologia o campo que se escolhe não é neutro e tem a ver com a história pessoal do pesquisador. A minha experiência biográfica, contra a corrente da cultura colonial dominante no fim do Império português, pode ajudar a clarificar a minha escolha do terreno. Porquê Angola, porquê as mulheres ex-combatentes? A experiência tem este carácter vinculativo, eu estava lá, numa guerra que uns chamam de Luta de Libertação e outros, Guerra Colonial, dois lados de uma mesma guerra, na qual não estive ao lado do meu país, Portugal, mas sim ao lado dos angolanos no Movimento de Libertação, MPLA, ao qual aderi em 1973 com 19 anos.

A história contemporânea de Angola é indissociável das Lutas de Libertação anticoloniais, Lutas protagonizadas por 3 Movimentos de Libertação diferentes, o MPLA, a UPA/FNLA e a UNITA que lutavam contra a potência colonizadora, Portugal, mas também lutavam entre si, o que torna a História das Lutas de Libertação em Angola muito complexa.

Um dos aspetos mais marcantes das Lutas de Libertação foi a participação das mulheres como combatentes e guerrilheiras.

Nas revoltas fundadoras do moderno nacionalismo angolano em 1961, o ano de todas as revoltas, as mulheres também estiveram na Baixa do Kassange na revolta dos trabalhadores do algodão, no ataque às prisões coloniais no 4 de Fevereiro, ou na revolta camponesa do 15 de Março no norte do país.

Com o fim da ditadura em Portugal, depois do 25 de Abril de 1974, em Angola as mulheres, sobretudo as estudantes rumaram em direção aos CIR's, Centro de Instrução Revolucionária das FAPLA ou aos Campos de Treino da UNITA e participaram nas Guerras por Luanda antes da Independência.

Na ausência de estudos sobre as ex-combatentes, no meu trabalho centrei-me no resgate de memórias e das Histórias de Vida destas mulheres através de entrevistas, para interpretar o conhecimento cultural e social desta comunidade. Acredito que a principal contribuição do meu trabalho foi o facto de resgatar as vozes e memórias das ex-combatentes, é preciso ouvi-las e perceber quanto os seus caminhos tão diferenciados têm sido transformadores das suas vidas e da sociedade. Para entender o papel das mulheres angolanas hoje em dia, o peso simbólico e político que as ex-combatentes têm, é preciso entender o que fizeram na Luta de Libertação.

A ideia de estudar as dinâmicas criativas e reconfigurações sociais das mulheres combatentes durante a Guerrilha foi inspirada em Frantz Fanon, que considerava a Luta de Libertação um meio importante através do qual o colonizado recuperava a sua agência e dignidade, “A Violência é uma Força Purificadora”, dizia Fanon que foi inovador ao sugerir que a violência revolucionária também era uma condição transformadora das mulheres.

Como hipótese central do meu trabalho argumento que a participação das mulheres nas Lutas de Libertação reforçou a luta pela emancipação feminina e a igualdade de género ao assumirem papéis que lhe estavam interditos anteriormente como a militarização. A guerra foi aproveitada para as mulheres se empoderarem e ocuparem novos espaços sociais no contexto de um sistema social de dominação masculina, tendo conduzido posteriormente no pós-independência a leis que promoviam a igualdade de género, como a incorporação militar para ambos os sexos na 1ª República e a participação das mulheres nos órgãos de soberania nacional.

As experiências das mulheres nas Lutas de Libertação levaram a maior parte das ex-combatentes a declinar o anonimato e a reclamar visibilidade na reconstituição histórica desse passado, exatamente como os seus companheiros de armas têm sido incluídos na história anticolonial e nacionalista. O desejo de protagonismo insere-se também na consciência subjetiva que as veteranas têm de que o reconhecimento das suas participações na Luta de Libertação contribuirá para alcançarem uma maior representatividade política. A frase recorrente #O que o homem pode, a mulher pode”, expõe a recusa da hegemonia masculina e sublinha o direito à igualdade social.

Angola tem a particularidade de a figura de maior relevância da sua História ser uma mulher, a guerreira e rebelde Njinga Mbandi, soberana do Ndongo e da Matamba, monarca que se revelou um exemplo de resistência contra a ocupação colonial portuguesa no séc XVI e XVII e que foi uma fonte de inspiração para as guerrilheiras das Lutas de Libertação.

Separadas por um arco temporal de mais de trezentos anos Njinga Mbandi e Deolinda Rodrigues, guerrilheira do MPLA, lutaram contra o mesmo inimigo, o colonialismo português. No MPLA, durante a Luta de Libertação, a emancipação das mulheres era subordinada à prioridade da libertação nacional e o movimento não incorporava a análise de “opressão de género” na sua perspetiva ideológica marxista. O contexto social da luta era de dominação masculina o que levou Deolinda Rodrigues a subverter a ordem dominante para se construir como uma “camarada de luta”. Luta que se configurou como um espaço de reinvenção de si própria, obrigando-a a romper com valores ligados à feminilidade e exigindo lhe atributos considerados masculinos como autoridade, decisão, força, coragem, bravura e violência. Deolinda refugiou-se nos EUA e correspondeu-se com Martin Luther King. Posteriormente Deolinda e outras cinco guerrilheiras da coluna Camy foram as primeiras mulheres a manejar armas no MPLA, tendo sido por iniciativa de Deolinda que as mulheres começaram o treinamento militar em 1966 e posteriormente participaram formalmente da guerrilha, no maquis. Deolinda foi assassinada pela FNLA em 1968.

A 4 de Janeiro de 61 iniciou-se a 1ª Revolta anticolonial na Baixa do Kassange, a revolta dos trabalhadores agrícolas coagidos a vender o algodão e a sua força de trabalho à Cotonang, uma empresa monopolista. Elisa Kapunga que participou na revolta relatou os abusos coloniais: ...o português andava a nos escravizar muito, sempre com o chicote atrás, mesmo doente tinha que ir na tonga, era muito sofrimento! A Revolta viria a ser brutalmente reprimida pelo exército colonial estimando-se em 10.000 mortos as vítimas da repressão portuguesa.

Engrácia Francisco Cabenha, a “rainha do 4 de Fevereiro” é a única mulher que fez parte do grupo que no dia 4 de fevereiro de 1961 atacou, em Luanda, a Cadeia de São Paulo, a Polícia de Segurança Pública e a Casa de Reclusão, com a intenção de libertar os presos políticos detidos em 59 e 60 pelo Estado colonial. O protagonismo que Cabenha conquistou coloca-a hoje num lugar único como sujeito histórico e legitima-a para emergir no espaço público como figura heroica.

As mulheres também participaram na revolta camponesa do 15 de Março de 61, destinada a libertar as terras dos povos do Norte de Angola, ocupadas e exploradas pelos colonos portugueses. A luta popular foi dirigida pela UPA, União das Populações de Angola. O depoimento da guerrilheira Ana Maria Fernandes, revela – “Lá na minha aldeia, as mulheres neste dia não foram, mas disseram, Nós estamos prontas a dar os nossos filhos para combater.

Os nossos maridos e os nossos filhos. Então foi esta a primeira ação que as mulheres tomaram”. Esta participação das mulheres como “mães patrióticas”, oferecendo os maridos e filhos à resistência, é outra das frentes de combate nas guerras Lutas de Libertação. Ana Maria fugiu à repressão colonial e esteve 8 anos na mata, fez treino militar na FNLA e entrou em combates.

Enquanto os Movimentos de Libertação lançavam ofensivas a partir dos países vizinhos onde foram acolhidos, no interior de Angola, nas cidades resistia-se à repressão colonial em organizações políticas e culturais clandestinas. Ruth Adriano Mendes era estudante da Escola Comercial e pertencia a uma célula clandestina quando em 1973 foi presa pela PIDE, a polícia política do estado colonial, foi torturada e ouviu o seu algoz dizer “essas putas pensam que vão conseguir a Independência”, após o que foi enviada para o campo de concentração de S. Nicolau. No pós-Independência Ruth Adriano Mendes tem sido deputada da Assembleia Nacional em várias legislaturas.

Uma das fotografias mais divulgada durante a guerrilha apresenta uma mulher com uma arma a tiracolo e uma criança no colo a representar as “mães da revolução” e as “camaradas de armas” que combateram ao lado dos homens, uma representação ambivalente que ligava a maternidade à guerrilha. Fanon já tinha observado as relações estreitas que existem entre a estrutura da família e a estrutura da nação, falamos de nações como pátrias e dos heróis fundadores como os “pais das nações”, deixando as mulheres guerrilheiras em lugares tradicionalmente femininos. Durante o trabalho de campo entrevistei as veteranas do MPLA, Rodeth Gil, Jovita Nunes, Maria Paím, Bernarda de

Jesus e através de fontes secundárias também me debrucei sobre as histórias de vida de Luzia Inglês, Mambo Café e Luzia Sebastião após o que concluí que as mulheres que lutaram têm consciência do peso das suas contribuições nas lutas de Libertação e do seu potencial político e desafiam as bases e as definições dos papéis tradicionais de género. As raízes da emancipação feminina e da igualdade de género em Angola foram lançadas na luta anticolonial quando as mulheres vestiram o camuflado e pegaram em armas.

Muitas das jovens mulheres que chegavam aos CIR's, eram adolescentes que frequentavam as escolas secundárias e que depois da recruta reivindicavam ser guerrilheiras e combater mesmo contra as ordens da Direção Política que as queriam em lugares tradicionalmente femininos nas guerras. O lugar que agenciavam ocupar dependia do voluntarismo pessoal, mas em todas as

frentes a negociação traduzia uma lógica coletiva contra políticas discriminatórias de gênero, as jovens mulheres queriam ser guerrilheiras.

Ao contrário de Moçambique e da FRELIMO, a criação do Destacamento Feminino em Angola foi tardia, no início de 1975, o comando foi entregue às guerrilheiras Elvira da Conceição (Virinha) e Fernanda Digrinha Delfino (Nandi) que impuseram uma disciplina férrea e um intenso trabalho político com o objetivo de transformar um grupo de jovens mulheres com origens sociais distintas, algumas vindas das periferias e analfabetas, num destacamento guerrilheiro de elite.

Dois anos após a independência, Virinha e Nandi comandam a revolta militar Nitista no dia 27 de Maio de 1977. No rescaldo da sublevação, Agostinho Neto ao declarar que não havia perdão e não ia perder tempo com julgamentos, institucionalizou a morte e a tortura como política do estado. Virinha e Nandi foram fuziladas, Nandi grávida de oito meses foi fuzilada após o parto. A repressão ao 27 de Maio que vitimou as comandantes do Destacamento Feminino não matou, no entanto, a cultura do DF embora tenha levado à redução substancial do número de mulheres operativas no exército. Apesar do trágico desfecho da sublevação do 27 de Maio, o lastro que o DF deixou ao mobilizar, pela primeira vez, uma identidade militar coletiva legitima o lugar das mulheres no exército e confirma o processo de feminização das forças militares e militarizadas em Angola.

A contribuição de Josefa Batacuchi, uma mulher lésbica nas FAPLA, o exército guerrilheiro do MPLA, alarga o foco da investigação para além do universo heterossexual – universo onde a heterossexualidade exclusiva é uma alegoria que enforma a ideologia nacionalista, sancionada pelo Estado e pelas igrejas, que invisibilizam as relações lésbicas, gays ou bissexuais e que tem conduzido a uma cultura heterossexista onde a existência de relações do mesmo sexo é silenciada. Josefa Batacuchi, a malograda guerrilheira foi assassinada quando era FAPLA por causa da sua identidade sexual.

Tentei encontrar respostas para a invisibilidade das mulheres na guerrilha e perceber como esse ato deliberado de exclusão e discriminação se reproduz, sob o argumento machista enunciado por um oficial das forças militares que me disse, “num país onde quase todos os homens combateram, as mulheres não são importantes”. Em sentido contrário, observei as estratégias de resistência das ex-combatentes, como recusam que as suas vozes sejam silenciadas e lutam pela igualdade. As transformações sociais e políticas dos últimos anos têm propiciado

alternativas de poder mais emancipatórias e estão a afirmar a construção na sociedade angolana de um Feminismo pós-Independência.

Hoje em dia, existe em Angola um terreno de negociação social muito produtivo e inovador com a mulheres exigindo mais direitos e políticas Feministas. A OMA é uma organização de massas político-partidária que surgiu durante a guerrilha em 1962, que tem conseguido impor à direção do MPLA, o partido no Poder há quase 50 anos, políticas de maior igualdade de género, através de ações afirmativas e cotas para as mulheres. A direção também tem sido pressionada pelos compromissos assinados com as agências internacionais como a ONU, SADC ou Plataforma de Beijing a implementar políticas públicas que têm reduzido o Gender Gap e têm instituído uma abordagem feminista a nível das práticas e do discurso. Infelizmente desde que as militantes da OMA deixaram de se tratar como “camaradas da OMA” e se identificam como “Mamãs da OMA” colocaram-se num lugar de inferioridade em relação aos homens do Partido MPLA.

Em sentido contrário, herdeiras do exemplo e da cultura das ex-combatentes e guerrilheiras das Lutas de Libertação anticoloniais, como Deolinda Rodrigues, existe em Angola desde 2016 um movimento de jovens mulheres denominado ONDJANGO

FEMINISTA que se define como “um movimento autónomo das feministas angolanas comprometidas com uma agenda feminista transformadora e defensoras dos direitos humanos das mulheres e raparigas em Angola na perspetiva de justiça social, solidariedade e liberdade” e que coloca as mulheres no centro dos discursos sobre a Modernidade e que tem defendido pautas progressistas como o Direito do Aborto, através da Luta política e de grandes manifestações de mulheres nas ruas de Luanda.

Nas Associações de Mulheres, nos Partidos Políticos, nos Órgãos de Soberania, nas Forças Armadas e Policiais, nas Universidades, nos Movimentos Feministas e na Rua em Manifestações, as mulheres angolanas são sujeitas ativas do seu próprio destino social e coletivo, herança das fundadoras ex-combatentes das Lutas de Libertação.

Mesa Redonda

PODER

PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO

Felicidade N. Chirinda

Presidente do Conselho Cristão de Moçambique

INTRODUÇÃO

A palavra **PODER** tem muitos significados bons e não bons. Quando o poder é entendido como uma forma de exercer influência positiva em determinados comportamentos ou assuntos, esse poder é muito importante na vida de homens e de mulheres. É igualmente importante quando é usado para corrigir desequilíbrios e injustiças.

O poder é também importante na manutenção de relacionamentos saudáveis, no respeito mútuo, no conhecimento, na perícia e em outros assuntos relevantes.

O poder em si mesmo não é algo mau, porque sempre precisamos dele. Todavia, torna-se em algo mau quando é usado para fins obscuros, destrutivos, como por exemplo na coerção, na intimidação e noutras formas não justas.

Todos usamos o poder em vários momentos da nossa vida para o bem comum.

Silenciamento de Mulheres nas Instituições Religiosas

O poder é negativo quando é usado de forma abusiva, quando silencia a voz da mulher, quando cria normas que impedem o crescimento intelectual, vontade de singrar na vida, na liderança e em vários outros aspetos da vida e em diversos tipos de processos com o único objetivo de manipular, prejudicar, e de impedir que alguém desfrute de algo bom.

Então, que dizer sobre o uso do poder nas Instituições Religiosas, cuja moldura é maioritariamente constituída por mulheres silenciosas?

Quando Deus criou a mulher, deu-lhe a função de auxiliadora ou ajudadora idónea (Gen 2:18). Uma auxiliadora é alguém que coopera com Deus, porque é somente Deus que vem em nosso auxílio nos momentos de tribulação. A mulher é essa auxiliadora, apesar da rejeição.

Jesus colaborou com mulheres e fez elogios a muitas das suas iniciativas. Tudo mudou quando Paulo introduziu a teologia da desigualdade entre o homem e a mulher e passou a ensinar que as mulheres devem aprender em silêncio e com toda a sujeição. (I Tim 2: 11-12).

Antes da era missionaria, África venerava a mulher, mas depois que os homens aprenderam que a mulher deve estar submissa e silenciosa, a sua vida mudou drasticamente.

Para os cristãos Deus é poder, é a fonte do poder, é o doador do poder, e é quem distribui equitativamente esse poder entre homens e mulheres. Nas igrejas em geral, as mulheres exercem uma grande influência com os seus coros, coletas e outros serviços básicos mais importantes. Esse envolvimento dá-lhes visibilidade, mas não lhes dá autoridade para aceder as estruturas de tomada de decisão. Segundo Amoah (1995 p. 4), as mulheres devem unir-se para desafiar a Igreja a quebrar barreiras de exclusão nas quais se encontram amarradas.

O abuso do poder resulta de uma interpretação danosa por parte de religiosos que passaram a proclamar o poder como energia e como um recurso finito, portanto objeto a ser usado em competições fortes, violentos ou mesmo cruéis. O poder é também visto como algo a que se agarra, ao que se mantém ou se apega. Desse modo, a partilha do poder é algo ainda muito difícil para as instituições religiosas.

Todavia, existem instituições que defendem que o poder pode ser partilhado sem se perder a autoridade. Porém, não há clareza de como é que essa partilha pode ser feita, nem existe vontade de se criar espaço para uma reflexão sobre como isso pode ser feito.

As reflexões acima deixam transparecer que não é fácil aceder ao poder nas instituições religiosas. Isso é verdade. O que lá existe é um jogo ao qual as mulheres não podem participar porque as regras são proibitivas e, por dentro, não há sequer vontade para que essas regras mudem. Isso está patente, por exemplo, na estrutura que coloca as esposas dos líderes como chefes de grupos de mulheres, mesmo sabendo que no seio existem muitas mulheres preparadas e capazes de levar o barco a bom porto. Essa estrutura é por si uma barreira que impede o envolvimento da maioria porque as esposas dos líderes são as únicas que podem ocupar aquele posto. As mulheres teólogas ou pastoras dificilmente podem aceder à liderança da Instituição ou mesmo para um grupo de mulheres, por mais que tenham conhecimentos relevantes, qualificação superior, habilidades e capacidades de liderança. Esta prática não prejudica apenas

um determinado grupo, prejudica todas as Instituições religiosas que são as que ainda resistem as mudanças mundiais que exigem paridade até 2030.

Formas Positivas do Uso do Poder

O poder recebido de Deus capacita as pessoas na sua missão de testemunhas do amor, da justiça e do perdão às nações do mundo.

Também transforma congregações adormecidas, através da criação de movimentos vibrantes. Uma liderança credível e responsável partilha o poder, tendo como raízes o reconhecimento de que Deus é a fonte do poder que controla a vida, recursos e seres humanos.

A administração divina requer que a liderança humana tenha em consideração a forma como os humanos exercem o poder que lhes foi conferido. É da forma como alguém exerce o poder que se consegue distinguir quem ele é. Ninguém ignora que uma administração correta do poder é aquela que restaura e eleva a moral, que valoriza as diferenças, que alimenta a credibilidade pública, que pratica a justiça e fomenta boa saúde social.

Formas Negativas do Uso do Poder

Na prática de cada dia constata-se que o poder exercido pelas lideranças nas diferentes paróquias ou congregações é sistematicamente abusado, porque é usado para fins inqualificáveis, sendo que as mulheres são as maiores vítimas. A vitimização dessas mulheres parte de desigualdades no uso do poder entre homens e mulheres preparados para o ministério pastoral como mencionado acima. Os homens estão sempre unidos na afirmação da sua dominação contra a mulher. Essa avenida é também responsável pela violência praticada contra a mulher em todas as suas formas.

Como mencionado acima, a era missionária implantou a negação da participação da mulher nos processos de tomada de decisão. Butselaar (1982 p.100), na sua pesquisa sobre a instalação da Missão suíça em Moçambique escreveu o seguinte:

“Em 1887 o missionário proibiu as mulheres de pregar nos cultos, tendo-lhes deixado a função de dirigir orações”

Essa proibição existiu até 1987, ano em que a Igreja Presbiteriana ordenou pela primeira vez uma mulher ao Ministério da Palavra.

Por sua vez, Isabel Phiri (2007 p. 49), uma professora malawiana, escreveu o seguinte:

“A igreja Presbiteriana da África Central em Malawi rejeitou algumas práticas culturais, o que libertou muitas mulheres da opressão, mas, impôs a sua própria opressão as mulheres ao manter uma teologia patriarcal que as empurrou para a periferia. Acrescentou que isso resulta do fato de o cristianismo trazido para África no século XIX, ter sido exclusivamente dominado por homens”

Os dois testemunhos reforçam a crença de que a chegada do evangelho em África mudou o tipo de relacionamentos que existiam entre homens e mulheres no Continente africano. As práticas como os missionários discriminavam a mulher eram diferentes, mas todas tinham o mesmo objetivo, excluir a voz da mulher, e, conseqüentemente, afastá-la dos processos de tomada de decisão.

As experiências das mulheres pioneiras na educação cristã e das gerações que se seguiram, mostram-nos que apesar de discriminas, elas desempenharam papéis relevantes no cristianismo que herdamos. Como consequência, na sua maioria, as confissões religiosas continuam a ter mulheres como de grupos necessários para providenciar apenas trabalhos práticos. Como forma de limitar os seus anseios, as mulheres recebem apenas uma educação básica reforçada pela palavra submissão, mesmo para as que aspiram abraçar a área teológica, o que impede dificulta a sua ascensão ao poder e, conseqüentemente, da participação nos processos de tomada de decisão.

Por outro lado, a existência de passagens discriminatórias contra as mulheres nos Livros Sagrados, aliada ao fraco domínio na interpretação das mesmas, constitui uma barreira intransponível, quando se trata da participação nos processos de tomada de decisão.

CONCLUSÃO

As mulheres sempre tiveram e continuam a ter poder nas suas veias, mas a sua participação nos processos de tomada de decisão é nula. Apesar disso, elas continuam a exercer uma liderança simbólica, mas de grande qualidade, o que lhes faculta formar etos nas suas comunidades de fé, e a criar ministérios que fazem com que as congregações sejam efetivas. Tudo isso tem sido alcançado no meio de grandes constrangimentos culturais, sociais e religiosos contra a mulher.

Por isso, cantando, dançando ou não, visíveis ou mascaradas, as mulheres têm trabalhado para a transformação das instituições religiosas e da sociedade em geral, para que possam beneficiar de um acolhimento condigno e humanizado.

O amor que nos faz “**mães de todos os viventes**”, inspira-nos para fazer deste corredor de saberes que cuida e resiste, um lugar privilegiado de análise contínua de desigualdades do género, de modo a sermos inspiradas e capacitadas na identificação de futuras ações que possam abrir as portas e podermos participar nos processos de tomada de decisão. A resolução 1325 ainda não caducou, por isso apelo para que façamos de nós pontes alternativas e seguras que levarão as mulheres para uma nova era de colaboração, de participação e de partilha do poder.

Mulher..... Nunca mais silenciada!

REFERÊNCIAS

Almeida, J F 1995. Bíblia Sagrada. Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo

Amoah, E. 1995. Theology from the Perspective of African Women in, women's visions: Theological Reflection, Celebration, Action. WCC Publications, Geneva, 1995

Butselaar, J V 1982: Africanos, Missionários e Colonialistas: As origens da Igreja Presbiteriana de Moçambique 1880-1896. Lausanne 1987

Phiri, I A 2007 “Women, Presbyterianism and Patriarchy: Religious Experience of Chewa Women in Central Malawi. Kachere Series - Zomba

Mesa Redonda

CUIDAR

AGING WITH JOY AND WELLNESS: caring for our bodies and ourselves as Black women.

Patricia McFadden

Pesquisadora independente, Reino de Eswatini

I would like to thank you all for participating in the creation of this moment of women's collective energy, knowledge production, solidarity and a celebration of ourselves as humans who are reaching towards our freedom and self-fulfillment.

I am honored to be part of this magnificent journey towards restoring our full humanity and personhood in all spheres of our existence as beings who live on the earth, and who endeavour to respect the entitlements of other sentient beings to coexist with us on this planet.

I have looked forward to being here for many months: to being in this place that women have created. To be able to sit among us and imbibe the courage and determination that each of us has brought to this convocation; to listen, ponder and digest the shared narratives of what it means to be resisting women on this continent and across the world, and to meet and make new friends and create new sisterhoods and alliances. It is truly a vindication of the feminist mantra that 'the personal remains political' in every expression of our lives.

This moment is a well-earned gift that we are giving to ourselves. It is a Feminist Encuentro which is both conjectural – in that it reflects the many elements and forces that impact and/or seek to define our multiple realities wherever we are situated and are engaged in resistance and struggle for our wholeness, and, it is celebratory of the millennia of resistance to patriarchy by all our foremothers.

Ashe'

As a radical eco-feminist who has fought for and defended my entitlement to complete bodily, sexual, emotional and spiritual integrity and dignity all my life – Feminism encompasses

women's struggles for freedom from Patriarchy in any form, and is the celebration of our amazing creativity, intelligence, knowledge, resilience, courage and indomitable spirit to be free.

Feminism is an immense body of knowledge and ideas which are premised on women's rejection of patriarchal enslavement and oppression. Women have formulated theories and discourses over the past two centuries, crafting new language and political meanings as we create new imaginaries of ourselves and our futures.

Feminism is not a fad or a declaration that one can casually make. It is a serious revolutionary endeavour to which millions of women have dedicated their entire lives. Many have lost their lives in this struggle to be free. Until recently, when those in the State and the UN decided it would be more politically convenient to appropriate feminism into 'the mainstream' and declare everyone a feminist, feminism was taboo. Women like Patricia were insulted and shunned as not being authentically African, as being without culture, as mimicking western women, etc. Some African intellectuals are still searching for a special kind of African feminism so that they will not have to accept the reality of having to deal with the oldest patriarchy in human society.

Let me assure you today that Feminism is a universal struggle against patriarchy which is a system that exists in every society across the planet. The oppression of women is something we share beyond racial, class and heterosexual privilege, and while our struggles are defined by the specific contexts of our realities, the core of patriarchy is basically the same – women are treated as the property of men.

Therefore, let me reiterate that Feminism is a women's politics of emancipation, resistance and celebration.

It is about bringing our selves back to our realities –to our bodies and the essential eros which has been appropriated and violated by males through patriarchal extractivism, supremacist privilege, impunity and power.

Feminism is for women, by women, with women. It is a lived politics. It is not about big rhetorical statements and false promises, nor is it about being everything to everyone while we remain uncared for and exhausted and suffering so that we can be praised for our sacrifices and altruism.

No. Feminism is about enjoying the fullness of life in every way possible for ourselves, first. Other people in our lives and communities will benefit from our wellness and wholeness.

Other social or gendered groups will have to imagine and articulate their own ideas and strategies of the rejection of patriarchy – be they related to class, race, sexual orientation, ability, social location and the many other social markers that define the human trajectory in this contemporary moment.

Only then can we consider a collective sharing of revolutionary ideas for the creation of Alternative societies.

In my presentation today, I am going to speak to the personal as political in a very intimate and urgent sense. I will speak to the matter of AGE and AGEISM in relation to CARE by posing this question:

What happens to the notion of Care when we bring feminism to age and aging, and we situate this discourse in and on the bodies of black women in particular wherever we live and struggle?

As I have aged these past 70 years, I realized that I would have to bring my feminism home to myself in order for me to continue to grow in and through the politics and values of feminism as a sustaining and nurturing lifestyle. This shift in my consciousness was precipitated by two important events over the past twenty years.

Firstly, my heart was shattered by the loss of a child companion whom I loved beyond imagination, and secondly, I realized that I was becoming an older woman.

These two significant occurrences in my life caused me to make major changes in how I imagined and lived my feminism.

After I lost my son almost twenty years ago, I knew that I would have to redirect the energies and dedication that I had given to the women's movement for many years, and craft a space where I could care for Patricia. She was worn out from all the battles and the sacrifices, from all the demands that patriarchy puts on us all – to be good mothers, submissive wives, obedient daughters, generous sisters, always present aunts, patient and tolerant co-workers – it's endless....

I know patriarchy intimately – and I have always refused to be tamed.

I left the first and only marriage I had entered into three months after I realized that I had become a slave, the property of a man who did not have even a fraction of my intelligence, and who actually hated and despised me.

He had learnt misogyny through patriarchal socialization into a masculinity which is premised on the claim and belief that women are created to serve men, to breed for them (the next time you hear a man say ‘my children, ask him how many times he has been pregnant) and he believed, as most men do, that women are never to be trusted. So, they maul and murder us at the first opportunity.

He had learnt the disparaging, misogynistic language that all males use in describing women – and he was cruel and arrogant. He never imagined that I would walk out and divorce him. He never got over the ‘shame’ of it and went to his grave bitter and resentful.

Throughout the years of my life I kept my promise to myself that I would never marry again, but instead that I would deepen and broaden my feminism and acquire a clear understanding of what patriarchy really is about so that I would never put Patricia in jeopardy again. And I have been successful. I have steered clear of all the key patriarchal institutions and remained outside the status quo. My feminist consciousness is motivated by an uncompromised love for myself, my body and my freedom.

I have been able to create a beautiful small and sufficient life for myself as a radical eco-feminist, growing my own organic food on a Swazi mountain, and working for my freedom and the freedom of all women. My new feminist ideas come out of the lived reality of becoming more in harmony with nature. I love my life as a radical vegan and I will never regret the decision I made 50 years ago not to ever be anyone’s slave.

Bringing feminist ideas and practices of care to our lives means that women who want to be married have to understand that it is a property contract with the state which you do not control, and that the ritual transforms you into the property of a male. Queer people will also have to deal with the implications of marriage in their communities now that they are engaging in these practices.

Heterosexual women will have to reconstruct the heterosexual family, not only by changing the laws which remain deliberately inaccessible to most women. They will have to insist that men give up patriarchal privilege by going beyond individual declarations that they are

different because they wash the dishes or change nappies. Men have to find the courage to reject patriarchal privilege and do the difficult political work of forming movements that reject patriarchy and power. That is the necessary requirement for the Alternative to begin to emerge in all our societies.

The second challenge I have faced in this later phase of my feminist life is that of ageism – a particularly virulent and socially sanctioned form of misogyny which defines aging women as disposable and undesirable.

Throughout our lives as women we are defined and named by everyone else in our societies, and usually our identities are directly linked to whether we are someone's daughter, or wife and mother or grandmother. And we generally accept these designations without much critical reflection.

All these identities tie us to a particular idea of who we should be or can be – limited by the needs of men, children and communities that require our labour and ideas as a natural state of being.

As we age, we begin to experience the sexism of being older; being treated in very exclusionary ways in the public; being advised by other women that we can no longer dance at a party; that we cannot wear certain clothes because they expose our aging bodies; and that we need to subdue our voices and preferably accept the presumption that we are feeble and weak.

In most instances all these very discriminatory expressions and practices are done in 'good faith' and people do not question the assumption that aging women are still the same people they have always been. That we are complete beings with all the emotions and abilities that we have acquired and been endowed with.

I reject this patriarchal invisibilization with the contempt it deserves. If you tell me that I do not look my 70 years, I will tell you where to go – and remind you that this is how a 70 year old Black woman should look. It is not a compliment to minimize the age of any woman even if we are all taught to hide or diminish our ages because being older (not old, which means a fossilized status) is treated as a curse for women. Men are praised and respected as they age, while women are expected to hide away and be quiet.

For Patricia, being alive is the joy of being here. I know that it is frightening and difficult, and I have to remind myself every day that I am still the amazing person that I have crafted myself to be over the past 70 years, and that I like being this person that I have become.

Every woman who has lived for half a century and more knows the fear and anxiety that accompanies the changes in her shape, her skin, her facial features, her entire being. It feels like one wakes up one day and there is a stranger standing in your mirror.

From birth we are socialized to imagine ourselves and our bodies in relation to everyone's needs and demands. We are largely invisible as girls, working in homes alongside our mothers, accepting the idea and practice of being unpaid labour for families and the larger society. We become everything for everyone, accused of being selfish if we dare to care for ourselves. Altruism defines our motherhood and wifeness, and mostly we do not object.

We learn to serve males – brother, uncles, fathers, cousins, grandfathers – silently learning obedience and submissiveness. Those of us who rebel are often punished, scolded, harangued and described as 'stubborn' and warned that we will never find a husband.

Throughout our lives, most of us conform to and collude with patriarchy to maintain the status quo.

Powerful women often remind us that we are the backbone of our societies; that we are the bridges for peace among warring men; that we must not rush to demand change for our benefit because 'these things take time' – while they enjoy the benefits of the courage of a few women who have rebelled throughout history. They remind us that there would be no communities without us and that we should remember that life is a struggle for survival – as if generations of working women did not know the hardships of their lives.

But when we bring feminism into our lives, everything changes. When we consider our health and adopt the idea and practice of wellness, our bodies respond to the kindness that we give them, and they become stronger and more balanced.

Let us take a closer look at ourselves. What are the signs and symptoms of unwellness associated with aging in an uncaring way. Obesity is one of the biggest challenges facing African women today. For most of our lives we consume highly refined foods, animal fats that never leave our bodies and which accumulate into illness and disease in our middle years.

We live stressed and unhappy lives, tolerating unkindness and violence particularly from males in our families and in the workplace. These translate into trauma in the female body, and we become bloated and ill. Hypertension and inflammation eventually lead to early death, and too many of us just accept this condition as inevitable.

But we do not have to age with fear of rejection and a sense of alienation from our bodies. Our bodies are our home – that is where we live. In order to age with dignity and wellness, we have to return to a lifestyle of simple nutritious and clean food. We have to stop using pesticides and fertilizers, and focus on producing or purchasing indigenous, organic, healthy food. I have to grow food for ourselves first, and not be driven by the market which does not care about whether we live or die.

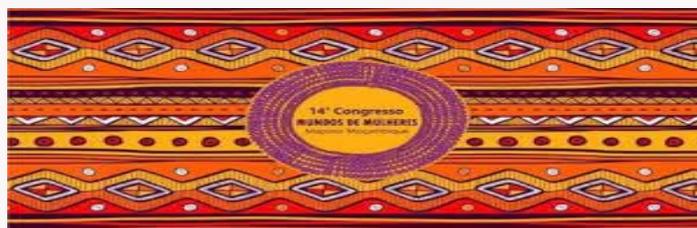
This is what aging with wellness through care for ourselves means.

We must take control of our lives because they are the most precious gift that nature/God has given us. When we live simply, accepting what the earth offers us, with respect and generosity, we will experience aging differently.

As we age, we must insist upon our names and identities – we cannot be erased by being called ‘grannies’ and ‘gogos’. Many women inherit grandchildren because they think it is fate – the state and young people often abdicate their responsibilities to care for and support children as citizens of our societies. Older women are expected/even required by social and cultural convention to take care of children even in advanced age. This is unacceptable and must be challenged. We too want to rest and have time for our own needs. It is a discussion that must be had urgently.

Let me conclude by reminding us that when we arrive on the planet we come with everything we need to have full and sufficient lives. We must remember this crucial feminist insight, and teach younger women that loving ourselves is the best gift you can give yourself. Let us begin today. Now. By finding the joy within ourselves.

Thank you



COMUNICAÇÕES APRESENTADAS NAS OFICINÁRIAS DO 14º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES

**ESCRITA IMIGRANTE E DIASPÓRICA NOS CIRCUITOS INDEPENDENTES:
TRÂNSITOS DE MULHERES E DESCOLONIZAÇÃO DE IMAGINÁRIOS EM
PORTUGAL**

Noemi Alfieri

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), Portugal

RESUMO: Esta comunicação tem o objetivo de abordar a literatura escrita, a partir de 2010, por mulheres com experiências imigrantes e diaspóricas, fora do contexto dos circuitos literários tradicionais, em Portugal. Neste sentido, será dado especial destaque aos temas da descolonização das mentes e do saber, da luta antirracista mas também da pertença, do direito ao cotidiano, e a uma sociedade igualitária. Argumenta-se, neste sentido, que a contribuição de mulheres africanas, afrodescendentes e indígenas – como, a título de exemplo, Gisela Casimiro, Raquel Lima, Samara Ribeiro Ayaní - é fundamental ao fim de realizar mudanças epistemológicas, na criação de redes culturais e no fortalecimento de redes e coletivos transversais a instituições, a construções nacionais e à reprodução de lógicas discursivas próprias da academia.

Palavras-chave: Descolonização, diáspora, literatura de mulheres, mudanças epistemológicas.

A partir dos anos 2000, Portugal assistiu a uma gradual e progressiva abertura do campo literário a produções imigrantes ou diaspóricas, favorecendo avanços no debate sobre questões até então pouco discutidas na sociedade portuguesa. Estas contribuíram, igualmente, para a discussão de identidades estandardizadas (INÁCIO, 2020) antecedentemente afirmadas na sociedade e que não correspondem, de facto, com a pluralidade do contexto cultural do país. Propomos, neste texto, uma breve abordagem de questões relacionadas com o trânsito de pessoas entre diferentes espaços e o seu impacto na produção literária, mas também nas relações de poder que influenciam estes trânsitos e nas mudanças epistemológicas que essas produções podem acarretar. Para tal, escolheram-se publicações em editoras independentes, por acreditar-se que, sendo essas alheias aos grandes circuitos editoriais, a liberdade editorial na escolha de temas e autores seja maior. Argumenta-se, neste sentido, que publicações em circuitos independentes se propõem como alternativas à produção de um conceito problemático de alteridade (SARTESCHI 2019, 284). Alega-se, ainda, que obras de mulheres imigrantes ou

marcadas por experiências diaspóricas, com destaque para a de mulheres africanas, afrodescendentes e indígenas, têm um papel relevante neste processo e em processos de mudanças epistemológicas.

A obra colectiva *Djidiu - a herança do ouvido* (2018) que reuniu textos da autoria de Apolo De Carvalho, Carla Fernandes, Carla Lima, Carlos Graça, Cristina Carlos, Danilson Pires, Dário Sambo, luZGomeS e Té Abipiquerst Té constituiu um marco no contexto das publicações independentes de autoria diaspórica em Portugal. Surgido no contexto das atividades do colectivo AfroLis, e com o explícito objectivo de apresentar, tal como esclarece o subtítulo “Doze formas e mais uma de se falar da experiência negra em Portugal”, o projecto retoma formas de narrar dos *griots*, querendo ser um espaço de afirmação dos seus autores como livre sujeitos históricos, fora dos moldes coloniais e do processo de *othering* que afeta migrantes e minorias na Europa (EL TAYEB, 2011). Nos últimos quatro anos, tem tido destaque obras como a de Raquel Lima, portuguesa com raízes em São Tomé e Angola, que introduz em *Ingenuidade, Inocência, Ignorancia, a spoken word* na obra literária, reforçando o elemento de contadores de histórias que já tinha marcado a colectânea Djidiu. Contestam-se, na sua obra, o “abismo do capitalismo” (LIMA 2019, p. 69), alimentado pela lógica eurocêntrica e individualista, que questiona “o próximo para que fique claro/ que o colectivo se faz separado” (LIMA 2019, p. 26). No poema *Refluxo de mar*, Samara Ribeiro Ayaní, imigrante brasileira do povo *Kariri*, invoca um passado marcado pela violência colonial, reivindicando o saque histórico e cultural reproduzido pelas construções históricas em Portugal e no Brasil (RIBEIRO 2021). Com o seu *Erosão* Gisela Casimiro, se bem que denunciando episódios de racismo e violência policial, traz a experiência do quotidiano e o do direito a vivê-lo de forma plena, nos seus grandes e pequenos acidentes, sendo a captação do instante, do imediato, um dos focos principais da sua poesia e da sua obra dispersa em revistas, principalmente em crónicas. Neste sentido, obras em editoras independentes, com destaque para as de cariz coletivo, propõem alternativas literárias às lógicas hegemónicas de representação sendo, ao mesmo tempo, formas de ativismo. Marca-se, assim, um sentimento de pertencimento à terra (CARDOSO, 2021), cujo espaço os autores querem ocupar e entendem como seu. Reforçando epistemologias frequentemente silenciadas no contexto ocidental e contrariando lógicas patriarcais, o papel da escrita feminina nestes contextos é especialmente relevante, pelas contribuições epistemológicas que traz para o discurso e pela sororidade em rede que produzem.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho insere-se no projeto “AFROLAB – A construção das literaturas africanas Instituições e Consagração dentro e fora do Espaço de Língua Portuguesa (1960-2020)” (PTDC/LLT-OUT/3210/2020), de que sou Bolsista de Pós-Doutoramento. Um agradecimento vai para a nossa mestre Ana Paula Tavares. Outro ainda, para Margarida Rendeiro, Investigadora Principal do projeto “WOMENLIT - Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro (PTDC/LLT-LES/0858/202)”, de que também sou membro e que tornou possível a minha participação no 14º Congresso Mundos de Mulheres: FeminismoS AfricanoS – Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um corredor de saberes que cuida e resiste.

REFERÊNCIAS

- AAVV. **Djidiu - a herança do ouvido**. Edição de autor. 2018.
- AHMED, Sara. **The cultural politics of emotions**. Edinburgo: Edinburgh university Press, Edinburgh, 2014.
- AYANÍ, Samara Ribeiro. “Refluxo de mar”. AAVV. **Volta para a tua terra. Uma antologia antifascista e antirracista de poetas estrangeirxs em Portugal**. Pontevedra: Urutau, 2021.
- EL-TAYEB, Fátima. **European others. Queering Ethnicity in Postnational Europe**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2011.
- CARDOSO, Paula. **Volta para tua terra”: a subversão de uma agressão através da poesia**. *Afrolink*. <https://afrolink.pt/volta-para-tua-terra-a-subversao-de-uma-agressao-atraves-da-poesia/>
- CASIMIRO, Gisela. **Erosão**. Pontevedra: Urutau, 2018.
- INÁCIO, Emerson. Escrituras em Negro: cânone, tradição e sistema. **Cadernos de Literatura Comparada**. Porto: Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, nº 43, 12, 2020, 43-60.
- LIMA, Raquel. **Ingenuidade, Inocência, Ignorância**. Lisboa: Boca, 2019.
- OTELE, Olivette. **African Europeans. An untold history**. Londres: C Hurst & Co Publishers, 2019.
- OYÉWÚMÍ, Oyèrónké (org). **African Women and Feminism. Reflecting on the politics of Sisterhood**. Trenton: Africa World Press: Trenton, 2003.
- SARTESCHI, Rosângela. Literatura contemporânea de autoria negra em Portugal. Impasse e tensões. **Via Atlântica**. São Paulo: USP, nº 36, Dez. 2019, 283-304.

A CRÍTICA QUEER AFRICANA E AS (AUTO) REPRESENTAÇÕES DAS SEXUALIDADES NEGRAS: corpos, esportes e movimentos

Ineildes Calheiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (*UNILAB*), (*Brasil*)

RESUMO: Esse texto focado na interseccionalidade em gênero, raça, sexualidade e esporte em Guiné-Bissau, Angola e África do Sul, discute tensionamentos e representações africanas concernente a categoria queer/ LGBTQIA+. Teoricamente baseado nos estudos queer africanos e no discurso através de análises, incluindo as Conferências do Seminário ocorrido como fruto desta pesquisa realizada. O intuito é apresentar os resultados e os novos rumos, a qual teve o objetivo de mapear a crítica queer africana e observar corpos, sexualidades no cenário esportivo e seus movimentos. Nos resultados, os esportes apontam um campo de luta, integração nacional, mas, desponta-se tensionamentos políticos, violência queer, exclusão e a falta de desenvolvimento de gênero nesta área.

Palavras-chave: África, esporte, lésbica negra, Queer africana.

QUEER AFRICAN CONTESTATIONS AND (SELF) REPRESENTATIONS OF BLACK SEXUALITIES: bodies, sports and movements

ABSTRACT: This text explores intersectionalities among gender, race, sexuality and sport in Guinea-Bissau, Angola and South Africa, discussing tensions and representations of the queer/LGBTQIA+ category in African contexts. Theoretically based on queer African studies, it analyses the conferences of the I International Seminar "Intersectionality between Africa and Brazil" held at Unilab in October 2021, as part of the research. The aim is to introduce the partial results, mapping African queer criticism and observe bodies, sexualities in the sports scenario and their movements. Preliminary results suggest that sports are a field of struggle and national integration, and at the same time embedded of political tensions, queer violence, exclusion and the lack of gender development.

Key-words: Africa, sport, black lesbian, African queer.

Correspondência para: (correspondence to:) ildafrica@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Partindo das minhas próprias pesquisas (de mestrado e doutorado) sobre interseccionalidade no esporte, no Brasil, suas representações e tecnologias, vindo do mundo futebolístico e de movimentos, experimentando no próprio corpo a interseccionalidade: mulher, nordestina, classe popular e lésbica negra, me utilizo desses saberes para o fazer pesquisa. Neste percurso notei a escassez de traduções no Brasil e estudos sobre queer e esportes nos territórios africanos e me inclinei nessa investigação transatlântica, que se inicia. Sendo as razões para este estudo. “*A crítica Queer /LGBTQIA+ africana e as (auto) representações das sexualidades negras: corpos, esportes e movimentos*” é resultado desta busca.

Com referencial específico - A literatura de gênero, feminismo e a crítica queer africana, mapeei estudos, mas, insuficientes para dar conta da pesquisa. E devido a escassez, utilizei o método da análise bibliográfica e intervenção, realizando (junto com a orientadora e o grupo “sobre o corpo feminino”) o seminário “Interseccionalidade entre África e Brasil: gênero, raça, sexualidades e esportes⁶”, analisando as conferências, discursos de experiências e resultados das pesquisas das conferencistas, apresentadas.

RESULTADOS

A crítica queer africana e LGBTQIA+ no esporte: Angola, Bissau e África do Sul

Nos estudos queer africanos a luta interna no continente e na categoria gênero, havendo tensionamentos político e religioso, em função de uma heteronormatividade e da negação da complexidade de gênero e da multissexualidade existente, contestada pela tradição conservadora, como “estrangeira”. (REA, *et al*,2018). Tais estudos decolonial escavam a história e comprovam sexualidades múltiplas tradicional (SANTOS, 2021, 2022). No segundo ponto, tensionamentos externos – Combate, à luz da ciência, à colonialidade de poder de gênero ocidental e o feminismo salvacionista, utilizando financiamentos em prol da dominação de gênero (REA, *et al*, 2018).

Na última parte da pesquisa analiso corpos e esportes nas conferências.

Ana Célia da Silva - Brasileira, negra, heterossexual, militante do movimento negro e pesquisadora. Com 80 anos de idade, faz uma síntese de suas pesquisas e experiências no

⁶ Realizado nos dias 25 a 27 de outubro de 2022. No formato remoto. Tradução em inglês e Libras e transmitidas no youtube. Com a participação do Brasil, Guiné-Bissau, Angola, África do Sul.

Brasil, revelando a força do racismo e os estudos africanos no combate, além de revelar contribuições de LGBT na trajetória do movimento negro. *O angolano João Lourenço* - Pesquisador da libertação nacional de Angola, mostra a força do futebol nesse contexto, lugar estratégico de encontros para “*todos*” integrantes, e destaca o esporte na instituição escolar para a segregação de gênero. Apesar da notória presença (atual) lésbica no futebol, ele adverte para a necessidade de pesquisas.

A *Guineense Lourdes Natchierré* - Jogadora de futebol da seleção guineense e estudante no Brasil/ UNILAB, relata suas experiências relacionando corpo, esporte e sexualidade, a falta de desenvolvimento esportivo, e a necessidade do “armário” como fuga da exclusão do esporte. E no Brasil, a solidão. Apesar da nostalgia, há algo mais: ser lésbica negra africana no Brasil. E *Zethu Matebeni* - Sul africana, pesquisadora LGBTQI+, apresenta esportistas queer excluídas (Caster Semenya e Ace), aborda a intersexualidade, violência e o queercídio: “morre duas vezes” - por ser queer e negra.

Assim, a literatura decolonial e queer africana utilizada para a libertação queer, bem como corpos e esportes, traduzem-se como movimentos de lutas, resistências, representações e autorrepresentações; há unidade queer africana e integração transnacional, mas também, tensionamentos interno e internacional; falta de desenvolvimento de gênero nos esportes e exclusão das “lesbiqueer”, contudo, os corpos-queer são projetos autônomos de encontros.

Em suma, o estudo contribuiu para uma pesquisa mais ampla, exclusiva com guineenses (em desenvolvimento).

AGRADECIMENTOS

À Dra. Larissa Gabarra, Dra. Natalia Cabanillas, à UNILAB e às instituições de fomento: FUNCAP/CE e CNPq.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Ineildes Calheiro dos. **Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro!: a interseccionalidade no esporte**. Tese/ (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

_____. **A crítica queer /LGBTQIA+ africana e as (auto) representações das sexualidades negras: corpos, esporte e movimentos** –TCC (Pós-Graduação) – Especialização em Estudos Africanos e Representações África – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Alagoinhas, 2022.

CABANILLAS Natalia; CALHEIRO, Ineildes. Grupo sobre o corpo feminino. (Org.). **Seminário Internacional** - Interseccionalidade entre África e Brasil: gênero, raça, sexualidade e esporte.



UNILAB/Ce. Brasil. (Remoto). 23-25 de outubro, 2021. >
<https://www.youtube.com/c/SobreoCorpoFeminino/featured?app=desktop>.
REA, Caterina, A.; PARADIZ, Clarisse G.; AMANCIO Izzie M. (Orgs.). **Traduzindo a África Queer**.
1ª Edição/ Salvador, Ba; Editora Devires, 2018.

A FORÇA FEMININA NA LUTA PELO REGISTRO DO FORRÓ

Lúcia Maria Aquino de Queiroz^{1,2}, Carmen Lúcia Castro Lima^{2,3}, Carolina Dantas²,
Júlia Salgado² e Tais Lima Costa².

¹*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil*

²*Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), Brasil*

³*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir sobre o papel das mulheres, e, em especial, de Dona Joana, líder do processo, no reconhecimento do forró como patrimônio imaterial do Brasil. Em 2011, houve o início dessa movimentação, com o pedido formal de registro, pela Associação Cultural Balaio Nordeste (ACBN), para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Neste sentido, discute-se o a patrimonialização para salvaguarda dos bens culturais imateriais. Além disso, a partir de uma revisão bibliográfica, é apresentado como o forró se tornou uma das importantes referências culturais para o Brasil. Por fim, é discutido, com base em na historiografia oral, o histórico do registro do forró, analisando a força feminina em todo este percurso, por intermédio de entrevista a Dona Joana, da Paraíba, e a duas representantes da Bahia no Fórum Forró de Raiz, a coordenadora estadual e a dirigente da Associação Asa Brancajunta, protagonistas no Nordeste e na Bahia, da luta em prol do registro do forró como patrimônio imaterial do País. O registro do Forró, dentre outras ações, poderá fortalecer a promoção da gestão participativa do forró, os aspectos necessários à sua produção e reprodução, difusão e valorização, com vistas ao alcance de autonomia gerencial por parte dos detentores desta referência cultural, de articulação interinstitucional em prol do bem registrado e de ampliação da sustentabilidade cultural deste bem imaterial.

Palavras-chave: Festejos Juninos, Forró, Patrimonialização, Patrimônio Imaterial.

THE FEMALE FORCE IN THE STRUGGLE FOR THE REGISTRATION OF FORRÓ

ABSTRACT: This article aims to reflect on the role of women, and, in particular, of Dona Joana, leader of the process, in the recognition of forró as an intangible heritage of Brazil. In 2011, this movement began, with the formal request for registration, by the Balaio Nordeste Cultural Association (ACBN), for the National Historical and Artistic Heritage Institute (Iphan). In this sense, the patrimonialization to safeguard intangible cultural assets is discussed. In addition, based on a bibliographic review, it is presented how forró became one of the important cultural references for Brazil. Finally, based on oral historiography, the history of the record of forró is discussed, analyzing the female force throughout this journey, through an interview with Dona Joana, from Paraíba, and two representatives of Bahia in the Forró Forum of Raiz, the state coordinator and leader of the Asa Brancajunta Association, protagonists in the Northeast and Bahia, of the struggle for the registration of forró as an intangible heritage of the country. The registration of Forró, among other actions, can strengthen the promotion of participatory management of forró, the aspects necessary for its production and reproduction, dissemination and valorization, with a view to achieving managerial autonomy on the part of the holders of this cultural reference, of inter-institutional articulation. in favor of the registered good and the expansion of the cultural sustainability of this intangible good.

Keywords: June festivities, Lining, Patrimonialization, Intangible Heritage.

Correspondência para: (correspondence to:) luciamaqueiroz@ufrb.edu.br

INTRODUÇÃO

As festas juninas, assim como as demais celebrações populares, expressam a cultura de um determinado local, neste caso uma região, compreendido aqui enquanto um território, cuja apropriação está associada à identidade de grupos e à afetividade espacial. Um “*locus*” dotado de dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte de grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. (SANTOS, SOUZA e SILVEIRA, 1998, p. 251).

O reconhecimento de um patrimônio ou bem cultural imaterial, como as festas populares brasileiras, conforme previsto pela Constituição Federal do Brasil, deve ser realizado pelo Estado, em parceria com a sociedade. Conforme o Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial no Brasil, são consideradas como partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro: o Ministério de Estado da

Cultura (hoje restrito a uma Secretaria Especial vinculada ao Ministério do Turismo) e instituições a este vinculadas, às Secretarias de Estado, Município e do Distrito Federal, as sociedade e associações civis (IPHAN, 2020).

RESULTADOS

Conforme as entrevistas realizadas para este trabalho, no caso específico do forró, a solicitação do registro vem sendo protagonizada por uma associação civil, a Associação Cultural Balaio Nordeste. Como os bens culturais dizem respeito a domínios da vida social, observa-se que o processo do seu reconhecimento e salvaguarda, independentemente da origem do pleito, tem por centro os grupos e indivíduos responsáveis pela vigência dessas práticas. A ciência da importância dos detentores não suprime, entretanto, o reconhecimento de lideranças centrais ao desencadear do processo de registro de um dado bem cultural. No que se refere ao forró, o número de integrantes da prática tende a ser de grande expressividade, seja no tocante aos grupos ou indivíduos. Mas, neste vasto universo, sem desconsiderar a relevância do conjunto como central ao registro, há que se destacar a ação fundamental de um ator/líder na organização do pleito e início do processo: Dona Joana Alves da Silva, presidente da Balaio Nordeste.

O processo de mobilização começou, de forma efetiva, a partir da participação da presidente da Balaio Nordeste no lançamento público de um projeto na Paraíba, contando com a presença do então Ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, que objetivava revitalizar o turismo, mas dentro da programação não havia um único grupo de artista tradicional. Ao questionar publicamente a desarticulação entre o projeto de turismo e a cultura regional, Dona Joana iniciou um debate com o Ministro que só foi concluído em Brasília. Junto a um grupo de forrozeiros, teve a oportunidade de apresentar sua proposta a Sá Leitão, em reunião na Capital Federal, e este, sensibilizado pela ideia, comprometeu-se a colaborar com um aporte de recursos do ministério para o início dos trabalhos de patrimonialização do forró.

Um grande avanço do grupo em direção à patrimonialização foi a criação do Fórum Forró de Raiz. Conforme Dona Joana, o Fórum tem permitido o reconhecimento dos territórios onde tem forró tradicional, de quais grupos utilizam a sanfona, de como é tratada a cultura nordestina do forró. Como comenta, “a missão do fórum é fazer esse debate, levar conhecimento para que os artistas se reconheçam enquanto forrozeiros tradicionais, que tenham orgulho em dizer que são do forró pé de serra”.

A patrimonialização consiste em conhecer a manifestação cultural, documentar e entender quais são os seus principais desafios, podendo fazê-lo através de registros fotográficos, vídeos e escritos. Os fóruns têm a função de auxiliar o órgão através dos detentores desses saberes da manifestação cultural, neste caso o forró, e correlacioná-los, para uma documentação oficial. Espera-se que, com essa ação liderada pela força feminina, seja possível fortalecer a promoção da gestão participativa do forró, os aspectos necessários à sua produção e reprodução, difusão e valorização, com vistas ao alcance de autonomia gerencial por parte dos detentores desta referência cultural, de articulação interinstitucional em prol do bem registrado e de ampliação da sustentabilidade cultural deste bem imaterial.

REFERÊNCIAS

- IPHAN. **Salv guarda de bens registrados** Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha2salv guarda_bensculturaisregistrados_web.pdf. Acesso em 20/07/2020.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, coedição com a ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1998.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS COZINHAS PROFISSIONAIS: Uma Reflexão Sobre a Relação entre *Chefs* e Cozinheiras

Aline de Amorim Cordeiro Viana

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

RESUMO: O domínio dos homens no campo da gastronomia se dá a partir das literaturas culinárias escritas por eles, resgatando valores da corte e os eliminando com a apresentação da cozinha como um sistema, transformando-a “num quê a mais” do que simplesmente apenas cozinhar. O cozinhar por si só como destaca Dória (2014) é considerado de caráter doméstico, como afazeres femininos, e o cozinhar como ofício ganha a dimensão de arte, transformando-se em uma atividade masculina na história da gastronomia, de modo que a divisão sexual do trabalho permeia a vida em sociedade dos homens e mulheres. Assim, este estudo pretende analisar e questionar possíveis práticas discriminatórias relacionadas as questões de gênero existentes em cozinhas profissionais, a partir de um panorama histórico da divisão sexual do trabalho, da cozinha como lugar de fala feminino e do percurso de profissionalização da gastronomia com a intenção de compreender as representações sociais que circundam no universo do mercado de trabalho gastronômico. Para tal, utilizou-se como método a revisão bibliográfica de cunho qualitativo por se tratar de uma pesquisa que tem como objetivo a compreensão do fenômeno no contexto em que ele ocorre e do qual faz parte, a partir de livros da área e artigos de bases indexadas como o Periódicos Capes. Assim, foi possível constatar que os *chefs* identificam e valorizam as características socialmente entendidas como masculinas, relacionadas à força, resistência à pressão e capacidade de suportar o trabalho árduo, que tornam o ambiente, em alguma medida, hostil às mulheres.

Palavras-chave: Afazeres femininos, cozinhar como ofício, Mulheres, Trabalho gastronômico.

THE SEXUAL DIVISION OF LABOR IN PROFESSIONAL KITCHENS: a reflection on the relationship between Chefs and Cooks

ABSTRACT: The mastery of men in the field of gastronomy is based on the culinary literature spelled by them, rescuing court values and eliminating them with the presentation of the kitchen as a system, turning it into “a what more” than simply just cooking. Cooking alone as highlighted by Doria (2014) is considered of a domestic nature, as feminine to-do, and cooking as a craft gains the dimension of art, turning into a male activity in the history of gastronomy, so that the sexual division of labor permeates life in the society of men and women. Thus, this study aims to analyze and question possible discriminatory practices related to gender issues existing in professional kitchens from a historical panorama of the sexual division of labor, of cooking as a place of female speech and the path of professionalization of gastronomy with the intention of understanding social representations that surround the world of the gastronomic labor market. For this purpose, the qualitative literature review was used as a method because it is a research that aims to the understanding of the phenomenon in the context in which it occurs and of which it is part, from books in the area and articles of indexed bases such as Periódicos Capes. Thus, it was possible to verify that chefs identify and value the characteristics socially understood as male, related to strength, resistance to pressure and ability to withstand hard work, which make the environment, to some extent, hostile to women.

Keywords: Women's activities, Cooking as a craft, Women, Gastronomic work.

Correspondência para: (correspondence to:) aline.aacv@ufpe.br

INTRODUÇÃO

O ofício de *chef* está inserido em um sistema definido e organizado de pequenas funções, assentes numa divisão hierárquica do trabalho, no espaço de uma cozinha profissional. Segundo Goody (1982), em todas as sociedades o ato de comer tem aspectos coletivos, especialmente quando se trata de festas, onde o consumo de grandes quantidades de alimentos, geralmente comidas especiais, se dá em uma situação comunal. Mas o lar também envolve esse tipo de refeição.

Os saberes e fazeres da cozinha do lar, invisibilizados socialmente, foram atravessados pela *glamourização* da profissionalização gastronômica, dada a partir da atuação masculina. O imaginário social construído continua a afirmar a cozinha como local de pertença feminino onde o “lugar de mulher é na cozinha”, mas até que ponto? Assim, este estudo pretende analisar

e questionar possíveis práticas discriminatórias relacionadas a questões de gênero existentes em cozinhas profissionais, partir de um panorama histórico da divisão sexual do trabalho, da cozinha como lugar de fala feminino e do percurso de profissionalização da gastronomia com a intenção de compreender as representações sociais que circundam no universo do mercado de trabalho gastronômico.

Para encontrar a razão de ser de tal contradição, não é suficiente investigar o histórico da profissão de cozinheiro ou a entrada relativamente recente das mulheres no mercado de trabalho formal no Brasil, mas sobretudo a construção do espaço da cozinha como masculino. Para tal, utilizou-se como método a revisão bibliográfica de cunho qualitativo por se tratar de uma pesquisa que tem como objetivo a compreensão do fenômeno no contexto em que ele ocorre e do qual faz parte, a partir de livros da área e artigos de bases indexadas como o Periódicos Capes. Assim, foi possível constatar que os *chefs* identificam e valorizam as características socialmente entendidas como masculinas, relacionadas à força, resistência à pressão e capacidade de suportar o trabalho árduo, que tornam o ambiente, em alguma medida, hostil às mulheres.

RESULTADOS

Para Goody (1982, p. 38), as artes de cozinhar e da *cuisine* são usualmente das mulheres em detrimento dos homens, dos servos e não dos patrões, e o espaço da cozinha é onde “o sistema de divisão e permanência do trabalho doméstico ou patrimonial torna-se visível”. Há uma diferenciação, portanto, entre o trabalho culinário realizado no âmbito do lar, um trabalho feminino, e um trabalho masculino, profissional.

Não obstante, o domínio dos homens no campo da gastronomia se dá a partir das literaturas culinárias escritas pelo sexo masculino, resgatando valores da corte e os eliminando com a apresentação da cozinha como um sistema, de modo que a culinária se transforma “num quê a mais” do que simplesmente apenas cozinhar. Dentro desse esforço pela divisão, sistematização e padronização do trabalho, combinado à busca por maior eficiência, Auguste Escoffier, reconhecido como o grande mestre da cozinha moderna, definiu e, conseqüentemente, separou e diferenciou o trabalho do cozinheiro e do *chef* de cozinha (BRAUNE e FRANCO, 2007). Tal divisão do trabalho permanece com variações, a depender do objeto e dos objetivos do restaurante, até os dias atuais. Deste modo, o cozinhar por si só como destaca Dória (2012) é

considerado de caráter doméstico, como afazeres femininos, e o cozinhar como ofício ganha a dimensão de arte, transformando-se em uma atividade masculina na história da gastronomia.

O trabalho culinário parece ilustrar os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, segundo a proposição de Hirata e Kergoat (2008), no sentido de um sistema que designa a dominação dos homens sobre as mulheres. Assim, enquanto a cozinha doméstica permanece um espaço de poder feminino, principalmente quando se trata de cozinhar para a família todos os dias, a cozinha profissional é um ambiente masculino que vem sendo ocupado pelas mulheres, realizando atividades subalternas, repetitivas e dotadas de menos prestígio.

Diante do exposto, tornou-se visível que tais práticas fazem com que as mulheres sintam que, nesse ambiente profissional, elas não são vistas, de início, como profissionais capazes. A credibilidade precisa ser conquistada: elas precisam sempre “colocar o valor a prova”. É isso que torna o trabalho nas cozinhas ainda mais difícil para as mulheres.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- BRAUNE, R.; FRANCO, S. C. **O que é gastronomia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DORIA, C. A. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu** (39), p.251-271, julho-dezembro de 2012.
- GOODY, J. **Cooking, cuisine and class**. A study in comparative sociology. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). **Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

IMAGENS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS NATURAIS: sua influência na orientação da escolha das variantes¹ B₁, B₂ e B₄ pela Mulher no Ensino Secundário Geral Moçambicano

Ana Bela Bernardo¹, Eugénia F. R. Cossa² e Anízia Adelina Comé¹

¹Universidade Pedagógica de Maputo (UP-Maputo), Moçambique

²Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa as imagens dos livros didáticos (LD) de Ciências Naturais (CN) da 4^a a 7^a classe usados no Ensino primário em Moçambique. Assim, o principal objectivo foi identificar as representações de género presentes nas imagens dos LD que influenciam na orientação das escolhas futuras quando pretendem ingressar no Ensino secundário geral.

O Ensino Secundário de acordo com a Lei n^o 18/2018 (Artigo 9) do Sistema Nacional de Educação (SNE) de Moçambique, é o nível pós-primário em que se ampliam e aprofundam os conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para a aluna e para o aluno continuar os seus estudos, se inserir na vida social e no mercado de trabalho (MINEDH, 2020).

Este ensino, compreende seis classes organizadas em dois ciclos, o I^o ciclo da 8^a a 10^a classe, e o II^o ciclo da 11^a a 12^a classe. No II^o ciclo, após a conclusão do décimo ano de escolaridade as alunas e os alunos têm duas opções de escolha: opção “A” que compreende a área de Comunicação e Ciências sociais e a opção “B⁷” para a área de Matemática e Ciências Naturais, escolhidas em função do curso superior e profissão que pretende seguir.

Neste contexto o presente estudo faz a abordagem das Imagens dos Livros didáticos de Ciências Naturais como um dos factores que influencia a orientação da escolha das variantes B₁, B₂ e B₄ pela mulher no Ensino Secundário Geral, em Moçambique.

O mesmo parte do pressuposto de que a maioria das ilustrações utilizadas nas escolas provém do livro didático, cuja compreensão dos conteúdos necessita da apreensão do texto escrito e adequada interpretação das ilustrações que o acompanham. Deste modo, é fundamental

⁷ Opção divide-se em quatro variantes B₁, B₂, B₄ que corresponde aos cursos de ciências de vida, física e química e engenharia respectivamente.

conhecer as funções didáticas das representações das imagens apresentadas nos livros didáticos.

De acordo com Silva (2013) uma das funções didáticas das imagens é de explicar as situações descritas com a intenção de evidenciar relações ou ideias não evidentes por si mesmas. O autor refere que as imagens dos livros didáticos não têm apenas a função de atrair o leitor e facilitar a aprendizagem, mas também, de despertar o interesse assim como influenciar nas atitudes e na tomada de decisões para a escolha de uma área de conhecimento, fazendo com que este dê continuidade de seus estudos.

Desta forma entende-se que a representação do conteúdo das imagens dos livros didáticos produz efeitos na constituição dos sujeitos, delimitando e ensinando quem pode produzir o quê e aonde dentro das áreas de conhecimento. Por outras palavras, o modo como representamos a cultura científica, a exemplo das imagens dos livros didáticos, produz efeito na maneira como os sujeitos, mulheres e homens pensam e agem sobre as áreas de conhecimento (Esteves, 2018).

É necessário trabalhar e discutir as representações das imagens apresentadas nos livros escolares pois representam artefactos culturais que produzem e normalizam conhecimentos e formas de ser e estar das mulheres e dos homens nas áreas de conhecimento e, conseqüentemente da sociedade (Oliveira 1984; Ferreira, 2006; Bordini e Soares, 2008).

Assim, a presente pesquisa tem como objectivo geral analisar a influência das imagens dos livros didáticos de CN na orientação da escolha das variantes pelas mulheres no Ensino Secundário Geral. Especificamente, procura-se identificar as representações de género apresentadas nas imagens dos livros didáticos de CN e relacionar as imagens dos livros didáticos de CN com a escolha das variantes e/ou secções feita pela mulher no Ensino Secundário moçambicano, a partir da abordagem quali-quantitativa.

Metodologicamente, recorreu-se a técnica de análise documental baseada em análise das imagens dos LD e ao questionário dirigido à 70 estudantes mulheres da 11ª classe inscritas nas variantes B₁, B₂ e B₄ da Escola Secundária de Malhazine. A escolha do local e dos participantes deveu-se ao facto das autoras acompanharem práticas pedagógicas e verificar a questão de desigualdade de género nas secções das áreas de conhecimento a favor das mulheres.

Para o alcance dos objectivos levantados neste estudo tomou-se como a abordagem teórica realacionada com Igualdade de género na educação; Imagem do livro didáctico como recurso visual e Escolha do curso/profissão.

Igualdade de género na Educação

A abordagem de questões de Igualdade de género na Educação constitui um desafio global nas últimas décadas e Moçambique não constitui uma excepção. Os debates à volta destas questões de género na Educação, tendem a responder aos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) incorporados na Agenda da Educação 2030, em específico os ODS 4 e ODS 5, que visam respectivamente, a necessidade de “garantir a educação de qualidade, inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” e a “igualdade de género e empoderamento de meninas e mulheres” (Esteves, 2018).

Como marco de acção da Agenda da Educação 2030, o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINDEH), Moçambique, para além de introduzir questões de género em todos subsistemas de Educação como tema transversal, concebeu Estratégia de Género do Sector da Educação e Desenvolvimento Humano (2016-2020), um instrumento Nacional de base legal, que estabelece e orienta princípios de actuação, dentre outros, a inclusão e acesso equitativo de mulheres e homens na educação. Neste documento, chama-se atenção às instituições de Educação para a sua intervenção com objectivos, metas e acções.

Isso significa que o sistema educacional deve ter em mente a necessidade de introduzir debates e questionamentos e problematizar questões de género na Educação, a título de exemplo, a análise dos materiais de Ensino como os livros didácticos visto que constituem fonte principal no processo de ensino e aprendizagem (MINEDH, 2020).

Ademais, Esteves (2018) considera que os materiais escolares podem promover e perpetuar estereótipos de género seja na linguagem ou no conteúdo como nas imagens. A autora, refere que a linguagem não reflete apenas a maneira como as pessoas pensam, ela também forma a maneira como as pessoas pensam e agem. Por exemplo, usando apenas referências masculinas nos materiais didácticos, estar-se-ia a perpetuar essa suposição de invisibilidade / inferioridade das mulheres nas suas actuações, e isso tende a se tornar parte da mentalidade das pessoas.

Adiante, Esteves (op.Cit.), defende o uso de uma linguagem neutra e aponta em seu estudo algumas acções que devem estar presentes em materiais educacionais, currículos, livros

didáticos e publicações que reflectem a questão de igualdade e equidade de género na educação (Esteves, 2018, p.898), como:

- Todas as publicações devem empregar linguagem neutra e inclusiva de género;
- Todas as imagens utilizadas (como fotografias, ilustrações ou mesmo capas de livros) devem ter equilíbrio de género (representação igual de mulher e homens) e evitar a promoção de estereótipos de género;
- Todas as imagens que ilustram papéis activos de mulheres / meninas devem ser encorajadas a fim de contradizer a invisibilidade feminina em materiais educacionais;

Portanto, entende-se que é importante a incorporação de imagens com representações de géneros equilibrados e uma linguagem inclusiva nos materiais de educação, a exemplo de livro didáctico, visto que o uso de masculinos genéricos restringe a visibilidade das mulheres e dos processos cognitivos assim como as expectativas na escolha das áreas de conhecimento.

Escolha do curso/profissão

A expressão “escolha de um curso/profissão” é entendida neste estudo como um processo complexo, muitas das vezes doloroso, momento de conflito entre a experiência do passado, do presente recheado de metamorfoses, em que o indivíduo como ser humano é colocado diante de um futuro incerto, sob intensa pressão social que o circunda durante no seu ciclo de vida (Santos, 2005; Almeida e Pinho, 2008; Taveira e Carvalho, 2012; Marques e Salviano, 2016).

Portanto, Soares (2002) caracteriza o momento da escolha de um curso/profissão como sendo um momento presente, onde a pessoa passa a refletir sobre seus valores, metas e expectativas, para que assim possa optar pelo “melhor caminho”, por vezes baseando-se em suas referências individuais, experiências passadas ou “aquilo que lhe tocou”, “aquilo que sentiu” e produziu efeito para a sua vida, caso das representações das imagens dos livros didácticos das CN.

É nessa senda de ideias que neste estudo pretende-se avançar com a análise das representações das imagens dos livros didácticos de Ciências Naturais.

RESULTADOS

Da análise documental feita neste estudo, os resultados revelaram que os livros didácticos de CN apesar de apresentarem a combinação de texto escrito e imagem, as imagens presentes em cada conteúdo na sua maioria não são inclusivas, ou seja, as imagens apresentam apenas uma categoria

de género (mulher ou homem), evidenciando uma divisão sexual do trabalho, que para Esteves (2018) esta forma de representação das imagens nos materiais educacionais promove e constitui um dos vectores da inequidade de género na ciência na educação. Conforme as representações das imagens na figura 1.



Figura 1: Representações de género nos livros de ciências naturais

Esta representação de género nas imagens dos livros didácticos reforça e legitima a forma de divisão sexista de trabalho verificada na sociedade, o que é esperado por uma mulher e por um homem a posterior influência as expectativas e as escolhas futuras.

CONCLUSÃO

As imagens presentes em cada conteúdo do livro didáctico de CN não são inclusivas, ou seja, as imagens apresentam apenas uma categoria de género (mulher ou homem). Notou-se pelos resultados deste estudo não haver equilíbrio de género na representação das imagens encontradas nos livros didácticos.

Com base na análise documental, foi possível perceber que todos os livros didácticos de CN apresentam imagens que podem orientar a escolha da variante B₁, B₂ e B₄ e desenvolver interesse das mulheres pelas CN a partir de representações que demonstram a aplicação dos conhecimentos de CN na vida produtiva.

Diante dos cenários descritos neste estudo, sugere-se que as pesquisas de género na ciência sejam ampliadas para que se tenha a possibilidade de um ensino mais equânime para mulheres e homens.

REFERÊNCIAS

- Almeida, F. H., & Melo-Silva, L. L. (2011). “Influência dos pais no processo de escolha profissional dos filhos: Uma revisão de literatura”. *Psico-USF*, 16(1), 75-85. doi:10.1590/S1413-82712011000100009.
- Bordini, S. C.; Soares, E. G. (2008). “Livros didáticos de ciências e a fabricação das identidades de gênero, sexualidade e etnia”. In: III Simpósio Internacional e IV Fórum Nacional de Educação – Políticas Públicas, Gestão da educação, Formação e Atuação do Educador. Universidade Luterana do Brasil, Torres, Anais. Disponível em: <http://forum.ulbratorres.com.br/2009/menta_texto/MESA%2010%20A.pdf>.
- Esteves, M. (2018). “Gender Equality in Education: A Challenge for Policy Makers”. *PEOPLE: International Journal of Social Sciences*, 4(2), 893-905.
- MINEDH, *guião do Professor*, Editor-MINEDH 2020.
- MINEDH. (2016). *Estratégia de Género do Sector da Educação e Desenvolvimento Humano para o período 2016-2020: Da equidade e igualdade de género na educação, rumo ao Desenvolvimento Humano Integral e Sustentável*. MINEDH/UNICEF, Maputo.
- Oliveira, J. B. (org.). (1984). *A Política do Livro Didático*. Campinas: Sammus.
- PILETTI, C. *Didáctica Geral*, 23.ed. São Paulo, Ática, 2008
- Silva, G.S. (2013). “Os recursos visuais utilizados na abordagem dos modelos atômicos: uma análise nos livros didáticos de Química”. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências* Vol. 13, Nº 2.

CINECLUBINHO Ó LHÓ LHÓ: prática cineclubista com crianças e adolescentes

CINECLUBINHO Ó LHÓ LHÓ: cineclubist practice with children and teens

Mariah Fonseca Alves¹ e Gizely Cesconetto de Campos²

¹*Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Brasil*

²*Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Brasil*

RESUMO: Este trabalho se propõe a debater as ações do Cineclubinho Ó Lhó Lhó, que promove a experiência cineclubista como prática coletiva, emancipadora, de reconhecimento do outro e dos processos de inclusão social com crianças de 6 a 14 anos no Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC, em parceria com a ONG Casa dos Girassóis.

Palavras-chave: Adolescente, cineclube, criança, emancipação, prática coletiva.

Correspondência para: (correspondence to:) mariahfalves@gmail.com; gizely@ifsc.edu.br

INTRODUÇÃO

O Cineclube Ó Lhó Lhó está sediado no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Florianópolis, desde 2014, uma instituição pública de educação profissionalizante (técnico, graduação e pós-graduação). O coletivo que organiza o cineclube é estruturado democraticamente por meio de comissões de trabalho coordenadas por um membro, e reuniões semanais para compartilhamento e tomadas de decisões coletivas. Atualmente, tem 20 integrantes e é formado majoritariamente por mulheres e pessoas de gênero dissidentes. Essa configuração proporciona mais atenção às discussões sobre desigualdades, feminismos e demais questões de gênero e sexualidades. Nos primeiros anos desenvolvemos sessões semanais de filmes com debates, e no processo de amadurecimento e consolidação do cineclube outras atividades surgiram, como: o Cinescrita, publicação de e-zine sobre os ciclos das sessões; a Mostra que Mostra, exibição de filmes independentes catarinenses; o Censo|Senso Cineclubista, identificação de cineclubes brasileiros; o Mapeamento Cineclubista, levantamento e mapa interativo de cineclubes atuantes no Brasil; os Debates Cineclubistas, ciclos de formação sobre cineclubismo e mídias audiovisuais; Produções Audiovisuais próprias e o

Cineclubinho Ó Lhó Lhó. Trataremos aqui da experiência do Cineclubinho, uma atividade recente que está em construção e vem demonstrando muita potência e possibilidades de expansão junto ao público infantil e suas comunidades.

Cineclubinho Ó Lhó Lhó

O Cineclubinho Ó Lhó Lhó começou timidamente no final de 2017, quando foi realizada uma sessão no Auditório do IFSC Campus Florianópolis em parceria com a Organização não governamental (ONG) Casa dos Girassóis. Essa atividade se repetiu no final de 2018 no auditório do Campus e numa creche de Florianópolis. A partir dessas experiências, o coletivo do Cineclubinho Ó Lhó Lhó sentiu a necessidade de desenvolver um projeto permanente de experiência e prática cineclubista com o público infantil. Por isso, a partir de 2019 o projeto tornou-se uma parceria regular entre o Cineclubinho Ó Lhó Lhó e a ONG Casa dos Girassóis, que atua com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, das 16 comunidades do Maciço do Morro da Cruz, em contraturno escolar. Destaca-se aqui a localização da Casa dos Girassóis, pois o Campus Florianópolis está localizado no Centro da cidade, fazendo frente para uma das avenidas principais e costas para essas mesmas 16 comunidades.

Desenvolver o Cineclubinho tem dentre os objetivos aproximar as crianças e os jovens das comunidades do Maciço das atividades que o IFSC desenvolve, numa tentativa de tensionar o processo seletivo de ingresso, para os cursos do IFSC, que não corresponde à realidade socioeconômica dessas comunidades. E é também uma quebra simbólica dos muros altos e das catracas que bloqueiam o acesso, e inibem a sensação de pertencimento, apesar do IFSC ser público. Essas condições de exclusão foram determinantes para desenvolver as atividades do Cineclubinho dentro do Campus, reafirmando sempre que aquele ambiente é público e é de todos. É objetivo, também, provocar a reflexão crítica a respeito do cotidiano por meio de obras audiovisuais, preferencialmente locais e nacionais, despertando o interesse por obras fora das produções hegemônicas. Cada encontro tem um tema que funciona como fio condutor para o debate após a sessão. Na conversa, as crianças e os adolescentes têm liberdade de expressar suas sensações, observações e reflexões sobre o que assistiram, cabendo à equipe do Cineclubinho Ó Lhó Lhó motivar e mediar, este espaço para que todos externalizem suas vivências e opiniões.

Estimulamos a partilha coletiva dos afetos suscitados e a escuta, com respeito, ao outro.

Há um cuidado para que os corpos e movimentos das crianças e adolescentes não sejam disciplinados ao silêncio e à imobilidade típicas dos cinemas comerciais. Além do debate, criamos atividades de expressão, de interação coletiva (somando o ver, o refletir e o produzir) com as obras audiovisuais como forma de expandir e permitir repensar nossas práticas no mundo, identificando as diferenças e as contradições. Esta prática cineclubista apresenta sua maior potência quando o público (crianças, adolescentes, organizadores e pessoas da comunidade) reconhece suas reais condições de vida e no diálogo coletivo expressa suas reflexões numa perspectiva transformadora.

As atividades do cineclubinho já vem apresentando resultados, uma das crianças da Casa dos Girassóis que frequentava o Cineclubinho em 2019, manifestou o interesse em ingressar no IFSC, corroborando com nosso objetivo de ocupar o espaço da instituição pelas crianças, desenvolvendo maior familiaridade e possibilidade de ingresso no IFSC. As professoras da ONG relataram que durante a pandemia realizaram um esforço coletivo para superar o processo de seleção, que ainda é muito difícil pelas condições das provas e da burocracia das

documentações, tanto para o processo seletivo, quanto para a matrícula. Mas, o esforço do adolescente, da família e das professoras valeram à pena, pois ele está frequentando o Curso Técnico Integrado em Eletrônica. Há outros exemplos que demonstram a potência deste tipo de atividade, pois ao apresentarmos outros projetos de extensão de Arte e Cultura do Campus Florianópolis uma das meninas demonstrou interesse em frequentar o Clube de Escrita. Percebemos também que nesse retorno após o isolamento social, houve uma renovação das crianças que frequentavam em 2019, estas muito tímidas e receosas de caminhar nos corredores do Campus. É notável que a cada novo encontro elas estão mais soltas, falando mais alto nos corredores, e criando vínculos com os membros da organização do Cineclube Ó Lhó Lhó, demonstrando saudade deste espaço e necessidade da atividade ser semanal. O Cineclubinho está se revelando como um portal de cidadania e de emancipação para todos que participam, em especial para essas crianças e adolescentes que o criam com a gente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni e MACEDO, Felipe (Orgs.). **Cineclube, Cinema & Educação.**

Londrina: 2010. 216p.

PASSOS, Manoela Veloso; COLUCCI, Maria Beatriz. **Análise crítica de experiências com cineclube com estudantes de 7 a 10 anos.** Sergipe: 2021. 7p.

**EQUIDADE DE GÉNERO NO SECTOR HOTELEIRO DOS DESTINOS
TURÍSTICOS PRIORITÁRIOS DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE: Desafios e
Oportunidades.**

Gércia Filita Cucho

*Faculdade de Letras e Ciências Sociais Universidade Eduardo Mondlane (UEM),
Moçambique*

RESUMO: Estimular a participação plena e efectiva das mulheres, e a igualdade de oportunidades para a liderança a todos níveis de tomada de decisão na vida política, económica e social constitui um dos objectivos do desenvolvimento sustentável por alcançar até 2030, conforme estabelecido pela ONU. Embora haja avanços na luta pela igualdade de oportunidades, é notório que a representação das mulheres, no campo do trabalho, ainda está presa às imagens tradicionais, que constroem não só a forma como os empregadores percebem-nas, mas também a imagem que estas têm de si mesmas. Dentro da problemática das relações de género e do mercado de emprego em Moçambique, identificou-se o sector do turismo da província de Inhambane, que apesar da forte presença feminina na força de trabalho, o seu progresso e desempenho de funções pode ser influenciado pelas desigualdades baseadas no género. É neste contexto que através de uma pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica, o presente trabalho buscou analisar a participação da mulher no sector hoteleiro da praia do Tofo no Município de Inhambane entre os anos de 2015 a 2021, com enfoque para as influências de relações de género no desempenho de suas funções. Os resultados preliminares apontam para existência de um tecto de vidro que dificulta o progresso das mulheres, assim como a tendência de segregação de funções por sexo associando os serviços de hospitalidade a domesticidade, como um dos aspectos que influenciam negativamente na trajetória profissional das mulheres neste sector.

Palavras-chave: Género, Desenvolvimento, Hotelaria, Turismo.

ABSTRACT: Stimulating the full and effective participation of women and equal opportunities for leadership at all levels of decision-making in political, economic and social life is one of the sustainable development goals to be achieved by 2030, as established by the UN. Although there are advances in the fight for equal opportunities, it is notorious that the

representation of women in the labour field is still stuck to traditional images, which constrain not only the way employers perceive them, but also the image they have of themselves. Within the problematic of gender relations and the employment market in Mozambique, the tourism sector of Inhambane province was identified, which despite the strong female presence in the workforce, its progress and performance of functions can be influenced by gender-based inequalities. It is in this context that through qualitative research of phenomenological approach, the present work sought to analyse the participation of women in the hotel sector of Tofo Beach in the Municipality of Inhambane between the years 2015 and 2021, focusing on the influences of gender relations in the performance of their functions. The preliminary results point to the existence of a glass ceiling that hinders the progress of women, as well as the tendency of segregation of functions by gender associating hospitality services to domesticity, as one of the aspects that negatively influence the professional trajectory of women in this sector.

Key-words: Gender, Development. Hospitality, Tourism.

Correspondência para:(correspondence to:) gercia_filita@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O papel da mulher foi, durante muito tempo, rotulado a domesticidade, em que o seu dever era cuidar da casa, dos filhos e do marido, enquanto que ao homem era atribuído o papel de provedor, e sua responsabilidade era trabalhar para garantir a sobrevivência da família (FONTOURA e ARAÚJO, 2016; Silva, 2021). De acordo com Silva (2021) foi a necessidade de complementar a renda da família, devido a conjuntura da revolução industrial, que impulsionou a entrada da mulher no mercado de trabalho, contudo, eram evidentes as desigualdades em termos de salários, carga horária e na atribuição de funções. Apesar da evolução e vitórias alcançadas pelas mulheres na luta pela igualdade de direitos, as situações de desigualdades no mundo contemporâneo continuam presentes, sobretudo no mercado de trabalho (SILVA, 2021). Estas questões têm sido vivenciadas em diferentes sectores produtivos, sendo que para este trabalho o enfoque será o sector de turismo. De acordo com a Global Report of Women in Tourism (2019) as mulheres constituem a maioria (54%) da mão-de-obra do turismo a nível mundial, no entanto, de um modo geral, continuam concentradas em empregos de baixo nível e estão mal representadas a níveis profissionais mais elevados,

isto significa que, embora a participação das mulheres no turismo seja significativa, a qualidade global da sua participação continua a ser fraca. O sector de turismo foi elencado pelo governo de Moçambique como uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento sócio-económico e a província de Inhambane em seus diferentes distritos, sobretudo os costeiros, é considerada um destino emblemático do turismo no País. Verificar a posição, mobilidade e evolução das trajectórias académicas e profissionais das mulheres que trabalham neste destino turístico é relevante a medida em que exemplos bem-sucedidos podem ser amplamente divulgados, estimulando mais mulheres a buscarem pelo seu crescimento nas organizações onde estão inseridas e desencorajar práticas de discriminação por género. Foi neste contexto que através de uma pesquisa de abordagem fenomenológica utilizando as técnicas de entrevistas semiestruturadas e observação directa que neste trabalho pretendeu-se analisar as relações de género nos estabelecimentos hoteleiros da praia do tofo no período de 2015 a 2021.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, de natureza qualitativa, com uma metodologia assente na abordagem fenomenológica. A revisão bibliográfica, as entrevistas semiestruturadas e observação directa, foram elencadas como técnicas de recolha de dados, e a compilação e análise dos dados foi feita apoiando-se da técnica de análise de conteúdo.

As relações de Género no Sector do Turismo

O turismo é actualmente uma das actividades consideradas prioritárias no sector económico de muitos países, pela sua potencialidade em contribuir para o desenvolvimento sócio-económico (BRAVO, 2017). Marujo (2008) sustenta afirmando que o turismo deixou de ser visto apenas como um sinónimo de lazer e passou a assumir um papel de agente social nas sociedades em que se desenvolve. Segundo a Global Report on Women in Tourism (2019) embora as mulheres representem 70% da força de trabalho da indústria de hospitalidade no mundo, elas ocupam menos de 40% dos cargos de gerência, menos de 20% dos cargos de gestão geral e menos de 8% de cargos no conselho. Segundo Silva (2021) a preponderância da presença das profissionais femininas no sector hoteleiro pode estar directamente associada a questões de feminização de determinadas profissões. Isso acontece quando algumas actividades desempenhadas neste sector são vistas como funções femininas e muitas vezes remetem ao espaço doméstico como limpeza e arrumação de quartos, lavandaria, entre outros. Fochi

(2005) também destaca atribuição de actividades que retractam as responsabilidades domésticas as mulheres no sector hoteleiro como motivação para maior participação masculina nas funções de alto poder em relação às mulheres.

RESULTADOS

Os resultados preliminares apontam para existência de um tecto de vidro que dificulta o progresso das mulheres, assim como a tendência de segregação de funções por sexo associando os serviços de hospitalidade a domesticidade como camareira, cozinheira, copeira. A inexistência de estratégias de género adoptada pela empresa, a conciliação de trabalhos domésticos e trabalho remunerado, assim como nível de escolaridade são também factores evidenciados como possíveis barreiras para o alcance de melhores cenários em termos de igualdade neste sector.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2002). *Análisis de contenido*. Madrid: Ediciones Akal.
- Bravo, D. V. (2017). *Análise da Relação entre o Desenvolvimento Turístico e as Práticas de Desigualdade de Género. Estudo de Caso: Cuenca*. Tese de Graduação apresentada a Faculdade de Filosofia, Artes e Ciências da Educação – Universidade Del Azuay. Cuenca-Ecuador.
- Fochi, M. C. (2005) *Relações de Trabalho e Relações de Género na Hotelaria*. Brasília-DF.
- Fontoura, N; Araújo, C (2016) *Uso do tempo e género*. UERJ. Rio de Janeiro.
- Louis, M. V. (2006). Diga-me: O que significa género? *Sociedade e Estado*, 21 (3) 711-724.
- Marujo, M. (2008). *Turismo e comunicação*. Castelo Branco: RVJeditores.
- Salvador, D.S (2012) *Género e turismo: a liderança feminina no sector hoteleiro*. [Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro- Portugal]
<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10682/1/Dissertação.pdf>
- Silva, M.A. da. (2021). *O processo da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise no setor de hotelaria da cidade do Natal/RN* / Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas.
- World Tourism Organization & UnWomen (2019) – *Global report on women in tourism*.
- Vieira, T. J. (2006) *A expansão do trabalho feminino no mercado formal de trabalho catarinense nos anos de 1990*. Monografia submetida ao departamento de graduação em Ciências Económicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DESLOCADOS AMBIENTAIS E DINÂMICAS SÓCIO TERRITORIAIS NOS BAIRROS DE REASSENTAMENTO: Uma reflexão sobre a vulnerabilidade da mulher

Leonildo Belito Helena Felisberto

Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

RESUMO: O impacto das mudanças climáticas constitui um desafio para a humanidade, os pobres são as maiores vítimas e dentre estes, a mulher é que mais sofre os efeitos negativos deste fenómeno. A ocorrência de fenómenos naturais adversos num ambiente de vulnerabilidade das comunidades ou países constitui um catalisador para a mobilidade das pessoas em busca de áreas seguras e melhores condições de vida e meios de subsistência. A partir do estudo qualitativo baseado em entrevistas semiestruturadas e grupos focais buscou-se avaliar a vulnerabilidade da mulher deslocada e reassentada no Centro de Reassentamento de Mahave em decorrência das cheias da Bacia do Save. Os resultados preliminares indicam que a precariedade das condições de habitação, o fraco acesso aos serviços de saúde, a dependência na agricultura, a falta de acesso água potável, a insegurança alimentar constitui alguns dos aspectos de vulnerabilidade da mulher reassentada em Mahave.

Palavras-chave: Migrações, género e mudanças climáticas.

ABSTRACT: The impact of climate change is a challenge for Humanity, the poor are the greatest victims and among these, women suffer the most from the negative effects of this phenomenon. The occurrence of adverse natural phenomena in an environment of vulnerability of communities or countries constitutes a catalyst for the mobility of people in search of safe areas and better living conditions and livelihoods. From a qualitative study based on semi-structured interviews and focus groups, we sought to assess the vulnerability of women displaced and resettled in the Mahave Resettlement Center as a result of the floods of the Save Basin. Preliminary results indicate that precarious housing conditions, poor access to health services, dependence on agriculture, lack of access to clean water, and food insecurity constitute some aspects of vulnerability of women resettled in Mahave.

Keywords: Migration, gender and climate change

Correspondência para:(correspondence to:) leonildo_matsinhe@yahoo.com

INTRODUÇÃO

O meio ambiente exerce influência sobre a vida na terra desde os primórdios da humanidade, quando era o principal se não único indutor do fenómeno migratório dos grupos de caçadores e recolectores, cuja sobrevivência dependia do alimento que existia na natureza. (BELLE e MINILLO, 2013; PATRÍCIO, 2015).

Estima-se que a nível mundial, cerca de 17.2 milhões de pessoas foram deslocadas internamente em 2018 devido a desastres naturais (IMC 2019). Segundo o Banco Mundial (2018), até 2050, prevê-se que na Africa Austral em torno de 0,9 e 1.5 milhões de deslocamentos internos serão ligados a mudanças climáticas.

Em Moçambique, o fenómeno migratório em decorrência das mudanças climáticas resulta essencialmente das cheias/inundações nas províncias de Gaza, Inhambane e Sofala, da seca nas províncias de Gaza e Inhambane, MICOA (2005), Feijó (2017) e GM, (2019).

De acordo com Louis *et al* (2020) e Lindgren (2021), as mulheres são mais vulneráveis do que os homens devido a diferenças nos papéis desempenhados na sociedade, nas expectativas sociais, no acesso a recursos sociais, económicos, físicos e meios de subsistência. Goh (2012) indica que as alterações climáticas afectam o património e o bem-estar dos homens e mulheres de forma diferente em seis áreas de impacto: impactos relacionados com a produção agrícola; segurança alimentar; saúde; recursos hídricos e energéticos; migração e conflitos induzidos pelo clima; e desastres naturais relacionados ao clima.

O presente estudo procura perceber o impacto da política de reassentamento no processo de gestão de desastres naturais, com enfoque na adaptação, redução de riscos e promoção dum desenvolvimento integrado e resiliente às mudanças climáticas tendo em vista reduzir a vulnerabilidade das populações. Assim pretende-se avaliar a vulnerabilidade da mulher deslocada e reassentada no Centro de Reassentamento de Mahave em decorrência das cheias da Bacia do Save.

METODOLOGIA

O estudo é de natureza qualitativa e os dados foram obtidos com base em entrevistas semiestruturadas; e Grupos Focais de Discussão. As discussões em grupos focais foram usadas para entrevistar membros da comunidade e as entrevistas foram administradas aos líderes da

comunidade que serviram como informantes-chave. Para analisar os resultados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo Temática.

RESULTADOS

Quadro 1: Vulnerabilidade da mulher as mudanças climáticas no Centro de Reassentamento de Mahave.

Vulnerabilidade	Efeitos sobre a vida da mulher
Habitação	Maioritariamente as mulheres vivem em palhotas de estacas, terra batida, tecto de capim ou colmo e vulneráveis a vendavais e ciclones.
Educação	Falta de formação profissional, relegando a mulher á pratica da agricultura
Saúde	Dificuldade de acesso a serviços de saúde devido a longas distâncias entre o centro de reassentamento e a Unidade Sanitária mais próxima.
Abastecimento de Água	Dispêndio de mais tempo no percurso para acesso a água, fraco saneamento e doenças causadas pelo consumo de água impropria.
Agricultura	Baixa produtividade devido e insegurança alimentar.
Biodiversidade	Dificuldade na obtenção de combustível lenhoso, plantas medicinais e alimentos silvestres devido a degradação da biodiversidade.
Acesso a terra	Conflitos e competição entre deslocados na procura de terra para agricultura e pastagens.
Acesso ao crédito	Dificuldade de acesso ao crédito para aquisição de insumos e/ou diversificação dos meios de subsistência.

CONCLUSÕES

A vulnerabilidade da mulher no Centro de reassentamento de Mahave é condicionada por factores socioeconómicos e físicos ambientais, daí a necessidade de o processo de reassentamento não só preocupar-se em proporcionar áreas seguras para os deslocados ambientais, mais também deve introduzir a perspectiva de género na gestão dos desastres naturais, permitindo que as preocupações de homens e mulheres e o conhecimento local sejam levados em conta neste processo.

A integração da perspectiva de género na gestão de desastres permite compreender o desempenho dos indivíduos, grupos, e comunidades no processo de adaptação e permite projectar intervenções adequadas a diferentes contextos com vista a mitigação dos impactos adversos das alterações climáticas.

REFERÊNCIAS

FEIJÓ, J. (2018), *Investimentos Económicos, Assimetrias Socio-Espaciais e Movimentos Migratórios*. Movimento Migratórios para áreas de concentração de grandes projectos. Cord. João Feijó e Inês Macamo Raimundo. Editor João Feijó. 9285/RLINLD/2017. Publifix – edições. Maputo, Moçambique.

GOH. A. H.X. (2012), *Literature Review Of The Gender-Differentiated Impacts Of Climate Change On Women's And Men's Assets And Well-Being In Developing Countries*. CAPRI Working Paper No. 106.

GOM. (2019). *Ciclones Tropicais Idai e Kenneth Relatório da Situação Nacional 3*.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE (IDMC) (2019) *Global report on internal displacement*. <http://www.internal-displacement.org/global-report/grid2019/>.

LINDGREN, M. F. (2021), *The Relation Between Climate Change and Gender Inequality in Mozambique - A case study on how climate change affects women in poverty in Mozambique*, C. Thesis in Peace and Development, Växjö.

MINISTÉRIO DE COORDENAÇÃO PARA ACÇÃO AMBIENTAL (2005). *Avaliação da Vulnerabilidade as Mudanças Climáticas e Estratégias de Adaptação*. Maputo: MICOA.

NYAHUNDA, L.; MATHEW T. H. (2020) *Effects of Climate Change on Rural Women in Makhado Municipality, Vhembe District, Limpopo Province, South Africa*. Gender & Behaviour, Vol. 18 No. 2, June 2020 15769 – 15778 Copyright 2020 © Ife Centre for Psychological Studies/Services, Nigeria ISSN: 1596-9231.

PATRÍCIO, G. (2016). *Compulsando as migrações internas e internacionais*. Revista InterEspaço. Grajaú, v. 2, n. 5 p. 78-101.

WORLD BANK (2018) *Groundswell: Preparing for internal climate migration*. World Bank, Washington, DC, USA. <https://www.worldbank.org/en/infographic/2018/03/19/groundswell--preparing-for-internal-climate-migration>

COUNTERCOLONIAL FEMINIST PRACTICES, EXPERIENCES AND DISCOURSES IN CANDOMBLÉ

Daniela Calvo

Centro de Tradições Afro-Brasileiras (CETRAB), Brazil

ABSTRACT: The purpose of this work is to explore how, in *Candomblé terreiros*, women built de/counter-colonial practices and discourses around the stove. This process is based on traditional African values passed down through generations, on circulations of women and ideas between *Candomblé terreiros* and Black Women's Movement, as well as on a re-reading of history and the spread of the thought of Nigerian sociologist Oyèrónké Oyèwùmí, who opposes Euro-American feminisms values and ways of life of traditional Yorùbá society. The kitchen constitutes a space of women's empowerment, in continuity with African traditions and the experience of food vendors in markets and streets. Knowledge is passed down more horizontally; abilities and sensibilities are developed; women's transforming power (connected to the child's gestation in the mother's womb and the Ìyà̀mì, the Ancestral Mothers) manifests itself through the alchemical process of food transformation and community transmutation through the creation of familial ties. The separation of domestic space from public sphere is put in check in discourses and practices produced in and from the kitchen, which manifest themselves in food entrepreneurship, where women are producers of culture and sociability. My reflections are based on a ethnographic research conducted in *Candomblé terreiros*, located in Rio de Janeiro, specifically the *Aṣe Idasilẹ̀ Oḍẹ* of Bábá Marcelo dos Santos Monteiro Oloye Oḍearofa Omo-awo Ifa-Funké, of ketu nation, in conversations with other *Candomblé* practitioners, women who work with food, particularly Afro-Brazilian cuisine, as *baianas de acarajé*, members of Black Women's Movement and in a social media survey.

Keywords: Black feminisms, Candomblé, gender, food.

PRÁTICAS, DISCURSOS E EXPERIÊNCIAS CONTRA-COLONIAIS FEMINISTAS NO CANDOMBLÉ

RESUMO: Este trabalho visa explorar como, nos terreiros de candomblé, as mulheres constroem práticas e discursos de/contra-coloniais em torno do fogão. Esse processo assenta nos valores tradicionais africanos transmitidos através das gerações, nas circulações de mulheres e ideias entre os terreiros de candomblé e o Movimento das Mulheres Negras, numa releitura da história e na difusão do pensamento da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí, que opõe aos feminismos euro-americanos os valores e modos de vida da sociedade tradicional yorùbá. A cozinha constitui um espaço de empoderamento feminino, em continuidade com as tradições africanas e as experiências das vendedoras de comida em mercados e ruas. O conhecimento é transmitido de uma forma mais horizontal; são desenvolvidas habilidades e sensibilidades; o poder transformador das mulheres (ligado à gestação da criança no útero materno e às Ìyà̀mì, as Mães Ancestrais) expressa-se no processo alquímico da transformação dos alimentos e na transmutação da comunidade mediante a criação de relações de

familiaridade. A separação do espaço doméstico da esfera pública é posta em xeque em discursos e práticas realizados dentro e a partir da cozinha, que se expressam no empreendedorismo na culinária, onde as mulheres são produtoras de cultura e sociabilidade. Minhas reflexões baseiam-se numa pesquisa etnográfica realizada em terreiros de candomblé, localizados no Rio de Janeiro, em particular o *Àṣe Idasile Ọḍe* de Bábá Marcelo dos Santos Monteiro Oloye Ọḍarofa Ọmọ-awo Ifa-Funké, da nação ketu, em diálogos com outros praticantes de candomblé, mulheres que trabalham com comida, em particular com a cozinha afro-brasileira, como as baianas de acarajé, membros do Movimento das Mulheres Negras e numa pesquisa nas redes sociais.

Palavras-chave: Feminismos negros, Candomblé, gênero, comida.

Correspondência para:(correspondence to:) dnlelv7@gmail.com

INTRODUCTION

For Candomblé practitioners, Africa is not only a repository of memories, symbols, imageries and ancestry (SODRÉ, 2017), or a source of knowledge, power and sacred force through transatlantic dialogues, commercial exchanges and the trips of *òrìṣà* worshipers and *babaláwos* (CAPONE, 2010). Africa also provides inspiration for thinking about current social issues and envisioning the future. In particular, current discussions and meanings regarding gender and matrifocality in traditional Yorùbá societies, conveyed by the circulation of the works and ideas of the Nigerian sociologist Oyèrónké Oyèwùmí, offer an opportunity to recover Black women's identity and social role, as well as to contrast colonial and patriarchal systems, particularly to women of African-Derived religions.

It was, indeed, in a *terreiro* kitchen (of the *Àṣe Idasile Ọḍe* of Bábá Marcelo dos Santos Monteiro Oloye Ọḍarofa Ọmọ-awo Ifa-Funké, of ketu nation, located in Rio de Janeiro), in conversations with women while preparing food, that this research was born, developing through materials collected in my frequentation of *tabuleiros* of acarajé⁸ and Afro-Brazilian cuisine, as well as with conversations with other Candomblé practitioners, Black women working as cooks and entrepreneurs in food, women of Black Women Movement, and a social media survey.

⁸ Stands of *acarajé*, a traditional Afro-Brazilian food.

WOMEN'S EMPOWERMENT AND COUNTERCOLONIAL PRACTICES

A sentence pronounced by Ìyá Dolores Lima Oyaiyele, wife of Bábá Marcelo, iyalassé⁹ of the the *Àṣe Idasilẹ̀ Oḍẹ* and activist in various social movements, synthetizes the process of women empowerment in Candomblé, through dialogues and circulations of women and ideas among Candomblé *terreiros*, Black Women Movement and of the thought of Oyèrónké Oyěwùmí: “The kitchen is a space for women's empowerment, where the exchange of sacred knowledge takes place and the woman’s transforming power manifests.” This power of transformation, which is considered as part of feminine nature and expressed in the child’s pregnancy, takes place in the kitchen with the process of food transformation, as well as in the community transmutation, since the woman can assemble the community by offering the food in ritualistic and traditional sense.

The figure of *iyá* (mother) is the foundation of social, political and spiritual structure of traditional Yorùbá society (OYĚWÙMÍ, 2015) and directs relationships in Candomblé *terreiros*, that can be defined as a matrifocal system in which the family-of-the-saint (which can complete, extend or replace the carnal family) is sustained by values such as care, solidarity, sharing, nutrition and exchange.

The conception of women as *iyá*, domestic work and the archetype of female *òrìṣà* and of the *Iyàmi* (the Ancestral Mothers) are all revisited, along with a critique of the changes brought about by colonization and Christianization. Rethinking these archetypes implies rethinking one’s own identity and social, symbolic and economic role in one’s own family and community, and in society at large, as well as contrasting colonial, Christian and patriarchal models of proper behaviour and gender relations, as well as appropriating possibilities of social and professional realization in accordance with one’s own traditional values and in continuity with one’s own ancestors in Africa and Brazil.

Indeed, discourses and practices done in and from the kitchen, manifesting themselves in food entrepreneurship, where women are producers of culture and sociability, offer a model of living food production which does not imply the separation of domestic and public spheres, and of achieving professional realization outside the moulds of Euro-American feminisms.

⁹ Woman responsible for the kitchen in Candomblé *terreiros*.



REFERENCES

CAPONE, S. **Searching for Africa in Brazil: Power and Tradition in Candomblé**. Durham London: Duke University Press, 2010, 316 p.

OYĚWÙMÍ, O. **What gender is motherhood?** Changing Yorùbá ideas on power, procreation, and identity in the age of modernity. New York: Palgrave Macmillan, 2015, 262 p.

SODRÉ, M. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017, 240 p.

ITABAIANA: MODERNIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E PROSTITUIÇÃO NA ‘RAINHA DO VALE DA PARAÍBA’

Flaviano Batista Ferreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

RESUMO: A cidade de Itabaiana está situada no agreste paraibano, com uma posição privilegiada sendo ponto de ligação entre os estados Paraíba e Pernambuco. Sua economia era alicerçada com a feira de gado e posteriormente com o progresso trazido pela ferrovia no início do século XX. A pesquisa baseia-se nos estudos de gênero, mas especificamente com a prostituição, que ocorria na zona boêmia da cidade, localizada na Rua do Carretel e seu entorno. O espaço era propício aos divertimentos “danças, bebedeiras, jogos e sexo”. Nosso objetivo é analisar a modernização e a prostituição em Itabaiana a “Rainha do Vale da Paraíba”.

Palavras-chave: Itabaiana – PB, Modernização, Prostituição, Vivências.

ITABAIANA: MODERNIZATION, CIRCULATION AND PROSTITUTION IN THE “QUEEN OF VALE DA PARAÍBA”

ABSTRACT: The city of Itabaiana is located in the countryside of Paraíba, with a privileged position being the connection point between the states of Paraíba and Pernambuco. Its economy was based on the cattle fair and later with the progress brought by the railroad in the beginning of the 20th century. The research is based on gender studies, but specifically with prostitution, which occurred in the bohemian area of the city, located in Rua do Carretel and its surroundings. The space was conducive to entertainment “dancing, drinking, games and sex”. Our objective is to analyze the modernization and prostitution in Itabaiana the "Queen of the Vale da Paraíba".

Keywords: Itabaiana – PB, Modernization, Prostitution, Experiences.

Correspondência para:(correspondence to:) flavianomaximus@gmail.com

INTRODUÇÃO

Itabaiana era um povoado que pertencia a Vila de Pilar, teve seu surgimento em finais do século XVIII, e foi elevada à categoria de cidade através do decreto de número 63, de maio de 1891. Atualmente tem uma população de aproximadamente 24.500 pessoas, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – de 2010.

De excelente posição geográfica, situa-se no Agreste paraibano e por causa disso sua localização serviu de elo de ligação entre o estado de Pernambuco, a capital e o sertão paraibano. Em meados do Século XIX, a feira de gado se tornou uma das mais importantes do Nordeste brasileiro, o que modificou a economia local; em seguida veio o processo de modernização trazido pelo trem de ferro, no início do século XX. Fazendo com que a cidade passasse por transformações de organização em seu espaço urbano, tornando-se uma das principais cidades do interior.

De acordo com a literatura paraibana, Maia (2015), Aranha (2007), Itabaiana progredia, sob os pontos de vista econômico, social, urbano e cultural, e a feira de gado era o meio que alavancava esse progresso. A riqueza de Itabaiana nas primeiras décadas do século XX era tamanha que a cidade foi apelidada orgulhosamente como “A Rainha do Vale do Paraíba”, pois contava com um intenso comércio de lojas, farmácias, barbearias, cinemas, jornais, revistas, e uma série de sinais do moderno que atraía pessoas de todo o Brasil para conhecer a charmosa cidade.

Sua riqueza era gerada pelos fazendeiros e negociantes que vinham à cidade para comprar e vender gado, entre outras mercadorias. Nesse período, Itabaiana contava com os cabarés de prostituição da Rua do Carretel (conhecida também como a zona boêmia onde residiam as “raparigas”, nome pelo qual eram conhecidas as prostitutas), que alegravam as noites de segundas-feiras desses visitantes. Essas práticas sexuais em meados do século XIX, despertava a atenção de pesquisadores da saúde do período pois alertavam que junto com Campina Grande, as prostitutas de Itabaiana sifilizavam o sertão, como afirma Almeida (2012) no livro *a Paraíba e seus problemas*.

Este estudo está inserido no contexto da história social e tem por objetivo conhecer quais foram os motivos da transformação da cidade de Itabaiana, em um grande centro econômico de trabalho sexual, e como ela torna-se um dos centros de vida boêmia no estado da Paraíba.

Ele baseia-se nos estudos de gênero, em que as mulheres se tornam sujeitos e temas de investigação histórica, articulando recortes variados, como família, sexualidade, trabalho, corpo e, neste caso, a prostituição feminina, que no Brasil vem ganhando destaque desde a década de 1980. Com base em autoras como Margareth Rago (2008), Magali Engel (2004), Martha Esteves (1989), Nascimento (2008), esta proposta buscará fugir da frase simplista que afirma o trabalho sexual como a “profissão mais antiga do mundo”.

Para isso, as categorias “prostituição” e “trabalho sexual” serão articuladas com a metodologia da História Oral que abarcam vivências e relatos dessas trabalhadoras e dos frequentadores dos cabarés, bem como a literatura sobre a cidade de Itabaiana, que interpreta seus costumes, práticas, ascensão e declínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a prostituição feminina como um elemento social e urbano (não apenas), voltado ao comércio sexual de trocas e favores em um sistema de códigos e transgressões morais. A prostituição é um fenômeno social complexo, que atravessa traços marcantes da sociedade, estando entrelaçado à economia, à cultura, à sexualidade e às relações de gênero. É uma prática, que se configura pelas relações de poder e saber existente nos espaços que transitam, como um todo social que se movimenta, sendo objeto de diversos estudos e opiniões tanto do senso comum quanto da academia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. Brasília, Senado Federal, conselho Editorial, 2012
- ARANHA, Gervásio Batista. “O Trem de ferro na Paraíba do Norte”. In: SOUZA, Antônio Clarindo de; SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. **História da Paraíba – Ensino Médio.**, Campina Grande: EDUFCA, 2007, p. 107-119.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores. Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.
- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MAIA, Sabiniano. **Itabaiana: Sua história e suas memórias**. Itabaiana, [s.l.]. 3ª ed. 2015.
- NASCIMENTO, Uelba Alexandre de. **O Doce Veneno da Noite: Prostituição e Cotidiano em Campina Grande (1930- 1950)**. Campina Grande, EDUFCA, 2008.
- RAGO, Luzia Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

AQUENDA: o Pajubá como Crítica Anti-colonial

Keo Silva e Carmen Silvia de Moraes Rial

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

RESUMO: Este artigo propõe articular alguns conceitos dos pensamentos e teorias de(s)coloniais como identidade em política, desobediência epistêmica, saberes fronteiriços e epistemicídio para pensar da questão sobre Pajubá tematizada no Exame Nacional do Ensino Médio de 2018 no Brasil. Nesse sentido, pretendo deslocar os debates legalistas e modernos que permeiam as discussões sobre direito e cidadania da população trans e trazer uma reflexão de ordem epistêmica sobre outras produções de conhecimento.

Palavras -chave: Cidadania, AQUENDA, Pajubá.

ABSTRACT: This article propose articulate some concepts of knowlegde and descolonials theorys like identidade em política, desobediência epistêmica, saberes fronteiriços e epistemicídio for think about the question of Pajubá. Themed in Exame Nacional do Ensino Médio 2018 in the Brazil. In this sense, I intend to displace the legacy and modern debates that permeate the discussions about rights and citizenship of trans people and bring a reflection of epistemic order about others knowledge productions.

Keywords: Citizenship, AQUENDA, Pajubá

Correspondência para:(correspondence to:) keo.ech@gmail.com

A proposta desse texto é articular os conceitos apresentados por Walter Mignolo (2008) em seu texto sobre identidade em política, como desobediência epistêmica e saberes fronteiriços (ANZALDÚA, 1987) em diálogo com os saberes produzidos pela população trans. Como pano de fundo utilizarei a questão do ENEM¹⁰ em 2018, sobre o uso do pajubá. Trago este exemplo no intuito de contextualizar o cenário político brasileiro atual a partir da repercussão na opinião pública que essa questão teve, e a relação entre discursos

¹⁰ Exame Nacional do Ensino Médio.

conservadores e a colonialidade. Desse modo utilizo como metodologia as perspectivas sobre mídia scape (RIAL, 2005; 2016) tanto para pensar as dimensões de representatividade e o debate público, mas também seus silenciamentos a respeito da temática e sobre o quais os critérios para que um patrimônio linguístico de determinado grupo social possa ser considerado dialeto.

O pajubá é uma linguagem popular resultante da mistura de várias expressões vindas de línguas africanas ocidentais e que foram incorporadas na língua portuguesa. Utilizado por seguidores de religiões de matrizes africanas e também pela comunidade LGBTI+. O pajubá passou a ser incorporado pelas travestis durante a ditadura militar como meio de enfrentar a repressão policial, despistar a presença de pessoas indesejadas através do uso de uma linguagem não compreendida pelos repressores.

Em decorrência da questão do Exame Nacional do Ensino Médio, iniciou um debate via redes sociais, e se polarizou em duas opiniões, as dos conservadores apontando que consideram indevido o uso da temática LGBTI+ para demonstrar conceitos linguísticos, e outros compondo o grupo dos que defendem que o uso do Pajubá na prova do ENEM dá visibilidade às minorias¹¹. Essa disputa reflete o cenário político atual do Brasil, entre conservadores e progressistas e possibilita pensar dimensões como a matriz colonial de pensamento.

A linguagem está completamente ligada à construção de uma identidade (HALL, 2000) desse modo está implicada diretamente com uma relação de poder e colonialidade. Nesse sentido, a linguagem é um campo de batalha que reflete as dinâmicas econômico-políticas de uma sociedade (VERGUEIRO, 2018). A partir disso podemos compreender a universalização da língua como estratégia de dominação, usada pelo Estado moderno liberal, desarticulando as diferentes etnias e dissidências que ocupavam os territórios colonizados, o que consiste em epistemicídio (GROSSFOGUEL, 2016). No caso da temática problematizada aqui, podemos usar o conceito de transepistemicídio (Debora LEE e Bruna BENEVIDES, 2018) para pensar as aproximações entre os discursos conservadores e coloniais.

Assim, “o pajubá detém a função de incomodar, de colocar as sombrancelhas em questionamento, de produzir um desajuste no texto.” (FAVERO, 2020. Pp.52). Como uma língua em movimento está para além das normatividades linguísticas. Ainda “O dialeto, extrapola o meio de lidar com os rechaços ou brutalizações, tendo em vista que é também

¹¹ <https://g1.globo.com/educacao/enem/2018/noticia/2018/11/05/veja-resolucao-de-questao-do-enem-que-aborda-status-do-pajuba-como-dialeto-secreto-dos-gays-e-travestis.ghtml>

uma forma de valorizar as diferenças”. (FAVERO, 2020. Pp. 53). Desse modo, opajubá ganha forma de uma epistemologia ou cosmologia travesti, que desobedece e incomoda o conservadorismo e a cisnormatividade epistêmica.

Como crítica ao projeto colonial, revela um modelo identitário naturalizado que funciona como estratégia de dominação, definida por um tipo específico de corpo, por uma distinção racial, um modelo de sexo e gênero e está também na linguagem, elementos centrais das reflexões de Maria Lugones (2008), Raewyn Connell (2016) e Paola Bachetta (2021) sobre a ideia de colonialidade de gênero e ainda podemos pensar na ideia de transcolonialidade de gênero como desenvolve PJ de Pietro (2020).

Nesse sentido, é importante revelar essa lógica colonial no que tange a produção de conhecimento e a construção de hierarquias que se constituem dentro dos espaços discursivos entre os discursos dos sujeitos LGBTI+ e os discursos do pensamento heterossexual e cisgênero. Da mesma forma que ater-se ao contra-argumento de que falar de população LGBTI+, principalmente em temas que tangem direitos e cidadania remete a um debate que se utiliza de categorias coloniais/modernas. Deste modo, destaco que para além dos debates sobre visibilidade, que contribuem para o reconhecimento dessa população, a presença do Pajubá no ENEM desestabiliza, mesmo que pontualmente, a ordem epistêmica colonial ao elevar à categoria de saber uma produção cultural desses/as sujeitos/as.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. [1987] *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*. Traducción Carmen Valle. Madrid, España: Capitán Swing Libros S.L., 2016.

BACCHETTA, Paola.; Jivraj, Suhraiya; Bakshi, Sandeep. *Decolonial sexualities: Paola Bacchetta In Conversation With Suhraiya Jivraj And Sandeep Bakshi*. Interventions, 2020. P.1– 12.

BENEVIDES, Bruna g.; LEE, Débora. *Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans*. Revista latino americana de geografia e gênero, v. 9, n. 2, p. 252 -255, 2018.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais/ raewyn connell*; Tradução Marília Moschkovich. – São Paulo: Inversos, 2016.

DI PIETRO, P.J. *Ni humanos, ni animales, ni monstruos: la decolonización del cuerpo transgénero*. Eidos no. 34, 254-291. 2020.

FAVERO, Sofia. Entre o nímio e o viperino: uma desaquengrafia. Crianças trans: infâncias possíveis/ Sofia Favero. 1ª edição/ Salvador - BA. Devires. 2020.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa* [online]. n.9, pp.73-102. ISSN 1794- 2489. 2008.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado da identidade em política. In: Cadernos de letras da UFF- Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34. P.287-324. 2008.

RAMÍREZ, B. Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (III), 2014 pp. 15-21.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens, imagens da guerra. *Cadernos pagu*. (47), 2016.

RIAL, Carmen. Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia. In: *Movimentos sociais, educação e sexualidades / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]*. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

STUART, Hall. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomas Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 4. Ed. – Rio de Janeiro, 2000.

MULHERES NEGRAS: RACISMO E SEXISMO ACADÊMICO

BLACK WOMEN: racism, sexism academics

Rosana Vargas Fraga

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

RESUMO: O presente trabalho apresenta a proposta de pesquisa a respeito da produção de conhecimento das mulheres negras na ciências humanas, que tem o propósito investigar as relações na construção dos saberes no espaço acadêmico, sendo assim, como objetivo de pesquisa, “Analisar o processo que as mulheres negras desenvolvem na realização de suas pesquisas em face às assimetrias de classe, gênero e raça no contexto acadêmico identificando os enfrentamentos as desigualdades.

Palavras-chave: Gênero, intelectuais negras, raça,

Correspondência para:(correspondence to:) rosannavargas12@gmail.com

INTRODUÇÃO

Para a introdução do tema, destacamos que o racismo estrutural invisibiliza a população negra no cenário educacional. Logo, o ambiente acadêmico como espaço considerado legítimo de produção de conhecimento, se estabelece como um lugar de acesso restrito devido aos condicionantes sociais e econômicos. Nesse contexto, para as mulheres negras a combinação do racismo e outros marcadores sociais, se transforma em uma forma eficaz de exclusão e coerção dificultando seu acesso e permanência na trajetória educacional, desse modo, colocando em dúvida a validade de seu lugar como produtora de ciência.

Mulheres Negras como pesquisadoras e a Universidade

O acesso ao ensino superior não acontece de maneira equânime, pois as questões excludentes de classe, gênero e raça não cessam com a entrada ao espaço acadêmico, considerando que esse lugar tem sido destinado prioritariamente a determinados corpos. O racismo opera de maneira atroz, assim como, o sexismo que se propaga naturalizando situações de desigualdades entre homens e mulheres, perpetuando padrões sociais que aceitam como comportamento legítimo a superioridade branca e masculina.

Em vista disso, a proposta de pesquisa a respeito da produção de conhecimento das mulheres negras nas ciências humanas, tem como questão do problema de pesquisa: “Quais os desafios no percurso na produção de conhecimento das pesquisadoras negras nas ciências humanas?” Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo que as mulheres negras desenvolvem na construção de suas pesquisas em face às assimetrias de classe, gênero e raça no contexto acadêmico identificando os enfrentamentos a essas desigualdades.

O estímulo inicial para a realização da pesquisa vai ao encontro da tentativa em analisar a partir do funcionamento da Universidade como um espaço de produção do conhecimento científico. Mulheres negras, como já destacado no texto, rompem com estruturas de opressão instituídas no desenvolvimento do contexto brasileiro que ainda é marcado pela história recente da escravidão.

Assim, onde corpos de mulheres e negras, na maioria das vezes, ainda são lembrados como "corpos" inferiorizados e ambíguos para a construção da ciência. Desta forma, a presença de mulheres e negras no espaço “acadêmico” desobedece uma lógica, de quem é destinado o acesso ao espaço do ensino superior, quem é aceito para ensinar e qual conhecimento está autorizado a transitar dentro dos muros da universidade.

CONCLUSÃO

Com o advento das ações afirmativas, a crescente inserção da população negra na universidade, desvelou uma fragilidade da estrutura social já conhecida, mas não admitida como racismo e sexismo. Denúncias recorrentes ataques de cunho racistas e sexistas apontam para uma estrutura violenta e de risco para determinados grupos, aqui destacado as mulheres negras, podendo afetar diretamente sua permanência e o avanço de suas pesquisas e carreiras acadêmicas.

De certo, a produção de conhecimento das mulheres negras atrelada à ancestralidade, numa perspectiva diaspórica, se constrói por meio da teoria e da prática tendo um olhar atento às questões de raça, classe e gênero, ou seja, uma narrativa própria das experiências vivenciadas. De maneira, que as mulheres negras nessa transposição de ser o objeto para serem as produtoras de conhecimento no campo científico, destacam o compromisso com a realidade nas relações raciais e enfrentar a invisibilidade na produção intelectual diaspórica na academia.

Nesse sentido, apontamos que as pesquisadoras negras estão comprometidas com uma luta antirracista e demonstram consciência política, assim, ancoram suas pesquisas a partir de suas vivências, desenvolvendo uma posição não neutra, que contribui para o enfrentamento da estrutura acadêmica hegemônica. Além disso, denotamos que as pesquisadoras negras nesse processo para legitimar o pensamento negro e diaspóricos, visibilizam a identidade da mulher negra como produtora de conhecimento, e ainda, o avanço no debate no debate das pesquisas com recorte feminista e racial na área das ciências humanas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** São Paulo: Sueli Carneiro Pólen. 2019.

ARAÚJO, Marivânia Conceição de. [et. al]. **Trajetórias Negras na Universidade** [recurso eletrônico]: resistências, histórias e intelectualidades - Maringá, PR: Uniedusul, 2020. 287 p.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**, In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

QUEIROZ. Delcele Mascarenhas. **Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. Um estudo comparativo**. In: A Cor da Cultura. QUEIROZ. Delcele Mascarenhas (coord.). Salvador: Novos Toques, n. 5, 2002. p. 13-55.

ESCREVIVÊNCIAS E DESESTABILIZAÇÕES: palavras de Mulheres Negras na

Literatura Pós-Colonial Portuguesa

WRITING/LIVING [ESCREVIVÊNCIAS] AND DESTABILIZATIONS: Black Women's words in Portuguese Postcolonial Literature

Margarida Rendeiro

Universidade NOVA de Lisboa e Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal

RESUMO: A segunda década do século XXI revelou ser um ponto de viragem para a literatura portuguesa pós-colonial. As narrativas e poesia de autoras luso-africanas e portuguesas afrodescendentes nascidas depois das libertações africanas, tais como Djaimilia Pereira de Almeida e Yara Nakahanda Monteiro, entre muitas outras, introduziram olhares diferentes sobre o legado pós-colonial, visibilizando a pós-memória dos herdeiros das experiências dos colonizados através do deslocamento da alterização da voz da mulher negra para uma posição de autoridade discursiva, inédita em tempos pós-coloniais portugueses. Discorrendo sobre vivências que desestabilizam imaginários cartográficos ao refletir sobre a complexidade das vivências luso-africanas e afrodescendentes, são escrituras que introduzem a diversidade polifónica ausente na pós-memória coletiva portuguesa. Reforçada pelo crescente reconhecimento desta autoria, esta visibilização tem sido construída maioritariamente pelas mãos das mulheres negras portuguesas que mostram as possibilidades que a literatura pode oferecer para uma discussão sobre reparação histórica. É assente nesta perspetiva que a presente comunicação se centra em *Esse Cabelo* (2015) e *Memórias Aparições Arritmias* (2021) de Djaimilia Pereira de Almeida e Yara Nakahanda Monteiro, respetivamente, que partem das suas experiências e vivências pessoais enquanto sujeitos históricos. A presente comunicação argumenta que, as suas escrituras podem ser lidas como uma escrita reparadora das rasuras das memórias de outras subjetividades que desestabilizam uma memória coletiva portuguesa construída em moldes excludentes das subjetividades não brancas.

Palavras-chave: Escrita Reparadora, Djaimilia Pereira de Almeida, Yara Nakahanda Monteiro, Memória.

Correspondência para:(correspondence to:) mmrendeiro@fcsh.unl.pt

O conceito de memória multidirecional de Michael Rothberg (2009) centraliza a importância de a memória coletiva dever ser representativa de uma comunidade, envolvendo, por isso, uma negociação a várias vozes, sensibilidades e experiências. Rothberg contrapõe a memória multidirecional à memória competitiva, unívoca e excludente por natureza. Estes conceitos são particularmente produtivos no contexto pós-colonial português. A segunda década do século XXI marca um ponto de viragem para a literatura portuguesa pós-colonial, com novas autoras cujas obras apresentam olhares contra-hegemónicos face aos processos de construção da memória pós-colonial prevalecente cujos reflexos a

literatura portuguesa contemporânea já publicada nos dá conta. Utiliza-se aqui o feminino porque, de facto, esta viragem tem sido esmagadoramente feita por mulheres autoras luso-africanas e portuguesas afrodescendentes. Estas autoras vão ao encontro da necessidade que Sheila Khan salientou já em 2015: a de, no Portugal pós-colonial, se legitimarem, numa aproximação hermenêutica, “outras versões de uma realidade múltipla em sentidos e propostas de outros conhecimentos de uma mesma realidade, esta plurifacetada e polifónica” (2015, p. 61). As autoras negras portuguesas colocam no centro da representação as memórias das suas vivências como parte da construção das suas identidades socialmente construídas no contexto pós-colonial. As suas pós-memórias, conceito que utilizo na aceção de Hirsch (2012), enquanto mulheres nascidas depois das independências africanas, denotam persistências de velhas lógicas coloniais que condicionam a aceitação e legitimação sociais dos seus corpos. Afinal, como defende Alcoff, raça e género constituem identidades visíveis que determinam a marcação da diferença do corpo (2006, p. 102). O presente artigo analisa *Esse Cabelo* (2015) e em *Memórias Aparições Arritmias* (2021) de Djaimilia Pereira de Almeida e Yara Nakahanda Monteiro como escrituras que refletem uma perspetiva interseccional da construção da identidade da mulher, questionando aquelas lógicas coloniais. Escrivência, no sentido definido por Conceição Evaristo, refere-se à escrita de mulheres negras sobre as suas vivências que as marca como “donas da [sua] escrita” (Santana 2020). Argumenta-se que, nestas duas obras galardoadas com prémios literários, as escrituras deverão ser lidas como escrita reparadora das memórias de subjetividades negras, rasuradas da construção da memória coletiva pós-colonial portuguesa, desestabilizando essa construção assente em moldes competitivos. Estas escrituras abrem a possibilidade da memória coletiva portuguesa se tornar verdadeiramente multidirecional, conferindo às subjetividades das mulheres negras autoridade de voz em nome próprio e com igual legitimidade.

Esse Cabelo é a primeira narrativa de uma autora negra escrita na primeira pessoa sobre a vivência como mulher negra na primeira pessoa, em Portugal, depois de 1974. Não sendo inteiramente uma autobiografia, a narrativa combina, no entanto, ficção e ensaio com elementos autobiográficos. *Memórias Aparições Arritmias* constitui, por outro lado, a mais recente obra poética de Yara N. Monteiro, autora nascida no Huambo e a viver em Portugal desde a infância e que se estreou com o romance *Essa dama bate búé* (2018); nos poemas, Monteiro recupera memórias e vivências próprias. O facto de a escrita se relacionar com imagens é comum em ambas as obras: A narrativa de Almeida inclui as fotografias da afro-americana Elizabeth Eckford, exposta à cólera de uma multidão de americanos brancos, e de um *blackface*; na obra de Monteiro, intercalam-se os poemas com fotografias de partes de corpos, muitos deles em tensão física. Estas imagens, que representam diferentes níveis de tensão, reforçam o enquadramento da escrita pessoal num *continuum* histórico de conflitualidade e exposição a que corpos negros têm estado sujeitos, particularmente quando se recusam a aceitar a invisibilidade e uma qualquer inferioridade social, ajustando-se igualmente estas escrituras a uma

perspetiva histórica interseccional mais lata das relações (pós-)coloniais. As identidades individuais constroem-se na escrita e visibilizam-se em imagens que questionam os limites éticos da aceitação do leitor daquela tensão. Em *Esse Cabelo*, a representação da identidade constrói-se, desde logo, no título com a referência ao cabelo crespo de Mila, a protagonista. Como defende Sandra Sousa, estabelece-se “uma relação íntima entre a questão política e identitária de pertencimento nacional e a corporalidade contida na noção de nacionalidade” (2017, p. 59), num país que, como defende Romeu Foz, transformou a protagonista “em alguém que é simultaneamente acusado e acusador” (FOZ 2021, p. 65). Sendo trabalhadas de forma diversa, estas escrevivências não fecham sem tidos; antes os abrem como possibilidades de futuro; como escreve Monteiro, “na cidade, cabelos trançados guardam sementes” (2021, p. 45).

AGRADECIMENTOS

Este artigo foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Projeto *Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro* (PTDC/LLT-LES/0858/2021).

REFERÊNCIAS

- ALCOFF, L. M. *Visible Identities: Race, Gender, and the Self*. Oxford UP, 2006. 326 p.
- ALMEIDA, D. P. de. *Esse Cabelo: A Tragicomédia de um Cabelo que Cruza a História de Portugal e Angola*. Editorial Teorema, 2015. 160 p.
- FOZ, R. (Re)configurações do corpo no/do Portugal pós-colonial em *Esse Cabelo* de Djaimilia Pereira de Almeida. *Journal of Lusophone Studies*. vol. 6, no.2, p. 51-71, 2021.
- HIRSCH, M. *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture after the Holocaust*. Columbia University Press, 2012. 320 p.
- KHAN, S. *Portugal a lápis de cor. A sul de uma pós-colonialidade*. Almedina, 2015. 134 p.
- MONTEIRO, Y.N. *Memórias Aparições Arritmias*. Companhia das Letras, 2021. 88 p.
- ROTHBERG, M. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford University Press, 2009. 408 p.
- SANTANA, T. e ZAPPAROLI, A. Conceição Evaristo – A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. *Itaú Social*. 09 novembro 2020. Disponível em <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/> Acesso em: 06 setembro 2022
- SOUSA, S. A descoberta de uma identidade pós-colonial em *Esse cabelo*, de Djaimilia Pereira de Almeida. *Abril – NEPA / UFF*, vol. 9, no.18, p. 57-68, 2017. <http://dx.doi.org/10.22409/abriluff.2017n18a371>. Acesso em: 06 de setembro 2022

**PRÁTICAS SOCIO-CULTURAIS RELACIONADAS AO GÉNERO NA
APRENDIZAGEM DAS RAPARIGAS 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO
DISTRITO DE MARROMEU.**

Elsa Maria Frederico Livo Ozobra

Universidade Licungo, Moçambique

RESUMO: O presente artigo com o tema: *Práticas sócio-culturais relacionadas ao género na aprendizagem das raparigas no 3º ciclo do Ensino Básico: na Escola Primária Completa 1 de Junho Nhamula distrito de Marromeo*, trata-se de uma abordagem em que se pretende analisar as práticas sócio- culturais relacionadas ao género na aprendizagem das raparigas do 3º ciclo do Ensino Básico. A metodologia usada nesta abordagem foi análise qualitativa no estudo efectuado com 36 indivíduos, foi aplicada entrevista a 2 membros da direcção da escola, um questionário a 20 alunos, 10 pais e encarregados de educação e 04 professores. Ainda nesta abordagem, foi usada a técnica de observação que permitiu verificar a participação das raparigas no processo de ensino aprendizagem. Os resultados desta pesquisa indicam que as práticas sócio-culturais favorecem mais á aprendizagem dos rapazes do que á aprendizagem das raparigas. Por isso, as raparigas não têm o sucesso de aprendizagem como os rapazes, pois as raparigas são estereotipadas pelas comunidades como indivíduos que não têm a capacidade igual de assimilação dos conteúdos que os rapazes têm, nisso, ficam mais envolvidas nos trabalhos doméstico, e os rapazes não ajudam as raparigas porque só as mulheres tem o dever do trabalho doméstico, os rapazes se preocupam em brincar e estudar.

Palavras-chave: Aprendizagem das raparigas, Género, Práticas Socio-Culturais.

ABSTRACT: The present article with the theme: *Socio-cultural practices related to gender in the learning of girls in the 3rd cycle of Basic Education: at Escola Primária Completa 1 de Junho Nhamula district of Marromeo*, is an approach used to analyse the socio-cultural practices related to gender in the learning of girls in the 3rd cycle of Basic Education. We used a qualitative analysis methodology carried out with 36 individuals, an interview was applied to 2 members of the school board and a questionnaire was applied to 20 students, 10 parents were also involved and guardians and 04 teachers from the school. We also used the observation technique, which allowed verifying the participation of girls in the teaching-learning process. The results of this research indicate that socio-cultural practices favour boys' learning more than girls' learning. Therefore, girls do not have the learning success as boys, because girls are stereotyped by communities as individuals who do not have the same capacity to assimilate the content that the boys have, in that, they are more involved in housework, and boys don't help girls because the women are responsible for housework, and the boys are concerned with playing and studying.

Keywords: Girls' learning, Gender, Socio-Cultural Practices.

Correspondência para:(correspondence to:) elsa.ozobra@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A escolha do tema surge pela necessidade de propiciar as raparigas com diferenças de aprendizagem, um direito de igualdade de aprendizagem em relação aos rapazes por meio de educação inclusiva. Para que esses saibam ser, estar e fazer na escola, na comunidade e na sociedade em geral (DONACIANO, 2006).

O problema em estudo é verificado que, os rapazes têm maior êxito em realizar trabalhos de casa, tem em suas posses mais tempo para preparar as lições ou tarefas para as aulas seguintes e preparam mais cedo para irem a escola, enquanto para as raparigas têm de cumprir os papéis domésticos e reprodutivos atribuídos culturalmente tais como: cuidar da casa, cozinhar, lavar roupa dela e dos irmão, cuidar dos irmãos mais novos, preparar as refeições mesmo se tiver que realizar avaliação na escola no mesmo dia.

Com isso, verificou-se pautas, relatórios semestrais e anuais de aproveitamento pedagógico, onde notou-se o baixo rendimento pedagógico das raparigas do que dos rapazes, notou se também atraso constante das raparigas nas aulas do que os rapazes, com essas constatações levanta se a seguinte questão: *Até que Ponto as Práticas Socio-Culturais Relacionadas ao Género Influenciam na Aprendizagem das Raparigas?*

ENQUADRO TEÓRICO

Práticas culturais

As práticas culturais podem ser percebidas como conjunto de padrões, conteúdos comportamentais, resultantes de semelhanças nos ambientes dos quais há recorrências dessas práticas (GLENN, 2004:141);

Práticas culturais são comportamentos operantes, sensíveis às suas consequências ou comportamentos funcionalmente similares de mais de uma pessoa (SAMPAIO e ANDERY 2010:183-184).

Percepções sobre cultura

Práticas Sócio-culturais é definida por Massenzio (2005:72-76) como sendo um jeito comum de viver a vida quotidiana na sua totalidade por parte de um grupo humano, que inclui comportamentos, conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, hábitos, aptidões, tanto adquiridos como herdados.

Observando os conceitos expostos acima, cultura significa um meio de adaptação ao ambiente, forma de viver a vida ou o conjunto complexo de conhecimento, crença, arte moral, lei, costume e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

RESULTADOS

Questões dirigidas aos professores

Quais são as práticas sócio-culturais que influenciam a aprendizagem das raparigas?

Dos quatro professores inquiridos a cerca das práticas sócio-culturais que influenciam a aprendizagem das raparigas, três responderam trabalhos domésticos e um respondeu casamento prematuro. Os dados revela-nos claramente que, trabalhos domésticos e casamento prematuro são práticas sócio-culturais que influenciam negativamente na aprendizagem das raparigas na aquela instituição de ensino Básico.

Por sua vez, Nóvo (1999:24), salienta que, o professor deve-se servir de exemplos concretos, de mulheres que estão formadas, das posições que ocupam, das funções que desempenham, de modo a convencer tanto a comunidade como as raparigas que as mulheres da zona urbana exercem outras actividades, para além das domésticas e que as mulheres da zona rural também podem.

Qual tem sido aproveitamento das raparigas em relação aos rapazes?

De acordo com a questão sobre aproveitamento pedagógico das raparigas em relação aos rapazes, dos 04 professores inquiridos, foram unânimes em afirmar aproveitamento pedagógico negativo para as raparigas.

Questões dirigidas aos alunos

Se tem chegado tarde na escola, qual tem sido a causa?

Foi feita a questão sobre a causa que leva as raparigas a chegarem tarde na escola, dos 30 alunos inquiridos, todos foram unânimes em afirmar actividades de casa tem sido a causa. Com esta resposta, deu para perceber, a causa principal que leva os alunos chegarem tarde a escola

Questões dirigidas aos pais e encarregado de educação

Você tem dado tempo para as raparigas fazerem os deveres/Actividade da escola?

Foi feita a seguinte questão para certificar: *Se os pais e encarregados de educação tem dado tempo para as raparigas realizarem os deveres/Actividade da escola?* como resposta: todos os pais e encarregados de educação foram unânimes em responder que sim tem dado tempo para as raparigas realizarem os deveres/Actividade da escola.

Em harmonia com os dados fornecidos pelos alunos, revelam que os pais e encarregados de educação não têm proporcionado tempo para as raparigas estudarem e realizarem actividades orientadas na escola, daí que, dá-nos a entender que, os pais e encarregados de educação precisam tomar uma nova postura face a educação das raparigas, sendo assim, fazer com que se faça sentir os direitos e deveres dos filhos sem distinguir o género.

Questões dirigidas a direcção

As Práticas Socio-Culturais Relacionadas ao Género influenciam na Aprendizagem das Raparigas do Ensino Básico? *Tanto o Director da escola quanto o Director Adjunto Pedagógico responderam que sim as práticas socio-culturais relacionadas ao género influenciam negativamente na aprendizagem das raparigas.*

Nessa perspectiva, concordamos com as respostas dos membros da direcção da escola, visto que, actualmente continua a rapariga alvo, ser submetida a casamento prematuro, trabalhos domésticos que não sobra tempo de estudos o que resulta em muitas vezes baixo aproveitamento pedagógico e abandono escolar.

O Director da escola e o Director Adjunto responderam, dividir os trabalhos domésticos para os seus filhos, terem tempo suficiente de prepararem as aulas em casa.

Mediante os dados acima descritos, concordamos com os membros da direcção visto que, eles mesmos devem ser activos nesse processo, dialogar com as famílias das raparigas nas comunidades circunvizinhas de modo que possam de certa forma, dividir os trabalhos domésticos para os seus filhos de maneira a ter tempo de prepararem os deveres escolares.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Concluiu-se que as práticas sócio-culturais influenciam negativamente na aprendizagem das raparigas. Visto que abre espaço para a desigualdade de oportunidade de aprendizagem e as tarefas doméstica do que os rapazes, as raparigas passam maior tempo ocupadas com tarefas domésticas do que os rapazes, privando-as de atender com sucesso as actividades escolares.

REFERÊNCIAS

DONACIANO, Bendita. *Vivências Académicas, Métodos de Estudo e Rendimento Escolar em Estudantes da Universidade Pedagógica*. Minho 2011.

GLENN.S. S. *Individual behavior, culture, and social change*. The Behavior analyst, 2004.

MASSENZIO, Marcello. *A história das religiões na cultura moderna*. São Paulo, Hedra, 2005.

MEAD, Margaret. *Cultura y compromiso. Estudio sobre la ruptura generacional*. Barcelona, Gedisa, 2002.

SAMPAIO, Ângelo Augusto Silva; ANDERY, Maria Amália Pie Abib. *Comportamento Social, Produção Agregada e Prática Cultural: Uma Análise Comportamental de Fenómenos Sociais*. Psicologia, 2010.

O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: limites e possibilidades de atuação

Maria Cecilia Takayama Koerich

Universidade Federal de Santa Catarina, Moçambique

RESUMO: Neste trabalho, problematiza-se a violência de gênero direcionada às mulheres, enquanto um problema social complexo que impacta de forma significativa a sociedade contemporânea. Deste modo, ações, programas, projetos e legislações, vêm sendo promovidas em diversos países, com o objetivo de prevenir, punir e erradicar o referido fenômeno. No Brasil, há uma legislação específica sobre a violência direcionada às mulheres, a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Nela é tipificada a violência contra esta população a partir de uma perspectiva de gênero e, são destacadas a Rede de Enfrentamento e de Atendimento às mulheres em situação de violência. Neste contexto, apresenta-se neste trabalho o Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência, em especial, do município de Joinville em Santa Catarina, no Brasil, enquanto um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade inserido junto ao Sistema Único de Assistência Social e analisa-se seus limites e possibilidades no enfrentamento a violência de gênero.

Palavras-chave: Políticas públicas; proteção social, violência de gênero.

THE INSTITUTIONAL SHELTER SERVICE FOR WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE: limits and possibilities of action

ABSTRACT: This paper discusses gender-based violence against women as a complex social problem that significantly impacts contemporary society. Thus, actions, programs, projects and legislation have been promoted in several countries, aiming to prevent, punish and eradicate this phenomenon. In Brazil, there is a specific legislation about violence directed to women, the Law 11.340/2006 - Maria da Penha Law. It typifies violence against this population from a gender perspective, and highlights the Network for confronting and assisting women in situations of violence. In this context, this paper presents the Shelter Service for Women in Situations of Violence, especially in the city of Joinville in Santa Catarina, Brazil, as a Special Social Protection Service of High Complexity inserted within the Unified System of Social Assistance, and analyzes its limits and possibilities in confronting gender violence.

Keywords: Public policies, gender violence, social protection.

Correspondência para:(correspondence to:) ceciliatakay@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres, a violência perpetrada contra esse público tem por base a questão de gênero e diz respeito a um fenômeno multifacetado, histórico e cultural, que é atravessado por outras questões sociais complexas, como raça, etnia, classe

social, entre outros. Desta maneira, as ações promovidas no sentido de seu enfrentamento, exigem das políticas públicas uma abordagem que contemple as dimensões citadas e uma atuação conjunta e articulada entre diversos setores para assim garantir de forma integral o atendimento das mulheres em contexto de violência de gênero (BRASIL, 2011).

Neste contexto, destaca-se o Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência, enquanto espaço-tempo de proteção social emergencial. Busca-se trazer ao debate os limites e as possibilidades de atuação, junto ao referido serviço, levando em conta os avanços sociais e políticos das mulheres no Brasil nos últimos anos.

O que é o Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência?

O Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência¹² é um serviço destinado ao atendimento especializado de mulheres em situação de risco social, frente a violação de seus direitos diante da exposição a violência de gênero. Em nosso país, o primeiro serviço de acolhimento a mulheres em situação de violência, foi implantado na cidade de São Paulo em 1986, chamada inicialmente de Casa-Abrigo¹³ (BRASIL, 2011). Atualmente o Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência é reconhecido como um Serviço de Proteção Social Especial, de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social. É legitimado pela Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, e tem suas ações orientadas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e pelas Diretrizes Nacionais de Abrigamento para Mulheres em Situação de Risco e Violência.

12

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais o Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência oferta “acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Deve ser desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de cogestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para usuárias e seus filhos e/ou dependente quando estiver sob sua responsabilidade” (BRASIL, 2009).

13

Outras instituições de acolhimento para mulheres em situação de violência surgiram em nosso país, impulsionadas pela criação da primeira Casa-abrigo para Mulheres na cidade de São Paulo, assim como, pelos debates nacionais e internacionais sobre direitos humanos, e pelas reivindicações dos movimentos sociais de mulheres e feministas. Em 1990 foi criada a Casa-Abrigo de Santo André/SP; em 1991 a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth /SP; em 1992 a Casa-Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE; e em 1996 a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva/MG (BRASIL, 2011).

Sabe-se que existem, em nosso país, consoante ao relatório apresentado em 2019, pelo *Humans Rights Watch*, apenas 74 unidades de acolhimento para mulheres vulnerabilizadas pela violência de gênero em funcionamento. Em Santa Catarina, o Observatório de Violência Contra a Mulher¹⁴, informa que existem 10 unidades¹⁵ de serviços de acolhimento emergencial para o referido público, sendo uma delas sediada em Joinville. O Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência: Casa-abrigo Viva Rosa está em funcionamento desde 2004 neste município. Com endereço sigiloso e com capacidade de acolher de modo emergencial, 24 pessoas, esta instituição possui equipe técnica constituída por assistente social, psicóloga, educadoras entre outros profissionais, porém, somente no ano de 2022, esta equipe tornou-se exclusiva aos atendimentos das mulheres em situação de acolhimento.

O referido serviço é de grande importância para as mulheres joinvillenses, pois este município apresenta índices elevados de casos de violência de gênero. Segundo dados apresentados pelo Serviço de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC) junto ao Observatório de Violência Contra a Mulher, Joinville figura entre as cidades mais perigosas para mulheres em Santa Catarina. Registrando no ano de 2021, 848 casos de lesão corporal dolosa contra mulheres; 42 estupros e 6 feminicídios.

Mas, mesmo diante de dados alarmantes de casos de violência praticados contra mulheres e da necessidade de serviços de enfrentamento a este fenômeno social, deve-se atentar para a constante ameaça em relação às conquistas sociais desta população, principalmente no contexto histórico e político atual. Em 2019, no município de Joinville foi apresentada uma proposta pela Secretaria de Assistência Social, para que organizações da sociedade civil assumissem a gestão do Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência: Casa-abrigo Viva Rosa, conforme noticiado no

14

O Observatório Estadual da Violência Contra a Mulher (OVM-SC) é uma parceria entre o Poder Judiciário/SC, Bancada Feminina da Assembléia Legislativa/SC, Governo de Santa Catarina (Secretarias de Estado da Segurança Pública, Desenvolvimento Social, Saúde e Educação), Ministério Público/SC, Defensoria Pública/SC, Ordem dos Advogados do Brasil/SC, Universidade Federal de Santa Catarina e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, busca registrar e padronizar os dados referentes às mulheres em contexto de violência de gênero, que são atendidas nos diversos órgãos públicos do estado. O referido observatório está disponível em: <https://ovm.alesec.sc.gov.br>. Acesso em 02 de julho de 2022.

15

Em Santa Catarina há 04 unidades de Casas-abrigo de natureza não governamental localizados em Balneário Camboriú, Caçador, Itajaí, São José e, 06 de natureza governamental: Blumenau, Chapecó, Florianópolis, Joinville, Lages e São Bento do Sul. Informações disponíveis em: <https://ovm.alesec.sc.gov.br/mulher-e-acolhimento/>. Acesso em 02 de julho de 2022.

NSC-Total, por Hanssan Farias¹⁶ (2019). Proposta que fere o Pacto Estadual Maria da Penha e o Termo de Compromisso e Adesão à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do qual a gestão municipal tornou-se signatário em 2018. Neste contexto, o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz (CDH) e o Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville (SINSEJ) promoveram a mobilização da sociedade e conseguiram barrar essa proposta. O que possibilita a reflexão de que a luta por acesso aos direitos humanos é uma luta constante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 25 de março de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em 25 de março de 2021.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>. Acesso em 05 de julho de 2022.

FARIAS, Hanssan. Mudanças em abrigos que acolhem vítimas de violência geram polêmica em Joinville. **NSC-Total**. Joinville, Santa Catarina, 08/10/2019 – 17h52 - Atualizada em: 08/10/2019 - 21h02. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/mudancas-em-abrigos-que-acolhem-vitimas-de-violencia-geram-polemica-em-joinville>. Acesso em 22 de agosto de 2022

HUMAN Rights Watch. **Relatório Mundial 2019**. [on-line]. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2019/country-chapters/325547#27f2ce>. Acesso em: 04 ago. 2022.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Florianópolis, Santa Catarina, 2022. Disponível em: <https://ovm.alesec.sc.gov.br>. Acesso em 02 de julho de 2022.

16

Reportagem que pode ser verificada na íntegra em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/mudancas-em-abrigos-que-acolhem-vitimas-de-violencia-geram-polemica-em-joinville>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

POLÍTICA CULTURAL E SEXUALIDADE: mercado virtual pornográfico e seus impactos sobre os direitos das mulheres

Luísa Neis Ribeiro

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE/SC), Brasil

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a confluência entre o neoliberalismo e a reconfiguração do dispositivo da sexualidade instituída, entre outros motivos, pela consolidação do mercado virtual pornográfico. Busca-se demonstrar por quais meios o neoliberalismo favorece a força pedagógica dos sites de cunho sexual na normatização da sexualidade e, a partir disso, impacta negativamente nos direitos das mulheres por sua: 1. negativa de qualquer tipo de interferência estatal ou global regulatória sobre o conteúdo das plataformas de vídeos pornográficos e sobre corporações em geral (neoliberalismo enquanto modelo de Estado e modelo econômico); 2. negação das estruturas sociais e despolitização dos direitos, visualizando os conteúdos sempre como liberdade de expressão, sem ponderar seu exercício com outros direitos (neoliberalismo enquanto ética); 3. tendência associativa ao conservadorismo moral, afastando a educação sexual e discussões sobre gênero e sexualidade das escolas e do espaço público, possibilitando que a pornografia se assente enquanto instituição normativa da sexualidade e reverbere ideais misóginos e racistas.

Palavras-chave: Direitos das Mulheres, Mercado Pornográfico, Neoliberalismo, Sexualidade.

CULTURAL POLITICS AND SEXUALITY: pornographic virtual market and its impacts on women's rights

ABSTRACT: The present work aims to analyze the confluence between neoliberalism and the reconfiguration of the sexuality device instituted, among other reasons, by the evolution of the virtual pornographic market. It seeks to demonstrate why neoliberalism favors the pedagogical strength of sexual media sites in the normalization of sexuality and, from that, impacts on women's rights by its: 1. denial of any kind of state or global regulatory interference on the content of pornographic video platforms and on corporations in general (neoliberalism as a model of state and economic model); 2. denial of social structures and depoliticization of rights, always viewing content as freedom of speech, without weighing its exercise with other rights

(neoliberalism as ethics); 3. associative tendency towards moral conservatism, removing sex education and discussions about gender and sexuality from schools and public spaces, allowing pornography to establish itself as a normative institution of sexuality and reverberate misogynistic and racist ideals.

Keywords: Women's Rights, Pornographic Market, Neoliberalism, Sexuality.

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que o mercado pornográfico virtual é um fenômeno particular e mais recente na história do que a pornografia, a arte erótica e a prostituição ou quaisquer de suas representações. Não se trata mais de uma cena ou espetáculo singular cujo fim seja produzir excitação sexual, mas sim de um complexo industrial digital gigantesco e de fácil acesso, cujos cliques já superam, em vários países, os de mídias sociais, shoppings online ou streamings mais populares. A produção e distribuição pornográficas nunca foram tão disseminadas, apesar de terem um nível de concentração altíssimo¹⁷.

É difícil determinar com exatidão o tamanho econômico desse mercado, mas se estima que a pornografia industrializada (incluídos os lucros de produtoras de vídeos profissionais) movimente em torno de R\$ 200 bilhões por ano, somente entrando no cálculo o mercado legal¹⁸. Diante do agigantamento do mercado virtual pornográfico, tem crescido o número de denúncias aos sites por supostamente contribuírem para a disseminação de materiais

¹⁷ O Pornhub, por exemplo, considerado o maior site pornô da atualidade, pertence à empresa Mindgeek, um conglomerado com mais de 100 sites, empresas de produção de vídeos e marcas. Dentre os sites estão: Redtube, Youporn, XTube, SpankWire, ExtremeTube, Men.com, My Dirty Hobby, Thumbzilla, PornMD, Brazzers e GayTube. Existem outros gigantes no setor que não são da Mindgeek, como XHamster e XVideos. Para Kristof, “se [a empresa Mindgeek] operasse em qualquer outra indústria, o Departamento de Justiça poderia estar discutindo um caso antitruste contra ela”. KRISTOF, Nicholas. The Children Of Pornhub. Opinion, **The New York Times**. 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/12/04/opinion/sunday/pornhub-rape-trafficking.html> Acesso em: 01 set. 2021.

¹⁸ KROEHN, Márcio. Precisamos falar de sexo também na economia. **Revista ISTOÉ, ISTOÉ DINHEIRO**, 27 jan. 2017. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/precisamos-falar-de-sexo-tambem-na-economia/> Acesso em: 17 set. 2021.

produzidos sem consentimento¹⁹, além de promoverem a naturalização e incitação²⁰ à violência contra a mulher²¹, do racismo²² e da pedofilia²³.

Nesse sentido, vale mobilizar a genealogia de Michel Foucault²⁴, que rejeita a ideia de que a sexualidade teria sido suprimida pelas sociedades ocidentais a partir do século XVII até meados do século XX. Tal “hipótese repressiva”, descartada por ele, dá lugar a uma compreensão que evidencia como historicamente o estudo sobre o sexo se ligou à busca da verdade no Ocidente. Esse processo se iniciou a partir do cristianismo por meio de práticas de confissão e se aperfeiçoou no nascimento da biopolítica, quando novas instituições como a medicina, a psiquiatria e a pedagogia²⁵ passam a construir a verdade sobre o sexo. Até mesmo disposições arquitetônicas e regulamentos disciplinares - tudo que se pode identificar como “discurso interno da instituição”²⁶ - constituem-se enquanto estratégias integrantes dos discursos sobre sexo mobilizados pela modernidade. Tem-se, assim, que o processo de normatização sexual - a divisão científica entre o normal e o anormal - foi e é produzido por construções sociais e relações de poder.

Para o autor, “o dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.”²⁷ Controle pela sexualidade, portanto, é uma característica fundamental da nossa sociedade.

Na análise da problemática, entende-se que devem ser levados em conta os possíveis danos causados aos direitos das mulheres - como a objetificação feminina e o reforço do machismo - como efeitos colaterais prováveis do estímulo à violência e ao desrespeito perpetuados pelo

¹⁹ KRISTOF, Nicholas. The Children Of Pornhub. Opinion, *The New York Times*. 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/12/04/opinion/sunday/pornhub-rape-trafficking.html> Acesso em: 01 set. 2021.

²⁰ SERAFIM, ESTER CRISTINA REZENDE. **PORNOGRAFIA e a incitação a violência sexual**, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/1160> Acesso em: 8 ago. 2021.

²¹ Sobre como as cenas mais vistas da pornografia contêm violência contra a mulher: GRATON, Isabela Alves. **O DNA da dominação masculina: pornografia e violência contra as mulheres**. 2019. 91 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

²² Sobre como mulheres negras são retratadas na pornografia, ver: DE PAULO, Lara Campos; DA SILVA RIBEIRO, Raisa Duarte. PORNOGRAFIA INTER-RACIAL: A DUPLA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS. *Revista de Direito Constitucional Internacional e Comparado*, v. 2, n. 2, p. 321-338, 2018.

²³ KRISTOF, Nicholas. The Children Of Pornhub. Opinion, *The New York Times*. 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/12/04/opinion/sunday/pornhub-rape-trafficking.html> Acesso em: 01 set. 2021.

²⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

²⁵ IBIDEM, p. 63.

²⁶ IBIDEM, p. 30.

²⁷ IBIDEM, p. 101.

mercado virtual pornográfico. Ao analisar a promoção da violência contra a mulher na indústria, Da Silva Ribeiro, Barbosa e De Souza²⁸ enfatizam a existência de uma lacuna jurídica, percebendo a necessidade de tratar a questão com enfoque na influência na imagem da mulher e no reforço discriminatório que a instituição pode suscitar.

Porém, mais do que uma decisão política sobre interditar ou liberar o conteúdo aqui descrito, as alternativas para lidar com a questão da sexualidade e do mercado pornográfico virtual devem, antes de tudo, passar pelo escrutínio público e levar em conta suas repercussões sociais, sem perder de vista a sexualidade enquanto um dispositivo edificado por técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder, em que se combinam diversas instituições. Daí a inevitável mobilização do termo *neoliberalismo* enquanto conceito fundamental para compreensão do momento político, econômico, social e cultural presente.

Diante desses pontos, partindo da premissa de que os direitos humanos são sempre contextuais, ou seja, manejados segundo as diferentes políticas culturais de seu contexto, pergunta-se: quais são os impactos que o ambiente virtual de pornografia efetivamente produz aos direitos das mulheres? Que tipo de política cultural pode estar sendo edificada pela intensificação da força discursiva desse mercado?

RESULTADOS

Diante dos números atuais da indústria virtual pornográfica, que demonstram seu tamanho e sua propagação, é presumível que, na atualidade, a chamada “economia política” de uma vontade de saber sobre o sexo²⁹ a tenha como uma de suas instituições centrais, que está a produzir constantemente discursos, desejos e verdades.

Foucault expõe as relações do poder com o prazer e o sexo, demonstrando a multiplicidade de instâncias e discursos que organizam a sexualidade. Entre repressão e incitação, o biopoder articula o controle sobre a vida e os corpos - na escola, na disposição arquitetônica das instituições, na igreja, na pornografia, na prostituição.

É presumível que, diante da ascensão do neoliberalismo, para Foucault³⁰, uma forma de governar por intervenções ambientais sobre o sujeito, esse dispositivo recebesse adaptações e

²⁸ DA SILVA RIBEIRO, Raisia Duarte; BARBOSA, Renata da Silva Athayde; DE SOUZA COSTA, Rodrigo. A tutela da pornografia pela Corte Europeia de Direitos Humanos: uma análise do aspecto da proteção da mulher em situação de violência de gênero. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 20, n. 1, p. 95-124, 2019.

²⁹ IBIDEM, p. 71.

³⁰ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins fontes, 2008.

inovações. Nessa transformação, por uma combinação de fatores históricos, políticos e sociais amalgamados pelo neoliberalismo, o mercado virtual pornográfico se consolidou como uma das mais influentes instituições pedagógicas e discursivas da sexualidade.

A prédica padrão do mercado ajuda a organizar o dispositivo atualizado da sexualidade de maneira privatizante e naturalista, bem como a reverberar noções preconceituosas principalmente sobre raça e gênero, contribuindo para a manutenção dos poderes sociais. Trata-se de um espaço em que a mimetização das desigualdades assume uma tônica de fantasia e fetiche. Educa-se pela mobilização de desejos.

Essa lucrativa oficina pedagógica foi blindada pela sua interpretação enquanto exercício de liberdade de expressão. Não houve restrições ou regulação do mercado a nível global; nem ocorreu, por outro lado, ampliação e atualização da educação sexual pelos Estados e pelas escolas. Pelo contrário, o neoliberalismo, em aliança com o neoconservadorismo, produziu um ambiente hostil à discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas e pautou uma agenda anti direitos sexuais e reprodutivos.

É o que se vê, por exemplo, na diminuição da oferta de educação sexual nas escolas da América Latina, demanda política bastante impulsionada com o fortalecimento da ofensiva antigênero nos anos 2000³¹. Mariano e Gerardi³² analisaram a atuação conservadora nas eleições presidenciais em 2018 de Costa Rica, Colômbia, Venezuela, México e Brasil, atestando que, em defesa da “família” e da “vida”, grupos se articularam para “conformar o ordenamento jurídico aos valores morais da ‘maioria cristã’, empreendendo cruzadas contra aborto, políticas igualitárias e anti-homofóbicas, educação sexual e a suposta doutrinação ideológica e de ‘gênero’ nas escolas”. No mesmo sentido, ocorreu a aprovação de centenas de leis municipais e estaduais contra o debate sobre gênero na educação brasileira.

O resultado disso foi silenciamento e redução do debate público de caráter político e prevalência do teor privatizante e moralizante acerca do assunto, já que a ética neoliberal se baseia na premissa de que as relações sociais contemporâneas operam sob escolhas livres. Nesses termos, as desigualdades estruturantes são ignoradas pelos neoliberais, gerando uma concepção falseada de autonomia oculta o caráter coercitivo do patriarcado, do racismo

³¹ CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. Políticas antigênero en América Latina: Brasil. **Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)**, 2020.

³² MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista usp**, n. 120, p. 61-76, 2019, p. 62.

estrutural e da exploração do trabalho, de modo que a violência já não se exerce necessariamente por meio de legislações discriminatórias, mas é perpetuada também pela atuação de novos mecanismos.

De fato o controle social passa por variadas instituições e está nas mais diversas instâncias constitutivas do sujeito, por isso é tão importante reconhecer a sexualidade como dispositivo. Assim, trazê-la novamente à tona ao debate público, de maneira democrática e não repressiva e moralizante, significa ir contra a lógica neoliberal, posicionando-se na luta pela superação de desigualdades estruturais.

Além disso, as iniciativas de controle do conteúdo disponibilizado pelo mercado virtual pornográfico seguem insuficientes para tutela dos direitos humanos, em especial dos direitos da criança e dos direitos das mulheres. A priorização da governança privada sobre o que pode ou não circular online e a fraca rede de proteção de dados dá larga margem a violações de direitos de imagem, caso em que as maiores vítimas são mulheres, e à reverberação de discursos de ódio.

Nesse sentido, a busca por alternativas políticas que toquem a regulação de pornografia virtual de maneira específica poderia ser uma direção. Apesar disso, o neoliberalismo, em sua esvaziada compreensão de liberdade de expressão, ainda é um pesado empecilho às rédeas públicas nessas situações e, por isso, favorece a atuação do mercado.

A problemática toca a construção da cidadania e a produção de subjetividades, de modo que se coloca a necessidade de investigações mais amplas que integrem sexualidade e política cultural. É preciso para tal considerar o mercado virtual pornográfico como uma das instituições normatizadoras (no sentido foucaultiano) da sexualidade, sem a qual não se compreende a atuação do dispositivo na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

- CASTELLANOS LLANOS, Gabriela. Erotismo, violencia y género: deseo femenino, femineidad y masculinidad en la pornografía. **Teoría y pensamiento feminista**, 2006.
- CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. Políticas antigênero en América Latina: Brasil. **Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)**, 2020.
- DA SILVA RIBEIRO, Raisia Duarte; BARBOSA, Renata da Silva Athayde; DE SOUZA COSTA, Rodrigo. A tutela da pornografia pela Corte Europeia de Direitos Humanos: uma análise do aspecto da

proteção da mulher em situação de violência de gênero. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 1, p. 95-124, 2019.

DE CARVALHO, Guilherme Paiva; DE OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz. Discurso, poder e sexualidade em Foucault. **Revista OFFLINE**, n. 11, 2018.

DE PAULO, Lara Campos; DA SILVA RIBEIRO, Raisia Duarte. PORNOGRAFIA INTER-RACIAL: A DUPLA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS. **Revista de Direito Constitucional Internacional e Comparado**, v. 2, n. 2, p. 321-338, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GRATON, Isabela Alves. **O DNA da dominação masculina: pornografia e violência contra as mulheres**. 2019. 91 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

KRISTOF, Nicholas. The Children Of Pornhub. Opinion, **The New York Times**. 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/12/04/opinion/sunday/pornhub-rape-trafficking.html> Acesso em: 01 set. 2021.

KROEHN, Márcio. Precisamos falar de sexo também na economia. **Revista ISTOÉ, ISTOÉ DINHEIRO**, 27 jan. 2017. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/precisamos-falar-de-sexo-tambem-na-economia/> Acesso em: 17 set. 2021.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista usp**, n. 120, p. 61-76, 2019.

PORNHUB. **The 2019 Year in Review**, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2019-year-in-review> Acesso em: 12 set. 2021.

PORTOWORDS. **Como a indústria pornô ganha dinheiro com os sites gratuitos**, 28 set. 2021. Disponível em: <https://portowords.com/como-a-industria-porno-ganha-dinheiro-com-os-sites-gratuitos-18/> Acesso em: 08 out. 2021.

RIBEIRO, Raisia Duarte da Silva. Discurso de ódio, violência de gênero e pornografia: entre a liberdade de expressão e a igualdade. **Editora Multifoco**, 2017.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 71-100, 2006.

SABER COLETIVO, Redação. **Como Pornografia Afeta Cérebro**. 22 dez. 2020. Disponível em: <https://sabercoletivo.com/como-pornografia-afeta-cerebro/> Acesso em: 28 ago. 2021.

SERAFIM, ESTER CRISTINA REZENDE. **PORNOGRAFIA e a incitação a violência sexual**, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/1160> Acesso em: 8 ago. 2021.

SILVA, Júlio César Casarin Barroso. Liberdade de expressão, pornografia e igualdade de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 143-165, 2013, p. 158-159.

POTÊNCIAS POÉTICAS: corpas afrodiáspóricas na encruzilhada entre poesia e resistência

Carla Domingues de Jesus

Universidade de São Paulo (USP), Brasil

RESUMO: O presente estudo busca compreender e registrar a vivência e a produção artística de poetisas negras periféricas da cidade de São Paulo. A partir da análise encruzilhada do local onde estas estão inseridas levando em consideração os marcadores sociais da diferença raça, gênero, classe e sexualidade pretende-se buscar teorizações em suas obras que dialoguem com teorias críticas que abordem as mesmas questões. De maneira a prezar a vivência e não apenas utilizá-la de exemplo a teorias já construídas a condução pretendida trás as identidades e histórias ao centro do debate para que mesmo singulares estas possam ser localizadas na mesma encruzilhada por pontos comuns, como os atravessamentos vivenciados pelo racismo, sexismos, misoginia, elitismo classista, LGBTfobias que se imprimem na produção de saberes marginais e periféricos.

Palavras-chave: Encruzilhada, Escrivência, Poesia, Resistência.

POETICAL POTENCY: aphrodisporius body at the crossroads between poetry and resistance

ABSTRACT: The present study seeks to understand and record the experience and artistic production of black poets on the outskirts of the city of São Paulo. From the crossroads analysis of the place where they are inserted, taking into account the social markers of race, gender, class and sexuality, it is intended to seek theorizations in their works that dialogue with critical theories that address the same issues. In order to value the experience and not just use it as an example to theories already built, the intended conduction brings identities and stories to the center of the debate so that even singular they can be located at the same crossroads by common points, such as the crossings experienced by the racism, sexism, misogyny, class elitism, LGBTphobias that are imprinted in the production of marginal and peripheral knowledge.

Keywords: Crossroads, Escrivência, Poetry, Resistance.

Correspondência para: (correspondence to:) carla.jesus@usp.br

INTRODUÇÃO

Nossa prosa é sobre a importância da poesia nas relações das corpos afrodiáspóricas e os cruzos entre a resistência e a poesia. Afinal, como Lorde (2019) diz “Poesia não é um luxo”. Entender essas sujeitas que confluem em territórios afetivos por meio dessa poesia que se manifesta enquanto terreno de potencialidade da sacralização dessa existência marginalizada. Imprescindível entender como esses corpos-vozes evocam epistemologias ancestrais enquanto produzem suas escrevivências nas encruzilhadas diáspóricas dos multimeios. Pois essa poesia por si só é contra-colonial por nascer da margem para a margem, retomando antigas rotas de fuga na oralidade e criando novas oportunidades afrodiáspóricas de cosmopercepções outras de viver a partir da demanda revolucionária que vem a luz e aparece no grito daquelas que não foram silenciadas.

RESULTADOS

Nos interessa pensar sobre os corpos poéticos que escrevidos e atravessados pela criação poética e pela performance transgridem a lógica colonial se immortalizam fazendo da voz-palavra instrumento de luta. Corpos que existem e resistem enquanto territórios afetivos e terrenos de potencialidade poética que mesmo silenciados e escamoteados nas periferias tomam para si a palavra poética enquanto arma política para gritar contra todas as mazelas e injustiças que lhe afligem rompendo efetivamente com as amarras que lhe paralisam. Nesse momento diferente da posição de destaque que lhe é atribuída no carnaval pela objetificação de seu corpo transformado em pedaço de carne, é a sua tão invalidada inteligência que figura a cena, sua destreza com as palavras, seu equilíbrio na corda bamba da resistência mirando futuros melhores a partir da ginga da sobrevivência. Como Grada Kilomba (2019 p.68) já nos disse “A margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir a opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos.”

São vozes-corpos-territórios que mesmo sem permissão evocam epistemologias ancestrais enquanto produzem nas encruzilhadas diáspóricas dos multimeios, decolonizando mentes e

descortinando opressões cotidianas, como o racismo, sexismo, lgbtfobias, capacitismo, classicismo, entre outras, se escrevendo por meio da poesia.

Poesia essa que aqui dá vazão as nossas vozes, “vozes sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido” como lembra Grada Kilomba (2019 p.51), mas que sentem “uma fome coletiva de ganhar voz, escrever e recuperar nossa história escondida” (Kilomba, 2019 p.27). Fazendo coro a Glória Anzaldúa (2000) “nunca vi tanto poder para motivar e transformar os outros como aquele presente na escrita das mulheres de cor”.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa mencionada aqui é complementar ao estudo que está sendo realizado no curso de mestrado pela autoria no Programa de Pós-Graduação em Humanidades Direitos e Outras Legitimidades, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. Portanto, agradeço na figura da orientadora Prof. Dra. Maria Angélica Souza Ribeiro pela parceria que tem proporcionado ir além do levantamento bibliográfico para que de fato as vivências das poetisas em questão sejam reverenciadas.

É preciso dizer que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Outro agradecimento importante a ser feito é a Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo no qual a autoria inicia estágio para poder aprofundar os estudos sobre escrevivência e periferia traçando paralelos que buscam fundamentar o campo acadêmico neste debate.

Na pessoa de Luz Ribeiro, agradeço as poetisas sem a qual este diálogo não aconteceria, pelas conversas, trocas e poesias que me inspiram a continuar pesquisando.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

DUARTE, Mel (org). **Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima (org), NUNES, Isabela Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição**



Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020
GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

VELHICES PERFORMATIVAS DE MULHERES CANTORAS: impermanências em diálogo

Aline da Silva Pinto^{1,2}, Gustavo Roeser Sanfelice¹ e André Luiz dos Santos Silva³

¹Universidade Feevale, Brasil

²Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO: O estudo trata da velhice de mulheres de um grupo de canto coral, na cidade de Novo Hamburgo- RS/ Brasil. A partir da ideia das (in)permanências que denotam uma relação de trânsito entre incapacidades e possibilidades de vida na velhice, surgem as questões: Que discursos produzem as velhices das mulheres do Coro? Quais seus efeitos nas performances que desempenham? O estudo foi inspirado na pesquisa etnográfica, com a duração de 18 meses (de 2017 a 2018). Como instrumentos investigativos, foram utilizadas observações, entrevistas, diários de campo, registros escritos das cantoras, processo criativo em Dança, bem como a consulta em acervo pessoal das coralistas. A pesquisa foi realizada com 45 mulheres participantes do coro. As análises foram desenvolvidas a partir da história do grupo, que completou vinte anos no ano de 2018. Seus corpos são significados pela participação no grupo a ideia de desengajamento, o desconforto com a finitude é convertido no afastamento dos estereótipos da velhice. As mulheres do grupo consentem e transgridem as normas destinadas aos lugares que ocupam, buscam justificativas utilitárias para sua participação no coro e ocupam esse espaço expressando-se ora de forma controlada, ora em liberdade. A etnicidade alemã constrói relações étnico-raciais desarmônicas. A performatividade e a performance artística transformam suas velhices. Os discursos da saúde/médico, da etnicidade alemã e de gênero compõem as performances das cantoras, criando uma velhice que é só delas, que busca fixação nas demandas artísticas do canto como espaço de permanência num lugar de visibilidade.

Palavras-chave: Corpo, Discurso, Gênero, Mulheres, Performatividade, Velhice.

PERFORMATIVE OLD AGE OF FEMALE SINGERS: impermanences in dialogue

ABSTRACT: The study deals with the old age of women in a choral singing group, in the city of Novo Hamburgo-RS/Brazil. From the idea of (in)permanences that denote a relationship of transit between

incapacities and possibilities of life in old age, the questions arise: What discourses produce the old age of the women of the Choir? What are its effects on the performances they play? The study was inspired by ethnographic research, with a duration of 18 months (from 2017 to 2018). As investigative instruments, observations, interviews, field diaries, written records of the singers, creative process in Dance, as well as consultation of the choristers' personal collection were used. The research was carried out with 45 women participating in the choir. The analyzes were developed from the history of the group, which completed twenty years in 2018. Their bodies are signified by their participation in the group, the idea of disengagement, the discomfort with finitude is converted into the removal of old age stereotypes. The women of the group consent to and transgress the norms for the places they occupy, seek utilitarian justifications for their participation in the choir and occupy this space expressing themselves sometimes in a controlled way, sometimes in freedom. German ethnicity builds disharmonious ethnic-racial relations. Performativity and artistic performance transform their old age. The discourses of health/doctor, German ethnicity and gender make up the singers' performances, creating an old age that is unique to them, which seeks to fix the artistic demands of singing as a space of permanence in a place of visibility.

Keywords: Body, Discour, Genre, Women, Performativity, Old age.

Correspondência para: (correspondence to:) aline-pinto@uergs.edu.br

AS VELHICES E AS MULHERES: possibilidades investigativas

Os caminhos do estudo aqui apresentado partem das percepções da pesquisadora em direção à passagem do tempo para nós mulheres e nossos modos de vida, configurados em buscas constantes por uma juventude que se esvai com o avanço da idade. Os investimentos estéticos são mais acentuados nos corpos delas. O cuidado e a intervenção nos corpos das mulheres se iniciam muito cedo nas trajetórias de vida e alcançam a velhice através de controle dos sinais corporais do envelhecimento com cirurgias, reposições hormonais e outros fármacos (LINS DE BARROS, 2006).

O destaque à sua aparência são objetos de curiosidade; viveram enclausuradas por muito tempo em espaços privados, a liberdade para elas era vista como perigosa. O seu corpo não lhe pertencia, marido e filhos as absorviam inteiramente (PERROT, 2005). Nesse sentido, às mulheres velhas, algumas determinações seguem estáveis, num sistema de regulação que as

permite transitar em um espaço controlado e “aceitável” para a vida contemporânea, em que as possibilidades de existir parecem estratificadas por geração.

Compreendendo que tais questões não podem ser vistas sob um viés universal, é necessário que apontemos que as diferenças étnico-raciais e de classe posicionam os sujeitos no mundo. Nessa direção, percebo-me como mulher que envelhece, branca, heterossexual e de classe média, que se coloca a olhar a realidade a partir desse lugar, buscando compreender outros lugares de fala.

Cabe salientar que as pesquisas sobre a velhice das mulheres percorrem um longo caminho até que concluam o que as seguidas gerações de mulheres que estão envelhecendo terão a ensinar. Independentemente de suas idades, dos traços, registros visíveis e invisíveis de sua passagem pelos tempos históricos, construídos culturalmente com tantas diversidades e possibilidades. Provavelmente perceberemos uma ausência de modelos prescritos do “ser velha” (CABRAL, 2005).

Buscando compreender as diferentes formas de ser velha na contemporaneidade, a presente pesquisa se desenvolveu com um grupo de 45 mulheres (majoritariamente brancas) de um coro da cidade de Novo Hamburgo/ RS, Brasil, que completou vinte anos de trajetória em 2018. O grupo participa de atividades semanais de preparação vocal e elaboração de repertórios para apresentações artísticas. É constituído por mulheres que desviam por outros caminhos, diferentes dos de suas antepassadas. Sua participação no coro produz subjetividades, constituidoras das identidades das que ali partilham ideias e interesses. Para Colling (2015), se a subjetividade é identitária, a alternativa seria a invenção de novas subjetividades. As produções artísticas das quais participam, permeadas por ações e formas de serem velhas, elaboram um repertorio que borra fronteiras, convidando a reconhecer as circunstâncias sociais e processos do fazer artístico (SCHECHNER, 2012).

Por meio dessa perspectiva, podemos pensar que diferentes discursos, pelas ideias de Foucault (2009), podem produzir nossas subjetividades, sobretudo ao que tange os ciclos de vida. Um conjunto de significados que advém de um sistema de formação, que definem condições de existência, categorias que relacionam discursos fundantes do que é ser mulher velha. Nesse sentido, para tais tensões investigativas, aponto as seguintes questões: Que discursos produzem as velhices das mulheres do Coro? Quais seus efeitos nas performances que desempenham?

CAMINHANDO E CANTANDO

A proposta dessa investigação está inspirada na pesquisa etnográfica, que se constitui no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) (ROCHA; ECKERT, 2008), está para além de circundar o campo, e sim de viver o cotidiano das mulheres desse grupo. O processo de pesquisa teve início em março de 2017 e findou em dezembro de 2018. O trabalho se deu com o aporte dos seguintes instrumentos: observações, entrevistas, diários de campo, registros escritos das cantoras, acervos pessoais e do coro, e o desenvolvimento de um processo de criação em comemoração aos 20 anos do grupo.

Nos processos da pesquisa foi possível observar que, a história do grupo se entrecruza com as histórias das participantes, atravessam suas falas inundadas de discursos do que é tido como legítimo nos espaços que circulam. A partir da história do coro marcam pontos de suas vidas, voltados à maternidade, ao casamento e a perdas de seus familiares. O pano de fundo de tudo o que acontece é a vida de cantora. Suas “linhas de tempo” destacam sua participação no grupo como fundante de suas existências.

A expectativa da mulher velha, que deve se dedicar ao espaço privado e direcionada a casa e à família, é reforçada, mas, por outro lado, extrapolada. Algumas mulheres dedicam-se a si mesmas, mostram-se vigorosas e senhoras de si, outras parecem se contaminar dessa liberdade, passando a assumir alguns riscos, dando sinais de que se sentem seguras para seguir suas escolhas. Ultrapassam as fronteiras e linhas limítrofes dos modos de ser velha; seus corpos endurecidos pelos discursos deterministas, da saúde, por exemplo, assumem um lugar de espera de um declínio que as arrasta para a morte, um lugar de liminaridade.

O discurso da beleza da mulher é reafirmado sempre, classificando o que serve ou não para a manutenção de seus corpos. Citam mulheres e programas de televisão que mostram lindas mulheres ou outras odiáveis pela exposição de seus corpos e uma provável “deselegância”.

É perceptível que os discursos da etnicidade alemã estão entranhados nesse grupo. Os ideais de corpo útil e de seu disciplinamento são transversais a todas as relações travadas no grupo. A gestão das faltas, os registros das apresentações em atas, as escolhas dos “uniformes” e a manutenção dessas formas de controle lhes dão a sensação de que seguem pelo caminho da “retidão”. A branquitude centraliza as decisões no coro, pouco escutei as mulheres negras

falarem nesses momentos de debate. No entanto, tomam seu espaço na cena assumindo uma posição de destaque, visibilidade e potência.

Nesse sentido, é possível ponderarmos que os discursos científico/médico, religioso, da etnicidade, de gênero e geração constituem as performances das mulheres do coro. Essa rede de discursos tece as subjetividades das coralistas, construindo modos de ser velha distintos e cambiantes. Seus códigos morais sofrem descontinuidades e ajustes que as direciona para fora da norma e configura uma ideia de “velhice performativa”, que enuncia outros pontos de contato com o mundo que as cerca.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, B. E. L. Mulher e velhice. *In*: MOTTA, A. B.; AZEVEDO, E. L.; GOMES, M. (Orgs.). **Reparando a falta**: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2005. p. 53- 61. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/reparando.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2019.
- COLLING, A. M. Subjetividade. *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18. ed. São Paulo: Ed Loyola, 2009.
- LINS DE BARROS, M. M. Trajetórias dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 52, p. 109-132, 2006. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0873-65292006000300006&lng=pt&nrm=i. Acesso em: 3 maio 2019.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Orgs.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. p. 9-31.
- SCHECHNER, R. **Performance Studies**: An Introduction. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

REPRESENTAÇÃO DA MULHER DO SERTÃO NA LITERATURA E NA MÚSICA

Marina Ribeiro de Almeida e Rafael Tonet Maccagnan

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Brasil

RESUMO: Entendemos que a literatura e a música têm sido uma ferramenta de comunicação a se retratar de fatos históricos e diversidades. Visto que a formação da literatura brasileira com base nos estudos de Candido (2000), está marcada inicialmente por período, fase, momento, geração, grupo, corrente, escola, teoria, tema, fonte e influência. Sendo que cada um desses citados estão atrelados aos momentos históricos e contemporâneos retratados em obras literárias e no mundo da música, onde há uma disputa de gênero presente nas letras. O autor mencionado ainda ressalta que a nossa compreensão perante a uma obra literária pode ser classificada por níveis, sendo estes interligados aos fatores externos relacionados ao tempo e ao meio social, e também os fatores individuais sendo o autor ou a autora que implica no texto como resultado. Para tanto na análise das mulheres do Sertão na literatura, destacamos três obras literárias de autoras nordestinas, sendo as seguintes obras, *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis, *Quarto de despejo* de Carolina de Jesus e *O Quinze* de Rachel de Queiroz, que nos permitiu aos resultados de que mesmo em meio a diversas dificuldades enfrentadas por essas mulheres tanto quanto nordestinas e quanto escritoras é possível encontrar suas identidades e lugar de fala em suas obras e nos conduzindo a clareza da importância deste estudo para reflexão cultural, gênero e social.

Palavras-chave: Literatura, Mulher, música, sertão.

REPRESENTATION OF THE WOMEN OF THE SERTÃO IN LITERATURE AND MUSIC

ABSTRACT: We understand that literature and music have been a communication tool to portray historical facts and diversities. Since the formation of Brazilian literature based on studies by Candido (2000), is initially marked by period, phase, moment, generation, group, current, school, theory, theme, source, and influence. Since each of these are linked to historical and contemporary moments portrayed in literary works and in the world of music, where there is a gender dispute present in the lyrics. The author also emphasizes that our understanding of a literary work can be classified by levels, which are interconnected to external factors related to time and the social environment, and also to individual factors, being the author or the author who implies in the text as result. In order to do so in the analysis of women from the Sertão in literature, we highlight three literary works by Northeastern authors, the following works, *Úrsula* by Maria Firmina dos Reis, *Quarto de despejo* by Carolina de Jesus and *O Quinze* by Rachel de Queiroz, which allowed us to results that even in the midst of several difficulties faced by these women as much as northeastern and as writers it is possible to find their identities and place of speech in their works and leading us to the clarity of the importance of this study for cultural, gender and social reflection.

Keywords: Literature, Woman, song, sertão.

Correspondência para: (correspondence to:) planetsasuke0@gmail.com

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está voltada para a representação da mulher do Sertão na literatura e na música. Portanto, objetivamos analisar como tem se retratado na literatura a representação feminina do Sertão e o seu lugar fala assim como na música. Mediante a complexidade do âmbito literário, também debruçamos os nossos olhares para as escritoras nordestinas que em suas obras literárias, retratam a realidade vivida por grande parte dessas mulheres. Daremos início com a concepção notada por Gallas (2021), que segundo a autora a reflexão acerca da relação entre o corpo, cultura e gênero na contemporaneidade, conduz a reflexão partindo do resgate das personagens femininas nas obras literárias brasileiras, que muitas vezes eram representadas por características “masculinizadas. “Nessas narrativas, o corpo é atravessado por discursos e de conflitos inerentes às relações de gênero, nos quais se expressa o poder” (GALLAS, 2021, p. 1).

RESULTADOS

A presente pesquisa consiste em levantamento bibliográfico e de mídia. Quanto às mulheres do Sertão nas obras literárias, foram selecionadas três obras de autoras nordestinas diferentes, para que pudéssemos analisar como ocorreu a representação da mulher do Sertão quanto personagens, identidade e cenários que representam a sua luta, bem como a valorização da mulher nordestina quanto escritora. Das obras estudadas destacamos, *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis, *Quarto de despejo* de Carolina de Jesus e *O Quinze* de Rachel de Queiroz.

Na música, a questão de gênero aparece na forma da dominação na relação entre o masculino e feminino, no que diz respeito a uma violência simbólica de dominação. Segundo Cunha, Godoi, Alves (2017):

Essa dominação masculina é denominada pelo autor como violência simbólica. Ela se constitui por intervenção da aderência que o dominado concede ao dominante, ou seja, adere a dominação e os aspectos que ambos têm em comum acaba tornando-se uma relação natural. (CUNHA; GODOI; ALVES, p. 72, 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos levantamentos realizados, foi possível analisar e compreender os seguintes aspectos nas três obras estudadas. A obra literária *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis um romance da escritora maranhense, escrito em 1858. A obra trata da visibilidade de personagens negros que se destacam em seu lugar de fala. Além da reflexão social e cultural, a autora apresenta em sua obra as condições vivenciadas pelo esse período de escravidão, também se destacando como uma das principais escritoras negras nordestinas do Brasil na época. A segunda obra que analisamos é *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus, foi escrito na década de 1950, se passa na Comunidade de Canindé favela em São Paulo, embora a obra não retrata a realidade vivida propriamente no Sertão nordestino, devemos destacar que a autora Carolina Maria de Jesus é Mineira, e nesta obra relata a realidade vivenciada na comunidade anteriormente citada, por uma nordestina com três filhos, a qual carrega em seus ombros a responsabilidade de sustentar os filhos, e manter-se firme com o seu lugar de fala e sua identidade, por mais que difícil Carolina dipla a sua dor e luta com a realidade ardente. A terceira obra *O Quinze* Romance por Rachel de Queiroz, publicado em 1930, a sua principal característica é por ser uma obra regionalista e social, pois em seu enredo está em torno da seca de 1915 que ocorria no nordeste do país. Narra a história de uma família que trabalhava em uma fazenda em Quixadá, e mediante a crise da seca que enfrentavam migraram para Fortaleza a capital do Ceará. Relata as dificuldades enfrentadas e a desigualdade social, traz a fome, a sede, o medo, o psicológico abalado e condições precárias vivenciadas por essa família que representa muitas das que enfrentaram esse período da seca.

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos, para as Professoras Cláudia Maia (Unimontes) e Ana Maria Veiga (Universidade Federal da Paraíba), por nos proporcionarem a participação desse evento e aprimorar os nossos estudos.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 9º. ed. Belo Horizonte: Editora, Itatiaia Ltda 2000.

CUNHA, Jeysson Ricardo Fernandes; GODOI, Ingrid Ferreira de; ALVES, Thays Regina Lemes. Representações Sociais do Gênero Feminino nas Músicas Brasileiras mais reproduzidas em 2017. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, v. 19, p. 68-83, 2019.

GALLAS, Ana Kelma Cunha. Mulher-Macho, sim senhor: discutindo a ambiguidade. **Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education**, v.4, p. 36-41, 2021.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**. Edição popular. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1963.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 93°. ed. Rio de Janeiro: Editora: José Olympio. 2012.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. 1°. ed. Brasília DF: Editora Edições Câmara, 2018.

RESISTÊNCIA, CULTURA E TURISMO: uma análise de uma associação de mulheres quilombolas no Recôncavo da Bahia

Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Carmen Lúcia Castro Lima, Alexandre Martins de Souza, Camila Brandão Pires, Laís Cristina Ferreira dos Santos e Raisa Silva Cruz

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil

RESUMO: A comunidade remanescente quilombola do Tabuleiro da Vitória, localizada no município de Cachoeira, no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2013, a partir de um movimento popular dos moradores do Vale do Iguape, denominado Conselho Quilombola da Bacia e do Vale do Iguape e da Associação de Mulheres Quilombolas do Tabuleiro da Vitória e Adjacências (AMQTVA). A AMTVA é um instrumento de representação identitária e de incentivo aos movimentos culturais da comunidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar a AMQTVA e as suas ações como meio de manutenção da cultura quilombola de um determinado território, o território do Recôncavo baiano, marcado historicamente pela expropriação da população de origem africana, escravizada nas antigas propriedades direcionadas ao *plantation* da cana-de-açúcar e do fumo. Intenciona-se perceber a atuação da Associação, uma associação feminina, a sua importância para as mulheres quilombolas, descortinar desafios atravessados e formas de resistência cultural frente aos processos decorrentes da atual forma de estruturação do sistema capitalista neoliberal, globalizado, socioeconomicamente excludente, marginalizador e centralizador.

Palavras-chave: Mulheres Quilombolas, Preservação cultural, Resistência cultural.

RESISTANCE, CULTURE AND TOURISM: an analysis of a quilombola women's association in the Recôncavo da Bahia

ABSTRACT: The remaining quilombola community of Tabuleiro da Vitória, located in the municipality of Cachoeira, in the Identity Territory of the Recôncavo da Bahia, was certified by the Palmares Cultural Foundation in 2013, based on a popular movement of residents of the Iguape Valley, called the Quilombola Council of Iguape Basin and Valley and the Association of Quilombola Women of Tabuleiro da Vitória and Adjacencies (AMQTVA). AMTVA is an instrument of identity representation and incentive to cultural movements in the community. The present work aims to analyze AMQTVA and its actions as a means of maintaining the quilombola culture of a certain territory, the territory of the Recôncavo Baiano, historically marked by the expropriation of the population of African origin, enslaved in the old properties directed to the sugarcane plantation - sugar and tobacco. It is intended to understand the role of the Association, a women's association, its importance for quilombola women, to uncover challenges faced and forms of cultural resistance in the face of the processes arising from the current form of structuring of the neoliberal capitalist system, globalized, socioeconomically excluding, marginalizing and centralizing.

Keywords: Quilombola Women, Cultural Resistance, Cultural Preservation.

Correspondência para: (correspondence to:) luciamaqueiroz@ufrb.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, compreendendo a centralidade do território para comunidades tradicionais, dentre as quais as comunidades quilombolas, e para o campo do estudo das políticas sociais públicas, tem por objetivo analisar a Associação de Mulheres Quilombolas do Tabuleiro da Vitória e Adjacências (AMQTVA) e as suas ações como meio de manutenção da cultura quilombola de um determinado território, o território do Recôncavo baiano, marcado historicamente pela expropriação da população de origem africana, escravizada nas antigas propriedades direcionadas ao *plantation* da cana-de-açúcar e do fumo.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do artigo foi baseada em uma revisão bibliográfica sobre território, políticas sociais e quilombos. A fim de melhor compreender o território usado pelos atores sociais, o perfil dos moradores, suas dificuldades e visão do mundo, assim como o associativismo presente na comunidade, também foram realizadas pesquisa direta com a população do quilombo e entrevista com a presidente da AMQTVA, Dona Maria de Totó e com a vice-presidente, Dona Adelize Rocha Souza.

A centralidade atribuída ao território pelas comunidades quilombolas, assim como por outras comunidades tradicionais, torna-se evidenciada no seu relevante papel na construção das identidades sociais e culturais, no uso enquanto recurso econômico, mas, também, na sua atuação ativa como espaço geográfico onde se concretizam as relações sociais, de vizinhança, de solidariedade, de poder, ou seja, enquanto o “chão para o exercício da cidadania” (KOGA, 2011, p. 33). A relação inseparável apontada por Milton Santos entre territórios e sujeitos (SANTOS, 1997, *apud* KOGA, 2011, p. 36) adquire maior notoriedade quando se trata das comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas do Iguape. O território usado, território banal ou de todos, onde se realiza a vida coletiva (SANTOS, 1996, p.53) é, para estes, o guardião dos saberes e fazeres, das práticas cotidianas, fonte de recursos vitais, de aprendizagens socioculturais, centro de disputas econômicas, sede de resistências às distintas

formas de dominação, lugar síntese da possibilidade de conquista de uma vida menos excludente e socioeconomicamente mais digna.

A forte vinculação entre esses grupos e o seu território conduz a que o direito à terra, espaço dotado de valor histórico, cultural e simbólico, seja imprescindível à existência e continuidade dessas comunidades e da sua cultura. Embora quase todas as comunidades quilombolas do Vale do Iguape se encontrem certificadas, e, portanto, de posse da garantia de reconhecimento, estas, em número expressivo, ainda vivem em situação de acentuada vulnerabilidade. Nenhuma comunidade obteve, até o momento, o título definitivo da terra e os conflitos e violências são latentes, com parte delas tendo o seu acesso às áreas antes utilizadas por seus antepassados, impedido por proprietários rurais. Há registro, inclusive, de ameaças, tentativas e mesmo de assassinato de líderes na região do Iguape.

A Associação de Mulheres Quilombolas do Tabuleiro da Vitória e Adjacências

A ideia de constituir uma associação de mulheres do território de Tabuleiro e adjacências decorreu da disposição de algumas, desde os primeiros momentos, em buscar entender a situação em que vivem e lutar por transformações. Como relata Dona Alda, grande parte dos homens da região se encontravam resistentes com o conceito de ancestralidade, devido ao estigma dos povos tradicionais.

De acordo com o Estatuto Social da Associação de Mulheres do Quilombo do Tabuleiro da Vitória, esta organização tem como objetivos: valorizar a mulher contra qualquer tipo de desigualdade e violência; criar programas de combate à discriminação independentemente das características físicas ou orientação religiosa e sexual; sensibilizar a sociedade civil para os problemas sociais existentes; solicitar das autoridades a implementação de obras para o bem estar social; realizar estudos que elevem a cultura e produção local (marisco, pesca, artesanato, etc.); proteger o ambiente de tradições afro-brasileiras; garantir a assistência social às mulheres, fomentar a agricultura familiar, o extrativismo e a pesca.

A AMQTVA, como explica Dona Maria de Totó, realiza ações voltadas a manter “a representação cultural, territorial e a identidade enquanto comunidade que engloba uma historicidade de expropriação africanizada e de período escravocrata”. Esta entidade desenvolve atividades voltadas à viabilização de ofícios tradicionais, à divulgação das

produções que são fontes de renda para a subsistência dos moradores da região, ademais contribui para o fomento ao turismo local.

Mas, a grande luta atual desta organização comunitária e o seu grande empenho é a resolução do processo de delimitação e demarcação das terras. Os conflitos e disputas de terras da região são intensos, e, conforme relato das entrevistadas, com a suposta compra de uma fazenda chamada Santo Antônio da Guaíba, tomaram uma proporção ainda mais expressiva. A Associação vem intervindo judicialmente para que o processo de titulação seja concluído e, assim, para que as leis que regulamentam o território quilombola passem efetivamente a vigorar.

REFERÊNCIA

CAMPOS FILHO, Alberto Viana de. **Caracterização socioeconômica das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape** [recurso eletrônico]. Feira de Santana: Editora Zarte, 2019. 158 p.E-book (PDF).

KOGA, Dirce. **Medida de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2011, 2. Ed.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

A VIOLÊNCIA, A PROSTITUIÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

VIOLENCE, PROSTITUTION AND IDENTITY RECONSTRUCTION

Laura Pallarés Ameneiro

Universidade Nacional Autónoma de México, México

El estudio “Violencia, Prostitución y Reconstrucción de identidades” tiene como objetivo principal poder demostrar como la prostitución como fenómeno y realidad social desde la antigüedad, ha estado marcado en la vida de cada una de las mujeres desde la infancia, por episodios temporales o continuos de violencia principalmente física, provocando una ruptura de identidad natural en las mismas.

El objetivo principal del presente estudio es reflexionar sobre las interrelaciones existentes entre la violencia, prostitución e identidad en base al territorio, y como a través de las prácticas y actividades ejercidas en el acto prostitucional y preconcebidas desde la infancia, desembocan en la búsqueda por parte de las mujeres de una nueva identidad o neoidentidad, en relación con el espacio donde la desarrollan.

Metodología en base a los conocimientos teóricos de Doreen Massey en cuanto a identidad y espacio, entre otros, y prácticos, con trabajo de campo minucioso, a través de 9 entrevistas personales y 50 encuestas a sexoservidoras de la ciudad de México. Vidas marcadas en cierta forma, desde su infancia y tras años siendo sometidas por un sistema patriarcal, bajo falta de afectividad, maltrato, violación, humillación y estigmatización constante, sintiéndose como vacías en un espacio que consideran de otros, y que buscan en el medio prostitucional y fundamentalmente, en un territorio particular, donde poder desarrollar su actividad, cariño, afecto, comprensión, significado y en otras palabras, otras referencias identitarias, de ahí la importancia de la relación entre género y espacio.

Los resultados obtenidos en función a la metodología utilizada confirman la reconstrucción de la identidad o neoidentidad de las prostitutas, sin filtros, sin doble personalidad y sin violencia.

Palabras- clave: Espacio, Identidad, Maltrato, Sexoservidoras.

Correspondência para: (correspondence to:) laurameneiro@gmail.com

Este artículo será estructurado en tres apartados que nos llevan a las conclusiones finales con respecto a la relación de los tres aspectos fundamentales a tratar, como refleja el título del artículo.

1. Aportes teóricos de identidad y su relación con el espacio, en base a la figura de Doreen Massey, así como prostituta, violencia y prostitución.

Hablar de estos tres elementos, violencia, prostitución e identidad, es hablar de la mujer y como desde que nace van forjando y conformando una identidad propia en base a diferentes factores familiares, históricos, culturales, sociales y económicos que harán que su trayectoria vital sea única y particular. Referencia de Marcela Lagarde (1990, p.1) al respecto de identidad de las mujeres como el <<conjunto de características sociales, corporales y subjetivas que la caracterizan de manera real y simbólica de acuerdo con la vida vivida>>.

Importancia de la violencia como acto del desarrollo prostitucional, donde tanto el poder como la dominación están presentes durante todas las etapas del mismo. El primero se presenta de forma explícita en la violencia física; la segunda es constante bajo las formas de amenazas, promesas, engaños, miedo, etc. Con el poder se obliga, con la dominación se convence a la víctima, lo que es relevante esta distinción en el fenómeno estudiado porque puede dar origen a la discusión entre prostitución libre y forzada.

2. Aportes prácticos a través de encuestas y entrevistas personales a prostitutas de la ciudad de México.

La metodología utilizada se centra en los datos obtenidos de mujeres adultas que se prostituyen en dos zonas de la ciudad de México, pudiendo confirmar que antes de entrar en la prostitución la práctica totalidad de las entrevistadas han sufrido algún tipo de maltrato, sufriendo 8 agresión física, en concreto golpes, 16 violación, 5 de ellas acoso, y el 21 restante entrarían en la categoría de otros, donde estaría la agresión verbal principalmente (encuestas: de elaboración propia en el Programa Universitario de Estudios de Género de la UNAM).

3. Dominio de territorialidad y reconstrucción de identidades en la prostitución de calle de la Ciudad de México.

Toda la violencia que se crea durante la infancia-adolescencia de las mujeres que se prostituyen, provoca en las mujeres una pérdida de identidad que se creía propia, anulándolas de por vida y donde la reconstrucción de la misma será una lucha permanente. En la mayoría de los casos, la entrada en la prostitución se debe a este factor psicológico, la pérdida de afecto y autoestima que en momento de depresión o fragilidad mental, acuden de manera directa o indirecta a ejercer la misma.

En este momento es donde se presenta los intentos de reconstrucción de esa identidad quebrada, a través del ejercicio de la prostitución, pero a partir de la misma entrarán en juego no solo

factores afectivos, sino territoriales. Estas mujeres buscarán forjarse una identidad propia en base al dominio de territorialidad adquirida durante el ejercicio de su actividad.

REFERÊNCIAS

Arturo, D. y Cante, F.E. Prostitución y desigualdad socioeconómica. Revista Eleuthera, 16, año 2017, pp. 69-84.

Bákula, C. Reflexiones en torno al patrimonio cultural. Revista Turismo y patrimonio, número 1, año 2000, pp.164-167

Bell, S. Reading, Writing, and Rewriting the Prostitute Body. Indiana, EU: Indiana University Press, 1994

Cervantes Muñoz, Consuelo, Luciana Ramos Lira y María Teresa Saltijeral, “Frecuencia y cronicidad de las modalidades de violencia emocional ejercidas por el compañero en el último año”, Marta Torres Falcón, (compiladora) Violencia contra las mujeres en contextos urbanos y rurales, El Colegio de México-PIEM, México, 2004, pp. 239-270.

Concha-Eastman, Alberto, “Urban Violence in Latin America and the Caribbean: Dimensions, Explanations, Actions”, Susana Rotker (editora) Citizens of Fear, Urban Violence in LatinAmerica, Rutgers University Press, New Jersey, 2002.

Lagarde, M. Identidad femenina, 1990 en Texto difundido por CIDHAL (Comunicación, Intercambio y Desarrollo Humano en América Latina, A. C. - México). <http://www.laneta.apc.org/cidhal/lectura/identidad/texto3.htm>

QUESTÕES RELACIONADAS ÀS IDENTIDADES NEGRAS EM *AFRODIÁSPORA* DAS ESTUDANTES GUINEENSES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA, A PARTIR DO CONFRONTO COM O RACISMO

Laís Rebouças de Santana

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil

RESUMO: A chegada dos estudantes africanos no município de São Francisco do Conde\BA gerou olhares de surpresa, curiosidade e muito estranhamento na cidade. O foco do presente estudo são as estudantes guineenses que buscam uma formação superior no Brasil e ao chegarem ao município sofrem o choque cultural. A problemática traz a reflexão de como esse processo migratório interferiu em seu cotidiano e como é vista o corpo da mulher negra e africana, desta maneira, ocasionando a percepção identitária em confronto com o racismo. O objetivo é refletir quem são essas mulheres após sofrer a discriminação racial em uma das cidades composta majoritariamente por pessoas negras no país.

Palavras-chave: Discriminação, Identidade, Racismo.

ABSTRACT: The arrival of African students in the municipality of São Francisco do Conde\BA generated looks of surprise, curiosity and a lot of strangeness in the city. The focus of the present study is the Guinean students who seek a higher education in Brazil and when they arrive in the city, they suffer the cultural shock. The problem brings the reflection of how this migratory process interfered in their daily lives and how the body of black and African women is seen, in this way, causing the perception of identity in confrontation with racism. The objective is to reflect on who these women are after suffering racial discrimination in one of the cities made up mostly of black people in the country.

Keywords: Discrimination, Identity, Racism.

Correspondência para: (correspondence to:) laisr39871@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho intenciona analisar a percepção da identidade, no contexto da diáspora africana, das estudantes guineenses em São Francisco do Conde-Bahia a partir do confronto com o racismo. O tema é relevante na medida em que investiga e discute as situações vivenciadas nesta cidade historicamente marcada pelos povos da África e que possui uma universidade pública que busca justamente integrar os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa-PALOP com o Brasil.

Seu objetivo central tem como foco analisar essa percepção através dos objetivos específicos, a saber: Identificar como compreendem e enfrentam as situações de discriminação racial em

seu cotidiano, e também verificar os processos de afirmação identitária a partir da sociabilidade e das interações afetivas que foram sendo construídas cotidianamente na cidade.

Busquei pesquisas de autores que estudam sobre a temática para o embasamento deste artigo, como o estudo sobre a territorialidade de Santana (2011) e Diógenes e Aguiar (2013) que articula a importância da cidade ter sido escolhida para ser a sede do campus da Unilab na Bahia. Almeida (2019) e Bendo (2016) analisam as experiências das estudantes da Guiné-Bissau dando enfoque as formas de sociabilidade construídas, assim como a ressignificação da identidade no processo de deslocamento temporário em São Francisco do Conde. Para o contexto da diáspora negra, Brah (1996) afirma que é constituída por diversidades de experiências históricas, enquanto Gonzalez (1988) propõe observar as particularidades locais que se organizam em torno das raças. Em outro aspecto, Moraes e Silva (2012) discutem o termo analisando o contexto relacional entre estudantes lusófonos e brasileiros.

Sobre a identidade, Hall (2011) a defende como construção. Seguindo a mesma perspectiva com foco nos estudantes africanos, Hirsch (2007) estuda como se tornam um grupo social estigmatizado ao chegar no Brasil, enquanto Gusmão (2012) afirma que passam assumir uma nova identidade que os designam como africanos. Baldé (2017) pesquisa as suas vivências, relatando como as diferenças culturais dificultam a inserção das discentes em São Francisco do Conde. Por fim, Crenshaw (2002) aponta interseccionalidade como ferramenta teórica para compreensão das realidades dessas mulheres negras e africanas.

AS IDENTIDADES NEGRAS EM AFRODIÁSPORA

Partindo do pressuposto que as estudantes universitárias guineenses ao chegar no Brasil compartilham de experiências vividas no contexto da territorialidade que colocam em questão a própria configuração de identidade a partir da sociabilidade e das interações com a população local, torna-se oportuno compreender a identidade negra no contexto afrodiáspórico, pois a cor da pele se torna uma referência para designar a sua origem e a identidade, sobretudo, a partir da generalização e do desconhecimento da discriminação racial em seu país de origem. Como já foi brilhantemente pontuado na dissertação de Almeida (2019), pensar a condição das guineenses em diáspora envolve compreender os dilemas gerados pelas relações sociais, pois as estudantes não se percebem com a mesma identidade. Desta maneira, é necessário questionar como se propõe a conceituação da diáspora africana nesta territorialidade.

No que se refere aos procedimentos adotados na coleta de dados, inicialmente foi feita uma análise bibliográfica de estudos sobre preconceito, discriminação racial, diáspora africana, mito da democracia racial, identidade e territorialidade de autores que são referências na área dos estudos sobre relações étnico-raciais e sobre a experiência das estudantes africanas no Brasil, publicados em artigos, livros, dissertações de mestrado, teses e monografia. Desse modo, através da seleção, análise e interpretação de estudos voltados à temática em questão, foi possível concretizar o aprofundamento do entendimento acerca do tema. O referencial teórico orientou na aproximação com o objeto de estudo, auxiliando a compreendê-lo no percurso de construção.

A questão identitária está ligada à imigração do corpo estudantil que sofrem com estereótipos que atormentaram as pessoas escravizadas, trazidas da África para as Américas nos séculos passados, cujas heranças são visíveis ainda hoje, infelizmente. As identidades são ressignificadas, isto é, transformadas a partir das trocas culturais e do racismo, sobretudo, os modos de sentir, pensar e agir vão sendo modificados no contexto relacional.

A partir do presente estudo, foi possível identificar a necessidade de uma educação antirracista com o intuito de desconstruir estereótipos relacionados à população negra/africana, de modo que a visão sobre a África seja reconstruída no imaginário social a partir de referenciais positivos. Do mesmo modo, a percepção sobre um povo primitivo e selvagem seja desmistificada e substituída pela verdadeira história africana. Seguindo essa lógica, desconstruir a imagem da mulher negra e africana vinculada à figura caricatural de personagens que ridicularizam e objetificam o corpo feminino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. P. As experiências na terra do outro: as percepções dos (as) estudantes guineenses sobre estar fora de seu lugar. Dissertação – Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2019. P.124.

BALDÉ, Mamadu. Mulheres africanas na Unilab: registro de uma experiência em processo. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017. P. 47.

BENDO, M. D. L. Estranhamento e convivência dos estudantes africanos em São Francisco do Conde. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde. 2016. P. 59

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43(6), 1991, p. 1241–99.

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. (Orgs.). Unilab: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação sul – sul. Redenção: UNILAB, 2013. 120 p.



FIGUEREIDO, Angela. GOMES, Patrícia Godinho Gomes. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-bissau e Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. Setembro-Dezembro/2016. P. 909-927.

OPRESSÃO X EMANCIPAÇÃO: o relato de uma estudante sobre racismo em um estágio não obrigatório

OPPRESSION X EMANCIPATION: a student's account of racism in a non-mandatory internship

Inamara Joice dos Santos e Andressa de Souza Santos Ferreira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Brasil)

Estudantes podem estabelecer experiências acadêmicas no âmbito da pesquisa na instituição de ensino a qual pertence bem como em experiências profissionais nas empresas ou instituições públicas. O estágio, no Brasil, institucionalizado pela Lei. 11.778 de 25 de dezembro de 2008 versa sobre sua natureza educativa e formadora, os vínculos entre o discente, a instituição de ensino e o empregador e suas devidas atribuições celebradas mediante contrato. Nesta relação de trabalho como tantas outras não prevêm que pessoas negras enfrentem episódios de discriminação racial que é crime no país, estabelecido pela Lei tanto pela 7. 716 de 05 de janeiro de 1989 quanto a Constituição Federal de 1988 no art 3º, inciso IV. A emancipação financeira de mulheres negras costuma perpassar os marcadores de gênero, raça e classe e, remetendo a interseccionalidade como um método sensível para conhecer, estudar e analisar como estes interferem na busca por educação e melhores condições de trabalho, podemos comparar resultados. No estudo Desigualdades Sociais por Raça ou Cor (IBGE,2019) que revela a maioria do percentual de desempregados e subutilizados no país composta por negros e pardos e seus rendimentos estão a quem dos pares brancos. Nesta relação a maior desigualdade afeta a mulher negra, que em rendimento médio ganha 70% a menos que brancos. O acesso ao ensino superior não mudou esta realidade, pois segundo este mesmo estudo brancos graduados ganhavam, por hora, 45% a mais que pessoas negras. Portanto, ao elucidar tais fatos, pretende-se observar como esta materialidade histórica e social permeia também o ambiente de estágio, na forma racismo, em episódios vivenciados durante o período de 2018 a 2019 numa instituição pública. Trata-se de um relato e portanto, traz consigo um caráter descritivo advindo da experiência profissional onde o preconceito se manifestou em formas visíveis e sobretudo sucintas. Ocorridos em diferentes contextos, as referências a minha cor de pele fora traduzido como posto subalterno de ofício, manifestação acalorada direcionando a minha pessoa palavras que qunhavam “incompetência” ao exercer o trabalho, o olhar arisco ao atender pessoas que visivelmente estariam incomodadas por estar de “cabelo solto”, as

inúmeras e incontáveis sessões de assédio sexual por indivíduos que se sentiam validados em proferir palavras e gestos em que citavam a “beleza” ou minha estrutura corporal e convites para tarefas onde minha postura “forte” era elogiada. Estes momentos somaram-se ao fato de ser estudante cotista, residente, fora do contexto familiar em uma disputa por melhor condição material de permanência na universidade. Na inércia presenciada por mim pelos supervisores, em um dos episódios mantive a postura de silenciar tais acontecimentos. No confronto pessoal com tais situações, existiam questionamentos sobre minha capacidade, habilidade emocional e psíquica tendo em vista os recorrentes pequenos atos de subjugar meu potencial técnico e de aprendizagem. Esta percepção detalhada dos signos racistas veio pela formação política em movimentos sociais locais. Entender o que representava estes momentos fez-me guarnecer minha formação pessoal e acadêmica buscando por meio da disputa por espaços políticos construir a discente e profissional que desejava.

Agradeço imensamente aos meus ancestrais e meus encantados, a minha família, meu companheiro e minha orientadora por mais esta experiência e referência nas pesquisas e na identificação de caminhos e lutas em comum neste cerne.

Palavras-chave: Discriminação, Emancipação, Mulher Negra, Trabalho.

**BEM-ESTAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: percursos de mulheres idosas
participantes de um projeto social de dança**

Juliana Rita Cardoso Ferreira, Aline da Silva Pinto e Lucas Souza Santos

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo principal identificar as percepções de mulheres idosas participantes de um projeto social de dança sobre os impactos da pandemia e do isolamento social no seu cotidiano, assim, compreender o quanto o isolamento social pode ter afetado o seu bem-estar. A metodologia se caracteriza por uma abordagem qualitativa descritiva, e, para atingir os objetivos propostos neste estudo, utilizamos como instrumentos de coleta de dados observação e entrevista semiestruturada. A pesquisa foi realizada com mulheres, acima de 60 anos, do projeto de dança intitulado “Projeto Dançar”. Por meio das reflexões trazidas no referencial teórico e do material coletado por meio da análise de dados, foi possível entender os benefícios proporcionados pela dança, sendo a necessidade de movimento, manutenção da saúde e busca por bem-estar e qualidade de vida, além do sentimento de prazer e felicidade, os principais sentimentos descritos por elas. Além disso, foi possível observar o quanto a pandemia impactou no bem-estar dessas mulheres de forma negativa, trazendo medos e inseguranças.

Palavras-chave: Bem-estar, Dança, Idosos, Pandemia.

**WELL-BEING IN TIMES OF A PANDEMIC: pathways of elderly women
participants in a social dance project**

ABSTRACT: The main objective of the present study was to identify the perceptions of elderly women participating in a social dance project about the impacts of the pandemic and social isolation on their daily lives, thus understanding how social isolation may have affected their well-being. The methodology is characterized by a descriptive qualitative approach, and to achieve the objectives proposed in this study, we used observation and semi-structured interviews as data collection instruments. The research was carried out with women, over 60 years old, from the dance project entitled “Dance Project”. Through the reflections brought in the theoretical framework and the material collected through data analysis, it was possible to understand the benefits provided by dance, being the need for movement, health maintenance and the search for well-being and quality of life, in addition to the feeling of pleasure and happiness, the main feelings described by them. In addition, it was possible to observe how

much the pandemic impacted the well-being of these women in a negative way, bringing fears and insecurities.

Keywords: Welfare, Dance, Elderly, Pandemic.

Correspondência para: (correspondence to:) julianarfcardoso@gmail.com

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional no Brasil vem aumento de forma acelerada, se tornado uma temática de grande interesse de pesquisadores, nos últimos tempos (IBGE, 2018). Desta forma, percebe-se a importância de encontrar alternativas que auxiliem as pessoas a passarem por essa fase da vida com mais autonomia e a dança, diante deste contexto, vem a contribuir para um melhor envelhecimento através dos benefícios proporcionados por ela (SOUZA E METZNER, 2013). Segundo Galinha (2008, p. 19) o conceito de Bem-Estar diz respeito à dimensão mental, e tem passado por reformulações ao decorrer dos anos. Com base no impacto positivo dos exercícios físicos sobre o indivíduo e a coletividade é que se justificam a implantação de programas de atenção à saúde e apoio social através da prática, como a dança. Entretanto, deve-se ressaltar que o cenário da pandemia do COVID 19, diminuiu as possibilidades de prática das pessoas idosas (MALTEZ, 2020). O presente estudo foi desenvolvido, a partir de um projeto comunitário de Dança, que atendeu 12 mulheres praticantes, de forma remota no período pandêmico, todas com idade a cima de 60 anos, sendo que duas são negras e dez são brancas, moradoras nas proximidades da região central da cidade de Novo Hamburgo.

RESULTADOS

A metodologia do trabalho foi baseada na pesquisa qualitativa descritiva, com a observação dos grupos de rede social e entrevistas realizadas de forma *online*. Após a coleta dos dados, foram construídas quatro categorias: 1- Limitações aumentadas e necessidade de movimento: sabe-se que manter-se ativo é primordial para o bem-estar e qualidade de vida, sobretudo no período de recolhimento domiciliar; a dança se tornou uma “válvula de escape”, para o grupo pesquisado. Podemos ponderar que as motivações para a prática durante a pandemia, foram a necessidade de movimento, devido ao aumento de limitações comuns na idade avançada, bem como a criação de novas rotinas. 2 - Medos, incertezas e novas alternativas: algumas mulheres

relataram que desenvolveram quadros de depressão e ansiedade, segundo elas, devido a falta de contato social durante esse período. Para além disso, algumas citaram o medo da morte, e uma enorme tristeza que se agravou depois do falecimento de uma das companheiras de dança. E isso se agrava, uma vez que eles sentem dificuldades de lidar com a interação virtual e já têm uma saúde fragilizada, assim, há uma diminuição das capacidades cognitivas que pode variar de acordo com a idade. Dessa forma, essas pessoas tiveram que buscar novas alternativas além da dança para passar por esse momento, como a leitura, a busca por conhecimento, aprender receitas novas, como citam algumas entrevistadas.

3 - Medos e resistência quanto as tecnologias: A tecnologia tem o poder de tornar a vida de algumas pessoas mais fácil, porém, traz consigo um problema social, certos grupos populacionais, como as pessoas idosas, podem sofrer com os avanços acelerados dessa tecnologia. Os predecessores desta geração foram expostos, gerando dificuldades em compreender a linguagem das novas tecnologias e as dificuldades de lidar com esses avanços mesmo ao realizar tarefas básicas (como operar aparelhos), telefones celulares e caixas eletrônicos instalados em bancos. Podemos perceber que apesar das dificuldades, todas as colaboradoras conseguiram se adaptar aos poucos, de certa forma, foram “forçadas” a aprender, pois a pandemia e o isolamento social fizeram da tecnologia o único meio de comunicação entre as pessoas.

4 - Apoio familiar: laços colocados a prova: uma das coisas mais importantes na vida de qualquer pessoa é, sem dúvida, poder contar com o apoio familiar, principalmente durante o processo de envelhecimento que já trás consigo inúmeras mudanças no cotidiano das pessoas. As participantes da pesquisa se percebem muito bem amparada por seus familiares, e isso é de suma importância para o bem-estar da pessoa idosa.

CONCLUSÃO

Percebemos que a população idosa vem aumentando de forma significativa e a adesão às práticas corporais em grupo também se expandiu, principalmente entre as mulheres. O período da pandemia se mostrou um grande desafio às pessoas idosas e aos profissionais que trabalham com o referido público, acessibilidade tecnológica precisa ser discutida e proporcionada à todas as pessoas. De qualquer forma, entendemos que conhecer o cotidiano das pessoas idosas e suas relações com seus pares, possibilita um entendimento das complexidades do envelhecimento e suas relações com a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

GALINHA, Iolanda Costa. **BEM ESTAR SUBJETIVO: fatores cognitivos, afectivos e contextuais**. Coimbra: Quarteto, 2008. p. 19.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Outubro 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-Noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>> acesso em: 08 mar.2021.

NERI, A. L.; VIEIRA, M. A. L. Envolvimento social e suporte social percebido na velhice. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 16(3), 419-432, 2013.

MALTEZ, Fernando. COVID-19: A Segunda Pandemia do Século XXI. **Medicina Interna**, Lisboa, v. 27, supl. 1, p. 53-54, maio 2020. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-671X2020000200018&lng=pt&nrm=isso>. Acessos em 08 mar. 2021.

MOVIMENTOS SOCIAIS E PANDEMIA

Mateus Gustavo Coelho

Instituto de Estudos de Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

RESUMO: As manifestações ocorridas em decorrência do movimento #Elenão, foram as maiores manifestações de cunho feminista que ocorreram na história do Brasil, deixando evidente uma certa "popularização" do feminismo, de maneira geral, em diferentes camadas da sociedade brasileira. Este movimento que mobilizou milhões de pessoas a irem às ruas, para muitos era considerado como uma espécie de termômetro para o que seriam os anos vindouros dos movimentos sociais em nosso país. Mas, o que foi visto nos anos seguintes, foi uma diminuição massiva dos protestos de rua, gerando uma impressão de uma desmobilização por parte dos movimentos sociais, que foi acentuada ainda mais pela COVID-19. A partir desta sensação de desmobilização, nossa pesquisa nos leva a perceber que, na verdade, muitos movimentos apenas mudaram de cara, continuando suas atuações voltadas às pautas de necessidades mais básicas de nossa população. Muito além de uma impressão coletiva de desmobilização dos movimentos sociais em nosso país e de uma falta de movimentos de resistência contra o governo de Jair Bolsonaro, o que percebemos é que muitos movimentos continuaram com suas lutas, colocando em pauta as suas questões e trazendo para a discussão em nossa sociedade as consequências causadas pela pandemia. Sem a atuação direta destes movimentos, podemos imaginar que as consequências da pandemia no Brasil seriam ainda mais duras.

Palavras-chave: COVID-19, Feminismos, Lutas sociais, Solidariedade.

SOCIAL MOVEMENTS AND PANDEMIC

ABSTRACT: The manifestations that occurred as a result of the #Elenão movement, were the largest manifestations of a feminist nature that occurred in the Brazilian history, making evident the "popularization" of feminism in different layers of Brazilian society. This movement that mobilized millions of people to take to the streets, for many, was considered as following years was a massive decrease in street protests, generating an impression of a demobilization on the part of social movements, which was further accentuated by COVID-19. From this sense of demobilization, our research leads us to realize that, in fact, many movements just changed their face, continuing their actions focused on the most basic needs of our population. Far beyond a collective impression of demobilization of social movements in our country and a lack of resistance movements against the government of Jair Bolsonaro, what we perceive is that many movements continued with their struggles, putting their issues on the agenda and bringing to the discussion in our society the consequences caused by the pandemic. Without the direct action of these movements, we can imagine that the consequences of the pandemic in Brazil would be even more severe. A kind of thermometer for what would be the coming years of social movements in our country. But what was seen in the

Keywords: COVID-19, Feminisms, Social struggles, Solidarity.

Correspondência para: (correspondence to:) mateusgusco@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os recentes anos anteriores à pandemia causada pela COVID-19 foram de uma profusão de manifestações políticas sem precedentes na história da humanidade, diferentes movimentos eclodiram ao redor do globo demonstrando a fragilidade do momento em que vivíamos. A segunda década do século XXI se inicia com protestos massivos e também chega aos seus últimos anos repleta de manifestações em escala global. Mas já no fim do ano de 2019, a pandemia começava a dar seus primeiros sinais e em poucos meses a doença se espalha ao redor do globo.

O confinamento por conta da quarentena teve consequências diretas em toda sociedade assim como nos movimentos sociais. A necessidade do distanciamento social, fez com que, inevitavelmente, as redes sociais se tornassem o principal meio de mobilização e articulação neste período pandêmico. Apesar de diversas formas de manifestações e protestos, de maneira geral, o que foi sentido em nosso país foi uma certa apatia por parte dos movimentos sociais em lutas pela garantia e manutenção de direitos básicos para nossa população. Desta forma, a partir desta sensação de desmobilização dos movimentos sociais, nossa pesquisa pretende levantar algumas hipóteses a respeito de alguns processos que ocorreram dentro destes movimentos e como a pandemia afetou diretamente suas lutas tanto nos campos sociais quanto políticos.

RESULTADOS

Neste trabalho partimos de três hipóteses para pensarmos os movimentos sociais e feministas, de modo geral, em nosso país e de como a pandemia afetou suas lutas. A hipótese 1, parte da ideia bastante difundida de um cansaço coletivo causado pela pandemia. O medo constante do contágio, as incertezas e inseguranças, os abalos econômicos e teletrabalho afetaram diretamente o psicológico da população global. O cansaço e exaustão foram palavras constantes em nosso vocabulário no período pandêmico. Já a hipótese 2 trata diretamente dos movimentos sociais, que, em nosso país, seguem a tendência de serem majoritariamente

movimentos de base. Como característica, esses movimentos dependem diretamente das arenas de discussões para realizarem seus trabalhos. Enquanto por um lado, os espaços virtuais quebraram barreiras geográficas, possibilitando o encontro de diferentes agentes de diferentes regiões do país, gerando novos vínculos entre ativistas, o acesso da maior parte da população brasileira e de seus movimentos de base a estes espaços foi limitado, ou, até mesmo, nulo. Esta mudança do espaço político para as redes, afetou diretamente os movimentos sociais, principalmente os movimentos de base. Já a hipótese 3 trata especificamente da situação econômica e política brasileira, em um período em que a fome e a miséria assolaram a nossa população, pautas que não eram consideradas tão urgentes acabaram sendo deixadas de lado por muitos dos movimentos sociais em nosso país. A prioridade então se tornou a de colocar comida nos pratos dos brasileiros. Com quase setecentos mil mortos, a pandemia de COVID-19 deixou marcas profundas em nosso país, ainda mais acentuadas por um crescimento da extrema pobreza, podemos imaginar que toda essa realidade tenha afetado diretamente a luta dos movimentos sociais, que, apesar de todas as dificuldades encontradas, tiveram forças para lutar e continuar lutando para a construção de um país mais justo e solidário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha orientadora, Cristina Scheibe Wolff, que sempre me incentivou e incentiva em minhas pesquisas. Agradeço também a professora Sonia Alvarez, que me recebeu com todo carinho na UMass e que me incentivou de diferentes maneiras a me interessar por este tema. Por fim, agradeço a CAPES pelo financiamento da minha pesquisa e também, via CAPES/Print, o financiamento de meu estágio doutoral, onde surgiu este trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira *et al.* Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 2, 2021.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus límites. In: AGAMBEN, Giorgio *et al.* **Sopa de Wuhan**. Barcelona: ASPO, 2020. p. 59-66.

DUARTE, André. **PANDEMIC AND CRISIS OF DEMOCRACY: biopolitics, neoliberalism, and necropolitics in bolsonaro's brazil**. New York: Routledge, 2023.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e ações coletivas no Brasil em 2020 com a COVID-19: solidariedade, protestos, conflitos, confrontos e interpretações teóricas. **44 Encontro Anual Anpocs**, dez. 2020.

FALUDI, Susan. **Blacklash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

LENGUITA, Paula Andrea. Luchas feministas, cuidados y comunidad en la post-pandemia. **Telos Revista de Estudios Interdisciplinarios En Ciencias Sociales**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 141-149, 4 jan. 2021.

MADEIRA, Drica. O FEMINISMO LATINO-AMERICANO EM MEIO À PANDEMIA. **Z Cultural: Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, 2021.

MARTINS, Joyce Miranda Leão. METAMORFOSES NA DEMOCRACIA DE PÚBLICO: a eleição presidencial de 2018 e o uso do facebook pelas eleitoras de jair bolsonaro. **12º Encontro da Abcp**, João Pessoa, ago. 2020.

SÁNCHEZ, Maricela Portillo; FUENTES, Daphne Erandy Beltrán. Efectos de la pandemia por la Covid-19 en las movilizaciones feministas de la Ciudad de México. **Movimientos: Revista Mexicana de Estudios de los Movimientos Sociales**, v. 5, n. 1, p. 6-36, 2021.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: relatos de experiências individuais nas figurações de sobrevivência!

Lidia M. V. Possas

Universidade Estadual Paulista, Brasil

RESUMO: No texto procuro refletir sobre o ato de contar experiências vividas diante de situações traumáticas de violência de gênero, como o assédio, importunação sexual e discriminação em espaços institucionais que envolvem as emoções do corpo e da alma de quem fala e que constrói “figurações de sobrevivência”, a partir das perspectivas de ELIAS, (2018) e LEAO e PAIVA (2020). Nesse empenho analítico sobre a auto constituição do eu, pela via do relato há uma íntima correlação entre as tensões de “si mesmo” como o sujeito que fala, mas que não tem uma história própria pois carrega na narrativa uma história de relação com as condições hierárquicas existente no lugar, na temporalidade no conjunto de normas, prescrições e estereótipos que tolhem e imobilizam a ação individual e até coletiva. A opção metodológica vem da potência de uma abordagem feminista decolonial (LUGONES, 2014) comprometida com princípios emancipatórios para enfrentar a persistência da “mecânica Institucional”, heteronormativa, misógina” (AHMED, 2021) existente nas relações no campo acadêmico, seja no Ensino, na Pesquisa e na Gestão. A compreensão das permanências coloniais retificadas pelo capitalismo é fundamental para o enfrentamento da subalternização dos corpos femininos e daqueles “fora das normas, para criar as condições de enfrentamento e proposituras de equidade social e de gênero desejada.

Palavras-chave: Figurações de Sobrevivência, Universidades, Violência de Gênero.

GENDER VIOLENCE: reports of individual experiences in survival figurations!

ABSTRACT: In the text, I try to reflect on the act of telling lived experiences in the face of traumatic situations of gender violence, such as harassment, sexual harassment and discrimination in institutional spaces that involve the emotions of the body and soul of the speaker and that builds “figurations of survival”, from the perspectives of ELIAS, (2018) and LEAO and PAIVA (2020). In this analytical effort on the self-constitution of the self, through the account there is an intimate correlation between the tensions of "himself" as the subject who speaks, but who does not have a history of his own because he carries in the narrative a history of relationship with the conditions hierarchical structures existing in the place, in temporality in the set of norms, prescriptions and stereotypes that hinder and immobilize individual and even collective action. The methodological option comes from the power of a decolonial feminist approach (LUGONES, 2014) committed to emancipatory principles to face the persistence of the “Institutional Mechanics”, heteronormative, misogynist” (AHMED, 2021) existing in relationships in the academic field, whether in Teaching, in Research and Management. The understanding of colonial permanences rectified by capitalism is fundamental to face the subordination of female bodies and those “outside the norms, to create the conditions for confrontation and proposals for the desired social and gender equity.

Keywords: Survival Figuration, Universities, Gender Violence.

Correspondência para: (correspondence to:) lidia.possas@unesp.br

INTRODUÇÃO

Tenho me dedicado à frente do LIEG-UNESP³³ investigar a partir do meu lugar de fala como mulher, historiadora e feminista, as diversas formas de manifestação de sobrevivências de estudantes frente ao assédio e/ou, comportamentos abusivos praticados por indivíduos, sejam docentes, funcionários e estudantes vitimizando e discriminando corpos, no espaço acadêmico.

Desde 2017 são várias pesquisas realizadas privilegiando o tempo presente que procuraram analisar as condições do acontecer do fato de assédio e de situações de discriminação que são relatadas embora, somente uma parcela pequena são registradas e encaminhadas aos órgãos colegiados da Universidade, como a Ouvidoria local, existentes como órgãos de escuta nas Universidades Estaduais do Estado de São Paulo. Tomando essas experiências como objeto de minhas análises muitas questões vieram à tona: Por que da permanência dos comportamentos abusivos e que não resolvidos no espaço acadêmico? Por que há uma descrença coletiva por parte das(os) “reclamantes” na eficiência do sistema que acolhe as denúncias, no caso a Ouvidoria? Que dificuldades são encontradas entre a reclamação/queixa e a solução? E que efeitos geram sobre as vítimas?

RESULTADOS

A “reclamante” ao denunciar os constrangimentos pessoais, enfrentam situações de perseguição que gera medo, emoções diversas e até sentimento de culpa. A presença da violência evidencia a sua vulnerabilidade e risco em um ambiente cristalizado pelas relações heteronormativas, hierárquicas, corporativistas que imobilizavam qualquer movimento, ação. As mudanças começaram a provocar ruídos, tensões com a mobilização dos “coletivos estudantis”³⁴ na defesa de existências, principalmente femininas, de práticas racistas e

³³ Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero, LIEG, criado em 2010, com sede na Faculdade de Filosofia e Ciências/FFC da UNESP, campus de Marília, consolidou anos de trabalho do Grupo de Pesquisa “Cultura & Gênero”, vinculado ao CNPq desde 2001 www.culturaegenero.com.br

³⁴ São grupos de estudantes que convergem em torno de um objetivo comum e compartilhado no âmbito das universidades e que forjam um espaço de convivência e de resistência diante de situações onde sentem-se apartados do convívio acadêmico por diversos motivos que envolvem as relações de gênero, as práticas racistas, os preconceitos frente às sexualidades consideradas “desviantes” e outras formas de diversidade, de diferença que

homofóbicas. Através da ocupação dos espaços midiáticos (Facebook, Instagram e Twitter) criaram redes de solidariedade, de apoio, de acolhimento para denunciar o silêncio, a invisibilidade da vida visível onde a escrita de si, o relato e as “figurações de sobrevivência”³⁵ colaboraram para criar um consenso de resistências contra todas as formas de violência de gênero. Alertaram à comunidade que era preciso superar e promover que as universidades pensassem em políticas de prevenção, de enfrentamento³⁶ necessárias à equidade das relações de gênero e o combate a toda forma de discriminação. A violência intitulada como “assédio sexual”, definida pelo Código Penal Art. 216-A³⁷, como ato de “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”, é uma doença social antiga e vigente que excede sua definição jurídica, uma vez sendo indispensável nos atentar aos recortes interseccionados de gênero, classe, raça e sexualidade (AKOTIRENE, 2019) considerando-os parte integrante de um sistema opressor que se concebe na manutenção e normalização de uma teia de opressões que atinge sob diferentes níveis e facetas grupos minoritários distintos, de modo que muitas sutilezas nocivas dessas agressões sejam banalizadas através do apagamento de violências simbólicas.

Observa-se nas universidades que as relações de poder estão assentadas em uma dinâmica racista, misógina e LGBTQIA+fóbica (POSSAS, 2021). A existência de uma “mecânica institucional” (AHMED,2021)³⁸ pautada em uma estrutura discriminatória, cristalizada permanece reproduzindo a subalternização de categorias sociais identitárias, historicamente silenciadas. A função do “ouvir especializado” em algumas das universidades brasileiras,

os excluem e silenciam suas demandas de existência.(POSSAS, 2017).
<https://educadiversidade.unesp.br/coletivos/>

³⁵ Trata-se de uma metodologia capaz de correlacionar as tensões dos indivíduos de “si mesmo” como o sujeito que fala, mas que por si só não tem uma história própria pois carrega na narrativa uma história de relação com as condições hierárquicas existente no lugar, na temporalidade de um conjunto de normas, prescrições e estereótipos que tolhem e imobilizam a ação individual e até coletiva. POSSAS, 2021; ELIAS, 2018 e LEAO e PAIVA, 2020

³⁶ Na UNESP, após os resultados das pesquisas, de atividades acadêmicas de resistências diante dos inúmeros casos e denúncias nas Universidades Paulistas, que geraram Comissões de Inquéritos junto à Assembleia Legislativas /SP (em 2015 e 2021)e, que foi possível a aprovação pela Reitoria/UNESPa Portaria de 27/07/2022 “Enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual, à importunação sexual e às formas de discriminações e preconceitos relativas a origem, cor, gênero, orientação sexual, religião ou crença, nível socioeconômico, condição corporal física ou psíquica.” <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/36920/unesp-fortalece-enfrentamento-a-violencias-na-universidade>

³⁷ O artigo 261-A do Código Penal, inserido pela Lei nº 10.224 /01 tipifica o assédio sexual./ 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm#art216a

³⁸ No livro *Complaint!*, Ahmed concebe a “mecânica institucional” como de silenciamento, uma vez que a maioria das reclamações tende a ser arquivada e existe uma descrença coletiva no funcionamento do sistema de denúncias.

representada pelas ouvidorias institucionais³⁹, denota um avanço para a transparência e enfrentamento às diferentes formas de violência no espaço acadêmico, cujas denúncias passaram a ter maior visibilidade a partir de 2014 por ação dos Coletivos Estudantis, bem como de redes de apoio de docentes.

Uma pesquisa realizada pela Intercept -Brasil “**Abusos no Campus**” /2019, aplicada a 556.550 mulheres vítimas de violência sexual em universidades brasileiras, expôs os abusos sexuais que são cometidos em sua **maioria por estudantes (60%) e professores (45%)** reportadas à imprensa ou por movimentos estudantis, em 122 universidades, a maioria pública (88 instituições)⁴⁰.

Observa-se nas universidades que as relações de poder estão assentadas em uma dinâmica racista, misógina e LGBTQIA+fóbica (POSSAS, 2021). A existência de uma “mecânica institucional” (AHMED, 2021) pautada em uma estrutura discriminatória, cristalizada permanece reproduzindo a subalternização de categorias sociais identitárias, historicamente silenciadas. A função do “ouvir especializado” em algumas das universidades brasileiras, representados pelas ouvidorias institucionais⁴¹, denota um avanço para a transparência e enfrentamento às diferentes formas de violência no espaço acadêmico, cujas denúncias passaram a ter maior visibilidade a partir de 2014 por ação dos Coletivos Estudantis, bem como de redes de apoio de docentes.

Nesse sentido, chamar atenção para uma abordagem feminista decolonial (LUGONES, 2008; VERGÈS, 2021), foco do projeto de pesquisa, propõe compreender a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo mundial e o colonialismo como uma trilogia inseparável, utilizando-se de uma análise em que raça, gênero, classe e sexualidade devem ser examinadas não como categorias meramente descritivas, mas como eixos de intersecção constitutivos da episteme colonial moderna que produz e legitima os comportamentos abusivos vivenciados nas instituições hegemônicas, inclusive nas universidades. A colonialidade persiste ainda após

³⁹ O Decreto nº 44.074, de 1 de julho de 1999 “estabelece competência das Ouvidorias de Serviços Públicos, instituídas pela Lei nº 10294, de 20/04/1999, e dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo.” Disponível em: [Decreto nº 44.074, de 01 de julho de 1999 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#). Acesso em 17/05/2022 à 16h30.

⁴⁰<https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/> Acesso: 12/2019.

⁴¹ O Decreto nº 44.074, de 1 de julho de 1999 “estabelece competência das Ouvidorias de Serviços Públicos, do Estado de São Paulo.” Disponível em: [Decreto nº 44.074, de 01 de julho de 1999 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#). Acesso em 17/05/2022 à 16h30.

o fim da colonização e nosso empenho e alertar de que não é possível *despatriarcalizar* as relações sem antes *descolonizar* o Ser e o Saber.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. *Complaint as Feminist Pedagogy*, 2021.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo, Polem, 2019
- ELIAS,, Norbert *A Sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor , 1994
- LEAO, Andrea. B e PAIVA, Antonio.S. “Figurações de sobrevivência em Primo Levi. Diálogos com Norbert Elias” *Literatura E Sociedade*, 25(32), 36-50. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i32p36-50>
- LUGONES. “Rumo a um feminismo descolonial”. IN: *Estudos Feministas*. Florianópolis. SetDez.2014.
- LUGONES. M. “Colonialidade e gênero.” *Tabula rasa*, nº 9, jul-dez de 2008, Bogotá
- POSSAS, L. V.” *A Universidade e as relações de Poder: os Coletivos Estudantis e as Estratégias de Sobrevivência*”. IN: *Gênero, identidades políticas no sec, XXI.*” BANDEIRA, POSSAS e NASCIMENTO, Recife, PE EDUPE, 2021.
- VERGÈS, F. *Uma Teoria Feminista da Violência*”, São Paulo, UBU Editor, 2021.

REBU: ESCRIVÊNCIA NUM CURTA-METRAGEM AUTOBIOGRÁFICO

Ana Claudia Camila Veiga de França

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (UTFPR), Brasil

RESUMO: "Rebu – A egolombra de uma sapatão quase arrependida" é um curta-metragem documental em primeira pessoa no qual a cineasta Mayara Santana discorre sobre como seus descaminhos amorosos podem estar relacionados com questões de origem e identidade. Para tanto, Mayara mistura trechos de entrevistas com familiares, imagens recortadas de redes sociais, trechos de novelas, capturas de tela, fotografias e depoimentos pessoais, construindo uma história que é articulada por sua narração contínua em segundo plano. Assim, proponho neste artigo analisar como é construída a narrativa autobiográfica em Rebu, a partir de procedimentos de análise fílmica propostos por Manuela Penafria (2009) e em diálogo com o conceito de escriturabilidade de Conceição Evaristo (2020). Por resultados, reconheço que há nas estratégias de montagem do filme, usos, apropriações e desvios de imagens e palavras, que a cineasta mobiliza para refletir sobre suas experiências amorosas, numa escriturabilidade cinematográfica que expõe questões de relacionamento, gênero, classe, raça e identidade. O resultado é um retrato político, reflexivo e bem-humorado, construído não apenas pelo tom descontraído da narração, mas pelas inúmeras visualidades e sonoridades inseridas no decorrer do filme, por vezes, deslocando sentidos e propondo narrativas outras.

Palavras-chave: Cinema brasileiro, Curta-metragem, Escriturabilidade.

Rebu: "write-living" in an autobiographical short film

"Rebu – A egolombra de uma sapatão quase arrependida" is a first-person documentary short film in which the filmmaker Mayara Santana discusses how the troubles of her love affairs may be related to questions of origin and identity. To do so, Mayara mixes fragments from interviews with family members, images from social networks, soap operas, screen captures, photographs and personal testimonies, building a story that is articulated by her continuous narration in the background. Therefore, I propose in this article to analyze how is the autobiographical narrative constructed in "Rebu", based on film analysis procedures proposed by Manuela Penafria (2009) and through dialogues on "write-living" with Conceição Evaristo (2020). As results, I recognize that the filmmaker mobilizes images and words to reflect on her love experiences, in a cinematographic write-living" that exposes issues of relationship,

gender, class, race and identity. The result is a political, reflective and humorous portrait, built not only by the laid-back tone of the narration, but by the numerous images, words and sounds inserted throughout the film, sometimes shifting meanings and proposing other narratives.

Keywords: Brazilian cinema, Short film, Write-living.

Correspondência para: (correspondence to:) oianafranca@gmail.com

INTRODUÇÃO

Uma história no instagram, mas também no cinema

"Rebu – A egolombra de uma sapatão quase arrependida" é um curta-metragem documental e autobiográfico no qual a cineasta Mayara Santana discorre sobre como seus descaminhos amorosos podem estar relacionados com questões de origem e identidade. "Rebu" foi concebido inicialmente como uma micro série para as redes sociais, com uma página no instagram (@rebu.doc) que publicou cinco episódios em junho de 2019, e um episódio extra no mês seguinte. Foi em 2020 que "Rebu" se transformou em curta-metragem, com a montagem de Roberta Cardoso, que é também uma das personagens do filme. Como curta-metragem, "Rebu" circulou em festivais brasileiros de cinema como Cachoeira.doc (2020), Festival do Filme Insurgente (2020), Cabíria Festival (2020), Mostra de Cinema de Tiradentes (2021), além de ter sido incluído no catálogo do *streaming* de cinema Mubi. "Rebu" também faz parte de um contexto amplo de filmes curtos de dimensão autobiográfica, que tem circulado no Brasil.

Mas por que investigar um filme como "Rebu"? O curta-metragem trata de temas que dialogam com um público amplo: são histórias de amor, descoberta, reconciliação, conflito, separação e abandono. Contudo, estes temas se apresentam a partir de um ponto de vista que esteve por muito tempo pouco presente na produção cultural brasileira, de uma cineasta que se identifica como mulher, preta e sapatão. Além disso, curtas-metragens como "Rebu", por vezes pouco considerados nos estudos fílmicos, costumam ter uma abertura considerável para experimentação audiovisual e uma pluralidade maior na constituição de equipes. Em partes, a possibilidade de experimentação se deve às condições de produção: vinculações institucionais reduzidas, baixos orçamentos e equipes em início de carreira. Circunstâncias que se por um

lado trazem limites, por outro não impedem que filmes sofisticados sejam assim realizados. Desse modo, proponho neste artigo analisar como é construída a narrativa autobiográfica na versão fílmica de “Rebu”, a partir de procedimentos de análise fílmica propostos por Manuela Penafria (2009) e em diálogo com o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo (2020).

Para Evaristo (2020), a escrevivência é a narração de histórias de mulheres negras, apoiada na experiência e na oralidade, um ato capaz de desestabilizar lugares de controle, violência e opressão. Por isso, entendo que o conceito de escrevivência proposto por Evaristo (2020) é uma chave para pensar os deslocamentos narrativos e a produção autobiográfica de Mayara Santana em “Rebu”.

Outros modos de contar

Para a análise fílmica de “Rebu”, realizo o que Manuela Penafria (2009) caracteriza como análise interna do filme. Apoio-me, especificamente, no que a autora descreve como análise da “dinâmica da narrativa”, sugerindo que o filme seja decomposto em partes, segundo algum critério estabelecido. Escolhi decompor “Rebu” em quatro blocos temáticos que estruturam o filme: 1. Origens: Manoel Carlos na televisão, Alisabel no cabelo; 2. Perguntas para Pedro Bala; 3. Três histórias de amor; 4. Enfim, um caminhão na estrada.

Em “Origens: Manoel Carlos na televisão, Alisabel no cabelo”, Mayara se apresenta a partir das suas origens familiares, sociais e culturais, a partir de capturas de tela e fotografias de álbuns de família, narra a casa onde morava, lembranças de escola, igreja e televisão. No bloco “Perguntas para Pedro Bala”, Mayara entrevista Pedro Bala, seu pai, com questões que levam a temas como paternidade, masculinidade, amor e casamento. Uma das hipóteses lançadas pelo filme é que o modo como Mayara estabeleceu relacionamentos afetivos até então estaria conectado ao comportamento de Pedro Bala. Em “Três histórias de amor”, Mayara narra três relacionamentos amorosos que a fizeram perceber em si mesma posturas que reconhece como abusivas. Por fim, em “Enfim, um caminhão na estrada”, Mayara destaca aprendizados e questões que ficam em aberto.

Ao analisar cada bloco temático, destaco as estratégias narrativas do filme, cuja montagem articula imagens e entrevistas, sempre costuradas pela narração em primeira pessoa de Mayara Santana. Assim, entendo que a narrativa de “Rebu” pode ser compreendida como um modo de escrevivência (EVARISTO, 2020). Se o resultado é bem-humorado, o filme também toca em

questões sensíveis de relacionamento, gênero, classe, raça e identidade, que apontam para modos sofisticados de expor tensões e contradições das histórias e personagens que constituem o filme. Por fim, aproximo a escrevivência de “Rebu” da teoria da bolsa da ficção, de Ursula Le Guin (2021) e do conceito de contravisualidade, de Nicholas Mirzoeff (2016), ambas propostas que deslocam e desestabilizam visualidades e narrativas predominantes que, não raro, sustentam estratégias de segregação e dominação.

AGRADECIMENTOS

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, Departamento Acadêmico de Desenho Industrial (DADIN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

LE GUIN, Ursula. **A teoria da bolsa da ficção**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 745-768, nov. 2016. ISSN 1676-2592.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de filmes** - conceitos e metodologia(s). VI Congresso SOPCOM, Abril de 2009.

UM OLHAR ANTROPOLÓGICO A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM REDENÇÃO- CE

Ana Paula Fonseca Braga

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil

RESUMO: O trabalho aborda, a partir da escuta antropológica, o relato de mulheres negras no ensino superior, trazendo através de narrativas suas experiências e lutas cotidianas, envolvendo os nexos entre gênero, raça, classe e educação. A pesquisa ora apresentada tem como pergunta impulsionadora: “Como o acesso à educação superior através da UNILAB impactou a vida de jovens mulheres negras, sendo capaz de despertar o seu olhar para o Estado a partir dos corpos femininos?” O trabalho alinha-se numa perspectiva decolonial pelo fato de ser uma construção que busca trazer vozes das margens de mulheres periféricas do sul global ativistas alunas de graduação e suas lutas pelo direito de aparecer e existir num país marcado pelo racismo estrutural e capitalismo. A hipótese é que a política de acesso à educação superior é um marcador nessas trajetórias, oportunizando reflexões pessoais sobre formas de exclusão, opressão e discriminações vividas. A metodologia envolveu observação-participante e coleta de entrevistas semiestruturadas caracterizando-se como pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica. Como conclusão, o trabalho aponta que a chegada das mesmas a universidade é um ato de resistências, uma vez, que elas trazem em seus corpos os marcadores de gênero, raça e classe, corpos esses, que potencializam sua voz através do ativismo e aprofundamento acadêmico que gera um comprometimento com a sua ancestralidade, a população negra e na luta por direitos humanos. Dessa forma, fazer etnografia neste contexto significa provocar um desenraizamento, onde se pretende desvendar através do diálogo, lugares de fala.

Palavras-chave: Diferença, Feminismo, Política Pública.

AN ANTHROPOLOGICAL LOOK FROM THE INTERSECTIONALITY BETWEEN GENDER, RACE AND CLASS IN HIGHER EDUCATION IN REDENÇÃO-CE

ABSTRACT: The work approaches, from the anthropological listening, the report of black women in higher education, bringing through narratives their experiences and daily struggles, involving the nexus between gender, race, class and education. The research presented here has as its driving question: "How has access to higher education through UNILAB impacted the lives of young black women, being able to awaken their gaze to the State from female bodies? This work is aligned with a decolonial perspective because it is a construction that seeks to bring voices from the margins of peripheral women from the global south, undergraduate student activists and their struggles for the right to appear and exist in a country marked by structural racism and capitalism. The hypothesis is that the policy of access to higher education is a marker in these trajectories, providing opportunities for personal reflections on forms of exclusion, oppression and discrimination experienced. The methodology involved participant observation and collection of semi-structured interviews, characterizing itself as a qualitative research with an ethnographic approach. In conclusion, the work points out that their arrival at the university is an act of resistance, since they bring in their bodies the markers of gender, race and class, a body that enhances their voice through activism and academic deepening that generates a commitment to their ancestry, the black population and the struggle for human rights. In this way, doing ethnography in this context means provoking an uprooting, where it is intended to unravel, through dialogue, places of speech.

Keywords: Differences, Feminism, Public policy.

Correspondência para: (correspondence to:) braganapaula7@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo em minha vida me questioneei como mulher negra sobre a cientificidade do trabalho o qual lhes apresento, porém, mas tarde ao me encontrar com outras mulheres negras, acabei descobrindo que o corpo negro ao entrar no espaço acadêmico passa por inúmeros questionamentos vindos daqueles que sempre ocuparam esse lugar de privilégio que é o acesso a educação superior, falo aqui das pessoas brancas e destaco o forte racismo estrutural existente no Brasil que opera de forma opressora negando muitos direitos e

possibilidades através da ausência de políticas públicas. Assim é fundamental perceber como corpos racializados se movimenta nesse espaço buscando ser ouvidos “não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas [...]” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Dessa forma é o objeto da investigação compreender o lugar da Universidade na sua percepção das relações de gênero, raça classe de modo a identificar, em suas narrativas, conjunturas que envolvam opressão e marginalização, bem como tensionamentos e reposicionamento, em suas lutas e vidas cotidianas. A pergunta instigadora se desdobra em objetivos específicos aqui detalhados: Obter informações sobre como jovens mulheres negras numa região marcada por uma história de escravização, racismo e sexismo conseguem perceber e acessar a política pública de ensino superior a partir da instalação da UNILAB; observar até que ponto o acesso à educação é um marcador de suas lutas por igualdade de gênero e raça, levando-as a questionamentos sobre direitos humanos; entender como as interlocutoras interagem com as narrativas e os mitos locais em reflexões sobre igualdade de gênero e relações étnico-racial.

Como referências desse trabalho destaco autores e autoras brasileiras como Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Rita Laura Segato entre outros e outras. Penso que é latente na sociedade na qual vivemos a necessidade de ouvirmos vozes femininas que vêm das margens “o fato é que, enquanto mulheres negras sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais.” (GONZALEZ, 1984, p. 223). Na minha visão, é necessário que nós mulheres negras ocupemos este espaço que nos foi negado ao longo dos tempos, e que, através das nossas pesquisas acadêmicas, possamos criar a possibilidade para que isso aconteça na nossa sociedade.

RESULTADO

A partir da escuta das narrativas das interlocutoras foi realizada a análise e apresentação dos resultados. Dentro desta perspectiva, atentei para ouvir as interlocutoras suas narrativas a partir do seu lugar de fala, “assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugar de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater política criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade.” (RIBEIRO, 2017, p. 86). Foi possível concluir que mesmo diante de muitos desafios para o acesso e permanência na universidade é um marcador de resistência dos corpos racializados que conseguem ter acesso a novas epistemologias e refletir sobre questões relacionadas principalmente a vida da população negra,

sendo importante para cada uma delas ter chegado a esse espaço, pois, todas são a primeira mulher negra a cursar o ensino superior de famílias de muitas gerações. Como inquietação fica a pergunta: Quantas mais chegarão? O que precisa mudar no Brasil para que “vidas negras importem? Que as nossas irmãs negras que virão tenham muito axé, para continuar resistindo e abrindo espaços.

REFERÊNCIAS

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SAMBADEIRAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Clécia Maria Aquino de Queiroz

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

RESUMO: Este trabalho, fruto de pesquisa de Doutorado defendido no Programa de Difusão de Conhecimento da Universidade Federal da Bahia, aborda Projeto *Sambadeiras do Recôncavo da Bahia* – um trabalho de difusão do samba de roda, que envolve a criação de um canal no Youtube produção de 18 vídeos individuais que trazem entrevistas com 12 mulheres sambadeiras, onde elas discorrem sobre suas vidas e a forma como vivem e veem essa expressão cultural. Como suporte teórico-epistemológico utilizei a Multirreferencialidade e as interações conceituais possibilitadas pelo método etnográfico, também chamado de observação participante. Depois de três anos no ar, esses vídeos foram visualizados por milhares de internautas e têm auxiliado na divulgação da prática das mestras sambadeiras e na preservação da memória de seus antepassados. O trabalho traz um pequeno recorte dos depoimentos obtidos nessas entrevistas relacionados com o modo como o samba é parte significativa nos seus cotidianos dessas mulheres e o que fazem para que essa expressão cultural permaneça viva nas suas comunidades.

Palavras-chave: Difusão do conhecimento, protagonismo de mulheres, samba de roda.

SAMBADEIRAS FROM THE RECÔNCAVO DA BAHIA

ABSTRACT: This work, the result of Doctoral research defended in the Knowledge Dissemination Program at the Federal University of Bahia, addresses the *Sambadeiras Project from the Recôncavo da Bahia* – a work for the dissemination of *samba de roda*, which involves the creation of a YouTube channel and the production of 18 individual videos that bring interviews with 12 women samba dancers, where they talk about their lives and the way they live and see this cultural expression. As theoretical-epistemological support, I used Multireferentiality and conceptual interactions made possible by the ethnographic method, also called participant observation. After three years on the air, these videos were viewed by thousands of Internet users and have helped to promote the practice of the *sambadeira* masters

and preserve the memory of their ancestors. The work brings a small clipping of the testimonies obtained in these interviews related to how samba is a significant part of these women's daily lives and what they do to keep this cultural expression alive in their communities.

Keywords: Dissemination of knowledge, female eminence, *samba de roda*.

Correspondência para: (correspondence to:) cleciaqueiroz@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho, fruto de pesquisa de Doutorado defendido no Programa de Difusão de Conhecimento da Universidade Federal da Bahia, aborda Projeto *Sambadeiras do Recôncavo da Bahia* – um trabalho de difusão do samba de roda, que envolve a produção de 18 vídeos individuais que trazem entrevistas com 12 mulheres sambadeiras, onde elas discorrem sobre suas vidas e a relação com essa expressão cultural.

O samba de roda é realizado por homens e mulheres posicionados em círculo, como o próprio nome anuncia, e envolve música, dança contagiantes e rituais cênicos que às vezes diferem entre si, de acordo com as comunidades que o praticam. Os homens geralmente se ocupam dos instrumentos musicais e as mulheres vão ao centro sambar. É praticado em todo o Estado da Bahia, mas sobretudo na região do seu Recôncavo, faixa litorânea que envolve a Baía de Todos os Santos, formada por 20 municípios.

Visando entender e analisar as configurações cênicas dessa expressão cultural baiana, utilizei, como um dos instrumentos metodológicos, entrevistas com mestras sambadeiras. O teor dessas ricas conversas, que foram gravadas em vídeo, me levou à criação de um canal do Youtube para o compartilhamento e difusão do samba de roda.

Em busca dessa memória, utilizei como suporte teórico-epistemológico a Multirreferencialidade, através dos referenciais teóricos dos trabalhos de Ardoino. (1998), Terezinha Fróes Burmham (1998), Roberto Sidney Macedo (1998), visto que o samba de roda é em si uma expressão cultural que agrega diferentes linguagens artísticas e para entender as suas diversas dimensões, precisei me valer de múltiplas referências. Também utilizei como aporte teórico o método etnográfico, que se caracteriza pelo contato intenso entre quem

pesquisa e seus/suas parceiras, sem se resumir a uma sequência replicável de procedimentos técnicos. (NADER, 2011; STRATHERN, 2014).

SAMBADEIRAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA

O projeto *Sambadeiras do Recôncavo da Bahia* consiste na produção e edição de 12 vídeos que trazem entrevistas gravadas com 12 sambadeiras, com o objetivo de veicular e difundir o conhecimento dessas mulheres, através da sua disponibilização na internet. Para tanto, foi criando um canal na plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube, de mesmo nome, que hospeda os vídeos.

A captura das imagens dos depoimentos das entrevistadas foi feita em alta resolução (HD), utilizando duas câmeras, mas foram realizadas também filmagens com o uso de aparelhos celulares, sobretudo das performances delas. Na edição dos vídeos, foram incluídas algumas imagens das sambadeiras, fotografadas ou filmadas por mim ou também provenientes de seus arquivos pessoais, referentes às performances ou eventos relacionados com suas falas. Dessa maneira, possibilitamos ao espectador o acesso ao universo dessas mulheres de forma menos abstrata do que o que as palavras faladas podem oferecer.

Depois de três anos no ar, os vídeos postados no canal do Youtube *Sambadeiras do Recôncavo da Bahia* tiveram uma média de 1.540 visualizações, sendo que algumas mestras ultrapassaram muito esse número: D. Nicinha do Samba (12.446); D. Dalva Damiana de Freitas (7.841); D. Cadu (5.709); D. Zélia do Prato (3.143); D. Fiita (2.281). Eles mostram o empoderamento das mestras e revelam os seus enfrentamentos enquanto mulheres, a forma como veem o samba de roda e se expressam através dele. Elas o vivenciaram desde crianças, numa época que os únicos elementos motores daquela manifestação humana eram o amor e o prazer, e que havia pouquíssimos grupos organizados. Entretanto, viram também rarear os eventos de samba e minguar o interesse dos mais jovens. Depois assistiram ao surgimento de grupos organizados enquanto tais e, também, novas configurações de apresentação dos eventos, transmissão e difusão dos saberes. A utilização de novas tecnologias para difusão do trabalho das mestras sambadeiras através de um canal no portal Youtube se propôs a disponibilizar essa experiência delas na internet, através das suas próprias vozes e performances. Muito se pode extrair do universo de referências que trazem e do desejo irrefutável de dar continuidade à prática dessa manifestação festiva, na qual convivência, amizade, respeito, humildade, disciplina convivem com tensões e intercorrências e com a busca de superação através do respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

ARAÚJO, Rosângela. **É preta, kalunga**: A capoeira angola como prática política entre os angoleiros baianos – Anos 90-90. Salvador: Fundação Gregório de Matos, Coleção capoeira Viva II, 2015.

FRÓES BURNHAM, Teresinha. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. p.35-55

MACEDO, Sidnei R. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. [livro eletrônico] 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

NADER, Laura. Ethnography as Theory. HAU: Journal of Ethnographic Theory, v.1, n.1, 2011.

STRATHERN, Marilyn. O Efeito Etnográfico (1999) In: STRATHERN, M. O Efeito Etnográfico. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MULHERES TRANS: disputas nos processos migratórios

Lua Lamberti de Abreu e Eliane Rose Maio

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

RESUMO: A provocação que este trabalho visa é dialogar sobre as mulheres transgêneras em situação de processos migratórios para países que podem vir a possibilitar melhores condições de vida para elas. Por meio de revisão bibliográfica, discute-se hábitos, motivações e impactos dos movimentos de deslocamento tanto subjetivos na transição do gênero quanto geopolíticos, no que diz respeito à população transgênera. Conclui-se que há uma disputa de interesses nas narrativas sobre pessoas trans e a migração é muitas vezes uma forma de tomar controle sobre as próprias narrativas, como por exemplo, melhores oportunidades de emprego.

Palavras-chave: Migração, Mulheres trans, Trabalho.

TRANSWOMEN: disputes in migratory process

ABSTRACT: The provocation that this work aims is to dialogue about transgender women in a situation of migration processes to countries that may provide better living conditions for them. Through a bibliographic review, habits, motivations and impacts of displacement movements are discussed, both subjective in gender transition and geopolitical, in regard to the transgender population. It is concluded that there's a dispute of interests in the narratives about trans people and migration is often a way of taking control over those narratives themselves, such as better job opportunities.

Keywords: Migration, Transwomen, Work.

Correspondência para: (correspondence to:) luax.l.de.a@gmail.com

As mulheres trans ainda estão em situação de vulnerabilidades sociais, tais como nas áreas da saúde, educação, economia, políticas públicas etc. No desejo de conseguir melhores condições de vida, trabalho, felicidade, lazer, sonhos e dinheiro, muitas mulheres trans se deslocam de suas origens em busca de realizações pessoais/profissionais, afinal, “[...] a transfobia

institucionalizada nas relações cotidianas forma a base para as diversas migrações vividas, tanto no Brasil quanto no exterior” (BITENCOURT; SOUZA, 2019, p. 1530).

Dialogando com as teorias de Paul Preciado (2018; 2020), filósofo hispânico transmasculino, tomamos a própria transição de gênero como uma perda da pátria e somando a isso as reflexões de Dodi Leal (2021), doutora travesti, tomamos por empréstimo o conceito de a-luz-cis-nação, que pressupõe a íntima relação entre a cisgeneridade enquanto norma compulsória e naturalizada e a formação dos estados nação, o nacionalismo e a pátria. “[...] a luz da cisgeneridade é a sua inexorabilidade com a prospecção da noção de nação. Enquanto a transgeneridade carrega consigo um potencial de perda da nação com a transição (devir apátrida da transgeneridade) [...]” (LEAL, 2021, p. 13).

Não perdendo de vista os dados de violência e transfeminicídio fornecidos pela organização ANTRA (BENEVIDES, 2022), temos que o Brasil é, e segue sendo há décadas, o país que mais mata pessoas trans no mundo, faz-se necessário refletir sobre as tendências e o fluxo de deslocamento, reconhecendo tanto as trans e travestis brasileiras que vão para fora quanto a vinda de imigrantes, o que nos levanta questões sobre os acessos e a qualidade de vida que pessoas trans, de modo geral, usufruem em Brasil apesar dos altos índices de assassinatos e do alto consumo de serviços sexuais por parte do referido grupo.

A situação do trabalho sexual não é, de forma alguma, com intuito moralista, mas sim numa relação consequencial à exclusão e transfobia vividas no mercado de trabalho dito formal, restando a prostituição como única forma possível de pessoas trans em situação de vulnerabilidade adquirirem algum sustento, não tangendo aqui a exploração sexual e/ou tráfico de pessoas (FERNANDES, 2014).

O que se torna problemático é, portanto, o caráter compulsório e a falta de escolha, não o serviço sexual em si, entendendo que a situação estrutural e estruturante da transfobia já elenca como único futuro possível o caminho da prostituição.

Aquelas que vivenciam esse deslocamento, de gênero e/ou de pátria, encontram-se constantemente na condição de expatriadas, uma vez que a retificação legal de documentos muitas vezes é disfuncional e gera o efeito de pessoas que não existem no sistema jurídico/legal, vivendo, assim, numa condição de refugiada mesmo no próprio país por não ter acesso às suas próteses judiciais e documentos básicos de identidade (PRECIADO, 2020),

somando ao fato de que “a fuga, a saída, o deslocamento em si e mesmo a chegada são movimentos que rompem estruturas e dialogam com relações de poder, num exercício de poder-saber e produção de verdades sobre o que são imigrantes” (BITENCOURT; SOUZA, 2019, p. 1533), podemos entender que a migração faz parte de um movimento de autonomia da própria narrativa em grande parte das movimentações de pessoas transgêneras, como a busca por melhores oportunidades de emprego e menos discriminação, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. (org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144 f. ISBN: 978-65-992959-7-3.

BITENCOURT, Danillo; SOUZA, Marcos Lopes de. Longe da Terra amada, serei sempre ave arribada. Voando tentando voltar... Histórias de Tieta, uma travesti que se fez em trânsitos. In: **Anais do XIII Colóquio do Museu Pedagógico**, 2019/. Coordenação: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; BERTONI, Luci Mara. Vitória da Conquista, 2019. ISSN: 21755493.

FERNANDES, Beth. A relação das travestis e das transexuais com o tráfico de pessoas: onde termina a migração começa o tráfico de pessoas. In: GUERALDI, Michelle. **Cadernos Temáticos sobre Tráfico de Pessoas Volume 2: Migração e Tráfico de Pessoas**. – 1ª ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 2014. 153 p.

LEAL, Dodi Tavares Borges. Fabulações travestis sobre o fim. **Conceição/Conception**, Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e021002, 2021. DOI: 10.20396/conce.v10i00.8664035.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Tradução Eliane Aguiar; prefácio Virginie Despentes – 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

WOMEN BUILDING PEACE: the road to emancipation

Calleja Lucie

Universidade Católica Portuguesa, Portugal

ABSTRACT: Over the last two decades, women's participation in political, economic and social processes emerged as a central topic. The 1995 Beijing Platform of Action and the adoption of the United Nations Security Council Resolution 1325 in 2000 are fundamental documents that define objectives and strategies promoting women's full participation and the integration of gender mainstreaming in peace and security issues. These initiatives have created a consensus about the application of women's rights in the twenty-first century, the elimination of gender-based violence and women's participation in decision-making processes, key aspects of the Women, Peace and Security agenda. However, the implementation of the agenda remains limited by major obstacles. In this context, this research focuses on the role of women in strengthening security and socio-economic development through the case study of Liberia. More precisely, we emphasise the role of women's groups and community-based initiatives to build inclusive, sustainable, and grassroots peace in post-conflict contexts. This article is based on a study conducted in Liberia between 2020 and 2022, including several interviews, group discussions and workshops led by women's civil society organisations and directed toward the establishment of sustainable peace in the country.

Keywords: Civil society, grassroots peace, peacebuilding, women's empowerment.

MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA PAZ: o caminho para a emancipação

RESUMO: Ao longo das últimas duas décadas, a participação das mulheres nos processos políticos, económicos e sociais surgiu como tópico central nos debates. A Plataforma de Ação de Pequim em 1995 e a adoção da Resolução 1325 das Nações Unidas em 2000 constituem documentos fundamentais que definem objetivos e estratégias para promover a participação das mulheres e a integração de uma perspetiva de género nas questões de paz e segurança. Estas iniciativas criaram um consenso na aplicação dos direitos de mulheres no século vinte e um, bem como na eliminação da violência baseada no género e na participação das mulheres nos processos de decisão. Contudo, a implementação da agenda Mulher, Paz e Segurança encontra-se fragilizada por vários obstáculos. Neste contexto, esta investigação foca-se no papel das mulheres no fomento de maior segurança e desenvolvimento socioeconómico, através de uma análise do caso da Libéria. Salientamos o papel de grupos de mulheres e iniciativas locais na construção de uma paz inclusiva e sustentável nos contextos pós-conflito. Este artigo está baseado num estudo realizado na Libéria entre 2020 e 2022, incluindo entrevistas, discussões de grupo e workshops organizados por mulheres da sociedade civil e direcionados para uma paz duradoura no país.

Palavras-chave: Sociedade civil, comunidades, construção da paz, empoderamento de mulheres.

Correspondência para: (correspondence to:) lucie.calleja@hotmail.fr

INTRODUCTION

Between 1980 and 2003, Liberia was affected by two violent conflicts in which women held multiple roles, including as victims, combatants, and peacebuilders. Although the peace agreement was formally signed in August 2003, the consolidation of peace constitutes a complex and ongoing process that involves a large range of actors. Women engaged in the peace negotiations in several ways, both as formal observers and informal participants through unofficial consultations. A large part of the population recognised the efforts of women activists for confronting the rebels and participating in mass mobilisations. Women's groups were perceived to be influential in the peace negotiations especially because of their ability to access members of warring factions. This research further analyses grassroots peacebuilding initiatives through the study of the Women in Peacebuilding Network (WIPNET), established in 2001 to support peace and gender equality. Based on several interviews, group discussions and workshops conducted in Liberia between 2020 and 2022, our analysis emphasises the role of community-based organisations in building inclusive and sustainable peace in the country.

THE WOMEN IN PEACEBUILDING NETWORK (WIPNET) IN LIBERIA'S RECONSTRUCTION

Since its establishment, the Women in Peacebuilding Network (WIPNET) was considered as an inclusive organisation uniting various social classes, religions, political sections, and identities, including refugees and displaced persons (GBOWEE, 2009). The work and initiatives undertaken by the organisation influenced the negotiations and received significant support from the Liberians. The organisation led the 'Liberian Women Mass Action for Peace', a mass campaign pressuring the conflict parties to enhance dialogue and end war in the country. Liberian women of all classes, both Christians and Muslims, protested and prayed together for peace. After the peace process, the impact of women was directly translated in their representation in the transitional government, especially through the creation of several inclusive commissions and the implementation of a gender balance principle as set out in the Comprehensive Peace Agreement (REPUBLIC OF LIBERIA, 2003).

In the post-conflict period, grassroots women kept meeting at the fish market in Monrovia, especially during sensitive times such as before elections (GBOWEE, 2009). Their active mobilisation increased their influence and caught media attention. A few years later, in 2011, the Nobel Peace Prize was awarded to the leader of WIPNET Ms. Leymah Gbowee, celebrating her leadership during the conflict.

Nowadays, women mediate conflict at the community level and use empowerment mechanisms to increase their socioeconomic capabilities. In several communities, groups of women are involved in the 'Peace Hut Initiative', directed toward community-healing, reconciliation, reintegration of former combatants and women's empowerment. This project is inspired from the 'Palava Hut', a traditional mechanism of transitional justice and conflict-resolution used by indigenous people (DANSO, 2016). Under the Peace Hut, the conflict parties and local leaders engage together in mediation and reconciliation processes by agreeing on a fair solution to civil disputes (RELIEF WEB, 2012).

Several partnerships were established between the Peace Huts and international organisations, decision-making institutions and leaders to increase the effectiveness of these grassroots structures on conflict-resolution (UN Women, 2019). In 2019, the Peace Huts became officially registered as a Community-Based Organisation (CBO) (UN Women, 2019). In 2021, there were thirty-eight active Peace Huts registered across Liberia, directed toward the elimination of gender-based violence and the promotion of peace education among communities. Members of the Peace Huts take part in trainings, retreats, and workshops to strengthen their skills in mediation, peacebuilding, and mindfulness. According to this belief, mindfulness mediation enables social change within communities through reconciliation, conflict resolution and recovery from past sufferings.

Over time, the Peace Huts enlarged and diversified the range of social issues addressed, including men and boys in the process. For instance, these platforms contribute to the diffusion of vital information on health measures and prevention, and several partnerships were established with the Liberian National Police (LNP) to enhance crime prevention. Globally, women's peacebuilding efforts through the Peace Huts are crucial to strengthen community engagement, reduce conflicts locally and contribute to positive change among households.

Overall, this research demonstrates that linking grassroots structures to peacebuilding processes is essential to implement policies on the ground. Traditional spaces for reconciliation constitute safe structures for rural women and men to address their concerns and solve conflicts at the community level. In Liberia, women's groups and local organisations have a crucial role in the establishment of mechanisms for peace, strengthening cohesion and reconciliation within communities. Nevertheless, the situation of extreme scarcity, insecurity and discrimination continues to affect communities across the country. The Peace Huts and other grassroots platforms remain constrained by cultural, social, and economic barriers, making it difficult to plan long-term projects and create effective change. In this context, the role of civil society and the multiple engagements of community members in conflict and post-conflict processes should be increasingly recognised by governments and external donors.

CONCLUSION

The prevalence of traditional norms and practices reflects the persistence of sexual violence and gender-based discrimination. The lack of financial and infrastructural resources, coupled with the need for recognition and external support, constitute major challenges that hinder women's empowerment and the implementation of the Women, Peace and Security agenda. Although grassroots initiatives are crucial in conflict management and peacebuilding, they are often left behind in the post-conflict reconstruction phase. This research stresses the importance of multi-level collaboration and partnerships between all stakeholders, including civil society, decision-making structures and the private sector. In this regard, the implementation of national policies on the ground requires the engagement of all actors to enable positive, peaceful and long-term change within communities. To a certain extent, the analysis of the Liberian context can be linked to the current conflict in the Northern province of Mozambique and the role of women's groups in preventing violent extremism. Women have capabilities in conflict mediation and resolution that cannot be ignored and that must be strengthened to build sustainable peace.

REFERENCES

DANSO, K. (2016). *Mending Broken Relations after Civil War: The 'Palava Hut' and the Prospects for Lasting Peace in Liberia*. Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre, Policy Brief 2. [Accessed on August 6, 2022]. Available at: <https://media.africaportal.org/documents/KAIPTC-Policy-Brief--The-Palava-Hut-in-Liberia.pdf>

GBOWEE, L. (2009). Effecting Change through Women's Activism in Liberia. *Institute for Development Studies Bulletin*, Vol. 40:2.

JUSTINO, P., MITCHELL, R. & MULLER, C. (2018). Women and Peace Building: Local Perspectives on Opportunities and Barriers. Published on behalf of the International Institute of Social Studies. *Development and Change*. Vol. 49, no. 4, 911-929. DOI: 10.1111/dech.12391

KOINYENEH, G. (2018). "Liberia's Rural Women Say Peace Hut Project Impacting Lives". *Front Page Africa*. [Accessed on August 6, 2022]. Available at: <https://frontpageafricaonline.com/county-news/liberia-s-rural-women-say-peace-hut-project-impacting-lives/>

LAWSON, E. (2017). "How women bring about peace and change in Liberia". *The Conversation*. [Accessed on August 5, 2022]. Available at: <https://theconversation.com/how-women-bring-about-peace-and-change-in-liberia-86670>

MORAN, M. H. & PITCHER, M. A. (2004). The 'basket case' and the 'poster child': explaining the end of civil conflicts in Liberia and Mozambique. *Third World Quarterly*, Vol. 25, no. 3:501-519. Doi: 10.1080/0143659042000191401

PEACE WOMEN. (2012). "LIBERIA: UN Women Dedicate Peace Huts". [Accessed on August 9, 2022]. Available at: <https://www.peacewomen.org/content/liberia-un-women-dedicate-peace-huts>

RELIEFWEB. (2012). "From conflict resolution to prevention: connecting Peace Hut to the police in Liberia". [Accessed on August 6, 2022]. Available at: <https://reliefweb.int/report/liberia/conflict-resolution-prevention-connecting-peace-hut-police-liberia>

REPUBLIC OF LIBERIA. (2003). *Comprehensive Peace Agreement Between the Government of Liberia and the Liberians United for Reconciliation and Democracy (LURD) and the Movement for Democracy in Liberia (MODEL) and Political Parties*. Accra, August 18, 2003. *gislature to Establish the Governance Commission*. [Accessed on July 12, 2022]. Available at: <https://www.peaceagreements.org/viewmasterdocument/338>

UN WOMEN. (2019). "Statement: Peace Hut Women of Liberia wins 2019 UN Population Award". [Accessed on August 6, 2022]. Available at: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2019/6/statement-ed-phumzile-peace-hut-women-of-liberia-wins-2019-un-population-award>

WEST AFRICA NETWORK FOR PEACEBUILDING. (2017). *Strides and Strains of Civil Society Organizations in West Africa: The WANEP Story*. Accra, Ghana.

NA RODA DOS DIREITOS: corpos femininos entre a ginga pelo direito de existir e a cultura machista

IN THE WHEEL OF RIGHTS: female bodies between ginga for the right to exist and the machista culture

Amanda Silva de Paula

Universidade de São Paulo, Brasil

RESUMO: A seguinte pesquisa reflete a partir da perspectiva de *Gênero*, a presença dos corpos femininos que se fazem presentes no espaço social da Capoeira. Aqueles, ora denominados “objetos”, ora autodenominados “políticos”. A Capoeira, é uma Manifestação de Matriz Africana, que carrega em seu seio, saberes e vivências ancestrais, mas também é um espaço-território que intersecciona com a sociedade e assim é afetado por todo e qualquer fator social. Tendo como sul da pesquisa os sentidos de presença dado aos corpos femininos na Capoeira, e a ginga como *resistência* contra *opressão*, busca-se compreender de que maneira os corpos femininos são afetados e afetam os demais na Capoeira no decorrer de sua história. Baseando-se na metodologia Teórico-Conceitual este trabalho terá três processos metodológicos: Pesquisas Bibliográficas e Documentais que utilizará de levantamentos, fichamentos bibliográficos e Estado da Arte; Análise do Conteúdo e do Discurso e Pesquisa Observação. Para tanto, utilizará como abordagem teórica as escritas de Beatriz Nascimento (2018), Sueli Carneiro (2005), Paula Foltran (2019), Grada Kilomba (2019), Rosângela Araújo (2017), Mariana Bracks Fonseca (2017), Lélia Gonzalez (2020) e bell hooks (2019).

Palavras-chave: Capoeira. Corpos femininos. Corpo-Objeto. Corpo-Político.

Correspondência para: (correspondence to:) amanda.paula@usp.br

INTRODUÇÃO

A luta das mulheres pelo direito à vida, ao espaço, a autonomia e a prática de suas vontades têm se tornado inegável e a cada dia, mais presente. Assim, mulheres em seus diferentes contextos e grupos sociais têm evidenciado suas lutas, seu direito de ser, seu direito de existir e principalmente seu direito de estar e ocupar diferentes espaços sociais, inclusive na Capoeira.

A Capoeira, é uma Manifestação Cultural de Matriz Africana, desenvolvida em solo brasileiro como forma de resistência, luta e libertação às diversas opressões do período colonial. Carrega em seu seio, saberes e vivências ancestrais enraizados por valores civilizatórios africanos, mas também é um espaço-território que intersecciona com a sociedade e assim é afetado por todo e

qualquer fator social. Portanto, esse território, pode e gera vivências, sobrevivências e principalmente violências.

Paula Foltran (2017) aponta que a capoeira não é espaço estranho às mulheres, embora seja um espaço comumente qualificado como sendo “do universo masculino”, ou como propriamente masculina, o fato é que este ambiente sempre contou com a presença feminina, para além das “espectadoras” e sim como sujeitas ativas e fundante na construção do que conhecemos hoje como espaço capoeirístico. Portanto esta pesquisa tem como objetivo compreender como os corpos femininos são afetados e afetam dentro deste espaço social.

RESULTADOS

Entender o espaço social ocupado pelos corpos femininos na capoeira, é lançar mão sobre as novas formas de ser Capoeira, de como elas contribuíram e contribuem para este ambiente, é possibilitar novas narrativas e mais é possibilitar quebrar estereótipos pautados em ideias ultrapassadas, machistas e racistas.

As mulheres sempre estiveram na Capoeira, e não há como negar, pesquisas recentes feito por escritoras como: Paula Foltran, Mestra Janja, Ábia França, Katiúscia Figuerôa, Maria Barbosa, Amélia Conrado, Christine Zonzon, Mariana Fonseca, entre tantas outras, não só comprovam tal afirmativa, como demonstram que ao longo da história conforme as mulheres se reconhecem e se empoderam dentro da capoeira, novas formas epistêmicas começam a surgir, assim como, o aumento significativo em todas as instâncias deste espaço social, desde nas presenças em atividades, em rodas, em eventos e em graduações, como em organizações políticas, femininas, de resgate, de permanência e de pertencimento.

Entender as estratégias de opressão, para poder elaborar estratégias de combate significa antes de tudo, decolonizar e localizar os saberes africanos, ancestrais e circulares. Portanto, é resgatar a capoeira em sua essência, é eliminar a má ancestralidade (SIDARTA RIBEIRO, 2022) e possibilitar que as novas gerações conheçam a capoeira a partir de seu aspecto cultural, formador e possibilitador de novas formas de ser.

Dessa maneira, as escritas deste trabalho, parte das experiências das mulheres capoeiristas, em uma relação direta com momentos encontrados no espaço da Capoeira: Ginga, Roda, Batizado e Troca de Graduação. Este trabalho é um recorte, ainda em processo de finalização,

de uma dissertação intitulada: “*Nas voltas que o mundo dá: reflexões acerca da presença feminina na Capoeira*”, portanto não tem intenção de apresentar resultados finais, mas sim, reflexões acerca das intenções a serem trabalhadas em cada capítulo.

RESULTADOS E ANÁLISES PARCIAIS

Ginga - A ginga é o primeiro movimento que se aprende na capoeira (e também o primeiro capítulo deste trabalho), dela é possível realizar todos os golpes, os movimentos, roles e esquivas, é a base, o fundamento. Contudo, apesar de ser a célula base desta manifestação, não se manifesta somente nela, e ainda, carrega consigo valores civilizatórios e filosóficos africanos. Sua singularidade está justamente em seu gingado, e aqui, entendo-a como um princípio, ao qual, de forma espiralar conduz o pensamento, que pode ser (ou não) manifestado através do corpo. Sua arte de negociar e lidar com os conflitos, data ainda de períodos coloniais, como estratégias de combates, a exemplos, Rainha Nzinga e Dandara de Palmares. Atualmente este movimento-pensamento continua sendo utilizado por mulheres capoeiras como o princípio formador de combate às opressões e principalmente de resistência, de pertencimento e de sobrevivência.

Roda - Na filosofia da Capoeira, a roda não é somente um espaço físico, mas sim, um livro de conceitos. A partir dela, há valores indissociáveis, aprendidos na vivência oral, através do tempo, dos mais velhos e do rito. O corpo, elemento essencial desta ritualística, é o nosso primeiro território, aprendemos não só a entender quem somos, mas também refletir sobre o mundo. Entender esses elementos se fazem necessários para entendermos o local ocupado pela Capoeira na sociedade, que nasce em um período de maafa, resiste, mas também preserva e transmite valores ancestrais e africanos. Porém, estando na sociedade não está imune aos tentáculos de opressão social. Aqui, encontramos a linha de conflito que perpassa os corpos femininos, entre estar em um espaço de pertencimento, mas ainda assim, precisarem lutar contra as opressões dentro deste mesmo ambiente.

Batizado - O batizado, o primeiro rito de passagem na capoeira, não é só um dos grandes momentos esperados, mas também onde ganhamos ou reafirmamos o nosso nome (ou apelido). O fato é que nem sempre nossa identidade é dada por nós mesmas. A concepção acerca dos nossos corpos passa por dois olhares, o nosso (corpo-político) e o deles (corpo-objeto). Em corpo-objeto, é negado o direito dessas mulheres inclusive de serem mulheres, aqui, ao interesse de olhos machistas, os corpos são vistos como objetos, seja para adornar o ambiente, seja para estarem em lugares de submissão, seja para cunho sexual. Suas vontades

não são vistas, não são ouvidas. Seus rostos, nomes, gostos, falas e histórias, passam a não existir, aqui, essa concepção serve ao sistema machista e racista. Driblar contra esses marcadores sociais, ainda é um desafio, despertar e entender esse sistema opressor, se dá, muitas vezes, após diversas situações violentas.

Troca de Cordas - Na capoeira, uma menina ao chegar aprende a gingar, depois conhece a roda, o universo é imenso, cheio de novidades, histórias, valores, ensinamentos. A princípio, tudo encanta! Mas então passa a perceber que nem tudo é tão digestivo como parece, nem tudo o que a boca come⁴² é gostoso. Então essa menina, passa pelo seu primeiro ritual, ganha ou reafirma sua identidade, o trajeto só inicia, ginga entre a grande e pequena roda, aprende aqui, sai de lá. Trocar de cordas é se despir, é trocar de roupagem, mas não apenas trocar, é amadurecer, conhecer, ter consciências.

Partindo do pressuposto que, quando entendemos o que nos oprime, podemos criar estratégias de resistir e mais, de ser e fazer-se presente, as mulheres na capoeira, a partir de suas próprias experiências, passam a se colocarem como corpos-políticos, ativos, sujeitas de direitos, que fizeram e fazem história, que contribuem, se enxergam e produzem suas próprias presenças, são protagonistas. Elas, gingham sobre si mesmas, sobre a capoeira, sobre a sociedade, pelos seus direitos a existir, a ser, a jogar e a fazerem o que quiserem.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rosângela Costa. Ginga: uma epistemologia feminista. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X.
- BARBOSA, Maria José Somerlate. A mulher na capoeira. **Arizona journal of hispanic cultural studies**, v. 9, n. 1, p. 9-28, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. Selo Negro Edições, 2011
- CONRADO, Amélia Vitória de Souza. Capoeira de Angola e dança afro: contribuições para uma política de educação multicultural na Bahia, 2006. 314f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2006.
- FIGUERÔA, Katiuscia Mello (org.). **Mulher na Capoeira: produção de saberes, identidade e representatividade**. vol. 1. Curitiba: Editora Dialética e Realidade, 2021.
- FRANÇA, Ábia Lima de. Capoeira & educação: produção do conhecimento em Jogo, 2018. 172f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018
- FOLTRAN, Paula Juliana. **Mulheres Incorrigíveis: histórias de valentia, desordem e capoeiragem na Bahia**. 1ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- FONSECA, Mariana Bracks. Ginga: História e memória corporal na capoeira angola. **Rascunhos**. Uberlândia, v. 4, n. 3, jul.|dez. 2017. p. 124 - p. 138.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

⁴² Mestre Pastinha dizia que a Capoeira é tudo o que a boca come.

DAS MARGENS NO SUL GLOBAL: reivindicações de mulheres e de pessoas com algum tipo de deficiência à política representativa

Werley Pereira de Oliveira e Maria da Luz Alves Ferreira

Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

RESUMO: A discussão de gênero no feminismo como sujeito político das mulheres assume temáticas que refletem a heterogeneidade da classe trabalhadora, intervindo no campo de exploração e dominação das subjetividades. Focando à análise proposta nesta comunicação, parte-se do pressuposto que tanto deficiência quanto gênero são considerados construções sociopolíticas para atender a manutenção de um Estado nacional por meio de suas instituições com práxis constroem ou desconstroem as relações de poder patriarcais, coloniais, capitalistas e capacitistas. Tendo por objeto a discussão de gênero e deficiência para levantar o potencial analítico da interseção entre os estudos sobre deficiência e os estudos de gênero como categoria à análise histórico-discursiva, a presente pesquisa apresenta como questão norteadora principal: É possível a ação conjunta das reivindicações de mulheres e de pessoas com algum tipo de deficiência à política representativa? Trata-se de análise com abordagem teórica e de procedimento dissertativo, utilizando-se como técnica de pesquisa a revisão de literatura. Enfatiza-se que o novo desta pesquisa incide no fato de aproximar as lutas das pessoas com deficiência às demandas feministas com perspectivas mais amplas no tocante à emancipação de todas as mulheres e sem perder de vista a dignidade e felicidade humana.

Palavras-chave: Deficiência, Gênero, Poder.

OF THE MARGINS IN THE GLOBAL SOUTH: claims of women and people with disabilities to representative politics

ABSTRACT: The discussion of gender in feminism as a political subject of women assumes themes that reflect the heterogeneity of the working class, intervening in the field of exploitation and domination of subjectivities. Focusing on the analysis proposed in this research, it is assumed that both disability and gender are considered sociopolitical constructions to serve the maintenance of a national state through its institutions with praxis, build or deconstruct patriarchal, colonial, and capitalist and ableism power relations. Having as its object the discussion of gender and disability to raise the analytical potential of the intersection between disability studies and gender studies as a category for historical-discursive analysis, the present research presents as its main guiding question: Is it possible for the joint action of the claims of women and people with some type of disability to the representative policy? It is an analysis with a theoretical approach and a dissertation procedure, using the literature review as a research technique. It is emphasized that the novelty of this research focuses on the fact that it brings the struggles of people with disabilities closer to feminist demands with broader perspectives regarding the emancipation of all women and without losing sight of human dignity and happiness.

Key-words: Disability, Gender, Power.

Correspondência para: (correspondence to:) werley.educador@gmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão de gênero no feminismo como sujeito político das mulheres assume temáticas que refletem a heterogeneidade da classe trabalhadora, intervindo no campo de exploração e dominação das subjetividades. Refletem também sobre direitos à cidadania com participação na vida política pelo direito ao voto, restando-lhe a paridade participativa, isto é, a ampliação da capacidade eleitoral passiva. Outra demanda de destaque do feminismo volta-se aos significados construídos sobre corpo e poder, levando as mulheres a lutarem pela desnaturalização e pela questão identitária de seus corpos frente aos preconceitos sociais e à imposição social das formas hegemônicas de existência e subjetivação (PATEMAN, 1993; PINTO, 2010; DAVIS, 2016; BUTLER, 2018).

Tendo por objeto a discussão de gênero e deficiência para levantar o potencial analítico da interseção entre os estudos sobre deficiência e os estudos de gênero como categoria à análise histórico-discursiva, a presente pesquisa apresenta as seguintes questões norteadoras: 1) Que conceitos, representações e práxis constroem ou desconstroem as relações de poder patriarcais, coloniais, capitalistas e capacitistas? 2) Em que medida as lutas das pessoas com deficiência se aproximam às reivindicações do feminismo como sujeito político das mulheres? 3) É possível a ação conjunta das reivindicações de mulheres e de pessoas com algum tipo de deficiência à política representativa? Esta última é a questão principal desta comunicação. Este é um estudo analítico com abordagem teórica e de procedimento dissertativo, utilizando-se como técnica de pesquisa a revisão de literatura.

MULHERES E PESSOAS COM ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA REIVINDICAM POLÍTICA REPRESENTATIVA

Focando à análise proposta nesta pesquisa, parte-se do pressuposto que tanto deficiência quanto gênero são considerados construções sociopolíticas para atender a manutenção de um Estado nacional por meio de suas instituições com práxis constroem ou desconstroem as relações de poder patriarcais, coloniais, capitalistas e capacitistas. A problemática da deficiência, portanto, não pode limitar-se ao corpo. Ela também é uma construção narrativa da produção social e

política, ao determinar às pessoas com algum tipo de deficiência como seres inferiores, incompletos ou suscetíveis de reparação. Portanto, é imprescindível analisar as situações vivenciadas pelas pessoas com deficiência de modo multidisciplinar, examinando os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Para além dos debates de desigualdades e exclusão, que a discussão da integralidade destas pessoas perpassa pelas ideias do reconhecimento recíproco e da redistribuição; e, desta forma, contribua com a política da redistribuição e do reconhecimento mutuamente pela deontológica da paridade participativa (PEREIRA, 2007; OLIVEIRA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou refletir possibilidades para ampliar as reivindicações das mulheres e das pessoas com algum tipo de deficiência à política representacional para que promovam a redução dos efeitos e as consequências do patriarcalismo capitalista por meio de políticas públicas que visam a desnaturalização de seus corpos frente aos preconceitos sociais e à imposição social das formas hegemônicas de existência e subjetivação. Enfatiza-se que o novo desta pesquisa incide no fato de aproximar as lutas das pessoas com deficiência às demandas feministas com perspectivas mais amplas no tocante à emancipação de todas as mulheres e sem perder de vista a dignidade e felicidade humana.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, Werley Pereira de. **Pessoas com deficiência, paradigmas sociais e benefício de prestação continuada de assistência social (BPC): uma análise do direito constitucional de mínimo social**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Unimontes, 2013.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Ana B. **O corpo (-) sentido: o mal-estar da pós-modernidade: reflexões sobre “Deficiência” e doença crônica**, 2007. Disponível em:
<<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php>> Acesso em 30 abril 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. *In.*: Rev. Sociol. Polít.: Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

COVID-19 E O CUIDADO DESDE REDES COMUNITÁRIAS: as Promotoras Legais Populares no município de São Leopoldo/Brasil

Miriam Steffen Vieira e Thaís da Rosa Alves

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

RESUMO: O presente artigo apresenta algumas das ações desenvolvidas por Promotoras Legais Populares, em São Leopoldo/RS/Brasil, no contexto da Covid-19. Observamos um uso êmico da noção de cuidado para definir estas ações, visto que elas atuam a partir de suas comunidades, ultrapassando o objetivo inicial de disseminação de informações sobre leis e direitos, para comporem uma rede de práticas comunitárias para a manutenção da vida nestes locais. Estas ações ultrapassam as fronteiras entre o individual e o coletivo; não visam se sobrepor ao Estado, mas cobrar deste a sua função de garantia de direitos e proteção social. O texto está amparado em entrevistas e em observações de encontros das/com as ativistas durante o ano de 2020, no formato online.

Palavras-chave: Covid-19, cuidado comunitário, Promotoras Legais Populares.

COVID-19 AND CARE FROM COMMUNITY NETWORKS: the Popular Legal Promoters in the municipality of São Leopoldo/Brazil

ABSTRACT: This article presents some of the actions developed by Popular Legal Promoters, in São Leopoldo/RS/Brazil, in the context of Covid-19. We observe an emic use of the notion of care to define these actions, since they act from their communities, going beyond the initial objective of disseminating information about laws and rights, to compose a network of community practices that aim to maintain life in these places. It was observed that the Popular Legal Promoters consider their actions as a type of care that goes beyond the boundaries between the individual and the collective that does not seek to overlap the state, but to demand from it its function of guaranteeing rights and social protection. The text is supported by interviews and observations of meetings of/with activists during the year 2020, in online format.

Keywords: Covid-19, community care, Popular Legal Promoters.

Correspondência para: (correspondence to:) miriamsteffen@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os debates teóricos em torno das noções de cuidado, de acordo com Esquivel (2015), demonstram que esta categoria abrange aspectos econômicos, sociais e políticos. Há um robusto conjunto de estudos feministas sobre o tema do cuidado assim como um constante debate político. Ampliando-se o olhar, a abordagem do cuidado comunitário começa a despontar em experiências de países latino-americanos. Esta visão sobre o cuidado é construída desde epistemologias feministas decoloniais latino-americanas e se associam o cuidado como reprodução da vida e bem-estar (VEGA; MARTÍNEZ-BUJÁN; PAREDES, 2018).

O cuidado comunitário corresponde a um olhar para a vida em comum, no qual as mulheres estão presentes de forma cooperativa. Suas práticas são diversas e podem não ter seus limites demarcados, podendo inserir processos de autogestão, família extensa ou, ainda, ações que se entrelaçam com os serviços do Estado ou organizações da sociedade civil. Estas práticas heterogêneas possuem em comum a presença de coletividades que podem se constituir a partir de redes de auto-organização continuada. E, a partir deste debate, localizamos algumas conexões desta perspectiva do cuidado comunitário com as atividades desenvolvidas pelas Promotoras Legais Populares de São Leopoldo que associam às suas ações a um “cuidado”, principalmente no contexto pandêmico.

AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE SÃO LEOPOLDO

O projeto de formação de Promotoras Legais Populares é considerado um importante instrumento de democratização do acesso à justiça e de disseminação de conhecimentos sobre direitos (BONETTI, 2000)⁴³. Em São Leopoldo, as PLPs estão em atividade desde o ano de 1998 e constituem um importante papel dentro do município, suas práticas compõem a rede institucional bem como a rede de movimentos de mulheres organizadas.

Além de atuarem para a constituição de políticas públicas de gênero, as PLPs possuem ações específicas que são organizadas e desenvolvidas pela equipe do projeto, que atualmente é formada exclusivamente por PLPs, como a participação e organização de eventos em datas importantes na luta pelos direitos das mulheres. Entre as atividades propostas pelas PLPs está

⁴³ O curso de formação teve início no Brasil no ano de 1993 a partir da organização Themis – Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos, no município de Porto Alegre/RS/Brasil.

a participação em marchas, distribuição de informativos e a realização de palestras no município.

A maioria das PLPs que se mantem ativa após a formação possui relação com movimentos sociais como o movimento negro, economia solidária e organizações feministas. Algumas delas são filiadas a partidos políticos e compõem a política institucional no município. As PLPs de São Leopoldo apresentam-se como mulheres politizadas e feministas (ZIEBEL, 2005). O grupo é bem heterogêneo na composição geracional, principalmente porque na última formação, em 2018, participaram muitas mulheres jovens e acadêmicas.

“Para nós, tudo é cuidado!”: o cuidado e as PLPs

Durante o ano de 2020, realizamos encontros virtuais com as PLPs e algumas entrevistas individuais e coletivas como forma de acessar as práticas desenvolvidas pelas ativistas no município.

As PLPs atuam desde uma rede de cuidados comunitários e, segundo Cornaglia (2007) o cuidado está presente na dimensão individual e coletiva e não são desassociadas. Portanto, a amplitude deste olhar sobre o cuidado não se restringe a uma determinada área ou ação, mas sim na completude de ser uma PLP. Esta característica apareceu nas falas das PLPs ao serem questionadas sobre o que consideram “cuidado”, elas responderam que é tudo o que engloba as suas ações, não sendo possível ser categorizado ou separado.

Diante das ações realizadas pelas PLPs que foram readequadas para o contexto pandêmico, podemos observar como o cuidado comunitário está presente nas suas atividades como um coletivo: é um grupo autônomo com relação ao Estado, mas que mantém parcerias com o mesmo, realizam um papel de fiscalizar as ações estatais no que tange às políticas públicas e aos direitos das mulheres, além de permanecerem em constante atividade, mesmo com as trocas na gestão pública, como forma de garantir a continuidade dos serviços para as mulheres e, consequentemente, para o restante da comunidade.

REFERÊNCIAS

CORNAGLIA, Graciela Patrícia. Mulheres que (des)aprendem a ser mulheres na tradição católica: desconstruindo modelos de opressão através da formação das Promotoras Legais Populares. 2007, 130

f. Dissertação (Mestrado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2007.

ESQUIVEL, Valeria. El cuidado: de concepto analítico a agenda política. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 256, p. 63-74, mar.- abr. 2015. Disponível em: <https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4104_1.pdf>. Acesso em: 15 mar. de 2021.

VEGA, Cristina; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam. Introducción. Experiencias, âmbitos y vínculos cooperativos para el sostenimiento de la vida. In: VEGA, Cristina; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (Org.). *Cuidado, comunidade y común*. Extracciones, apropiaciones y sostenimiento de la vida. Madrid: Traficante de Sueños, 2018, p. 15-50.

ZIEBELL, Clair Ribeiro. Movimentos sociais e Serviço Social: protagonismo ético-político de mulheres. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 108-115, maio-ago. 2005.

“A COR DO PECADO” DE DUAS RAÇAS: o colorismo e gênero como encruzilhada das negras-mestiças

Gabriela Machado Bacelar Rodrigues

Universidade de São Paulo (USP), Brasil

RESUMO: Oriundo de uma pesquisa de mestrado sobre os processos de racialização de pessoas “negras de pele clara”, em Salvador, e suas inserções nas políticas afirmativas, esse trabalho procura pensar as relações entre colorismo, cuja rubrica perpassou toda aquela discussão, e mulheres pardas. A análise está estabelecida, no artigo, a partir da interlocução com as mulheres autodeclaradas negras, na pesquisa anterior, e um diálogo com a bibliografia sobre as representações sociais da mulata no Brasil, tentando pensar também as relações de proximidade e distância entre as categorias “parda” e “mulata”. Ao inserir o colorismo como problemática que atravessa o gênero, propõe-se debater essa interseccionalidade dentro de um cenário constituído pelo crescimento, nas pesquisas censitárias, dos autodeclarados negros no Brasil, pela consolidação e ampliação das políticas afirmativas para a população negra no país, por fraudes brancas no sistema de cotas raciais, e pelo letramento racial promovido pelas mídias digitais que, nos últimos anos, registra fortemente o tema do colorismo como uma questão relevante. O tema nos interessa porque, aliado ao discurso oficial do Estado, configura a outra face do processo de racialização que incide sobre essas mulheres. Por um lado, o racismo marca seu corpo “como objetos de segunda categoria” e, por outro, simulando a existência de uma terceira casta intermediária, sugere uma identidade racial ilegítima. Essas mulheres são racializadas sem o serem oficialmente, afinal, mulatas também são parte da população mestiça, cumprindo papel importante na retórica do projeto de branqueamento da nação.

Palavras-chave: Colorismo, gênero, mulatas, racialização.

“THE COLOR OF SIN” OF TWO RACES: colorism and gender as a crossroads of black-mestizos women

ABSTRACT: Coming from a master's research on the processes of racialization of "light-skinned black people" in Salvador, and their insertions in affirmative policies, this work seeks to think about the relationship between colorism, whose rubric permeated all that discussion, and brown women. The analysis is established, in the article, from the dialogue with the self-declared black women, in the previous research, and a dialogue with the bibliography on the social representations of the mulatto in Brazil, also trying to think about the relations of proximity and distance between the categories "brown" and "mulatto". By inserting colorism as a problem that crosses gender, it is proposed to debate this intersectionality within a scenario constituted by the growth, in census surveys, of self-declared blacks in Brazil, by the consolidation and expansion of affirmative policies for the black population in the country, for white frauds in the racial quota system, and by the racial literacy promoted by digital media that, in recent years, has strongly registered the theme of colorism as a relevant issue. The theme interests us because, allied to the official discourse of the State, it configures the other face of the racialization process that affects these women. On the one hand, racism marks your body “as second-rate objects” and, on the other, by simulating the existence of a third intermediate caste, it suggests an illegitimate racial identity. These women are racialized

without being officially racialized, after all, mulatto women are also part of the mestizo population, playing an important role in the rhetoric of the nation's whitening project.

Keywords: Colorism, gender, mulato, racialization.

Correspondência para: (correspondence to:) gaabibacelar@gmail.com

INTRODUÇÃO

Já são bem conhecidos os empreendimentos teóricos que pensam mulheres negras a partir da encruzilhada de raça e gênero. Com o tempo, as modificações trazidas pelo colorismo para o campo político das relações raciais - ou hierarquias, como ensina Ângela Figueiredo (2005) - progressivamente têm sequestrado as “mulatas” do conjunto de pautas que importam às mulheres negras. A “solidão da mulher negra”, por exemplo, parece ser uma dessas questões. As mulatas, em função de supostos privilégios raciais, não compartilhariam desse lugar de solidão afetiva que mulheres retintas vivenciariam. Ilustrativamente, temos o estigma da “neo neguinha solidão” que recebeu uma das nossas interlocutoras, que, de uma só vez, deslegitimava sua autodeclaração e, ao mesmo tempo, seu lugar dentro dessa pauta política.

O colorismo aponta para um espectro de cor negra que garantiria determinadas prerrogativas raciais hegemônicas (brancas) para os indivíduos mais claros em detrimento dos mais escuros, cujo racismo incidiria de maneira mais frequente e violenta. Essa argumentação, combinada com as denúncias crescentes de fraudes no sistema de cotas raciais em diferentes partes do país, produz um cenário onde a autodeclaração negra das pessoas de pele clara é colocada em suspenso. Os termos “afrobege” e “afroconveniente” são ilustrativos para esse argumento (RODRIGUES, 2021).

GÊNERO E COLORISMO

“*Neo neguinha solidão*” é como Jaci, uma das nossas interlocutoras de pesquisa, foi apelidada, ao levantar uma discussão sobre a solidão da mulher negra. Esse pejorativo representa os termos dos conflitos que envolvem a desautorização da autodeclaração negra, dos membros mais claros do grupo, em um contexto de disputas políticas já desenhado anteriormente. Jaci,

entretanto, que também fora muitas vezes nomeada mulata, é uma mulher autodeclarada negra, residente de um bairro periférico de Salvador, que compartilha de muitos dos indicadores sociais frequentemente associados ao conjunto da população negra e das mulheres negras, em particular, inclusive, o preterimento.

Inspirada no trabalho de Sonia Giacomini, que fala sobre o curso de formação de mulatas, Ângela Figueiredo (2005) irá dizer que “mulata” conforma uma categoria racial, profissional, de gênero e de geração (p. 164). O estupro do homem branco contra mulheres negras é ponto importante dessa reflexão, cuja romantização é frequentemente acusada nas obras de Gilberto Freyre. Munanga (1999) mostra que, considerando o ditado popular "branca pra casar, negra pra trabalhar, mulata pra fornicar", a mulata, fruto da exploração sexual do homem branco sobre a mulher preta escravizada, “tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório” (p. 91).

Nosso desafio certamente é pensar, a partir dos paradigmas do colorismo, as intersecções entre gênero e raça que levem em consideração a força histórica do mito da democracia racial na constituição do campo das relações raciais no Brasil. Temos, diante disso, que as *mulatas* estão arranjadas em uma posição racial duplamente contraditória: primeiro, de exploração racial e de gênero, cujos indicadores sociais são os dados mais visíveis. Segundo, pela desracialização empreendida pelo Estado— e, muitas vezes, dentro das interpretações oriundas do colorismo. As “mulatas” não são africanas e nem europeias, mas fazem a ponte entre os dois continentes, a exata *cor do pecado*.

AGRADECIMENTOS

Esse artigo é fruto da dissertação de mestrado em antropologia, defendida em 2021, na Universidade Federal da Bahia, por isso agradeço a orientação do professor Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho e o financiamento do Programa de Bolsas Milton Santos.

REFERÊNCIAS

- FIGUEIREDO, A. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Periódicus**, n.3, v. 1, mai./out. 2005. p. 152-169.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999
- RODRIGUES, G. M. B. **(Contra)mestiçagem negra pele clara, anti-colorismo e comissões de heteroidentificação racial**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34195>>. Acesso em: 10 set. 2021.

SERVIÇO SOCIAL, VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E ESTUDOS FEMINISTAS

Teresa Kleba Lisboa

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

RESUMO: Este artigo propõe discutir a crescente inserção dos profissionais de Serviço Social na Rede de Atendimento à mulheres em situação de violência como “operadores de direito”, que no conjunto de técnicas utilizadas no cotidiano de intervenção acolhem, escutam, orientam e encaminham as mulheres, bem como integram as equipes multidisciplinares nos serviços (grupos) para homens autores de violência. Concluimos que é necessário que as universidades revejam as estruturas curriculares de seus cursos, criando disciplinas para transmitir o conhecimento sobre Estudos Feministas, questões de gênero, violência contra mulheres entre outras que venham ao encontro de uma capacitação continuada.

Palavras-chave: Estudos Feministas, Serviço Social, Violências de Gênero.

SOCIAL WORK, GENDER VIOLENCE AND FEMINIST STUDIES

ABSTRACT: This article proposes to discuss the growing insertion of Social Work professionals in the Assistance Network for women in situations of violence as "law operators", who, in the set of techniques used in the daily intervention, listen, guide and refer women, as well as how they integrate multidisciplinary teams in services (groups) for male perpetrators of violence. We conclude that it is necessary for universities to review the curricular structures of their courses, creating disciplines to transmit knowledge about Feminist Studies, gender issues, violence against women, among others that meet the need for continuous training.

Keywords: Feminist Studies, Social Work, Gender Violence.

Correspondência para: (correspondence to:) tkleba@gmail.com

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que ao produzir conhecimento insere-se no contexto das “Ciências Sociais Aplicadas” e a originalidade do conhecimento construído, necessariamente articula-se com a interdisciplinaridade das disciplinas que integram as Ciências Humanas e Sociais, entre elas os Estudos Feministas. Propomos neste trabalho refletir sobre a necessária interlocução entre o Serviço Social, as violências de gênero e os Estudos Feministas no processo de construção do conhecimento, entendendo que essa relação é um elemento chave para uma profissão que é composta por 95% de profissionais do sexo feminino. O percurso argumentativo acompanhará uma sequência de reflexões realizadas ao longo de anos de experiência como docente, tanto na prática acadêmica, como nos trabalhos de campo realizados

através de Projetos de Pesquisa e Extensão. A Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres (VDFM) é um fenômeno multidimensional, e a Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006) que está completando quinze anos, reconhecendo a sua complexidade, prevê um atendimento multidisciplinar, destacando-se nesta equipe a/o profissional de Serviço Social. Nos últimos anos, Assistentes Sociais têm sido chamadas/os para trabalhar com mulheres em situações de violência em instituições como: Centros de Referência em Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CREMVs), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS / PAEFI); junto aos Protocolos da Violência, em Hospitais, Maternidades, Postos de Saúde, Delegacias, integrando a equipe interdisciplinar no atendimento sociojurídico nas Universidades; Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos das Mulheres, entre outros. Na maioria das Instituições que atuam na área da violência contra as mulheres, as/os Assistentes Sociais (e Psicólogas) são as profissionais que fazem a primeira abordagem, acolhem as mulheres, e através de uma “escuta social qualificada” realizam uma entrevista em profundidade para conhecer a demanda, orientam as mulheres em situação de violência em relação aos seus direitos, realizam os encaminhamentos para a Rede de Atendimento para que ela possa receber a devida proteção e assistência social, e continuam acompanhando os casos. Diante dessas importantes funções atribuídas aos profissionais de Serviço Social, lançamos as seguintes questões: 1. Em que medida o Curso de Serviço Social capacita os profissionais para atuarem no cotidiano da prática junto às violências de gênero? 2. Como percebem o preparo da rede de atendimento, dos equipamentos em que atuam e de si próprios para implementarem a política? Quais as principais dificuldades sentidas? Constata-se que, embora o tema “violências de gênero” seja complexo e de ocorrência mundial, a capacitação profissional para lidar com o problema ainda é falha. A LMP veio para corroborar a gravidade das repercussões das violências na vida das mulheres e assumiu a questão como um problema de responsabilidade pública. Para enfrentá-lo, previu um modelo de atuação abrangente, pautadas em três eixos distintos: 1. Prevenção da violência. 2. Proteção e Assistência integral e especializada às vítimas. 3. Responsabilização criminal dos autores da violência. Os espaços mais propícios para assegurar as Medidas de Prevenção das violências de gênero são as escolas e universidades, incluindo em seus currículos conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia (interseccionalidade) e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. A comunicação social também é uma das instâncias destacadas na Lei como dispositivo importante na prevenção. No campo da Proteção e

Assistência integral e especializada às vítimas de VDFM, a Assistência Social entra como integrante dos serviços especializados que fazem parte da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência. A LMP prevê, entre outras medidas, a manutenção dos vínculos trabalhistas quando for necessário que elas se afastem de seus locais de trabalho; a possibilidade de que sejam incluídas no cadastro de programas assistenciais; garantia de acesso à assistência judiciária; e, quando for o caso, prioridade na matrícula de seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. No que se refere ao eixo da responsabilização criminal dos acusados, a LMP buscou tanto aperfeiçoar o processamento judicial dos casos de VDFM quanto ampliar as sanções cabíveis. Conforme o Documento "Diretrizes para a implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores", o serviço deve ter caráter obrigatório e pedagógico com base em uma perspectiva feminista de gênero, e não de 'tratamento' (seja psicológico, social ou jurídico). Ou seja, objetiva a conscientização sobre violência de gênero como violação dos direitos humanos das mulheres e a responsabilização dos seus autores pela violência cometida, de forma a contribuir para "a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades" (BRASIL, 2008, p. 2). Para trabalhar em Serviços para Homens autores de violência, as/os profissionais de Serviço Social devem estar preparadas para integrar uma equipe multiprofissional e saber conduzir grupos reflexivos, objetivando a construção de um espaço onde os sujeitos consigam expressar-se na perspectiva de prevenir e combater todos os tipos de violência nas relações familiares e de gênero. É necessário que universidades revejam as estruturas curriculares de seus cursos, criando disciplinas para transmitir o conhecimento sobre Estudos Feministas, questões de gênero, violência contra mulheres entre outras que venham ao encontro de uma capacitação continuada. Além disso, sugere-se que o assunto também seja abordado de forma transversal, perpassando as diversas disciplinas do currículo para reforçar conteúdos e estimular a adoção de práticas voltadas a identificar e contribuir para eliminar a violência contra mulheres. Salientamos que a atuação das/dos profissionais de Serviço Social é muito importante no campo das violências de gênero e pode somar-se ao conjunto de técnicos que lutam para que todas as mulheres tenham uma vida livre de violências.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República, Secretaria de Políticas para Mulheres. Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor. Brasília, Secretaria de Políticas para Mulheres, 2008.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 07 de agosto 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, Brasília, 2006.

MULHERES, MIGRAÇÃO E TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL A PARTIR DO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA?” (2015)

Jackeline Kojima Matias Ikuta

Universidade Federal da Grande Dourados/ Mato Grosso do Sul, Brasil

RESUMO: Este trabalho propõe analisar a representação da empregada doméstica difundida no filme brasileiro *Que horas ela volta?* (2015), da diretora Anna Muylaert. O filme tem como enredo relações hierárquicas entre mulheres vivenciadas no cotidiano do ambiente doméstico envolvendo a vida da personagem principal *Val*, empregada doméstica, migrante do Estado de Pernambuco e, *Bárbara*, a patroa. A partir disso, em diálogo com os estudos culturais, de gênero e interseccionalidade, objetiva-se refletir através do filme o lugar social ocupado por mulheres migrantes que encontram no trabalho doméstico a única oportunidade de sobrevivência, e acabam sendo atravessadas por categorias de opressão que as invisibilizam e vulnerabilizam socialmente.

Palavras-chave: Cinema, História das mulheres, interseccionalidade.

WOMEN, MIGRATION AND DOMESTIC WORK IN BRAZIL FROM THE FILM “QUE HORAS ELA VOLTA?” (2015)

ABSTRACT: This work proposes to analyze the representation of the maid spread in the Brazilian film *Que hora ela volta?* (2015), by director Anna Muylaert. The film has as its plot hierarchical relationships between women experienced in the daily life of the domestic environment involving the life of the main character *Val*, a maid, migrant from the State of Pernambuco and, *Bárbara*, the boss. From this, in dialogue with cultural, gender and intersectionality studies, the objective is to reflect through the film the social place occupied by migrant women who find in domestic work the only opportunity for survival, and end up being crossed by categories of oppression that make them invisible and socially vulnerable.

Keywords: Film, woman history, intersectionality.

Correspondência para: (correspondence to:) jackeline.ikuta@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho se trata de uma discussão parcial do meu projeto de mestrado em História, discutindo História das Mulheres, Estudos de gênero e Interseccionalidade a partir do filme

brasileiro “Que horas ela volta?” (2015), produzido pela diretora Anna Muylaert. Compreendendo a fonte cinematográfica enquanto artefato cultural, constituído de discursos que (re)produzem *saberes* e *verdades*, proponho refletir sobre a representação da mulher, trabalhadora doméstica, migrante presente no filme.

A História das Mulheres tem possibilitado uma ampla visibilidade a atuação das “sujeitas” que estiveram por tempos silenciadas ou representadas na historiografia através da perspectiva de homens. Possibilitando análises e aprofundamento nas desigualdades vivenciadas pelos grupos marginalizados, as opressões e discriminações, relações de lutas e movimentos, surgem com o ar de “novas” questões a partir da escola dos Annales, e principalmente com as pautas dos movimentos feministas do início dos anos 1960.

Com os olhares voltados para esses/as novos/as atores/a e seu cotidiano, os estudos de gênero emergiram como categoria de análise na História das mulheres, permitindo pensar na construção histórica e cultural das relações discriminatórias que envolvem as relações de homens e mulheres. A autora Joan Scott descreveu o conceito de gênero enquanto “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e ainda, “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Em diálogo com o termo, torna-se necessário refletir sobre a discriminação interseccional que atravessa os corpos das múltiplas mulheres em sociedade. Para a ampliação do debate e por concluir que mulheres não são um único ser universal, que vivem e sofrem as mesmas opressões, o conceito de interseccionalidade será parte da ferramenta teórica de análise do filme. De acordo com a autora Kimberlé Crenshaw, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (2002, p. 177) refletindo como as categorias sociais de raça, sexo, geração, etnias, classes, estruturam as/os sujeitas/os em determinadas posições na camada social e as oprimem.

Enquanto fonte de pesquisa, a produção cinematográfica *Que horas ela volta?* (2015), aborda discussões sobre as hierarquias construídas socialmente envolvendo a vida de mulheres. A representação no filme do trabalho doméstico exercido por uma mulher migrante do Estado de Pernambuco para o Estado de São Paulo, possibilita refletir sobre as dificuldades e

vulnerabilidades enfrentadas por mulheres que saem do seu local de origem e vão em busca do “novo”. Compreendendo o lugar social das mulheres migrantes em “novas regiões”, enquanto marcador de opressão que dificulta oportunidades nas relações sociais e trabalhistas, possivelmente agravando sua condição de subalternidade.

UM FILME, MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

O filme *Que horas ela volta?* (2015) é concebido enquanto artefato cultural que interpela as/os sujeitas/os que se dispõem a assisti-lo. Produzindo práticas discursivas e não discursivas através das representações apresentadas em cena. O conceito de representação neste trabalho se relaciona aos estudos culturais (HALL, 2016), compreendendo que o cinema (re)produz identidades e subjetividades através dos sistemas simbólicos compartilhados socialmente.

Para a realização da análise e reflexão da obra cinematográfica, além do aprofundamento em produções que discutiram a temática da migração e mulheres no filme como Delazari e Santos (2019), Faria (2017), foi realizada a escolha de uma discussão da crítica especializada publicada no ano de lançamento da obra⁴⁴. Através disso, houve o processo de imersão a obra denominado pela pesquisadora Carmen Rial (2004) como “Etnografia de Tela”. Um processo que a/o pesquisadora/o se dispõe a assistir ao filme repetidas vezes e, com um caderno de campo, faz anotações de aspectos relacionadas com a linguagem cinematográfica que dê sentido a discussão, como ambiente, vestimenta, cenário, objetos, efeitos sonoros, entre outros.

Considera-se que a partir das ferramentas teóricas de discussão e análise, o debate proporcionou uma reflexão sobre os marcadores de opressão de mulheres migrantes, que exercem a função de trabalhadoras domésticas na contemporaneidade, e como elas são atravessadas por discriminações que as inferiorizam e vulnerabilizam, reproduzindo relações de poder dentro do ambiente doméstico compartilhado com suas patroas. Além disso, é compreendido a importância do protagonismo de mulheres que se lançam ao “desconhecido” atrás de novas perspectivas de vida, e acabam marginalizadas socialmente por estarem na posição de “lugar do outro”.

⁴⁴ A Crítica especializada está disponível para acesso no site: <https://outraspalavras.net/poeticas/a-empregada-no-centro-de-uma-sociedade-cindida/>.

REFERÊNCIAS

- CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, 2002. <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.
- DELAZARI, Fagner; SANTOS, Daiana Nascimento dos. Migração, relato e descolonização no Brasil a partir do filme *Que horas ela volta?*. **Revista Izquierdas**, n. 46, p. 3, 2019.
- FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. Migração, trabalho doméstico, gênero: curso da vida e trajetórias de trabalhadoras domésticas migrantes presentes no filme: *‘Que horas ela volta?’*. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v. 10, n. 29, p. 146-155, jun-set. 2017.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. n. 1, 2004.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre: v 20. n. 2. jul/dez, 1995.

MINHA MÃE ENSINOU DE TUDO NO TEAR: experiências interseccionais e repassos de fiandeiras e tecedeiras em um interior do Brasil

Jéssica Marques da Costa

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

RESUMO: Mulheres pela terra seguram o céu do “*fim do mundo*”. Neste trabalho investigamos processos da tecelagem manual desenvolvida por mulheres da região do Sudoeste de Goiás. Refletidas a partir das noções da decolonialidade em diálogo com epistemologias feministas que valorizam a medida das experiências atenta a “sensibilidades interseccionais”. Analisamos relatos orais entrecruzados a produções audiovisuais realizadas com tecelãs entre 2020-2021. Conclui-se que tais processos advindos da criatividade e da força de trabalho que se reverberam em um conjunto de *vivências epistemológicas* que, ao longo da dinâmica da história humana, sustentam a vida na terra de várias formas.

Palavras-chave: Brasil, Epistemologias, História, Mulheres.

MY MOTHER TAUGHTED EVERYTHING ON THE LOOM: intersectional experiences and reviews of spinners and weavers in the interior of Brazil

ABSTRACT: Women for the earth hold the sky of the "end of the world" (*fim do mundo*). In this paper we investigated the weaving process manual developed by women from the Southwest region of Goiás. Reflected from the notions of decoloniality in dialogue with feminist epistemologies that value the measure of experiences attentive to “intersectional sensitivities”. We analyzed oral reports intertwined with audiovisual productions carried out with weavers in Jataí-GO, between 2020-2021. It is concluded that such processes arising from creativity and the workforce that reverberate in a set of *epistemological experiences* that, throughout the dynamics of human history, sustain life on earth in many ways.

Key-words: Brazil, Epistemologies, History; Women.

Correspondência para: (correspondence to:) jessica.marques.costa@academico.ufpb.br

INTRODUÇÃO

Ecoando Patricia Hill Collins (2019. p.6) "suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes". Assim, por uma “ecologia de saberes”, Boaventura Santos (2010) propõe um desmonte da hegemonia epistêmica que para ele se constitui pelo “pensamento abissal”, cuja manutenção desqualifica conhecimentos produzidos fora do “cânone” da modernidade, constituindo uma “monocultura de saber”. Portanto, é uma emergência *fiar* alternativas teóricas para “outras narrações possíveis”; refletindo-as com provocações de Airton Krenak (2019. p. 20) que entende os eventos do “fim do mundo” como enfrentamentos e resistências de variados grupos em

determinado espaço-tempo, sendo assim, o adiamento do fim, bem como um “reencanto” de mundo que, Walter Benjamin (2012) dirá que está “pobre de experiência” consiste também em poder “sempre contar mais uma história” (KRENAK, 2019).

RESULTADOS

Apreendemos aqui a vida das mulheres através de suas experiências que Bell Hooks (2013. p.122) dirá: “informa o modo como sabemos o que sabemos”, tal espaço de experiência, enxergada enquanto *locus* diverso de produção e difusão de conhecimento precisa ser focalizada na estrutura do cisheteropatriarcado no sistema-mundo-capitalista, em que se articule a raça e racialização, apontado por Carla Akotirene (2018. p. 35), como “modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade.” Assim refletimos sobre produções audiovisuais⁴⁵ realizadas com fiandeiras e tecelãs em Jataí-GO, entre 2020-2021, e disponibilizadas na *internet*; articulados a relatos orais, como de Dona Josefa Quintina, mulher negra nascida em Mineiros-GO em 1943, que em entrevista concedida ao Museu Histórico de Jataí diz: “Minha mãe ensinou de tudo no tear, muitas tramas para a gente, e eu sempre dediquei ao máximo em cada peça tecida. Quando eu era criança, nossa casa pegou fogo, e as únicas coisas que deram tempo de salvar foram o tear e as crianças. ” Analisando negociações e trocas de saberes entre fiandeiras e tecedeiras com base no projeto audiovisual “Tramas em Vídeo”, compreende-se que há visões diferentes em torno da aquisição e forma de lidar com a tecelagem manual. Por meio de sua fala Josefa nos confia o valor do tear, que paralelo às crianças, era um bem a ser salvo. Quando utiliza-se da interseccionalidade como metodologia e forma de análise, seus usos devem, de acordo com Akotirene (2018), localizar experiências da racialização, atrelado a outros marcadores múltiplos que estabelecem diferenças a partir dos “acidentamentos”, advindos das desigualdades da “matriz de opressão colonial”. Destarte, pode-se conjecturar de forma inicial que os processos de racialização impactam na vida de mulheres como Dona Josefa, inclusive na questão geracional e nas relações com o trabalho e a criatividade, no que chamamos aqui de "vivências epistemológicas". Portanto, vemos a tecelagem manual para além de lentes folclóricas

⁴⁵ TRAMAS em vídeo: processos de tecitura com o tear de pedal. Financiado pela Lei Aldir Blanc. Direção: Jéssica Marques da Costa. Jataí: Museu Histórico de Jataí, 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CQqm7lIHusY/?utm_source=ig_web_copy_link

que “congela” as análises dessas práticas e suas relações sociais. De acordo com Josefa, o tear adquirido por sua família na tenra infância, marca seus 9 anos de idade com memórias da visão das irmãs e da mãe fiando, assim, também pôde aprender. Tanto em seu relato oral, quanto no vídeo⁴⁶ produzido pelo Museu Histórico de Jataí (2020), Dona Josefa, como outras artesãs, narram que suas mães ou outras figuras femininas são, geralmente, as responsáveis por, no sentido de suas palavras, transmitirem as muitas *tramas*. Em suma, tais epistemes, baseadas em vivências, experiências, criatividade, trabalho, ancestralidade, são geradas hoje a partir das re-existências dessas mulheres idosas, em *lócus* de um cerrado vivo (ameaçado pelo agronegócio) materializa-se na tecelagem. Cobertas e seus gráficos de padrões tornam-se herança deixada, tal como o repasse de *fiar, tingir, urdir e tecer*, bem como de seus instrumentos pensados como elementos da cultura material desse grupo não homogêneo ligada pelo “saber-fazer” (DUARTE, 2009). Partindo da ideia de “reencantar o mundo” como situa Federici (2020) “(re)apropriarmos” das relações com a terra, pessoas, com o corpo, espírito e memória, criando sentidos contrários à lógica desenvolvimentista e moderna capitalista, que vêm cada vez mais pesando o céu “do fim do mundo”, sobretudo, nos ombros de mulheres diversas que colaboram aqui para “segurar o céu” dos interiores desse Brasil.¹

AGRADECIMENTOS

Agradeço às conversas fiadas e afiadas com as fiandeiras e tecedeiras, seus saberes e histórias me possibilitam enxergar as tramas de novas possibilidades de existências. Assim como também à minha orientadora, a Professora Dra. Ana Maria Veiga, cujos ensinamentos e trocas muito me instigam. E por fim, ao Mundo de Mulheres 2022, pela oportunidade de diálogos, afetações e encontros transatlânticos que o evento proporciona.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019. p.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 115-117.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo editorial, 2019.

DUARTE, Cláudia Renata. *A tecelagem manual no Triângulo Mineiro: história e cultura material*. EDUFU, 2009.

⁴⁶ HOMENAGEM - Mutirão das Fiandeiras e Tecedeiras. Jataí: Museu Histórico de Jataí, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2jsOaXkLeWc&t=754s>

FEDERICI, Silvia. *Reencantar el mundo: El feminismo y la política de los comunes*. Traficantes de sueños, 2020.

HOOKS, Bell et al. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 105-125.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Editora Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) *Epistemologias do sul*. 1. ed. Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA. SA, 2010. p. 23-73.

A PARADIGMÁTICA ICONOGRAFIA FEMININA MOÇAMBICANA FACE AO DISCURSO DA DISMILITARIZAÇÃO E PAZ

Riana Raimundo Macumbuie

RESUMO: A partir de das perspectivas histórica, literária, filosófica e artística, o artigo discute as narrativas feministas sobre os factos e pressupostos da desmilitarização, reconciliação e paz. A abordagem circunda uma estética (sentimento) que capta e valoriza as experiências e habilidades icónicas de simbologias feministas moçambicanas para um discurso de paz. Parte-se da hipótese que o significado de mulher carrega possibilidades de alternativas que constituem substratos teóricos para uma concepção da paz baseada no discurso da desmilitarização. Nessa perspectiva, a mulher assume a função de fatora de vida e torna-se símbolo da justiça, restauração e reconciliação.

Palavras-chave: Mulher, Moçambique, Restauração, Símbolo.

THE PARADIGMATIC ICONOGRAPHY OF MOZAMBICAN WOMEN FACING THE DISCOURSE OF DEMILITARIZATION AND PEACE

ABSTRACT: From historical, literary, philosophical, and artistic perspectives, the article discusses feminist narratives about the facts and assumptions of demilitarization, reconciliation, and peace. The approach surrounds an aesthetic (feeling) that captures and values the iconic experiences and skills of Mozambican feminist symbolizes for a peace discourse. It is assumed that the meaning of woman carries possibilities of alternatives that constitute theoretical substrates for a conception of peace based on the discourse of demilitarization. In this perspective, the woman assumes the function of a life-maker and becomes a symbol of justice, restoration, and reconciliation.

Keywords: Women, Mozambique Restoration, Symbol.

Correspondência para: (correspondence to:) macumbuie21@gmail.com

A temática da imagem da mulher é versatilmente discursada nos debates actuais sobre a questão do feminino. Distintas representações da figura feminina são exploradas na literatura pós-colonial. Em estudos orientados à representação de mulher moçambicana, os autores mais evocados na temática são Paulina Chiziane e Mia Couto. Nas obras literárias destes autores são possíveis vários pontos comuns, dentre os quais, a nossa análise incide sobre as configurações da imagem feminina oferecida por ambos, sendo que as mais exploradas nas pesquisas coincidem numa perspectiva contra a condição subalterna da mulher, fixando, portanto, uma figura feminina marcada pela resistência à ideologia machista opressora e que sugere possibilidades para romper com os paradigmas patriarcais.

A nossa pesquisa orienta-se num ‘pensamento alternativo de alternativas’, isto é, para além da perspectiva literária (Aníbal Aleluia, Paulina Chiziane e Mía Couto), buscamos também nas perspectivas, histórica e estética (filosófica), diferentes configurações da imagem feminina enquanto protagonista da (re)construção do sentido da vida, contra ideologias da morte presentes nas guerras constantes e nas diversas formas de violência que atravessam a sociedade moçambicana; aquelas configurações nas quais o ser feminino torna-se um símbolo da restauração da harmonia, da ordem, da justiça, da reconciliação, enfim, da paz.

O discurso de paz que propomos põe como centro a questão do feminino na história, e no caso particular desta pesquisa, na história moçambicana bem como dos PALOPs. Encontrar na história, literatura e arte, diferentes formas emancipatórias, centradas na simbologia feminina, e buscar nelas formas alternativas à militarização das nossas sociedades constitui um substrato teórico para um discurso de paz. A pesquisa visa analisar as narrativas feministas sobre os factos e pressupostos da desmilitarização, reconciliação e paz. A abordagem circunda um sentimento (estética) que capta e valoriza as experiências e habilidades icónicas de simbologias feministas moçambicanas, para um discurso de paz. Em que pressupostos a iconografia feminina moçambicana pode constituir um paradigma estético para o discurso da desmilitarização e paz?

A iconografia feminina moçambicana nos é representada sob várias dimensões nas diferentes fases da história de Moçambique. Sendo as primeiras representações possíveis desde o período pré-colonial. A perspectiva literária nos apresenta a figura feminina sob formas de contos e cantos populares nos quais era mediatizada como mãe, acolhedora, protectora e pátria, como afirma Nóbrega (2017, p. 184) “uma imagem frequente da mulher na literatura moçambicana, por exemplo, é a da mulher que sustenta e apoia a família – uma imagem que pode representar a fortaleza feminina –”. Estas formas simbólicas prevalecem durante a fase colonial traçando uma linha de resistência numa denuncia-revolta contra o colonialismo: na poesia de combate, Armando Guebuza (Que fazer, Mãe?) e Jorge Rebelo (Carta a uma comandante), é à imagem feminina, que buscam o alento às suas lutas. O sentido simbólico que essa imagem configura remonta às origens (cosmogonias). Os contos de A. Aleluia, Chiziane e M. Couto buscam esse sentido ao mesmo tempo que tentam ressignificá-lo no contexto pós-colonial.

Em *Mbelele e outros contos*, Aleluia (1987) projecta uma simbólica feminina da restauração e reconciliação. Na narrativa, coube à mulher a restauração da ordem (chuva), reconciliando os humanos com os deuses. Essa dimensão interventiva e renovadora da mulher no restabelecimento da ordem remonta à sua função primordial - a fatora da vida. Em *As confissões da Leoa* Mia Couto (2012, p. 15) viaja em tempos arcaicos e descobre que “Deus já foi mulher [...]. Todos sabemos, por exemplo, que o céu ainda não está acabado. São as mulheres que, desde há milénios, vão tecendo esse infinito véu”. Chiziane apud Nóbrega (2017, p. 268) reforça essa qualidade atribuindo à mulher a subsistência do universo. A iconização da imagem feminina como deusa é também partilhada pela filosofia egípcia a partir da configuração de *Maat* que “implica a ordem, o equilíbrio do mundo, o ordenamento cósmico, a verdade, a justiça e a rectidão moral” (MUCALE, 2013, p. 40)

Nas primeiras manifestações literárias moçambicanas, a figura icónica de Noémia De Sousa nos oferece outra representação, esta, que simboliza a génese do renascimento moçambicano através da literatura (poesia), a sua participação no anticolonialismo é símbolo de um engajamento com uma estética da re-existência. Hoje, no Moçambique pós-colonial encontramos uma vez mais, a figura feminina representada esteticamente no pensamento filosófico de Severino Ngoenha configurando uma simbologia da justiça, neste pensamento a justiça é representada iconograficamente por uma mulher, a costureira que pega em fios dispersos e com muita paciência e tenacidade junta-os, coze-os para criar um tecido social comum. Substratos para esta filosofia são possíveis na arte maconde, que já desde os anos 50 propõe-nos os Ujamaa, conotando o “sentido de família, de solidariedade, de comunidade, tudo o que as mulheres são e representam, como sentido da nossa iconografia de justiça” (NGOENHA et all, 2021).

Respondendo à questão levantada anteriormente, a iconografia feminina oferece substratos teóricos para se fundar um discurso de paz; a partir dos paradigmas da restauração, reconciliação, *Maat* – formas emancipatórias da paz –, concebe-se a paz como “processo de organização e ordenação dos factos – sociais, políticos, económicos – da sociedade e do mundo, em formas que lhes dão sentido e a nós, satisfação ou agrado, ou ainda, realização; uma reconstrução da beleza – harmonia, ordem – da nossa sociedade e do mundo” (MACUMBUIE, 2021: 44). Esta concepção circunda o discurso da desmilitarização, cuja mensagem essencial é: ‘as armas não trazem ordem, elas tiram vidas, criam desordens’. Portanto, não precisamos pegar em armas para resolver os nossos diferendos, precisamos sim

de nos reconciliarmos, e, juntando as nossas diferenças, costurarmos o nosso tecido comum que é a nossa nação. Se as armas tiram vidas, as guerras esvaziam o sentido da vida, a mulher, gere a vida.

AGRADECIMENTOS

Não poderia fechar este texto sem endereçar a minha profunda gratidão à Msc. Ira Vóvos pelo convite que me concedeu para participar activamente no 14º Congresso do Mundo de Mulheres, igualmente, ao meu amigo, Mestrando Egildo Alsson Zefanias pelo incentivo académico e pela sua gentileza ajuda na tradução do Abstract.

REFERÊNCIAS

ALELUIA, Aníbal. **Mbelele e outros contos**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 1987.

COUTO, Mia. **A Confissão da Leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACUMBUIE, Riana R. Dimensão estética da guerra em Severino Ngoenha: uma reflexão sobre a da paz face ao realismo da violência. Monografia (Licenciatura em Filosofia) – curso de Licenciatura em Filosofia, Universidade Eduardo Mondlane, 2021.

MUCALE, Ergimino. (2013). **Afrocentricidade**: complexidade e liberdade. Maputo, Paulinas.

NGOENHA, Severino E. *et al.* O domingo das mulheres. Disponível em <https://www.severinongoenha.com/artigos/o-domingo-das-mulheres>, 2021. Acesso em 14 set. 2022.

NÓBREGA, Maria Marta dos S. S. Entre a persistência na tradição e a aceitação da modernidade: o lugar da mulher moçambicana em contos de Aníbal Aleluia e Mia Couto. Revista Crioula nº 20 - 2º semestre, 2017.

NARRATIVAS FEMINISTAS LATINO-AMERICANAS PELA IMPRENSA NAS MÍDIAS DIGITAIS: as potências dos feminismos contra hegemônicos

Marilene Rodrigues Quintino

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil

RESUMO: A presente comunicação oral pretende estabelecer uma análise comparativa sobre a rearticulação da imprensa feminista, especialmente nas plataformas digitais, a partir da denominada “Primavera Feminista” no Brasil e na Argentina durante as primeiras décadas do século XXI (2003-2018). A denominada Primavera Feminista, período que pode ser compreendido entre 2011 e 2015, pode ser destacado tanto pela explosão de grupos/coletivas e comunidades virtuais femininas diversas nas redes, quanto pela reverberação de novas formas de militâncias nas ruas. Entre as diversas produções que emergem nesse contexto, foram selecionadas as seguintes: jornal *Fêmea* (1992-2014), *Portal Catarinas* (2016) e *Revista AzMinas* (2015) no Brasil, *Portal LatFem* (2017) na Argentina e *Revista Amazonas* (2018), que tem editoras em diversos países do Cone Sul e constroem suas articulações dos movimentos pelas mídias digitais, concomitantemente com os debates publicizados nos jornais de grande circulação *Folha de S. Paulo* no Brasil e *La Nacion* na Argentina.

Palavras-chave: América Latina, imprensa, mídias digitais, primavera feminista.

LATIN AMERICAN FEMINIST NARRATIVES THROUGH PRESS IN SOCIAL MEDIA: the power of counter-hegemonic feminism

ABSTRACT: The current oral communication aims to establish a comparative analysis over the rearticulation of feminist press, specially, in digital platforms, through the so-called “Feminist Spring” in Brazil and Argentina, during the first decades of the XXI century (2003-2018). The so-called Feminist Spring, a period that can be understood between 2011 and 2015, may be highlighted by the boom in groups/collectives and diverse virtual communities online, as well as by the repercussion of new ways of doing activism on the streets. Among the many productions that arose within this context, the following were selected: the newspaper *Fêmea* (1992-2014), *Portal Catarinas* (2016) and *Revista AzMinas* (2015), in Brazil, and *Portal LatFem* (2017) in Argentina as well as *Revista Amazonas* (2018), that has publishers throughout several countries in the Southern Cone and builds links with social movements through digital media, alongside debates published in the big newspaper outlets *Folha de São Paulo*, in Brazil, and *La Nación*, in Argentina.

Keywords: Latin America, press, digital media, feminist spring.

Correspondência para: (correspondence to:) marilene_quintino@yahoo.com.br

A produção acadêmica sobre os feminismos na América Latina assevera que as lutas feministas irromperam no Brasil e na Argentina, entre outros países da região, lado a lado com a luta contra as ditaduras nas décadas finais do século XX, em grande parte, vinculadas às esquerdas e estreitamente articuladas com a defesa dos direitos à cidadania e à democracia. É nesse contexto que se situa a emergência da chamada imprensa alternativa, entre elas a feminista, nesses países.

Investigando a imprensa alternativa feminista no Brasil, na Argentina e no Chile nas décadas de 1980-1990, Julia Glaciela da Silva Oliveira⁴⁷ procurou compreender as trajetórias e mudanças dos feminismos. A autora argumenta que, nesses países da América Latina, as reverberações das pautas da chamada segunda onda do movimento feminista (que se intensificavam na Europa e nos Estados Unidos desde a década de 1970) conviveram com os processos de luta por direitos civis e democráticos durante as ditaduras. No caso da Argentina, Paula Torricella⁴⁸ ratifica a importância das pesquisas que tomam a imprensa feminista argentina como fonte privilegiada dos discursos contra hegemônicos, no sentido de que foi nela que circularam as pautas escassas no espaço público tradicional (na grande imprensa ou no mercado editorial, de maneira geral).

Em relação a metodologia empregada para se trabalhar com a análise histórica a partir do jornal/revista, destaca-se os estudos que convergem para as orientações no sentido de salvaguardar as análises problematizando esse tipo de fonte para além das narrativas publicadas, avaliando o discurso de caráter ideológico da imprensa, tendo em perspectiva as subjetividades e intencionalidades contidas nele.

Iniciando por Heloisa de Farias Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto⁴⁹, primeiramente é fundamental questionar qual é o projeto editorial do jornal, quais são as ideologias e que forças de mobilização/ação estão em disputa nesse discurso, “problematizar e superar pela análise a

⁴⁷ OLIVEIRA, Júlia G. Silva. **Militância ou profissionalização de gênero?** Um estudo comparativo da imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). 1. ed. São Paulo: USP-Capes; Intermeios, 2020.

⁴⁸ TORICELLA, Paula. La revista Brujas, militancia feminista en democracia. **Entrehojas: Revista de Estudios Hispánicos**, Ontário, v. 3, n. 1, 2013, p. 25-51. Disponível em: <https://ir.lib.uwo.ca/entrehojas/vol3/iss1/9>.

⁴⁹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, 2007, p. 253-270.

ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele”⁵⁰. Enquanto Dulcília Buitoni⁵¹, analisando a imprensa produzida por e para mulheres no Brasil, auxilia a questionar as especificidades e diferenças entre os formatos jornal e revista, visto que as duas formas serão exploradas na pesquisa.

Ao final, espera-se que o estudo proposto seja capaz de articular as diferentes análises teórico-metodológicas, colaborando para a história da América e dos estudos de gênero na miscelânea dos feminismos mobilizados como discursos abertos e diversos no Brasil e na Argentina.

REFERÊNCIAS

- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **A Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, 132p. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-17052004-165710/publico/Imprensa_feminista_brasileira.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, 2007, p. 253-270.
- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.
- OLIVEIRA, Júlia Silva. **Militância ou profissionalização de gênero?** Um estudo comparativo da imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). São Paulo: USP-Capes; Intermeios, 2020.
- TORICELLA, Paula. La revista Brujas, militancia feminista en democracia. **Entrehojas: Revista de Estudios Hispánicos**. Ontário, v. 3, 2013. Disponível em: <https://ir.lib.uwo.ca/entrehojas/vol3/iss1/9>. Acesso em: 2 out. 2021

⁵⁰ CRUZ, PEIXOTO, op. cit., p. 258.

⁵¹ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

NARRATIVAS DE DIFERENÇAS E DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS NA PRODUÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS

Janaína Amorim da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

RESUMO: A proposta desse artigo é trilhar pelos caminhos da pedagogia da decolonialidade e propor a adoção da categoria da memória como meio, como palco, para a produção de saberes históricos, ressignificando os conceitos de história e de educação (GALZERANI, 2021), trazendo à tona narrativas contra-hegemônicas de mulheres negras, contrapostas com a narrativa de mulheres brancas que vivem no mesmo período histórico e tiveram experiências na mesma cidade, com histórias locais compartilhadas mas com vivências diferenciadas, como uma metodologia possível no ensino de história na educação básica. Pretende-se dessa forma, contribuir para o repensar de um currículo que assuma o compromisso ético, político e social de uma educação antirracista, intercultural e decolonial.

Palavras-chave: Experiência, interseccionalidade, memória.

NARRATIVES OF INTERSECTIONAL DIFFERENCES AND INEQUALITIES IN THE PRODUCTION OF HISTORICAL KNOWLEDGE

ABSTRACT: The purpose of this article is to walk the paths of the pedagogy of decoloniality and propose the adoption of the category of memory as a means, as a stage, for the production of historical knowledge, resignifying the concepts of history and education (GALZERANI, 2021), bringing to the fore counter-hegemonic narratives of black women, , contradicted with the narrative of white women living in the same historical period and had experiences in the same city, with shared local histories but with different experiences, as a possible methodology in the teaching of history in basic education. Thus, it is intended to contribute to the rethinking of a curriculum that will take on the ethical, political and social commitment of an anti-racist, intercultural and decolonial education.

keywords: Experience, intersectionality, memory.

Correspondência para: (correspondence to:) janainayemanja03@gmail.com

INTRODUÇÃO

A experiência da colonização e da contínua colonialidade é algo que afeta a todos nós brasileiras e brasileiros; porém os corpos nas suas diferenças, sentirão de forma desigual o peso da opressão desse legado que hierarquiza os sujeitos, tendo como referência, o modo de ser e pensar dos europeus, a partir da modernidade. Herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) da sociedade ibérica, reproduzimos desigualdades que se tornam intensamente violentas quando sobrepostas ou interseccionadas.

No Brasil, a intelectual precursora na adoção do sentido da categoria da interseccionalidade, responsável por empretecer e decolonizar o feminismo, foi Lélia Gonzalez. A dupla discriminação que sofrem as “mulheres não brancas: amefricanas e ameríndias, o caráter duplo de sua condição biológica – racial e sexual – as tornam mulheres mais oprimidas e exploradas, em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (GONZALEZ, 2020, p. 145).

A atualização contemporânea do racismo sexista é reiteradamente realizada pela branquitude, que desde o período da colonização, até o momento atual, tem sido o segmento racial da sociedade brasileira a ter privilégios de poder econômico, político, social, cultural e simbólico. Compreendo, que ao estudarmos as relações étnico-raciais no Brasil não podemos deixar de tensionar a branquitude, grupo promotor da opressão racista, além de estudar os grupos oprimidos.

O SABER DA EXPERIÊNCIA NA SALA DE AULA

O saber das experiências é um saber que se distingue da superficialidade da informação ou do saber científico, muito comum nas propostas curriculares. O proposto é que ao incluir as narrativas das experiências no ensino escolar, se pense a educação a partir do par, experiência e sentido (BONDÍA, 2002, p. 20).

Considerando a memória uma forma de conhecimento, um meio de exploração do passado, apresento uma proposta de trabalho a partir de narrativas de mulheres, cujas histórias e experiências, podem estimular a partir de uma escuta sensível, a construção de leituras

possíveis da experiência social, o conhecimento de histórias outras e sujeitos plurais, imersos e influenciados por uma memória coletiva, marcada pela dor, pobreza, racismo, mas também de alegrias, conquistas e (re)existências, que podem fazer parte do planejamento das aulas de história. A interface entre memórias e a construção de conhecimentos históricos e educacionais é um processo político de produção coletiva de significados, gestados por subjetividades, intencionalidades e relações de poder (PAIM, 2005).

Com o intuito de se aproximar e investigar um passado “soterrado” das práticas cotidianas da vida dos sujeitos, marcadas pela interseccionalidade, bem como, de sua relação com o contexto escolar, de modo que se possa, sob a perspectiva histórica, indagar as relações étnico-raciais no presente com a sua vinculação do passado, dialogo com o conceito de história defendido por Benjamin, que marca uma ruptura com o tempo colocado como homogêneo, estabelecendo um vínculo entre passado, presente e futuro, enquanto construção do agora.

A experiência de vida de mulheres anônimas, a margem dos conhecimentos valorizados pela sociedade e pela escola, por muito tempo não foram escutadas. Como nos diz Grada Kilomba, “Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Ouvir é nesse sentido, o ato de autorização em direção à falante” (KILOMBA, 2019, p.42). Compreendendo que as lembranças influenciam no nosso modo de ser, estar e perceber o mundo, conhecer as mulheres, ouvir suas narrativas e aprender com suas experiências, relacionando as múltiplas temporalidades, do passado e presente, possibilitou perceber um fragmento do modo como estavam constituídas as relações étnico-raciais e de gênero, assim como as diferenças e desigualdades resultantes dessa interseccionalidade.

Trabalhar pedagogicamente “a partir da memória e da história das populações negras, implica assumir a legitimidade de suas narrativas e memórias” (MIRANDA, 2019, p. 383. Enquanto educadora, penso ser necessário e urgente a tarefa de desconstruir e reconstruir as culturas escolares na perspectiva do desenvolvimento de uma educação antirracista e decolonial que articulem igualdade e reconhecimento das diferenças.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Imagens do pensamento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação. [online]. 2002. www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt. (Acesso em 28 de maio de 2021).

CANDAU, Vera. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: Temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. KOYAMA, Adriana Carvalho; GALZERANI, José Claudio; PRADO, Guilherme do Val Toledo[org.]. **Imagens que lampejam: ensaios sobre memória, história e educação das sensibilidades**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-Americano**. In: Caderno de Formação Política do Circuito Palmarino N. 1 - Batalha de Ideias. Brasil, 2011.

hooks, bell. **Olhares Negros: Raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

“CAÇA ÀS BRUXAS” E RACISMO NO BRASIL: um relato de experiência

Franciele Brito Barbosa¹ e Elis Cristina Fiamnengue²

¹Centro Educacional Monteiro Lobato, Brasil

²Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Brasil

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar um relato de experiência realizado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia/Brasil (IFBA), campus Ilhéus, com estudantes do ensino médio, ocorrido durante a Semana da Consciência Negra. Portanto, esta oficina objetivou debater sobre o processo de criminalização e demonização da espiritualidade e das práticas religiosas de pessoas negras no Brasil no passado e nos dias atuais. Como aporte teórico foram utilizados Carolina Rocha (2013), Sidnei Nogueira (2020), Silvia Federici (2019). O debate ocorreu por meio da plataforma google meet, devido ao contexto de pandemia de covid-19. A partir das discussões levantadas pelas/os estudantes após a oficina observou-se a necessidade de debater sobre o racismo religioso no Brasil por meio de uma análise histórica do processo de formação patriarcal, racista e capitalista como forma de compreender as diversas facetas do racismo nos dias atuais.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/2003, Patriarcado, Racismo Religioso.

“WITCH HUNTING” AND RACISM IN BRAZIL: experience report

ABSTRACT: This paper aims to present an experience report carried out at the Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia/Brazil (IFBA), Ilhéus campus, with high school students, which occurred during the Black Consciousness Week. This workshop aimed to debate about the process of criminalization and demonization of spirituality and religious practices of black people in Brazil in the past and nowadays. Carolina Rocha (2013), Sidnei Nogueira (2020), Silvia Federici (2019) were used as theoretical support. The debate took place via the google meet platform, due to the context of the covid-19 pandemic. From the discussions raised by the students after the workshop, it was observed the need to debate on religious racism in Brazil through a historical analysis of the process of patriarchal, racist, and capitalist formation as a way to understand the various facets of racism today.

Keywords: Law nº 10.639/2003, Patriarchy, Religious Racism.

Correspondência para: (correspondence to:) franbr.barbosa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva apresentar um relato de experiência realizado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia/Brasil, campus Ilhéus, com estudantes do ensino médio, ocorrido durante a Semana da Consciência Negra.

Esta data, no Brasil, é celebrada no dia 20 de novembro, data instituída no calendário escolar pela lei nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira em todas as escolas.

Portanto, esta oficina objetivou debater sobre o processo de criminalização e demonização da espiritualidade e das práticas religiosas de pessoas negras no Brasil no passado e nos dias atuais. O imaginário social assim como a criminalização construída sobre o tema da bruxaria perpassa pela estética de mulheres brancas de uma Europa antiga, porém, essa mesma criminalização no Brasil tem cor e foi usada no processo colonizador e racista.

As práticas de magia e feitiçaria são tão antigas quanto a própria humanidade, os povos africanos não inventaram o feitiço, ainda que suas práticas culturais e religiosas sejam estereotipadas e demonizadas. Aliás, a própria criação do diabo vem de uma visão cristã. Diante do exposto, falar de bruxaria é falar de disputa de poder. Nessa disputa, saberes ancestrais e religiões de matriz africana foram reduzidos ao que é chamado de “mal”.

RESULTADOS

A oficina ocorreu por meio da plataforma google meet, devido ao contexto de pandemia de covid-19. No primeiro momento foi apresentado a/aos estudantes o contexto histórico da bruxaria perpassando desde a civilização das deusas, à sociedade capitalista, pautado nas análises de Riane Eisler (2008), Jeffrey Russell (2019), Françoise d'Eaubonne (1977) e

Heinrich Kramer; James Sprenger (1997), ainda neste momento, foi debatido o imaginário popular da imagem da bruxa que provocou a execução de milhares de pessoas, dentre elas, em sua grande maioria, mulheres.

Em seguida foi discutida a demonização de Exu, abordando a iconografia do diabo com base em Stuart Clark (1997) e Laura Souza (1986). Por fim, foi apresentado dados, imagens com faixas de igrejas e abriu uma discussão sobre o racismo religioso presente nas religiões de matriz africana no Brasil.

Em suma, as discussões levantadas pelas/os estudantes após a oficina demonstram a necessidade de debater sobre o racismo religioso no Brasil por meio de uma análise histórica do processo de formação patriarcal, racista e capitalista como forma de compreender as diversas facetas do racismo nos dias atuais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao 14º Congresso Mundos de Mulheres: Feminismos Africanos - construindo alternativas através de um corredor de saberes pela oportunidade na divulgação deste trabalho e pelo riquíssimo evento. À Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, na Bahia/Brasil pelo suporte. Principalmente, à minha orientadora e co-autora deste trabalho, a professora doutora Elis Cristina Fiamengue. Por fim, às estudantes do IFBA que participaram da oficina.

REFERÊNCIAS

CLARK, S. **Pensando com demônios**: a ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna. Edusp, 2006.

D'EAUBONNE, F. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Editorial Veja, 1977.

DE MELLO, L. *et al.* **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. Editora Companhia das Letras, 1986.

EISLER, R. *et al.* **O cálice e a espada**. Nossa história, nosso futuro. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**. Boitempo Editorial, 2019.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **O martelo das feiticeiras**. Editora Record, 2020.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.

ROCHA, C. **O sabá do sertão**. Paco Editorial, 2016.

Russell, J. B. (2008). **História da bruxaria**. Aleph.

SER MULHER É MUITO MAIS: cartografia sobre a subjetividade de mulheres e o cuidado de si frente aos dispositivos do tratamento oncológico

Nágila Caruline Dias Patrício da Silva, Raíssa Jeanine Nothaft e Tiago Cassoli

RESUMO: Trata-se de pesquisa de mestrado em andamento com o objetivo de cartografar a vivência das mulheres que experienciam o tratamento oncológico, tendo como ponto de partida sua autopercepção frente às construções de gênero e às técnicas de cuidado de si desenvolvidas ou não longo do processo. A cartografia envolveu a construção de grupo pensamento, que busca conceber um território possível para a produção de pensamento inerente à vida, através de um funcionamento rizomático, registrados em diário de campo.

Palavras-chave: tratamento oncológico, construção de gênero, cuidado de si, cartografia.

BEING A WOMAN IS MUCH MORE: cartography on women's subjectivity and self-care in the face of cancer treatment devices

ABSTRACT: This is an ongoing master's research with the objective of mapping the experience of women who experience cancer treatment, having as a starting point their self-perception in the face of gender constructions and self-care techniques developed or not during the process. The cartography involved the construction of a thought group, which seeks to conceive a possible territory for the production of thought inherent to life, through a rhizomatic functioning, recorded in a field diary.

Keywords: cancer treatment, gender construction, self-care, cartography

Correspondência para: (correspondence to:) psinagilapatricio@gmail.com

INTRODUÇÃO

O sofrimento psicológico da mulher que vivência a situação de ser diagnosticada com câncer de mama e/ou do colo uterino e de ter que se submeter a um difícil e evasivo tratamento, ultrapassa ao sofrimento configurado pela doença por si só. Trata-se de um sofrimento que envolve representações e significados atribuídos às feminilidades ao longo da história e da cultura (SILVA, 2008).

Trazendo a reflexão para o enfoque psicológico, enfatiza-se que toda doença se encontra repleta de subjetividade. Dentro desse contexto, essa pesquisa tem como objetivo geral cartografar a vivência das mulheres que experienciam o tratamento oncológico, tendo como ponto de partida

sua autopercepção frente às construções de gênero e às técnicas de cuidado de si desenvolvidas ou não ao longo do processo.

Isto se justifica, uma vez que pesquisas realizadas por Rico e Iriart (2013) demonstram que as subjetivações na atenção e cuidado às mulheres com câncer tornam o tratamento mais complexo e delicado ao passo em que surgem elementos que necessitam de intervenções interdisciplinares, abrangendo questões de gênero, corpo e sexualidade, além da agonística associada ao imaginário da dor, sofrimento e morte. Deste modo, pensando nos tratamentos, em sua maioria invasivos, que envolvem alterações importantes no corpo, entende-se que o diagnóstico oncológico coloca em questão a sexualidade da mulher, a maternidade, feminilidade, contrapondo a ideia do corpo feminino erotizado e supervalorizado na sociedade contemporânea.

Especificamente na área da oncologia, enquanto uma especificidade da medicina, existe a naturalização de discursos e práticas direcionadas ao controle e a cura do câncer. E uma das práticas mais comuns nessa área de atuação é a amputação de parte do corpo do sujeito, quando afetado pela doença. Por se tratar de um tratamento doloroso, em muitos casos as pessoas se recusam a realizar o procedimento, mesmo que isso possa equivaler à cura da doença (INCA, 2014).

Deste modo, a saúde, enquanto um dispositivo estratégico disciplinar e enquanto um método de poder sobre o corpo e sobre a sociedade, produz subjetividades e por elas é produzida. Nesse sentido, ser “paciente” no sentido passivo são produções do modelo saudável e normatizado em que as decisões de especialistas sobre o corpo do outro devem ser aceitas, sem muitas vezes ter sequer a oportunidade de pensar e conversar sobre elas. Abrindo mão da vida que se quer viver, para ser submetido a vida que se deve viver, desvalorizando a força e a coragem que podem estar presentes nas circunstâncias do adoecimento como sendo este um momento de fundamental importância da vida, sendo qualquer doença um processo que faz parte da vida e da condição humana. (INCA, 2014).

Devido a isso, o objeto desta pesquisa parte da necessidade de reconhecer e pensar a mulher para além da doença, incluindo as vivências relativas ao processo de adoecimento, mediando possibilidades não somente da elaboração do sofrimento psíquico atravessado por esse

contexto, como a liberdade do governo de si. Liberdade essa da ordem da experiência, da criatividade e da compreensão sobre o que pode significar o câncer em sua existência.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A presente pesquisa se organiza a partir de uma metodologia qualitativa centrada na investigação cartográfica. Ou seja, dá ênfase à articulação de saberes na tentativa de favorecer estratégias e procedimentos investigativos abertos e inventivos (FERIGATO e CARVALHO, 2011).

Os procedimentos desta pesquisa envolveram a construção de um grupo intitulado como “grupo pensamento” em que a partir da cartografia se constrói os espaços coletivos de grupidades, para produção de novos modos de subjetivação (AMORIM, SEVERO e ROMAGNOL, 2015). Está pesquisa tem como público alvo mulheres servidoras públicas do interior do estado de Goiás que se encontram em afastamento ou readaptação do trabalho para tratamento oncológico tendo como critério neoplasia maligna da mama (CID10. C.50) e neoplasia maligna do colo do útero (CID10. C.53). O grupo teve seu início em 02 de junho deste ano tendo um ciclo de três meses, os encontros aconteceram semanalmente no Centro de Formação dos Profissionais em Educação, devido sua localização e estrutura física. Participaram desse ciclo, seis mulheres cisgêneras.

As dinâmicas grupais foram registradas em diário de campo e foi possível observar que o grupo se mostrou como um espaço de escuta e de possíveis transformações, movidos inicialmente pelo interesse no trabalho que é desenvolvido e que aos poucos se expande e se redesenha para um coletivo de manifestações de subjetividades potentes com implicações na vida de cada uma, mas também pelo encontro em si e nas falas que ressoam uns nos outros, bem como pelas intensidades afetivas que ali se despertam. Assim, o grupo vai tomando formas diferentes, em função das participantes e suas necessidades, isso se dá uma vez que em cada acontecimento grupal se identificou a abertura de novas possibilidades, novas conexões e outros modos de subjetivação, atravessado pela vivência que envolve os aspectos da feminilidade frente ao câncer.

A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, e inclui a possibilidade de novos ciclos, ainda em construção. Contudo já se pode observar que as mulheres ampliaram sua conectividade corporal, ocupando-se mais de si mesmas; as suas narrativas sobre gênero são voltadas, em alguns pontos, pela normatividade de como a “mulher deve ser”, mas, ainda assim, se nota linhas de fuga para a invenção de novas formas de se expressar como mulher, diante das possibilidades que a vida lhes apresentou.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. K. M. A.; SEVERO, A. K. S. E ROMAGNOL, R. C. (2015). *Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: Experimentações rizomáticas no que a vida pode mais*. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000200017>.
- FERIGATO, S.H. E CARVALHO, S. R. (2011 jul./set.). *Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões*. Interface - Comunic., Saude, Educ., v.15, n.38, Reap.663-75.
- INCA (2014). I. *Seção de Psicologia. Sofrimento psíquico do paciente oncológico: o que há de específico?*. ORGS: Ana Beatriz Rocha Bernat, Daphne Rodrigues Pereira, Monica Marchese Swinerd – Rio de Janeiro.
- RICO, A. M.; IRIART, J. A. B. (2013 set). *"Tem mulher, tem preventivo": sentidos das práticas preventivas do câncer do colo do útero entre mulheres de Salvador, Bahia*. Brasil. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1763-1773.
- SILVA, C. L. (2008 abr./jun.). *Câncer de mama e sofrimento psicológico: aspectos relacionados ao feminino*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 231-237.

IGUALDADE DE GÉNERO E A PROMOÇÃO DA MULHER NA TELEVISÃO: um olhar sobre a TVM e STV

Farida Rabia Sequeteiro

Instituto Superior de Comunicação e Imagem (ISCIM), Moçambique

RESUMO: O presente trabalho sob tema Igualdade de Género e a promoção da Mulher na Televisão, tem como principal objectivo analisar o nível de participação de mulheres como fonte de informação nos conteúdos noticiosos da TVM e STV, num tempo em que se clama pela equidade de género em todos os sectores da sociedade e principalmente na *Media*. Com as desigualdades de oportunidades entre homens e Mulheres, espera-se que a televisão, tendo como uma das funções a promoção da democracia e justiça social, ajude a promover maior abertura para a consolidação desse direito humano. A pesquisa analisa materiais informativos veiculados nas duas TV's durante três (3) meses, baseando-se na classificação das fontes de informação de Manuel Pinto (2000) e Anabela Gradim (2000). Tem como método de base a abordagem hipotético-dedutiva de natureza quali-quantitativa. É um estudo do tipo aplicado com objectivo descritivo. Como método de procedimento foram usadas as pesquisas documentais e observação indireta. Como resultado, obtivemos índices muito abaixo daquilo que se pode considerar como equidade, houve uma margem muito grande de diferença dos números de fontes masculinas com as femininas. Portanto, este resultado leva-nos a pensar que existe ainda muito por se fazer para que possamos falar de equidade de género e promoção da mulher na televisão, enquanto fontes de informação.

Palavras-chave: Equidade de género, fonte de informação, Televisão.

GENDER EQUALITY AND THE PROMOTION OF WOMEN ON TELEVISION: a look at TVM and STV

ABSTRACT: The present work under the theme Gender Equality and the Promotion of Women in Television, has as main objective to analyze the level of participation of women as a source of information in the news content of TVM and STV, at a time when there is a call for gender equality in all sectors of society and mainly in the Media. With the inequalities of opportunities between men and women, it is expected that television, having as one of its

functions the promotion of democracy and social justice, will help to promote greater openness to the consolidation of this human right. The research analyzes informative materials broadcast on the two TVs for three (3) months, based on the classification of information sources by Manuel Pinto (2000) and Anabela Gradim (2000). Its base method is the hypothetical-deductive approach of a quali-quantitative nature. It is a study of the applied type with a descriptive objective. As a method of procedure, documental research and indirect observation were used.

As a result, we obtained rates far below what can be considered equity, there was a very large margin of difference between the numbers of male and female sources. Therefore, this result leads us to think that there is still a lot to be done so that we can talk about gender equity and the promotion of women on television, as sources of information.

Keywords: Gender equity, source of information, Television.

Correspondência para: (correspondence to:) faridasequeteiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Igualdade entre Mulheres e Homens, ou Igualdade de Género, significa igualdade de direitos e liberdades para a igualdade de oportunidades de participação, reconhecimento e valorização de mulheres e de homens, em todos os domínios da sociedade, político, económico, laboral, pessoal, na *media* e familiar (Alberca, 2011:9).

Os meios de comunicação e em particular a televisão têm desempenhado um papel preponderante, não só para registo histórico, mas, sobretudo, para tornar público tudo aquilo que se tem discutido fora dos olhos do cidadão comum. Neste contexto, é através da televisão que são tornadas públicas políticas, ideologias, campanhas publicitárias e não só e também refere Breve *et al.* (2013:7) que o jornalismo chega onde os cidadãos e as cidadãs de uma nação não conseguem chegar. É tomando em consideração esses aspectos que desencadeamos a presente pesquisa, intitulada, ***Igualdade de Género e a Promoção da Mulher na Televisão***, que visa fazer uma análise do tratamento dado á mulher pela TVM e a STV, enquanto fonte de informação. A pesquisa revela-se de capital importância, pois visa despertar os meios de comunicação sobre a necessidade de desenvolver programas que envolvam mulheres em diversos aspectos, como fonte de informação visto que a TV desempenha um papel educativo

de destaque, contribuindo deste modo para que a sociedade mude de consciência em relação a questão da participação da mulher em vários sectores da vida na sociedade. É normal constatar que, uma vez separados por sexo, os indicadores sociais oficiais nos revelam que existe uma clara tendência para a marginalização da mulher. Esta é uma realidade aplicável a qualquer país, independentemente do nível de desenvolvimento. Segundo a Lei 18/91- Lei de Imprensa, no seu artigo 11, ponto 3 e alínea a, a televisão do sector público deve “Conceber e realizar uma programação equilibrada, tendo em conta a diversidade de interesses e de preferências da sua audiência”. Vimos que a TVM, tem por obrigação conceber uma programação equilibrada, por se tratar de uma televisão do sector público. Esta função estende-se à STV, pois esta, apesar de ser um órgão do sector privado, está ao serviço público. Logo, deve desempenhar a mesma função. Neste contexto, surge a questão: a Televisão de Moçambique e Soico Televisão terão algum contributo para a equidade de género e promoção da mulher? Desta feita, temos como principal objectivo desta pesquisa e de analisar o contributo das duas televisões, através da sua programação informativa, para a igualdade de género e promoção da mulher.

METODOLOGIA

Para a materialização deste trabalho, foram privilegiados vários métodos e procedimentos de pesquisa, mas importa referir que, a pesquisa é do tipo aplicada cuja finalidade é de poder contribuir para a equidade de género na televisão e quanto ao objectivo, a pesquisa é descritiva. O método de abordagem é hipotético-dedutivo, natureza qualitativa e quantitativa. Como métodos de procedimentos foram usadas a pesquisa documental, bibliográfica e observação indirecta. Nas técnicas de recolha de dados deu-se primazia à entrevista. Importa dizer que para classificar as fontes, usamos a classificação do autor Manuel Pinto (2000) e Anabela Gradim (2000) que fizeram estudos sobre as fontes de informação e classificaram em diversas categorias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participação da Mulher nos Programas informativos na Televisão

Na TVM as fontes oficiais, as mulheres aparecem diariamente uma média de 3 vezes enquanto os homens aparecem 9 vezes. Como fontes não oficiais, as mulheres aparecem uma ou duas vezes já os homens de duas a três vezes. Nas fontes espontâneas as mulheres aparecem três

vezes e os homens somente duas. Enquanto para os debates, temos 17 fontes episódicas para mulheres e 80 oficiais e 34 não oficiais para homens. Assim, as mulheres fazem um total de 737 fontes contra 1212 fontes masculinas, de um total de 1949 peças de conteúdo informativo (Tabela 1).

Na STV nas fontes oficiais, as mulheres aparecem diariamente uma média de uma vez, enquanto os homens aparecem 10 vezes. Como fontes não oficiais as mulheres aparecem 1 vez e os homens 4. Nas fontes espontâneas as mulheres aparecem 3 vezes e os homens somente 2. Nos debates, temos 7 fontes episódicas para mulheres e 17 oficiais e 17 não oficiais para homens.

Assim, as mulheres fazem um total de 347 fontes contra 1.489 fontes masculinas, de um total de 1.863 peças de conteúdo informativo (Tabela 2).

Com a presente pesquisa podemos notar que ainda falamos muito pouco sobre a igualdade de género na televisão, principalmente quando o assunto é informação.

Assistimos uma assimetria na distribuição de fontes masculinas e femininas principalmente como fontes oficiais, pese embora a não se possa atribuir responsabilidade somente aos meios de comunicação.

Se por um lado, temos uma preferência dos jornalistas por fontes masculinas por serem mais acessíveis e de fácil contacto, por outro temos uma situação em que as próprias mulheres se escusam de falar, por vezes, até delegando outras pessoas em seus lugares. Dado não menos importante é a questão relacionada aos lugares (cargos) de tomada de decisão (poder) que ainda é relegada, na sua maioria, aos homens.

Mas é de louvar o esforço que as televisões vêm empreendendo para que homens e mulheres tenham espaços de forma equilibrada nos debates e conteúdos informativos.

Contudo, é preciso dar a mão a palmatoria do grupo Soico, quando falamos de oportunidade e igualdade, não significa que os programas ou conteúdos devem estar separados por sexo, mas que eles devem coexistir. Falando propriamente do programa “OPINIÃO NO FEMININO” que é uma das apostas da Soico para a igualdade de género, seria muito mais razoável se fosse

um programa em que estivessem mulheres em igual número de homens para que dessem seu ponto de vista em relação a um determinado assunto.

Pois, a intenção deste trabalho, ou o tipo de igualdade que quer atingir, não se limita simplesmente naquilo que o homem pensa e o que a mulher pensa de forma isolada, mas o que todos pensam como membros de uma sociedade que tem como objectivo o bem-comuns de todos.

TABELA 1: TVM - Frequência do uso das fontes- TVM

Programa	Tipo de fontes/TVM						
	Homens			Mulheres			
	Oficial	Não oficial	Espontânea	Oficial	Não oficial	Espontânea	Episódicas/primárias
Telejornal	810	180	108	270	100	260	90
Debates	80	34	17
Total	1212 (61%)			737 (38%)			
Total de fontes	1949						

TABELA 2: STV - Frequência do uso das fontes-STV

Programa	Tipo de fontes\STV						
	Homens			Mulheres			
	Oficial	Não oficial	Espontânea	Oficial	Não oficial	Espontânea	Episódica/primárias
Telejornal	880	360	200	90	3	270	4
Debates	17	17	15	7
Total	1489 (81%)			374 (19%)			
Total de fontes	1863						

REFERÊNCIAS

- Constituição da República de Moçambique, de 2004.
Lei número 18/91. Lei de Imprensa Moçambicana.
- ALBERCA, José Fernando Lujan. *Princípio de Igualdade e Política de Cotas na Universidade*. Universidade de Brasília. Brasília. 2011.
- AMARAL, João. J. F., *Como Fazer uma Pesquisa Bibliográfica*, Fortaleza, 2007.
- ASSIS, Francisco de. *Fundamentos para a Compreensão dos Géneros Jornalísticos*, 2010.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997. 226p.
- BARROS, José d' Assunção. *Igualdade, Desigualdade e Diferença: em torno de 3 noções*. 2005.
- BARRADA, Cláudia. BONIXE, Luís. LAMY, Sónia. *Fontes de Jornalismo, Um Estudo sobre a Presença das ONG na Imprensa Diária Portuguesa*. 2012.
- BRITTOS, Valério Cruz. MIGUEL, João. *Comunicação e Mercado: a Lógica Televisiva Moçambicana*
- CAMARA, Rosana Hoffman, *Análise de Conteúdo: da Teoria à Prática em Pesquisas Sociais Aplicadas às Organizações*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Brasília, Brasil. Sd.
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. *Métodos Quantitativos e Qualitativos: um Resgate Teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.
- Estudos sobre igualdade de Género divulgado pela Actionaid*. Disponível em: <http://www.actionaid.org/pt/mozambique/o-que-fazemos/direitos-das-mulheres-e-igualdade-de-genero>. Acessado em 19 de Outubro, 2015.
- Estudos sobre comunicação* disponível em: <http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/5/comunicacao-de-massa-algumas-questoes-teoricas-e-metodologicas.pdf> (artigo sobre meios de comunicação de massa, 19 de Outubro de 2015, 19 e 27.
- GRADIM, Anabela. *Manual de Jornalismo*, Universidade da Beira Interior, 2000.
- GIL, Antonio Carlos, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 6ª edição, ed, ATLAS, São Paulo;2008.
- JUNIOR, Luiz Fernando Da Silva. *Haverá TV Pública no Brasil? Análise do Papel da TV Educativa Brasileira para a Compreensão dos Rumos da TV Pública*. São Paulo 2013
- HARTLAY, John. *Comunicação, Estudos Culturais e Media, conceitos-chave*. Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra, Quimera. 1ª ed. Portuguesa, 2004.
- MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria; *Fundamentos de Metodologia Científica*, 5ª Edição, Editora ATLAS S.A., São Paulo (SP)
- MARIANO, Silvana Aparecida; PIZZI, Maria Letícia, et all; *Conceituando Género, Conjunturas Familiares e Homofobia Para Uso Da Sociologia No Ensino Médio*, Edição Nº. 1, Vol. 1, Jan-Jun. 2012.
- MORGAN, T. J. *Televisão e Rádio*, Tradução Portuguesa, Livraria Civilização, Porto, 1961.
- LOPES, Felisbela; PEREIRA, Sara “Estudos sobre programação televisiva: os programas de informação e os conteúdos para a infância”, *Comunicação apresentada ao Congresso “Informação e Programação de Serviço Público num Contexto Competitivo”*, 19 e 20 de Março, 2007.
- PINTO, MANUEL. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO. UNIVERSIDADE DE MINHO. BRAGA. 2000.
- PNUD-Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 2001.
- RABAÇA, Carlos Alberto; Gustavo Guimarães BARBOSA; *Dicionário de Comunicação*; 5ª Edição; Editora: Campos

Relatório sobre desenvolvimento mundial de igualdade de género e desenvolvimento, 2012. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105_1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf

Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134&catid=100&Itemid=433&lang=pt-BR

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social:métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RUIVO, Miguel. Repensar a Televisão: uma visão positiva sobre o Papel da Televisão como Elo Social, Veículo de Cultura e Espaço de Lazer.Universidade da Beira Interior. Sd.

SANTOS, Juliana Anacleto dos; Género na Teoria Social Papéis, Interações e Instituições.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação; 8ª ed. Lisboa, 2004.

SCOTT, Joan w. O enigma da Igualdade. Princeton university. 2002

SILVA, Cristiane Rocha. GOBBI, Beatriz Christo. SIMÃO Ana Adalgisa. O Uso da Analise de Conteúdo como uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: Descrição e aplicação do metodo, 2004.

TOLLENAERE, Marc de. Relatório de Trabalho 37. Apoio a Democratização a Moçambique Pós-Conflicto. Intenções e Resultados. Projecto de Transição Democrática nas Sociedades em situação de pós-conflito. 2006.

FILOSOFIAS DO CORPO: saberes tramados a partir do movimento

Debora Campos de Paula e Renata Giovana de Almeida Martiello

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

RESUMO: A força da (re)existência dos povos africanos no Brasil imprime fluxos de história viva, contato com lugares, tempos e energias ancestrais manifestos nos corpos que se movem. Um mover que revela prazeres, interditos, julgamentos, encontros e dificuldades. Movimentos que se traduzem em técnicas corporais que são também técnicas sociopolíticas de estar e experimentar o mundo, impregnado de lembranças e esquecimentos. Neste sentido a dança afro e a capoeira são propostas de encontro e de criação de si dentro de uma perspectiva coletiva de percepção de mundo. Entendemos que trazer duas propostas corporais juntas em uma mesma leitura se justifica pela compreensão de que expressões corporais de matriz africana são espaços de ressignificação de nossas histórias, ponto de partida da construção dos pensamentos, vivências e experiências, sejam elas de alegria ou de dor. Propomos neste trabalho apresentar algumas bases das investigações do Núcleo de Pesquisa em Filosofias do Corpo, no qual as autoras desenvolvem suas pesquisas de doutorado e mestrado, que se fundam na compreensão do corpo enquanto produtor de saberes e filosofias expressos e elaborados na linguagem própria do mover. Partimos dos princípios da circularidade, corporeidade, musicalidade, energia vital; relação com o espaço mundo e o outro como parte de si mesmo; corpo pensamento, corpo experiência, corpo território; relação com aspectos invisíveis do conhecimento e ancestralidade. Tais princípios são informados e desenvolvidos nas nossas vivências corporais afro referenciadas, bem como em autores com os quais dialogamos, dentre os quais: Leda Maria Martins, Azoilda Trindade e Eduardo Oliveira Miranda.

Palavras-chave: Capoeira, corpo, dança afro, filosofias.

PHILOSOPHIES OF THE BODY: knowledge built from movement

ABSTRACT: The strength of the (re)existence of African peoples in Brazil imprints flows of living history, contact with ancestral places, times and energies manifested in bodies that move. A move that reveals pleasures, prohibitions, judgments, encounters and difficulties. Movements that translate into body techniques that are also socio-political techniques of being and experiencing the world, impregnated with memories and forgetfulness. In this sense, Afro dance and capoeira are proposals for meeting and creating the self within a collective perspective of world perception. We understand that bringing two bodily proposals together in the same reading is justified by the understanding that bodily expressions of African origin are spaces for re-signification of our stories, starting point for the construction of thoughts, experiences and experiences, whether of joy or pain. *corpo, filosofias, capoeira, dança afro.* We propose in this work to present some bases of investigations by the Research Center in Philosophies of the Body, in which the authors develop their doctoral and master's research, which are based on the understanding of the body as a producer of knowledge and philosophies expressed and elaborated in the language of movement. We start from the principles of circularity, corporeity, musicality, vital energy; relationship with the world space and the other as part of oneself; body thought, body experience, body territory; relationship with invisible aspects of knowledge and ancestry. Such principles are informed and developed in our

referenced Afro bodily experiences, as well as in authors with whom we dialogue, among which: Leda Maria Martins, Azoilda Trindade and Eduardo Oliveira Miranda.

Keywords: Capoeira, body, afro dance, philosophies.

Correspondência para: (correspondence to:) debcampos2222@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Núcleo de pesquisa em Filosofias do Corpo foi pensado para ser um espaço de descobertas e reencontros das subjetividades de pessoas afro-referenciadas. Partimos do entendimento que corpos negros são secularmente silenciados em suas expressões motoras e desautorizados por uma sociedade fundada em valores universalistas a encontrar suas formas plurais de ser e estar no mundo. A relevância das pesquisas do Núcleo se encontra a partir do pensar os movimentos dos corpos guiados pela dança afro e pela capoeira como espaços de produção de questões filosóficas que, além da cognição e do trabalho teórico, o movimento fosse privilegiado como espaço de saber e filosofar. Assim sendo, a liberação de ancas, pernas e pés[1] foram filosoficamente convocadas a fazer uma ponte entre o corpo e a filosofia. Esta liberação desafia as normas sociais de boa conduta a encarar de frente os rebolados, as gargalhadas, o estar de ponta cabeça, a ginga, a malemolência de corpos que se descobrem presos a padrões sociais de movimento que silenciam nossos entendimentos de nós mesmas e do mundo. É uma grande violência que encaramos de frente ao dar início ao fim dos interditos corporais e estes fazerem uma conexão direta com outras subjetividades sendo construídas. Nossos passos vêm de longe e “destaco a amplitude do impacto que a escravidão, a colonização e os regimes racistas patriarcais tiveram e têm na valorização de um conjunto de características que vieram a constituir nossa identidade” (WERNECK, 2009, p.153) sempre estiveram aqui, no tempo presente, desengatilhar as amarras que paralisavam os corpos foi uma forma de ativismo social, é e está sendo uma decolonização corporal necessária ao entendimento de quem somos, o que estamos fazendo, como desejamos ser tratadas e como empoderar nossas africanidades a partir da relação do movimento ancestralmente conectado.

PRINCÍPIOS - Valores civilizatórios afro brasileiros

A professora Azoilda Trindade (2013) nos presenteou com seu trabalho na educação infantil onde desenvolveu valores que estão na base do nosso entendimento de ser e da formação das

nossas subjetividades. O desafio é superar uma formatação dos movimentos fundada em valores universais europeus e construir relações em parceria com a energia vital, circularidade, cooperatividade, musicalidade e ritmo. Propomos a desformatação, precisamos produzir espaços de existir liberados da inércia, pois denunciemos que esta é a forma mais cruel de formatação dos saberes ancestrais que nossos antepassados africanos nos legaram. Temos como ponto de partida atividades corporais que estimulem os corpos aos diálogos, usamos a palavra no plural, pois compreendemos que há um diálogo interno com as memórias que nos habitam, que surgem na epiderme e no coração. Há diálogo com o espaço que estamos inseridas e com os outros corpos que dividem o espaço conosco. Mais uma vez buscamos o caminho de decolonização dos saberes para fugir do individualismo que nos é imposto e que tornam nossos existires egocentros e sem empatia.

DESFORMATANDO NOSSOS MOVIMENTOS - Corpo pensamento, corpo experiência, corpo território.

O corpo território é um conceito desenvolvido pelo prof^o Eduardo Miranda de Oliveira que dialoga com as experiências do Núcleo de Pesquisa em Filosofias do Corpo. "O encontro com essa proposta nos leva a uma importante reflexão acadêmica com as contradições e cicatrizes do corpo-território afro-brasileiro e do histórico processo que forjou a formação dessa população, após mais de um século de economia escravista e após a abolição da escravatura no Brasil." (MIRANDA, 2020, p.20)

Compreender nossos corpos no ambiente e o papel que eles desempenham é a direção para sular os saberes a partir dos gestos e produzir respostas individuais e coletivas para nossas questões de existir em sociedade. Temos como pontos de investigação o corpo enquanto espaço de ressignificação da existência, produtor de saberes e filosofia, expressão da potência criativa e inventor de formas alternas de relação, cuidado e presença. (MARTINS, 2021) Tomamos como base elementos recorrentes em diferentes expressões culturais afro brasileiras, a relação com o espaço mundo e o outro como parte de si mesmo, relação com aspectos invisíveis do conhecimento, o princípio do encontro, encruzilhamento, como motor e dinamizador da energia vital.

O desenvolvimento dos encontros se dá como proposta da capoeira e dança afro em diálogo permanente, onde os corpos são provocados, convidados pela música, pelos outros e por si

mesmo a se deslocar, se desformatar, se escutar, se conhecer e junto com a experiência, refletir movendo sobre os saberes compulsórios, aflorados ou calados.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória. O reinado do rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

-Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, [S.l.], n. 26, p. 63-81, nov. 2013. ISSN 2176-1485. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881/7308>>. Acesso em: 25 abril 2021.

MIRANDA, Eduardo O. *Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência*. UFBA, 2020. In: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32375>. Acesso em 14 de setembro 2022.

NJERI, Aza; CARNEIRO, Sueli
<https://www.instagram.com/reel/CgKPOssrdSn/?utm_source=ig_web_copy_link> Reels produzido e publicado no Instagram em parceria com as autoras. Acesso em 10 de setembro 2022.

TRINDADE, A. L. da (org.). Documentário: *Africanidades brasileiras e educação*. Cdnbi.tvescola.org.br, 2013. Disponível

em: https://cdnbi.tvescola.org.br/contents/document/publicationsSeries/182537Doc_africanidades.pdf

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux**, p. 151-163, 2009. < Academia.edu > Acesso em 14 de setembro 2022.

[1] NJERI defende que nossos movimentos são muito influenciados pelos povos que fazem parte de nossa origem africana. Essas partes específicas do corpo estão presentes em quase todas as expressões corporais da matriz africana.

A LITERATURA MARGINAL PERIFÉRICA DE DONA JACIRA: escrita de afeto-resistência como contribuição para uma educação antirracista

Tatiana Galieta

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

RESUMO: Neste texto elaboro o conceito de escrita de afeto-resistência a partir do diálogo com a obra literária de Dona Jacira. Entendo que seus textos constroem uma autorrepresentação da mulher Negra periférica que rompe com os estereótipos presentes na literatura brasileira. Por fim, sugiro que seus textos sejam inseridos nos cursos de formação de professores como contribuição para uma educação escolar antirracista.

Palavras-chave: *Antirracismo, Escritoras Negras, Literatura Periférica.*

THE PERIPHERAL MARGINAL LITERATURE OF DONA JACIRA: Affection-resistance writing as a contribution to an anti-racist education

ABSTRACT: In this article I elaborate the concept of affect-resistance writing from the dialogue with the literary work of Dona Jacira. I understand that her texts build a self-representation of the peripheral Black woman that breaks with the stereotypes present in Brazilian literature. Finally, I suggest that their texts be included in teacher training courses as a contribution to an anti-racist school education.

Keywords: Anti-racism, Black female writers. Peripheral Literature.

Correspondência para: (correspondence to:) tatigalieta@gmail.com

INTRODUÇÃO

Jacira Roque de Oliveira, escritora brasileira e paulistana, cuja obra literária é centro do presente texto, descreve-se assim:

Eu, esta que vos fala, sou a Dona Jacira, formada em desenvolvimento humano (sou mãe), espiritualizada, moro na Zona Norte, sou autodidata, negra, escritora e pesquisadora da diáspora africana. (...) Sou deste tipo de gente que acredita na liberdade de pensamento. Ah! Sou capricorniana, tipo de gente que veio ao mundo para observar. Sou guardiã de histórias, e de sementes, e de tesouros como boas amigas.... (...) O que ela não sabe é que apesar da patologia, sou muito feliz, sou a Dona Jacira, repito, conhecedora de mim, pesquisadora da diáspora de seus ancestrais, autodidata, etc. Eu estudo a mim mesma, e negra e lúpica e tantas coisas mais.... (...) Eu sou filha de Iansã, sou capricorniana, não canso de dizer, e sou humana.... (DONA JACIRA, “Permita que eu me defenda” 08/08/2021).

Início com este fragmento, não apenas para que a própria autora se apresente à leitora, mas também para que desde aqui seja compreendido que não pretendo falar por ou “dar voz” a esta intelectual orgânica. Busco, no presente trabalho, dialogar com suas vivências, sua visão e escuta de mundo, para a partir disso observar como Dona Jacira produz uma escrita de afeto-resistência – conceito este que construo nessa interlocução. Para tanto, seleciono trechos de alguns de seus textos publicados na coluna “Café com Dona Jacira” do portal Ecoa Uol (DONA JACIRA, 2022). Exploro as relações que a autora estabelece com seu quintal, sua família e com a escola na (re)produção de memórias e sentidos.

Na próxima seção apresento alguns excertos de textos de autoria de Dona Jacira que exemplificam a produção de uma imagem autorrepresentada da mulher Negra periférica que rompe com os estereótipos criados por homens brancos na literatura brasileira (EVARISTO, 2005; CAMBRAIA; LOUSADA, 2013). Por buscar sentidos sobre a escola, e almejar desdobramentos para uma educação antirracista, optei por selecionar textos que se referem a esse lugar/instituição.

A ESCRITA DE AFETO-RESISTÊNCIA DE DONA JACIRA

A escrita de afeto-resistência é memória que revive a afetividade – nem sempre positiva – experienciada por autoras negras. Dona Jacira, ao se recordar de sua infância, vivenciada no Jardim Ataliba Leonel (Zona Norte de São Paulo), retoma lembranças da escola.

E aqui no Ataliba fazia muito frio. Depois, eu esquecia a história e a vida seguia, tinha meus próprios compromissos, como ir a escola, que era ruim. Uma senhora nos ensinava os hinos todos os dias, éramos punidos toda vez que errávamos algo que era importante pra ela. Hastear a bandeira, decorar os hinos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica até cansar de lavar os banheiros, ser humilhado e ir pra casa. Ela dizia que de gente como nós nunca esperava nada. Uns iriam à guerra, os demais à morte e uns tantos ao cárcere. Os que sobrassem, o mercado trataria de dar fim. Esta senhora dava aula de artes. Talvez ela desejasse que a gente fosse tão longe que sumisse das vistas dela. A sala de aula é algo muito distante daquela sala onde as mulheres se copiavam. Lembrar desta senhora e o que dizia sobre nossa cor de pele faz com que me falte o ar até hoje. (...) Mas, não foi só ela que cruzou meu caminho e que bom que existem professores e existem mestres (DONA JACIRA, “Respeite quem chegou antes de você”, 31/07/2022).

A escrita de afeto-resistência é como um tecido que vai sendo bordado... Como uma comida que vai sendo preparada... como um desenho que vai sendo pintado. É agulha que perfura e alinhava... Cicatrizes, dores profundas. Plantas, grãos, ingredientes selecionados que são juntados e misturados... Tinta, cores e rabiscos que marcam tecidos e papeis.

Agora vou compor a organização familiar criada por mim a minha confraria, minha galera ou os meus pares. Composta por nada mais nada menos que meus herdeiros e eu; Katia, Katiane, Leandro e Evandro, fizemos um combinado com Tiana, faremos seu trabalho [escolar] junto com você e você nos paga de alguma forma, aceita? Fechado. Cada um então se propôs a fazer o que dominava, a vida é muito interessante e dinâmica vista desta forma, nosso cômodo era pobre sim, chovia dentro sim, tinha rato sim, qual casa de quem mora na beira do brejo não os têm? Eles são desabrigados como nós, como muita gente. Por isso era importante pra mim manter eles unidos pra um ajudar o outro caso eu chegasse faltar, como fazem os ratos. E ali, se unindo pra fazer o trabalho de Tiana, dávamos a oportunidade de ela não ficar sem nota e vir a repetir o ano. Quem me conhece, sabe que tenho aversão às escolas da minha região, é entrar, ficar o tempo necessário e sair, pouco me renderam em afeto. Me desculpe aquelas escolas que mudaram ou que fazem o papel de humanizar, não foi assim comigo, tampouco com os meus, e eu não fazia por onde gostar dela, que nunca foi de trégua, muito mais trincheira que refúgio. O trabalho se deu, dali há alguns dias surge o trabalho em grupo mais bem elaborado que eu tive o prazer de encabeçar e fazer parte, pena não poder assinar a obra. Tiana entregou e ganhou um "A" COM LOUVOR de uma professora que não gostava dela, não dela, mas do tom de pele dela, nossa (DONA JACIRA, "A escola que almejamos enquanto viventes", 28/08/2022).

É uma escrita de reafirmação de espaços que lhe foram negados... O da intelectualidade, o da amorosidade, o da criatividade, o da felicidade... Espaços não somente físicos, como a escola e a universidade, mas também simbólicos. Aqui, refiro-me também à literatura, à maternidade, à infância, às artes plásticas, aos espaços dos poderes políticos... À vida.

Dois anos haviam se passado desde que eu havia saído da escola, vários empregos. Com onze anos eu trabalhei com brinquedos na Papelaria da Glória, era bom ter brinquedos nas mãos, eu entrava 8 horas da manhã e saía 23 horas, mas eu tinha brinquedos, não eram meus, mas eu os tinha nas mãos. Já havia experimentado assédio, violências várias, descaso, já havia andado feito andarilha pela Estação da Luz me perguntando por que eu ainda não tinha um livro. Eu ainda era uma criança, embora já tivesse carteira de trabalho e trabalho, eu só não podia gerir a minha vida. A gota d'água se deu quando meu irmão morreu, ali morreu em mim a vontade de esperar o tal dia de ser feliz, decidi que faria a mim mesma feliz. Como meu pai, meu irmão morreu antes de sua filha nascer. O choro que é livre e às vezes consola, a depressão que sempre chega.... (DONA JACIRA, "O futuro a quem pertencerá?", 11/09/2022).

CONCLUSÃO

Vislumbro a possibilidade de levar para a formação inicial de professores os textos de Dona Jacira, a fim de sensibilizar futuros docentes sobre seu papel como educadores de apresentar, discutir e fomentar a escrita de afeto-resistência nas escolas, na educação básica. Entendo que esta ação trará elementos importantes para a consolidação de uma educação antirracista que

busca, entre outras coisas, fortalecer o autoconceito de estudantes que pertencem a grupos marginalizados (CAVALLEIRO, 2001).

REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, C.; LOUSADA, I. A voz silenciada da literatura brasileira. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2013.

CAVALLEIRO, E. dos S. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____ (Org.). **Racismo e Anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DONA JACIRA. “**Café com Dona Jacira**”. Coluna. Portal Ecoa UOL, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/cafе-com-dona-jacira/>. Acesso em: 15 set. 2022.

EVARISTO, C. Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira**, Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, 2005.

ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES TRANSGÊNEROS EM MAPUTO

Dúlcia Azarias Wacitela

RESUMO: Neste trabalho, discute-se sobre a identidade das mulheres transgêneros em Maputo, visando compreender os factores que influenciam no processo da sua construção. Pautou-se por uma abordagem qualitativa na qual foram aplicadas entrevistas em profundidade às 8 mulheres transgêneros. A partir de Hall e Butler, entende-se que inculcar os papéis de género aos sujeitos através da socialização, não implica necessariamente que ocorrerá o processo de identificação. No entanto, é preciso considerar os aspectos socioculturais que envolvem os sujeitos quotidianamente. Concluiu-se que existe um conjunto de factores subjectivos e objectivos que influenciam este processo, estabelecendo uma relação intrínseca entre o papel do sujeito e a da sociedade na construção. Isso permite verificar até que ponto o sujeito e a sociedade criam condições para a des/construção de conceitos e realidades. Os resultados desta pesquisa subsidiarão à elaboração de estratégias de luta pelos direitos das mulheres transgêneros, na medida em que demonstram alguns aspectos que constituem esta realidade.

Palavras-chave: Género, LGBTQIA+, Sexualidade.

STUDY ON THE PROCESS OF IDENTITY CONSTRUCTION OF TRANSGENDER WOMEN IN MAPUTO

ABSTRACT: In this work, we discuss the identity of transgender women in Maputo, aiming to understand the factors that influence the process of its construction. It was guided by a qualitative approach in which in-depth interviews were applied to 8 transgender women. Based on Hall and Butler, it is understood that inculcating gender roles in subjects through socialization does not necessarily imply that the identification process will occur. However, it is necessary to consider the socio – cultural aspects that involve the subjects on a daily basis. It is concluded that there is a set of subjective and objective factors that influence this process, establishing an intrinsic relationship between the role of the subject and society in the construction. This makes it possible to verify to what extent the subject and society create conditions for the deconstruction and construction of concepts and realities. The research results will support the elaboration of strategies to fight for the of transgender women, as they

demonstrate some aspect that constitute this reality. **Keywords:** Gender, LGBTQIA+, Sexuality.

Correspondência para: (correspondence to:) dulciaazariaswacitela@gmail.com

INTRODUÇÃO

A temática sobre Género e Diversidade Sexual tem sido amplamente discutida na actualidade, quer no fórum académico, quer no fórum social. Relativamente a identidade das mulheres transgéneros, vários autores⁵² defendem que os movimentos sociais, as questões jurídicas e os factores sociais, desempenham um papel fundamental no processo dessa construção. Por outro lado, outros autores⁵³, advogam que por diferentes razões, ser transgénero está intimamente ligado transformação do corpo, seja por cirurgias ou pelo uso de adereços do género feminino.

Mais autores consideram que a prostituição para além de uma fonte de renda, é um espaço de sociabilidade para as mulheres transgéneros (GARCIA 2007; 2008). No contexto africano⁵⁴, a literatura considera que a violência e a falta de um quadro legal têm sido um desafio na vida das minorias sexuais e de género. Ora, em linhas gerais a literatura demonstra que a identidade transgénero é multifacetada. Neste sentido questiona-se especificamente, quais são os factores que influenciam na construção da identidade das mulheres transgéneros em Maputo?

Teoricamente, o trabalho encontra-se ancorado ao pós – estruturalismo. Existe um conjunto de factores históricos, sociais, culturais, políticos e subjectivos que contribuem para a des/construção das identidades dos sujeitos. Relativamente a identidade transgénero, é possível depreender que inculcar os papéis de género aos sujeitos através da socialização não implica necessariamente que ocorrerá a identificação. No entanto, é preciso ter em conta os aspectos subjectivos e objectivos que envolvem os sujeitos nas suas interacções sociais (HALL 2006, BUTLER 2003).

Estudar este tema é pertinente visto que permite alargar o debate sobre os LGBTQI+ no geral, e sobre as mulheres transgéneros em particular, dado que em Moçambique a literatura é vasta no campo da homossexualidade. Como objectivos procuramos descrever o processo de

⁵² (Leite (2008), Soares (2012), Carvalho (2018), Suiama (2012), Viera (2008), Cunha (2018), Adelman., Ajaije., Lopes., e Savrasff (2003), e Brillhante (2006) Mugabe (2015, 2019, 2021).

⁵³ Ramalho (2018), Vilela et al (2006), Pelúcia (2005), Wittmann (2019), Ramos et al (2014).

⁵⁴ Daniels et al (2019), Snyman (2019), Heerden (2019) e Koko, Monro, & Smith (2018), Chipenembe (2018).

socialização, identificar os factores que influenciam e verificar os elementos que explicam a construção da identidade das mulheres transgéneros.

RESULTADOS

Factores subjectivos: com a modernidade os indivíduos desprenderam-se das amarras sociais, passando a ser actores/ sujeitos de suas vidas. Pode-se entender que as mulheres transgéneros são sujeitos de suas vidas, capazes de fazer escolhas de acordo com a sua subjectividade. Os factores como o início da identificação na infância, a sexualidade, a atitude positiva em relação a sua identidade, experiência da revelação, o processo de transformação em mulher, a necessidade de revelar-se e a superação do preconceito, demonstram que o sujeito não é mais totalmente subjugado pela estrutura social (HALL, 2006). Também demonstra a fragilidade do discurso heteronormativo sobre a dominação da sexualidade dos indivíduos (BUTLER, 2003).

Factores objectivos: as sociedades têm sido permeáveis ou conflituosas com os novos valores. Os factores como a da aceitação/ negação por parte dos pais, o abandono do lar, espaços de sociabilidade, e a Lambda desempenham um papel crucial neste processo. A globalização possibilitou a noção de partilha identitária e, as sociedades dificilmente preservavam os seus valores culturais. As novas formas de identificação demonstram a falta de inteireza das identidades, bem como a possibilidade da transitoriedade dos corpos (HALL, 2006, BUTLER, 2003). Em suma é preciso considerar que a construção dessa identidade acontece nessa dualidade entre o subjectivo e o objectivo.

AGRADECIMENTOS

Endereço os meus agradecimentos à Prof^a Doutora Rehana Capurchande pelo todo o suporte na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11^a ed. Rio de Janeiro: DP e A editora. 2006.
- BUTLER, J. **Problemas de género: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2003.
- GARCIA, M. R. V. **Prostituição e actividades ilícitas entre travestis de baixa renda**. Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho, Vol. 2, n.11, pp. 241-256, 2008.

AFROEMPREENDEDORISMO FEMININO: um estudo sobre gênero e raça em Ipiaú-Bahia, Brasil

Andressa de Sousa Santos Ferreira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

RESUMO: O estudo se refere aos resultados de um projeto de pesquisa, aprovado no Edital nº 64/2020 do Programa AFIRMA, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O objetivo da pesquisa buscou aprofundar as reflexões sobre a relação da mulher negra no mercado de trabalho, em se tratando da iniciativa empreendedora e em uma perspectiva local, no município de Ipiaú, Bahia. Esta foi dividida em dois subprojetos: 1. A análise de fatores interseccionais e entraves à atividade empreendedora no Brasil; e 2. Empreendedorismo feminino negro e marketing digital em Ipiaú. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e questionário conforme análise qualitativa. Para consolidação temática, foram divididos dois blocos: interseccionalidade e empreendedorismo. Para a imersão em interseccionalidade, os paradigmas de descolonização epistêmica com Angela Davis e Carla Akotirene, além da compreensão do reposicionamento de região colonizada, da precursora brasileira Lélia Gonzalez. A pesquisa ainda identificou que 55,6% de mulheres negras empreendem por necessidade. Enquanto limitação encontrada, destaca-se a dificuldade em promover o ciclo formativo sobre o Afroempreendedorismo com as mulheres negras da comunidade em razão da mudança de sede do Campus da UNEB, em Ipiaú-BA para uma zona rural de difícil acesso. Em suma, considera-se que foi atingida a função social e acadêmica. Sugere-se para trabalhos futuros uma análise das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo para que mulheres negras popularizem o apoio técnico e financeiro possíveis e, na maioria das vezes, desconhecidos.

Palavras-chave: Desafios, Empreendedorismo, Interseccionalidade, Mulher negra.

FEMALE AFRO-ENTREPRENEURSHIP: a study on gender and race in Ipiaú-Bahia, Brazil

ABSTRACT: The study refers to the results of a research project, approved in Public Notice No. 64/2020 of the AFIRMA Program, from the University of the State of Bahia (UNEB). The objective of the research sought to deepen the reflections on the relationship of black women in the labor market, in the case of the entrepreneurial initiative and in a local perspective, in the municipality of Ipiaú, Bahia. This was divided into two subprojects: 1. The analysis of intersectional factors and obstacles to entrepreneurial activity in Brazil; and 2. Black female entrepreneurship and digital marketing in Ipiaú. The methodological procedures used were the bibliographic research and questionnaire according to qualitative analysis. For thematic consolidation, two blocks were divided: intersectionality and entrepreneurship. For the immersion in intersectionality, the paradigms of epistemic decolonization with Angela Davis and Carla Akotirene, in addition to the understanding of the repositioning of a colonized region, by the Brazilian precursor Lélia Gonzalez. The survey also identified that 55.6% of black women undertake out of necessity. As a limitation found, we highlight the difficulty in

promoting the training cycle on Afro-entrepreneurship with black women in the community due to the change of headquarters of the UNEB Campus, in Ipiaú-BA to a rural area of difficult access. In short, it is considered that the social and academic function was achieved. It is suggested for future work an analysis of public policies to encourage entrepreneurship so that black women popularize the technical and financial support possible and, in most cases, unknown.

Keywords: Challenges Entrepreneurship, Intersectionality, Black woman.

Correspondência para: (correspondence to:) andressa.ferreiras@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A história do empreendedorismo no Brasil perpassa por uma raiz afrocentrada, que nasce das lutas dos negros pela sobrevivência, liberdade, resistência à escravidão e violência, na qual prosperamente se encontra várias iniciativas que dão visibilidade ao legado. Porém ainda existe a invisibilidade da trajetória e origem. Nogueira (2013) faz a associação a exclusões vivenciadas pela população negra, pelo atraso educacional e falta de oportunidades no mercado altamente competitivo. O empreendedorismo entre e pelos negros buscou na coletividade, apoio para esse processo de ascensão. Assim, o ato de empreender fez com que a população negra sobrevivesse ao racismo estrutural e institucionalizado (DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1984).

O afroempreendedorismo se alinha a essas vivências da população negra que busca empreender e tem seus negócios produzidos e geridos por e para negros, e aos que não norteiam seus produtos e serviços prestados exclusivamente para negros. Para Santos (2019), essas vertentes do afroempreendedorismo têm como objetivo unir história, ancestralidades e inovação em um mesmo negócio, buscando englobar outros grupos étnicos. As mulheres negras são grandes percussoras deste movimento.

Segundo Relatório realizada pesquisa Global Entrepreneurship Monitor em 2020, o Brasil é sétimo país com o maior número de mulheres empreendedoras, 30 milhões (48%) de 52 milhões de empreendedores são mulheres (SEBRAE, 2021). As empreendedoras negras foram a mais afetadas na pandemia da Covid-19 no Brasil. Por isso, as discussões sobre a inclusão da mulher negra no mercado de trabalho, tem correlação com o feminismo negro, marcados por lutas por: inclusão, direitos, sobrevivência, resistência, na promoção e emancipação econômica das mulheres (SEBRAE, 2021).

O objetivo geral deste estudo foi aprofundar as reflexões sobre a relação da mulher negra no mercado de trabalho, em se tratando da iniciativa empreendedora e em uma perspectiva local, no município de Ipiaú, Bahia. Esta foi dividida em dois subprojetos: 1. A análise de fatores interseccionais e entraves à atividade empreendedora no Brasil; e 2. Empreendedorismo feminino negro e marketing digital em Ipiaú.

RESULTADOS

Este trabalho constitui-se uma pesquisa exploratória e descritiva, de cunho qualitativo que teve nas pesquisas bibliográfica e de campo, os procedimentos de coleta de dados. Foram consultadas bases de dados em portais institucionais como IBGE, SEBRAE e em periódicos, bem como pesquisas dos coletivos independentes. O questionário foi aplicado via *Google Forms* com 18 mulheres negras empreendedoras da cidade de Ipiaú, Bahia.

Os resultados apontaram que 61% delas se autodeclaram negras, sendo que 39% delas se identificaram “preta”. Cerca de 72,2% delas são solteiras, demonstrando um quantitativo relevante de mulheres que estão visando a independência financeira e pessoal. Aproximadamente 78% não possuem filhos, tem sua faixa etária estabelecida entre 22-25 anos, o que aponta a familiaridade com o marketing digital. Quanto à escolaridade, 33,3% possuem ensino médio completo e 38,9%, ensino superior incompleto.

As entrevistadas empreendem há pouco tempo, por volta de 3 anos. Em termos de formalização, 55,6% dos negócios são informais e 27,8% se enquadram como Microempreendedor Individual (MEI). A quantidade de mulheres negras que empreendem por necessidade correspondeu a 55,6%. Quanto à motivação de investimento na atividade empreendedora, 66,7% se inspiram em ser dona do seu próprio negócio.

Em relação à fonte de renda, 50% dizem que o negócio é a única renda. Segundo Santos (2019, p. 63) “Quando essa mulher rompe o círculo vicioso que busca um outro caminho através do empreendedorismo, o que se percebe é um surgimento de uma nova dinâmica”. E em relação a apoio técnico, todas responderam que não recebe nenhum apoio estatal, mas 22,2% já contrataram consultoria empresarial.

Foi intrigante constatar que 61,1% das entrevistadas não tem familiaridade com o termo “afroempreendedorismo”. Com base nesse resultado, pode-se entender que o tema não é conhecido como deveria, evidenciando que a pesquisa se torna relevante por difundir o tema na população em espaço temporal observado na entrevista. Os motivos do desconhecimento podem ser: falta de divulgação, literatura escassa, silenciamento do termo, sendo necessários debates sociais para que as mesmas obtenham uma nova compreensão sobre o assunto.

O empreendedorismo negro, impulsiona e contribui para o desenvolvimento regional além de ser forte meio utilizado para combate às desigualdades raciais, trazendo em seus negócios a herança dos povos africanos e da escravização. Neste contexto evidencia-se que as mulheres negras vêm buscar, através das técnicas que utilizam pelo reconhecimento do seu trabalho, a criação de espaços únicos de resistência, educação e criatividade, onde possam exercer o poder de se auto representar e de intervenção política. Os negócios geridos por mulheres negras são tão necessários e pertinentes, diante de em uma cultura racista sexista e antilectual, para contestar o papel de antagonismo que a sociedade impõe a elas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas da Universidade do Estado da Bahia, através do programa Afirmativa de Pesquisa e Extensão, pelo suporte financeiro durante a vigência do edital nº 064/2020. Bem como às bolsistas que contribuíram para o alcance dos objetivos, a saber, Vanessa Santos de Assis, Iara de Oliveira e Oliveira, e Inamara Joice dos Santos. E a todas as mulheres negras que participaram e tornaram a pesquisa possível.

REFERÊNCIAS

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.
- NOGUEIRA, João Carlos. **Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-Brasileira**. 2013.
- SANTOS, M. A. dos. **O Lado Negro do Empreendedorismo: afroempreendedorismo e black money**- Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Empreendedorismo por raça-cor/gênero no Brasil**. SEBRAE, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Empreendedorismo%20Feminino/Empreendedorismo_por_ra%C3%A7a-cor_e_g%C3%AAnero_no_Brasil_2021_.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

A RÍTMICA DO SAMBA DELAS: um relato de experiência

Isis Carla Matos Cardoso

Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), Brasil

RESUMO: Este trabalho consiste em um relato de experiência que vivenciei em 2021 no projeto Notas Musicais, idealizado e produzido pelo núcleo de música do Centro de Formação em Artes (CFA) - FUNCEB sob a coordenação do Professor Edu Fagundes. Na ocasião elaborei, para este projeto, uma proposta de mini-oficinas apresentadas em forma de websérie dividida em 5 episódios. Esta proposta está fundamentada na tese de doutorado da Prof. Dra. Clécia Queiroz, intitulada **Aprendendo a ler com minhas camaradas: seres, cenas, cenários e difusão do samba de roda através das sambadeiras do recôncavo baiano** (Salvador, 2019), especificamente no projeto audiovisual, que a autora participou, de difusão do Samba de roda que “trata-se da produção de 12 vídeos de entrevistas com sambadeiras, que estão postados em um canal do youtube com o nome de *Sambadeiras do Recôncavo da Bahia*” (Queiroz, 2019, p. 09). Estas entrevistas serviram de base para a investigação corporal, que proponho nas oficinas, realizada a partir da rítmica do samba de 4 sambadeiras. Além desta fonte, fundamentei minha proposta na dissertação de mestrado do Professor Guilherme Scott intitulada **Universo Percussivo Baiano De Letieres Leite – Educação Musical Afro-Brasileira: Possibilidades E Movimentos**, pois utilizo o método UPB nas mini-oficinas que proponho na websérie. Esta websérie foi exibida em Janeiro de 2022 e teve um alcance abaixo do esperado. Porém, o principal objetivo é instigar todas as pessoas, profissionais ou não da dança ou da música, a desenvolverem o potencial criativo a partir das suas percepções rítmico-corporais.

Palavras-chave: Dança e música, investigação coreográfica, samba de roda.

THE RHYTHM OF SAMBA DELAS: an experience report

ABSTRACT: This work consists of an experience report that I experienced in 2021 in the Musical Notes project, designed and produced by the music nucleus of the Arts Training Center (CFA) - FUNCEB under the coordination of Professor Edu Fagundes. On that occasion, I prepared, for this project, a proposal for mini-workshops presented in the form of a webseries divided into 5 episodes. This proposal is based on the doctoral thesis of Prof. Dr. Clécia

Queiroz, entitled **Learning to read with my comrades: beings, scenes, scenarios and diffusion of samba de roda through sambadeiras do recôncavo baiano** (Salvador, 2019), specifically in the audiovisual project, in which the author participated, of diffusion of the Samba de roda which “is the production of 12 videos of interviews with sambadeiras, which are posted on a youtube channel under the name of Sambadeiras do Recôncavo da Bahia” (Queiroz, 2019, p. 09). These interviews served as basis for the body investigation, which I propose in the workshops, carried out from the rhythm of the samba of 4 sambadeiras. In addition to this source, I based my proposal on Professor Guilherme Scott's master's dissertation entitled **Universo Percussivo Baiano De Letieres Leite – Afro-Brazilian Musical Education: Possibilities And Movements**, because I use the UPB method in the mini-workshops that I propose in the webseries. This webseries was shown in January 2022 and had a lower reach than expected. In other words, the main objective is to encourage all people, professionals or not in dance or music, to develop their creative potential from their rhythmic-body perceptions.

Keywords: Dance and music, choreographic investigation, samba de roda.

Correspondência para: (correspondence to:) dancasbrasileiras@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sou artista da dança e da música há 30 anos, além de atuar como arte-educadora. Deste que tive contato com o método UPB (Universo Percussivo Baiano), de Letieres Leite, através dos professores Guiga Scott, Alexandre Vargas e Edu Fagundes, passei a utilizá-lo em todas as minhas aulas de música e de dança. Esta proposta (UPB) “... tem a oralidade como metodologia de ensino-aprendizagem, tradição das culturas africanas; o sistema de claves rítmicas, a circularidade e a complementaridade como fundamentos estruturantes para organizar o entendimento das músicas de matriz africana e sua influência nas músicas pós-colonial das américas.” (SCOTT, 2019, p. 17). É a partir desta proposta que componho o roteiro das mini-oficinas estruturadas na websérie A RÍTMICA DO SAMBA DELAS, que tem como principal objetivo estimular nas pessoas, que vierem a apreciar os episódio, o potencial criativo rítmico-corporal a partir da percepção dos padrões rítmicos que surgem da forma peculiar com a qual se movimenta cada sambadeira. As sambadeiras que me refiro são Dona Nicinha do Samba,

Dona Cadu, Dona Biu e Dona Rita da Barquinha, que foram entrevistadas por Clécia Queiroz, além das outras 8 sambadeiras, para compor o canal do youtube Sambadeiras do Recôncavo da Bahia.

Realizar esta websérie foi uma das formas que encontrei para contribuir com a “... preservação e a difusão dos saberes tradicionais do samba de roda e apropriação desse conhecimento por parte da sociedade brasileira [...], para viabilizar suas práticas e despertar o interesse das gerações mais jovens. Entre elas está a criação de oficinas de saber-tocar e saber-dançar...” (QUEIROZ, 2019, p. 260)

RESULTADOS

Durante o primeiro episódio da série elucidado o projeto Notas Musicais, discorro sobre o trabalho de pesquisa da Dra. Clécia Queiroz, que foi minha principal fonte de inspiração para o desenvolvimento da minha proposta, e apresento uma sinopse dos episódios subsequentes e finalizo convidando a(o)s telespectadora(e)s para assistirem o episódio 2. Em cada episódio apresento uma das Sambadeiras e convido a público a entender a rítmica que é produzida através do sapateado de cada uma delas. Antes, ressalto que não existe uma estrutura rítmica rígida no sapateado das sambadeiras. Elas variam o tempo todo, estabelecendo um diálogo com os tocadores, porém escolhi um dos padrões rítmicos que encontrei no samba de cada sambadeira para propor um processo criativo de dança (Figura 1).

Episódio 2: A rítmica do Samba de Dona Nicinha do Samba

Primeiro passo, vamos solfejar o ritmo:

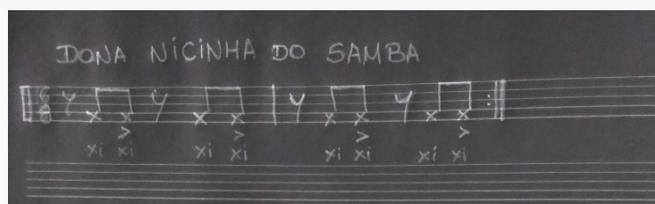


FIGURA 1: Solfejar o ritmo

Depois do solfejo, realizar uma percussão corporal seguida de sapateado, finalizando com um improviso explorando movimentos sutis, com deslocamentos diversos.

Episódio 3: A rítmica do Samba de Dona Cadu

Primeiro passo, vamos solfejar o ritmo do Cabula ou Cabila. Este ritmo, defendido por Letieres Leite como a mãe do Samba de Roda, foi escolhido para a criação de uma pequena sequência coreográfica baseada no “Samba dos Pulinhos” que Dona Cadu criou a partir de suas vivências:

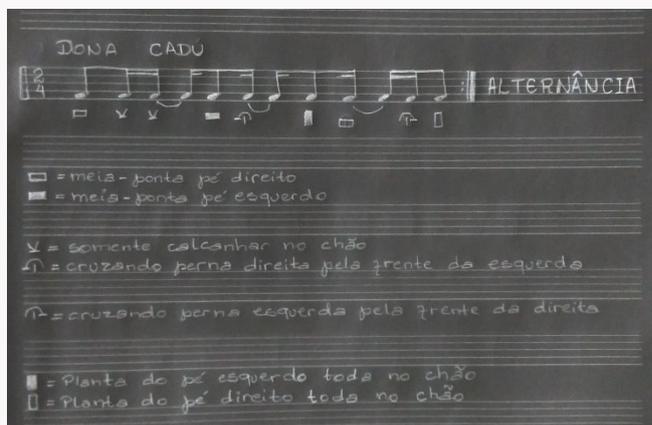


FIGURA 2: Rítmica do Samba de Dona Cadu

Mostra a sequência e, depois de executar algumas vezes, partimos para a improvisação explorando mudanças de direção (Figura 2).

Episódio 4: A rítmica do Samba de Dona Biu

Solfejo da clave rítmica deste sapateado, o Corta-jaca:

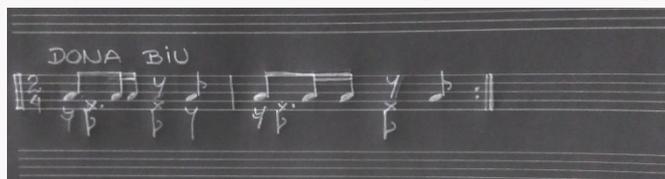
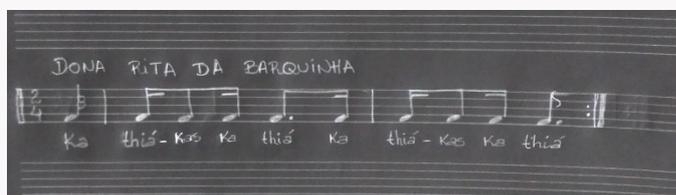


FIGURA 3: Solfejo da clave rítmica deste sapateado, o Corta-jaca

Execução separada das claves; Passo na íntegra do Corta-jaca na íntegra; e Improvisos utilizando outras partes do corpo (Figura 3).

Episódio 5: A rítmica do Samba de Dona Rita da Barquinha

Durante o solfejo da clave rítmica do Samba de dona Rita, fizemos com passadas sobre um bastão que fica no chão. Essas passadas são realizadas seguindo um pulso pré-estabelecido. Eis



a clave rítmica (Figura 4).

FIGURA 4: Clave rítmica

Execução do ritmo com os pés, utilizando deslocamentos; Experimentos com a barquinha na cabeça testando o equilíbrio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Centro de Formação em Artes pelo voto de confiança em meu trabalho e por todo o cuidado na execução deste projeto. À Clécia Queiroz por me servir de inspiração e embasamento para esta proposta e também por permitir que utilizássemos trechos dos vídeos das entrevistas que fizera com as sambadeiras (com os devidos créditos, é claro). À Letieres Leite (in memoriam) por todos os ensinamentos e inspirações à toda a classe de música, e aos professores Guíga Scott, Alexandre Vargas, Edu Fagundes e muitos outros que dão seguimento à difusão deste método incrível chamado Universo Percussivo Baiano. E, principalmente, agradeço à música e à dança por me fazerem acordar mais feliz todos os dias.

REFERÊNCIAS

SCOTT, Guilherme. **Universo Percussivo Baiano De Letieres Leite – Educação Musical Afro-Brasileira: possibilidades e movimentos**. Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Pós-graduação Profissional da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre na área de criação musical/intérprete. Orientador – Prof. Dr. Joatan Mendonça do Nascimento, Salvador, 2019;

QUEIROZ, Clécia Maria Aquino de. **Aprendendo a ler com minhas camaradas: seres, cenas, cenários e difusão do samba de roda através das sambadeiras do Recôncavo Baiano**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Difusão do Conhecimento. Orientadora: Rosângela Janja Costa Araújo. Salvador, 2019

HOMENS MANICUROS: ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E O PRAZER

MANICURIST MEN: BETWEEN SURVIVAL AND PLEASURE

Ana Isabel Nobre Johane

Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

RESUMO: Este texto tem como objectivo compreender o que leva um homem a fazer um trabalho “feminino”. Este resumo expandido é uma parte da Dissertação de Mestrado em Género e Desenvolvimento com o título “*Os homens exercendo a profissão de manicuro: que contributos trazem para a desmistificação da ideia de existência de profissões estritamente do género feminino em Moçambique?*”. A metodologia de estudo foi qualitativa. A recolha de dados foi feita através de entrevistas em profundidade e observação participante. Os resultados revelam que eles não trabalham apenas pela sobrevivência, mas também pelo prazer de ter uma ocupação. A pesquisa permitiu observar os riscos que correm pela exposição a microrganismos e doenças infecciosas, implicando na necessidade de se criar uma regulamentação específica para esse trabalho.

Palavras-chave: Doenças, ocupação, riscos, trabalho.

ABSTRACT: This text aims to understand what drives a man to work on a typically “feminine” occupation. This expanded abstract is a part of the Master’s in Gender and Development dissertation entitled “*Men working the manicurist occupation: what contributions do they bring to the demystification of the idea of the existence of strictly female occupations in Mozambique?*” The methodology was qualitative. Data collection was carried out through in-depth interviews and participant observation. The research made it possible to observe the risks they run through exposure to microorganisms and infectious diseases, implying the need to create specific regulations for this type of work.

Keywords: Diseases, occupation, risks, work.

Correspondência para: (correspondence to:) anisanobre2@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A segregação das profissões por género é factor de discriminação para as mulheres e para os homens, pois contribui para a criação de esteriótipos (SANTOS e AMÂNCIO, 2014:701). Os homens, devido aos esteriótipos associados à masculinidade, devem mostrar-se competentes,

independentes e trabalhadores (PHILLIPS e IMHOFF, 1997; TEIXEIRA, ROCHA e MENEGOTTO, 1998).

Santos, Ribeiro e Prudêncio (2020) definem os manicuros como profissionais responsáveis pela saúde e beleza das unhas através de técnicas, ferramentas e produtos específicos.

A motivação dessa pesquisa vem da necessidade discutir o que leva um homem a optar por essa profissão. Assim, o objectivo é perceber se escolhem a profissão apenas para sobreviver. O tema é relevante porque há poucas produções científicas nacionais sobre manicuros e é importante abordar a “masculinização” do mercado de trabalho considerado feminino.

METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo que foi realizado na Cidade de Maputo entre Fevereiro a Abril de 2022. Os participantes foram seleccionados por amostragem intencional e os dados foram colhidos através de entrevistas em profundidade a 11 manicuros e observação não participante das actividades deles. O tamanho da amostra foi determinado pelo ponto de saturação. Os dados foram analisados manualmente e tematicamente.

RESULTADOS

A análise temática dos questionários mostra que a maioria dos manicuros escolheu o trabalho porque não conseguiu um emprego formal. A outra parte deles escolheu pela vontade de aprender uma coisa nova. Costa *et al.* (2016) consideram que a escolha de uma profissão costuma ser difícil devido os critérios sócio-económicos e culturais ligados à profissão.

A autonomia é uma das características do trabalho dos manicuros encontrados: as horas laborais são ditadas por eles, o que torna o trabalho flexível. Moraes, Vasconcelos e Cunha (2012) afirmam que a autonomia permite que haja prazer no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não sejam representativos, os resultados mostram-nos uma tendência maior de homens que escolheram a profissão por questões de sobrevivência do que homens que escolheram a profissão pela simples vontade de fazer uma coisa nova. Em termos gerais, podemos afirmar

que todos os manicuros entrevistados gostam do trabalho que fazem porque conseguem ter rendimentos para suprir as necessidades deles. A pesquisa permitiu observar que os manicuros partilham e não esterilizam o material de trabalho, ignorando os riscos à saúde deles e de quem recebe os cuidados deles. Assim, surge a necessidade de existir uma regulamentação específica para esse trabalho.

AGRADECIMENTO

A autora agradece aos manicuros que se disponibilizaram para fazer parte da pesquisa.

REFERÊNCIAS

COSTA, Simone *et al.* *Motivos da escolha da odontologia: vocação, opção ou necessidade?* (2016). Arquivos em Odontologia 46 Em [Vista do Motivos de escolha da Odontologia: vocação, opção ou necessidade? \(ufmg.br\)](#). Acesso em: 13/05/2022.

MORAES, Rosângela, VASCONCELOS, Ana Cláudia e CUNHA, Stephane (2012). *Prazer no trabalho: o lugar da autonomia*. Revista Psicologia, Organizações e Trabalho. Em: [Prazer no trabalho: o lugar da autonomia \(bvssalud.org\)](#). Acesso em: 08/02/2022.

OLIVEIRA, Juliana (2014). *Fazendo a vida fazendo unhas: uma análise sociológica do trabalho de manicure*. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Em: [Tese doutorado Juliana Oliveira \(podprevenir.com.br\)](#). Acesso em: 08/02/2022.

SANTOS, Maria Helena e AMÂNCIO, Lígia (2014). *Sobremínorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Em: [AS_212_d04.pdf \(ul.pt\)](#). Acesso em: 26/01/2022.

SANTOS, Dayane, RIBEIRO, Krisnayne e PRUDENCIO, Christiana (2020). *Práticas Sociais e processos educativos sobre microbiologia com manicures de um município do sul da Bahia*. Em: [Vista do Práticas sociais e processos educativos sobre microbiologia com manicures de um município do sul da Bahia \(uff.br\)](#). Acesso em: 04/04/2022.

TEIXEIRA, Marco, ROCHA, Camile e MENEGOTTO, Patrícia (2006). *Valores de trabalho, gênero e escolha profissional na adolescência*. Revista Sociais e Humanas. Em: [Valores de Trabalho, Gênero e Escolha Profissional na Adolescência | Revista Sociais e Humanas \(ufsm.br\)](#). Acesso em: 08/03/2022.

Conflito de interesses

A autora declara que não há conflito de interesses.

MULHER E AS DINÂMICAS DO COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO (MUKHERO), DE MOÇAMBIQUE PARA ESWATINI.

Catiça Mariza Darrussi Nacibo

Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

RESUMO: O comércio transfronteiriço de pequenas mercadorias adquiridas em Moçambique-Maputo, e revendidas na Localidade de Lomahacha na vizinha Eswatini, é uma actividade abraçada por algumas mulheres da região de Namacha e de outras regiões da província de Maputo. Esta actividade constitui a maior fonte de rendimento para as mulheres Moçambicanas que a praticam, no entanto, para que o negócio seja rentável, o seu dia-a-dia é repleto de desafios. Para este estudo optou-se pelo método qualitativo, onde foram adoptadas técnicas de entrevistas e observações, com vista a compreender as estratégias utilizadas pelas mulheres, na prática deste comércio transfronteiriço, bem como, verificar a influência desta actividade na vida dos seus praticantes. Os resultados preliminares mostram que, para garantir boa dinâmica neste processo, as mulheres adoptam algumas estratégias complexas, que requerem agilidade, esperteza, inteligência e grande desgaste físico, durante cada etapa, porém esta luta diária vale a pena, pois traz rendimentos que contribuem de forma significativa para a melhoria da economia de suas famílias.

Palavra-chave: Comércio transfronteiriço, mukheristas.

WOMEN AND THE DYNAMICS OF MIGRATION IN CROSS-BORDER TRADE (MUKHERO), FROM MOZAMBIQUE TO ESWATINI

ABSTRACT: The cross-border trade of small goods acquired in Mozambique-Maputo, and resold in the Locality of Lomahacha in neighboring Eswatini is an activity embraced by some women in the Namacha region and in other regions of Maputo province. This activity constitutes the biggest source of income for the Mozambican women who practice it, however, for the business to be profitable, their day-to-day is full of challenges. For this study, the qualitative method was chosen, where interview and observation techniques were adopted, in order to understand the strategies used by women in the practice of this cross-border trade, as well as to verify the influence of this activity in the lives of its practitioners. Preliminary results show that, to ensure good dynamics in this process, women adopt some complex strategies, which require agility, cleverness, intelligence and great physical exertion, during each stage, but this daily struggle is worth it as it brings income that contributes significantly to improving the economy of their families.

Keywords: Cross-border trade, *mukheristas*.

Correspondência para: (correspondence to:) caticanacibo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O comércio transfronteiriço, em Moçambique, é uma prática, que teve o seu início nos anos 80, sendo a Vila de Namaacha apontada como o lugar onde surgiu esta prática comercial de fronteira muito característica ao longo dos limites territoriais do sul de Moçambique (MUENDHANE, 2006). A prática do comércio informal transfronteiriço é considerada como parte essencial da economia informal, havendo evidências da sua contribuição para a economia regional, merecendo por isso que os praticantes sejam vistos como componente essencial da economia do país, pois sem estes, certamente que Moçambique seria mais pobre do que é hoje (RAIMUNDO e CHIKANDA, 2016).

Mosca (2010) e Chen (2007) defendem que, a economia informal é segmentada, podendo de algum lado se mostrar apenas como uma estratégia de sobrevivência, ou então tomar rendimentos que potencializam o desenvolvimento económico. O presente trabalho procura conhecer a vida de trabalho das mulheres *mukheristas*, percebendo as dinâmicas do comércio transfronteiriço por elas praticado, seus desafios e o impacto desta actividade na vida destas mulheres, como forma de dar maior visibilidade a actividade praticada por elas praticada.

METODOLOGIA

A pesquisa teve como abordagem metodológica qualitativa, pelo uso da técnica de entrevistas semiestruturadas e observações não participantes, onde esteve orientada para as *mukheristas* que exercem o comércio transfronteiriço diariamente na Swazilândia, tendo como principal variável de análise a renda para perceber o impacto desta actividade na vida de seus praticantes.

RESULTADOS

O processo de *Mukhero* tem como fases a aquisição de produtos, transporte até à fronteira, trânsito fronteiriço e por fim distribuição e venda dos produtos. Os produtos comercializados pelas mulheres são adquiridos nos principais mercados da cidade de Maputo, nomeadamente mercados de zimpeto, malanga e fajardo, transportados em viaturas semicolectivas de passageiros até a Namaacha. A passagem permanente da mercadoria pela fronteira é feita mediante a apresentação de um documento passado pelas autoridades da Swazilândia, 80% das

praticantes deste comércio possuem a referida documentação, mas elas preferencialmente efectuam a travessia clandestina, por duas razões. Primeiro porque a travessia diária na fronteira requiere a renovação constante dos passaportes, segundo porque a travessia clandestina permite-lhes poupar cerca de 70% do valor cobrado na fronteira. O transporte de mercadoria é realizado de madrugada, como forma de garantir o livre-trânsito. O processo de carregamento é feito pelas comerciantes com a ajuda dos *gai-gais* que desempenham o papel de transportadores, estes ajudantes devem ser nativos para facilitar nas negociações. A mercadoria é comercializada em vários locais, algumas mulheres optam pela venda no mercado local em Lomahaacha, outras fazem a venda informal ambulatória de casa em casa e outras ainda dedicam-se a entregas a revendedores.

A actividade confere algum risco as *mukheristas*, pois relatam que no processo de travessia clandestina durante as madrugadas algumas são saqueadas os bens, correndo risco até de estupro, e outras referem que, várias vezes o cerco aperta e são recolhidas para o quartel da Swazilândia onde depois de sancionadas são obrigadas a retornar ao local de origem tornando o dia improdutivo. As mulheres criam redes de solidariedade entre si, onde procuram estabelecer um sistema de entreajuda é daí onde sai a sua maior fonte de financiamento pela criação de xitiques, várias comerciantes referem não ter relação alguma com os bancos, pois para as suas poupanças recorrem tanto ao xitique quanto aos cofres. Apesar dos constrangimentos a actividade é tida como rentável pois contribui significativamente para o seu sustento e de suas famílias.

CONCLUSÃO

O trabalho levado a cabo pelas mulheres *mukheristas* moçambicanas que atravessam a fronteira diariamente para Swazilândia é de grande importância não só para a economia de suas famílias, mas constitui também fonte de renda para os ajudantes que encontram nesta um meio rentável de sustento, para além disso, as mulheres demonstram grande satisfação porque apesar dos riscos e constrangimentos sofridos, sentem-se mais confiantes por conseguirem alcançar a sua liberdade financeira, afirmando que sem este *mukhero* nem as suas vidas nem as de suas famílias seriam as mesmas.

REFERÊNCIAS

CHEN, M. A. (2007). *Rethinking the Informal Economy: Linkages with the Formal Economy and the Formal Regulatory Environment*. Economic & Social Affairs. DESA Working Paper.

MOSCA, J. (2010). *Pobreza, economia informal, informalidades e desenvolvimento*". In *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE.

MUENDHANE, B. A. (2006). *A dinâmica migratória de moçambicanos para Suazilândia e transformação socioeconómicas nas comunidades locais de Namacha, 141 1984 – 1992*. Monografia-Licenciatura em História. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Universidade Eduardo Mondlane.

RAIMUNDO, I & CHIKANDA, A. (2016). *Informal Entrepreneurship and Cross-Border Trade in Maputo, Mozambique*. SAMP.

INTERSECTIONAL PERSPECTIVES IN THE WORK QUARTO DE ESPEJO: diário de uma favelada (1960) by Carolina Maria De Jesus

Bianca Francisca da Silva Santos

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil

RESUMO: Esta pesquisa se propõe analisar a representação da mulher negra na sociedade brasileira, tendo o livro da escritora Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (1960) como objeto de pesquisa. O livro é escrito em forma de diário que coloca questões que estão em diálogo com a realidade vivida pela autora, mulher negra, pobre, catadora de papéis, mãe solteira de três filhos, com pouquíssima escolaridade, Carolina Maria de Jesus se tornou uma das mais importantes escritoras negra brasileira, sua escrita representa ainda hoje a realidade de muitas mulheres negras periféricas. Nesta perspectiva, abordamos a literatura Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960) a fim de analisar e problematizar a realidade destas mulheres na periferia, bem como compreender as questões postas no livro, desde sua relação com as questões raciais, de gênero e de classe, sobretudo, associada às memórias e experiências de vida da própria autora, este que por sua vez, fala a partir de uma mulher negra da periferia.

Palavras-chave: História e Literatura, Mulheres Negras, Representação.

PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NA OBRA QUARTO DE DESPEJO: diário de uma favelada (1960) de Carolina Maria De Jesus

ABSTRACT: This research if the society analyzes the representation of the black woman in the Brazilian research, having the book of the writer Carolina Maria de Jesus “Quarto de Espejo: diary of a favelada” (1960) as research object. The book is written in the form of a diary that poses questions that are in dialogue with the reality experienced by the author, a woman, poor, paper collector, single mother of three children, with very little schooling, Carolina Maria de Jesus has become one of the most Brazilian black women, her writing still represents the reality of many peripheral black women. In this one, we approach the Quarto de Espejo: diary of a favelada (1960) in order to analyze and problematize these women in the periphery, as well as to understand the issues published in the book, from its relationship with racial, gender and class issues, above all, associated with the author's own memories and life experiences, which in turn, speaks from a black woman from the periphery.

Keywords: History and Literature, Black Women, Representation.

Correspondência para: (correspondence to:) bianca.francisca1999@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de uma trajetória acadêmica na qual tenho me dedicado a analisar o movimento feminista negro a partir de pesquisa desenvolvida durante a participação no projeto Axé pra quem é de Axé e posteriormente em meu trabalho de conclusão de curso. Para esta pesquisa selecionei o livro da escritora Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (1960) como objeto de análise. O trabalho propõe analisar como a autora constrói ao longo de sua obra a representação das desigualdades brasileira vivenciada por uma mulher negra periférica.

Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914 na cidade de Sacramento, no interior de Minas Gerais, em berço de escravos libertos. Aos 33 anos mudou para São Paulo na busca por condições melhores, mas sem opção de trabalho foi morar na favela do Canindé, primeira favela da cidade de São Paulo, por volta de 1948. Mulher negra, pobre, catadora de papéis, mãe solteira de três filhos, com pouquíssima escolaridade e, por fim, importante escritora negra brasileira. Foi a publicação do livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960) que deu visibilidade e fama à escritora, tornando-a conhecida internacionalmente, traduzida em mais de 14 idiomas e publicada em diversos países. (BASSANI, 2018, p. 15).

RESULTADOS

Quarto de Despejo: diário de uma favelada foi publicado em 1960, quando o jornalista Audálio Dantas, que havia sido designado para fazer uma matéria sobre o cotidiano da favela, conheceu Carolina Maria de Jesus com seus manuscritos com relatos de sua trajetória na favela, com isso o jornalista percebeu que ninguém melhor que um sujeito de dentro da favela para revelar seu cotidiano. Ao ler o livro é possível concluir que ao escrever sua personagem, Carolina Maria de Jesus escreve sobre si, apresenta ao leitor sua história e trajetória de vida. Neste sentido, acredito que a escrita da autora dialoga com o conceito de Escrivivência⁵⁵ de Conceição Evaristo. Na obra a escritora faz uma representação das relações sociais que estava inserida, com um olhar mais crítico para as questões de poder de gênero, classe e raça.

⁵⁵ De acordo com Conceição a “escrivivência” é uma escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo, ela compõe romances, contos e poemas que revelam a condição do afrodescendente no Brasil.

Além disso, no livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) mostra a realidade de muitas mulheres negras periféricas e como são incluídas na sociedade brasileira, desse modo, podemos observar que a grande maioria ainda se encontra sob essas relações de opressões. Elas lutam contra a herança da escravização de seus ancestrais africanos, que por vezes condicionou ao povo negro os lugares e serviços mais precários da sociedade. Como bem nos coloca Lélia Gonzalez “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.” (GONZALEZ, 1982, p.50).

As múltiplas faces das desigualdades representadas pela autora podem ser referidas com o conceito de interseccionalidade⁵⁶ esse conceito vem em diálogo com o movimento feminista negro propondo discussões de questões como raça, gênero, classe e sexualidade sejam discutidas no interior de outros movimentos. Carla Akotirene (2019) aborda que a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica para compreender que o racismo, patriarcado e capitalismo são opressões que agem de forma conjunta, então não é possível lutar somente contra a discriminação de gênero sem considerar as outras divisões sociais que está ligado.

Diante disso, este trabalho que ora se apresenta, pretende focalizar o diálogo entre Arte e Sociedade, entre História e Literatura, sendo importância para compreender a construção da representação das desigualdades sociais no Brasil. Pensando sensivelmente como tal obra, escritas por uma autora que narram a sua própria experiência como mulher negra e periférica na sociedade brasileira foi fundamental para entender essa construção de um imaginário social muito presente na atualidade.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BASSANI, Sandra Lucia Dimidiuk. **Discurso, Poder e Virilidade do Sujeito-Mulher Carolina Maria de Jesus em Quarto De Despejo**. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, Dissertação de Mestrado, Guarapuava, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.
- EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 1996

⁵⁶ O conceito interseccionalidade referido vai ser na perspectiva das feministas Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene. O conceito interseccionalidade foi referido pela primeira vez em 1989 pela feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw que estava inquieta com as opressões vivenciada pelas mulheres negras.



GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica.** Publicado originalmente em LUIZ, Madel (Org). Lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Francisco Alves, 1960.

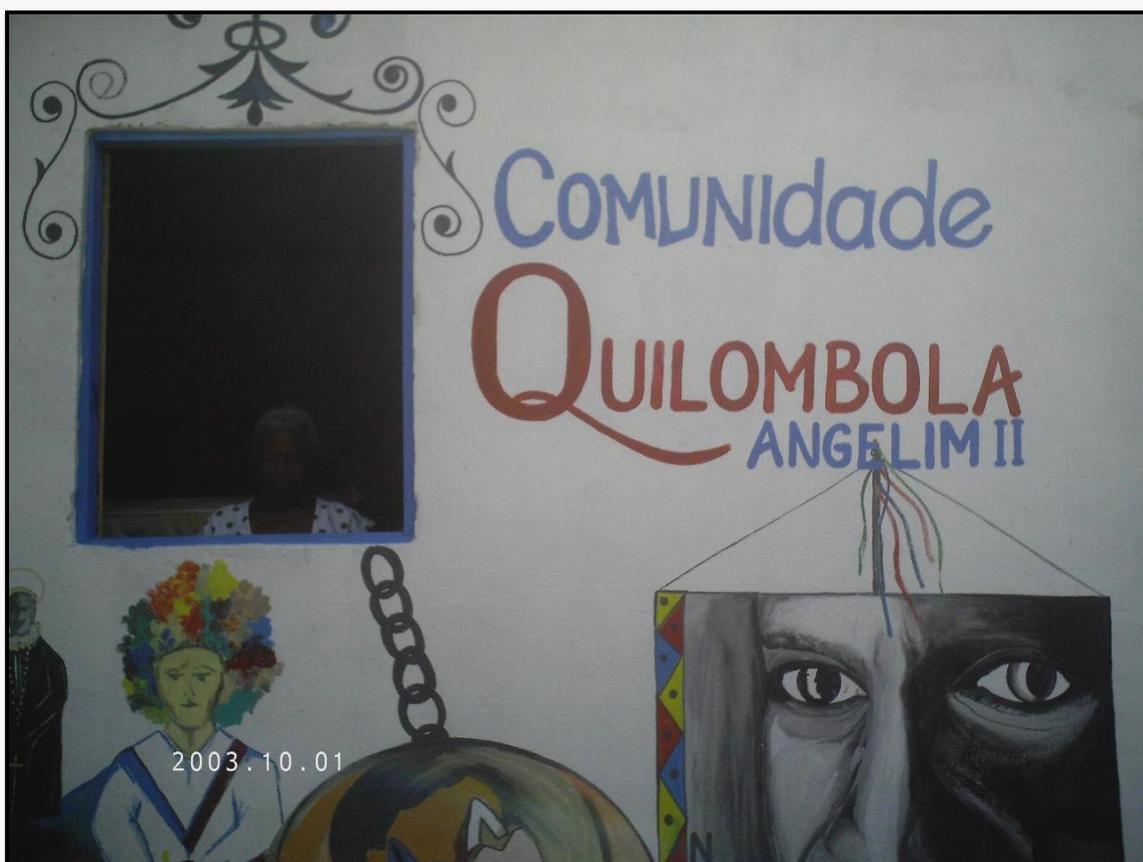


Foto: Yayá Luzia dos Santos, na janela da sua casa na Comunidade Quilombola do Angelim II

REMINISCÊNCIAS QUILOMBOLAS: MEMÓRIA DE YÁYÁ LUZIA DOS SANTOS.

Mirtes Aparecida dos Santos⁵⁷; Flávia dos Santos⁵⁸

Resumo: Reconhecer a importância cultural da memória e da história dos territórios quilombolas é valorizar a imensa diversidade afro-brasileira que nos constrói como povo, promovendo assim a inclusão social da população brasileira de identidade negra numa sociedade mais igualitária e inclusiva. Este trabalho pretende, a partir do método de análise de conteúdo, registrar a memória e o legado da matriarca da comunidade quilombola do Angelim II, Yayá Luzia dos Santos, abordando sua trajetória, na proteção e na manutenção das práticas ancestrais, do cultivo das plantas, para subsistência da comunidade e uso medicinais, assim

⁵⁷ Mirtes Santos é Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais no Programa de Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense - PPGSD/UFF. Professora do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Santiago - US Cabo Verde - África. E-mail: mirtes.santos@us.edu.cv

⁵⁸ Flávia dos Santos é Bacharel em Administração e Graduada do Curso de Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Líder Comunitária da Comunidade Quilombola do Angelim II - ES e Defensora de Direitos Humanos. E-mail: flaviasantosangelim@gmail.com

como seu protagonismo na luta pelo acesso à direitos e reconhecimento do território do sapê do norte, no município de conceição da Barra - ES.

Palavras-chave: Quilombo. Memória. Identidade. Território.

INTRODUÇÃO

As mais remotas lembranças de nossa infância estão na formação da nossa identidade quilombola, advindas principalmente de uma realidade vivida pelos ancestrais quilombolas do Angelim II, lugar que recebeu o mesmo nome do córrego localizado no sítio do Angelim, no município de Conceição da Barra, norte do Estado do ES, lugar bem diferente das imagens reproduzidas nos livros de história na escola de um quilombo imaginário, e que atribuía a visão de um local subversivo onde vivem os “negros fugidos”, e isolados de toda ou qualquer necessidade do homem civilizado, como vimos erroneamente o Quilombo dos Palmares, em Alagoas que tornou-se museu histórico.

O Angelim, lugar de meus sonhos, é uma comunidade formada por um grupo étnico racial rural composto de descendentes de remanescentes dos negros e negras que aqui resistiram até os dias de hoje para sua subsistência, cultivavam a terra no plantio do seu sustento e de sua comunidade, principalmente na produção da mandioca, até então responsável pela expressão cultural mais tradicional do povo negro capixaba, com a produção em larga escala da farinha de mandioca e do beijú.

A produção da farinha e do beiju ocorria num mesmo “mutirão” onde se aproveitava o forno quente para assar também a pamonha, o biscoito de polvilho, o bolo e a moqueca de puba, ou amendoim para a merenda da comunidade e venda nas comunidades vizinhas, lembro-me de trocar beiju na feira de produtos do campo por sacolas plásticas, para que pudéssemos embalar os produtos vendidos para os clientes.

Quando ainda pequena, quando mudamos da região no distrito de Santana para a sede do município de Conceição da Barra - ES, época quando não via a hora de chegar às férias escolares de julho e dezembro para regressar e rever minha tia-avó “Yayá Luzia dos Santos”, eram dias ansiosamente esperados, quando esquecia as tarefas escolares e só queria saber das águas do córrego do angelim, onde se lavava a louça e lá ficava, tomando banho nas águas

frescas de cor de coca-cola, e ao mesmo tempo pescava piabas, morobás, traíras na panela de arroz ou na peneira colocando um pouco de mandioca ralada como isca.

Ainda me lembro que havia a produção de alimentos na comunidade, com o plantio de laranja, mexerica ponkan e banana para venda na região em meados dos anos 80. Porém, hoje, a realidade desta comunidade é uma violação aos direitos individuais, coletivos e humanos deste grupo social, com o isolamento e ausência de políticas públicas de assistência à saúde, educação, saneamento básico e de ações de governo para fornecimento de água, “sobrevivendo” com uma assistência pública mínima, que mal dá para todos comerem.

Uma das fontes de renda e desgraça da comunidade do Angelim era a monocultura do plantio de eucalipto, com o viveiro de mudas de eucalipto, que agrega espécies nativas e frutíferas, um projeto falso de subsistência e reflorestamento da mata atlântica local. “a terra não dá mais para plantar nada, é uma terra dura, não dá nem para arrancar a mandioca, as raízes se quebram lá embaixo da terra mesmo”, num desabafo de tristeza disse tia-avó Luzia dos Santos, enquanto tentava com um enxadão escavar o solo argiloso e seco.

A propriedade definitiva dos territórios quilombolas sempre foi um longo e burocrático processo, além da necessidade urgente de titularização da posse dos territórios em questão tomados por empresas produtoras de eucalipto presentes na região do Sapê do Norte. Para isso, passamos pelo processo de regularização, com a identificação e caracterização das comunidades quilombolas, suas origens, culturas e tradições, a fim da delimitação do território quilombola e efetivo reconhecimento do direito à propriedade coletiva definitiva sobre a terra onde nossos antepassados se organizavam para viver livres, mais que ainda hoje lutam para viver dignamente os remanescentes quilombolas.

Reconhecer a importância cultural e histórica dos territórios quilombolas é valorizar a imensa diversidade do povo afrobrasileiro e a identidade que nos constrói como nação, promovendo assim a inclusão social da população brasileira de identidade negra e afro descendentes numa sociedade mais igualitária e justa.

O Legado da Matriarca “Luzia dos Santos” - (1924-2009)



Foto: Yaya Luzia dos Santos, no terreiro da Comunidade quilombola do Angelim II, em Conceição da Barra - ES.

Yaya Luzia dos Santos, era natural de Conceição da Barra, filha de Theófilo Hilário dos Santos e Martinha Mônica dos Santos, nasceu em 12 de dezembro de 1924 e faleceu aos 84 anos, em 09 de agosto de 2009, às 16:00 em Conceição da Barra, deixando filhos e filhas adultas e muitas saudades.

Não foi demarcada a data que os ancestrais da nossa matriarca chegaram na comunidade Angelim II, sabemos que foi há décadas, narrada aqui pela filha mais velha Rosália dos Santos, que hoje tem 63 anos *“minha mãe foi criada aqui no Angelim, o sítio dos meus avós onde ela foi criada se chamava São Pedro, com 25 anos ela se casou e se mudou-se para margens do angelim, onde trabalhou e teve 8 filhos e criou mais 8 de outras*

mães, fomos todos criados com muita luta de minha mãe, trabalhava na roça para nos sustentar”, o arroz era a farinha, e nossa alimentação era complementada com beiju, açúcar de caldo de cana, abóbora batata, peixes, caça, óleo de dendê, tudo extraído das suas mãos, o rio Angelim era considerado nosso Pai, e as matas nossa mãe natureza.

Por Flávia Santos - Neta de Yayá Luzia dos Santos...



Fotos e Relato em 21 de abril de 2021 de Flávia dos Santos - (Liderança Quilombola e neta da matriarca Yayá Luzia dos Santos.

Já escola nós estudávamos no Antônio Justino (Escola rural) e depois foi construído uma pequena escola nas margens do Angelim que se chamava singular Angelim II, na escola tinha

carteiras de madeiras para sentar, os livros eram umas cartilhas, que tinha de ser levada para casa porque não tinha armários e nem prateleira, e minha mãe ficava o tempo todo brigando para nós irmos à escola.

Com a chegada da monocultura nos anos 60, as máquinas derrubando tudo para plantar eucalipto, minha mãe gritava, corre meus filhos, não sabia o que estava acontecendo, aquela destruição nunca vista, sem conhecimento nos tornamos refém dessa empresa, meus pais perderam quase toda terra que produzimos e levava para a cidade para fazer trocas e vendas, para complementar a alimentação dos seus filhos. Com essa chegada da monocultura, a comunidade começou a se espremeida, cada dia menor e menos pessoas, os rios começaram a secar, a poluir, as lagoas não se poderia mais pescar, nossa liberdade se acabou, direitos não existiam mesmo. E a luta de minha mãe era continuar ali, nas terras onde foi criada e criou seus filhos, e com tudo isso ela não saiu, resistiu até o fim.

Em 2005 conhecemos o movimento social quilombola, ela foi a primeira a entrar e começar a participar, participava de todas as capacitações, reuniões, intercâmbio etc. Seu grande sonho era ter de volta aquela água cristalina em nossos rios, ver seus netos pulando e tomando banho naquele córrego, também ter acesso novamente às suas terras, onde todos seus netos poderiam construir e morar ao redor de seus pais, ela sempre acreditou nisso.

Em 9 de agosto de 2009 ela faleceu com 84 anos e não conseguiu viver esse desejo, apesar de lutar e acreditar que não se concretizou, mas ela deixou sucessores, que lutam até hoje por esses direitos.

Por Mirtes Santos - Sobrinha-neta de Yayá Luzia dos Santos...



Foto e relato em 16 de maio de 2021 de Mirtes Aparecida dos Santos - Quilombola (Assessora do Projeto da Biblioteca Quilombola) e sobrinha neta da matriarca Yayá Luzia dos Santos.

Minha mãe Bárbara dos Santos Viana perdeu a mãe dela, Hilda dos Santos, quando tinha apenas 2 anos de idade, ela passou a ser criada pelo pai com o apoio das tias dela, irmãs da minha avó materna, elas eram cinco mulheres, minhas tias-avós Luzia dos Santos (homenageada), Bárbara dos Santos Balbino (esposa do Mestre Terto), Adélia dos Santos (Uma das primeiras moradoras do Morro São Benedito, em Vitória) e Brandina dos Santos, todas falecidas.

Com isso, minhas referências de avó sempre foram minhas tias-avós, sobretudo minha tia Luzia dos Santos, a quem dediquei muito amor de sobrinha e neta. Minha infância, assim como a da minha mãe, foram no terreiro do Angelim, quando lá ainda era um lugar bom para plantar, colher e viver da terra, junto aos primos e primas que eram todos criados como se fossem irmãos.

Para que pudéssemos estudar, minha família morava em Santana, próximo ao trevo da Barra, mas nunca nos afastamos totalmente da vida no Angelim. Foi lá que passei a minha infância, e boa parte da minha adolescência, nas férias escolares nos reunimos com toda a família para o mutirão do plantio/colheita da mandioca e da produção da farinha, do beiju, da moqueca de amendoim, do beiju de farinha puba e da deliciosa farinha de coco. Minha tia avó sempre fazia o beiju de goma redondo para me agradar, o famoso “beiju de roda” seus dedos deslizavam na goma em formas circulares no forno quente, depois de varrido por uma vassourinha de palha que deixava um aroma no ar.

Acordava bem cedo todos os dias, junto com as mães e mulheres da casa que se preparavam para a lida na roça, no trabalho duro na carvoaria, ou no corte da cana que sempre rendiam cicatrizes na pele. Pela manhã o cheiro que vinha da cozinha era do café e da farofa feita de banha de porco com carne de lata ou carne de sol defumada no fogão a lenha que elas preparavam para o almoço, as chamadas “boia fria”.

As crianças ficavam em casa e eram responsáveis por limpar e arrumar a casa, “barrer” o terreiro e após o almoço lavar a louça no córrego do angelim, esse era o momento mais esperada por nós pois ficávamos horas tomando banho, brincando no córrego e pescando piabas, traíras, morobás, jundiás e outros peixes nas panelas sujas de restos de comida. No caminho até o córrego tinha uma jaqueira enorme que fechava de sombra a trilha antiga aberta pelas passagens do tempo. Trepávamos no pé de jaca, no pé de coco, ingá e só saímos de lá de barriga cheia, no entardecer da noite.

Yayá Luzia cuidava da roça, da criação e de nós, filhos, sobrinhos e netos de mesmas idades, nos ensinando e educando chamando sempre nossa atenção para o cumprimento das tarefas da casa, ela preparava também a comida e fazia o um pirão de quiabo para os bebês, Mathias e Marlon se lambuzavam, Flavinha era ainda pequena mas já queria ir conosco pescar seu próprio peixe, nós fomos criados à pirão d'água, uma mistura de farinha de mandioca escaldada com

água quente e temperada apenas com sal, ou com o próprio tempero da carne salgada ou peixe seco, isso quando não tinha o arroz e o feijão.

Lembro-me dela sempre com um sorriso imenso no rosto me aguardando no portão do sítio do Angelim quando eu voltava da escola no fim de semana, eu corria para encontrá-la e a abraçava dizendo “tia Luzia minha tia” e ela respondia, “Sucaaa você voltou!!!”

Minha memória do sítio do Angelim tem duas fases, uma com muita abundância quando fazíamos plantio de laranja que iam buscar de caminhão, eram tantas laranjas bahia e mexerica pocam que caía no chão e estragava antes que pudéssemos pegar. A outra fase já por volta do final dos anos 90 quando cheguei e encontrei minha tia-avó Luzia muito triste com um enxadão na mão tentando tirar uma mandioca do chão. O solo estava tão duro que era impossível tirar uma raiz inteira de mandioca para cozinhar.

“Yayá Luzia”, como era conhecida, uma mulher ativa e generosa, criou além dos 8 filhos biológicos vários outros entre sobrinhos/sobrinhas e adotados Lili, era a mais nova, uma criança branca que foi encontrada por ela abandonada pela mãe. Ela convivia lado a lado do ex-marido, Manuel Henrique dos Santos, pai de seus 8 filhos, que após a separação passou a viver com a segunda esposa e uma filha pequena do outro lado da propriedade do Angelim. A casa de farinha era compartilhada com ele e toda a comunidade, assim como toda a produção de alimentos para subsistência.

Sua atuação na luta pelo direito à terra no território era consciente, ela participava de inúmeras atividades de formação política e das mobilizações locais e até mesmo dos protestos realizados em Brasília. Foi uma liderança importante no Sapê e nos ensinou a lutar desde muito cedo pelos nossos direitos. Graças a ela eu quis ser advogada, acreditava que o direito era capaz de resolver os conflitos do nosso território.

Quando ela morreu eu fiquei por muito tempo sem chão, foi um ano antes da minha formatura na faculdade de direito, mas sua voz e seus ensinamentos sempre carregou comigo nas memórias junto ao Angelim, com o cheiro da fumaça no fogão à lenha, do sabor do café de borra de caldo de cana, da noite escura como sua pele, dos seus olhos brilhantes como estrelas ao me esperar no portão. Nosso território só existe ainda hoje por conta do seu legado, uma luta que foi abraçada pelas filhas

Bárbara (*in-memória*), Marlete, Rosária e pela neta Flavinha, liderança atuante do Angelim II.



Foto: Yayá Luzia dos Santos, com minha mãe (Barbara dos Santos) e na foto do lado direito, eu Mirtes Aparecida dos Santos e Minha Tia-avó Yayá Luzia dos Santos.

O êxodo rural

Bem distante do norte do estado do ES, avistado de diversos pontos turísticos, está cercado por bairros nobres e pelas principais avenidas do município, o Morro São Benedito em Vitória, é um local conhecido, através da mídia, por seus inúmeros conflitos entre a polícia e o tráfico de drogas, quando a população que ali vive passa por momentos de tensão e insegurança em decorrência da ocupação dos principais pontos do morro ora pela polícia, ora por “mandantes do tráfico” fazendo com que a violência e o medo seja parte do cotidiano desta comunidade.

Este lugar esconde também várias histórias de conquista e resistência dos quilombolas capixabas ainda desconhecidas por muitos, uma delas, senão a mais importante, é a de que muitos de seus moradores são advindos das comunidades remanescentes de quilombolas da mesma região do Sapê do Norte, no Norte do ES, mas precisamente dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, que encontraram no Morro São Benedito um refúgio para construir um novo lar após serem expulsos de suas terras de origem, por empresas produtoras de celulose que no final dos anos 60 invadiram seu território, para a industrialização do papel e do carvão vegetal.

Uma das memórias desta transição dos quilombolas do norte do ES, me foi contada por outra tia-avó, que na época ainda jovem, assim como seus avós negros que foram escravizados,

buscou refugio neste morro por condições de vida melhores, ela é uma das moradoras mais antigas do Morro São Benedito, tia Adélia Martinha Rodrigues, de 93 anos, viúva, vítima da cegueira de uma catarata não curada, e que agora com a idade avançada, não é recomendada cirurgia, é uma senhorinha miúda, mas de expressão jovem e sorriso vivaz, ela é também irmã de tia Luzia dos Santos (Angelim II) e de tia Bárbara dos Santos. Tia Adélia me contou com dificuldades de compreensão que é filha do “Sr. Hilário” (meu bisavô), e neta de “Sr. Teófilo” (meu tataravô) e que seu pai era um negro caboco de cabelo “liso e macio” e que morreu com os cabelos bem compridos pois não gostava de cortá-los, daí pude compreender minhas raízes quilombolas de onde vieram.

Acerca das verdadeiras condições aos quais viviam as comunidades de remanescentes de quilombo antes da invasão pela Aracruz Celulose, as memórias são passadas de pai para filho através da oralidade, portanto, com a morte dos nossos ancestrais, sabe-se apenas que viviam no povoado de Santana em Conceição da Barra, onde plantavam e colhiam mandioca, cana e outras culturas de subsistência, até que mudaram-se pois com a “grilagem” das terras quilombolas, não mais era possível viver ali, em razão das dificuldades sociais e econômicas impostas aquelas comunidades e os diversos conflitos enfrentados na região, vindo então a mudassem para o Morro São Benedito em Vitória, muitas mulheres e homens com a promessa de um lugar para viver com suas famílias.

Naiuman foi uma das primeiras moradoras do morro e quem convidou para viver no Morro São Benedito para muitas das famílias de remanescentes quilombolas do norte do Estado, sendo esta única esperança de oportunidade melhor de moradia e sobrevivência, e assim também veio tia Adélia, para trabalhar como doméstica em “casa de família”, assim como suas filhas e netas. Muitos desconhecem a verdadeira história dos remanescentes quilombolas e a identidade de seus antepassados, pois muito ainda há para ser revelado sobre suas práticas culturais, tradições e saberes ancestrais.

A ocupação do Morro São Benedito foi cheia de lutas, resistências e conquistas de seus moradores, habitado a partir da força pela religiosidade do alto do morro numa Capela de São Benedito, para onde dizem ter sido levada uma imagem do Santo por um Sargento que motivou a invasão do morro na época, mas as expressões religiosas do Morro São Benedito ficou restrita a religião católica com o culto à São Benedito cultuado pelo negros escravizados.

Porém, sabe-se que no território quilombola do Sapê do Norte haviam mais de 100 terreiros de candomblé e da cabula, religião mais antiga e hoje quase desconhecida. Contam-se também que a perseguição contra as religiões praticadas pelos negros naquela época, destruiu as casas de santos da região, por isso as práticas destas religiões hoje são sigilosas e protegidas, sendo repassadas pela mulheres em especial, que cultuam e preservam ainda sua existência.

Sobre o território...



O território do sapê do Norte é conhecido pela suas lutas e resistencia do povo quilombola desde a escravidão, onde reistiram toda a violência, embrelharam-se nas matas próximo ao rio onde plantavam, colhiam, criavam e se auto-sustentavam da propria natureza. Em 1960 com a chegada do monocultivo de eucalipto nesta região onde tudo se destruiu, as empresas de monocultivo apresentava uma proposta de desenvolvimento, onde a proposta era da emprego e bom salários para os filhos dos quilombolas que ali residia e tinha muitas terras, em troca teriam de vender ou trocar suas terras para a empresa plantar eucaliptos, relata, os mais velhos que resistiu no território, que iam em suas casas um homem com dinheiro falava que era muito e que a empresa queria comprar suas terras, e que seus filhos teria emprego e uma vida boa,

mas na cidade. outras formas de adquirir as terras era com trocas de barracos na cidade e maquinários velhas, confirmando que valiam muito, e quem resistia era na força e na ameaças mesmo.

Com isso, a maioria das famílias foram enganadas, e expulsa de suas terras, residia nessa região do sapê do Norte aproximadamente 12 mil famílias em 100 comunidades. esse processo agressivo e violento e grilagem de terra desapropriou e ocorreu o êxodo rural. Com a chegada do eucalipto representada pelas empresas na época ACESITA, BRASIL LESTE FLORESTAL, ARACRUZ CELULOSE, ocorreu uma grande devastação nas áreas de vegetação, que era composto por sapê, floresta costeira e mata atlântica totalmente destruída. esse método de produção de monocultivo ocasionou impactos muito sérios ao meio ambiente, toda floresta destruída, córregos e rios mortos, olho d'água e nascente desaparecidos, além do solo empobrecidos. além disso, há grande aplicação de agrotóxico para que o eucalipto se desenvolva, com essas aplicações os impactos para as famílias que resistiu e reside nos quilombos só aumenta, as aplicações são áreas e terrestre, sendo assim todos atingidos, moradores, animais de criação e animais silvestre, rios e que mais estiver nessa região.

"Hoje, o povo lá do Norte passa fome, Os grandes culpados são vocês, Que a grande floresta plantaram De cana-de-açúcar e eucalipto. O povo da terra vocês expulsaram! Vocês vão morrer de fome, vão come erva daninha. De raiz de cana-de-açúcar e nem de eucalipto Não dá pra fazer farinha, E tampouco dá pra criar gado, porco nem muito menos galinha"... (Baile do Congo de São Benedito do Ticumbi de Conceição da Barra-ES).

Atualmente reside no território sapê do Norte 32 comunidades, com aproximadamente 1,200 famílias. essas comunidades que permanece, não tem condições de manter uma produção que garante sua sustentabilidade e de sua família, seu modo de produção tradicional não supera os impactos sofrido ao meio ambiente, tendo em vista que essa produção depende da natureza. aqui não se tem mais terra fértil, não se tem água limpa, e também não se tem apoio do estado para as comunidades se desenvolver.

Ya

O território do sapê do Norte é composto pelos municípios de conceição da barra e são mateus, cidade historicamente conhecida pela violência da escravidão. o porto da cidade de são mateus era por onde chegava o escravo durante o século XIX, por isso a maioria das comunidades ficam concentrada nesses municípios, região também conhecida pela luta de guerreira zacimba gaba.

As comunidades que permanecem resistindo à ocupação da empresa (Aracruz celulose, Fibria, atual Suzano) e de fazendeiros de cana de açúcar, que, até hoje lutam pela titulação de seus territórios tradicionais em Conceição da Barra e São Mateus.

Desde 2004 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) afirma estar trabalhando na regularização dos territórios de Sapê do Norte. Durante os anos de 2004, 2005 e 2006, a Fundação Cultural Palmares (FCP) emitiu a certidão de Comunidade Remanescente de Quilombo para diversos quilombos localizados no Sapê do Norte, Entre eles: Angelim I, II, III, Disa e Córrego do macuco, que estão na mesma certidão de reconhecimento. Desde 2006, o INCRA reconhece formalmente mais de 17.000 hectares nessa região, hoje em posse de terceiros. Entre eles estão 750 hectares reconhecidos da comunidade Angelim II, mas o processo de titulação permanece parado no órgão.

desde 2009 as comunidades observando que os processos administrativos no Incra não caminhava, se organizaram se em comissão quilombola do sapê do Norte para iniciar processo de retomada quilombola, onde a primeira comunidade a fazer esse processo foi linharinho, também localizada em conceição da barra, essa primeira ação não foi fácil, houve uso de forças armadas e resistência da comunidade e parceiros que ali estavam juntos apoiando a ação.

Alguns anos depois, outras retomadas foram se efetivando com mais frequência, as comunidades com maior conhecimento de seus direitos se tornaram mais fortes para enfrentar o estado representado pela polícia e o capitalismo representado pelas empresas de monocultivo de eucaliptos e cana de açúcar.

No ano de 2020, muitas comunidades quilombola do sapê do norte sofreu outra invasão de terceiros, não se conhece esse movimento que surgiu nessa região, muitas gente, povo de todo canto do mundo, sem perguntar e nem pedir licença adentraram nas terras reconhecida como território quilombola, e ali se instalaram, essas terras já contém um processo administrativo no incra com reconhecimento da fundação palmares, e relatório antropológico (RTDI). Mas uma vez ameaçados e intimidados, muitas comunidades reagiram.

a comunidade Angelim II, foi uma delas, no dia 19 de dezembro de 2020, iniciou o processo de retomada em parte de suas terras delimitada. em seguida fez o processo legal de informar a todo os órgãos competente dessa ação no dia 22 de janeiro de 2021 junto a mesa da comissão de permanente de conciliação e acompanhamento de conflitos fundiários.

REFERÊNCIAS

Schiffler, Michele Freire. Cultura popular quilombola: o Baile de Congo de São Benedito de Conceição da Barra / Michele Freire Schiffler, Jonas dos Santos Balbino, Aline Meireles do Nascimento – São Carlos: RiMa Editora, 2018.

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E RESISTÊNCIAS NA DIÁSPORA ÁFRICA-SUL DO BRASIL E A LIDERANÇA DAS MULHERES NEGRAS

Alessandra da Silva, Júlia Victória Lobo Pinto, Sicrune Bohn e Silvia do Socorro Lobo Rodrigues

RESUMO: Este ensaio é resultado inicial de uma pesquisa mais ampla que pretende mapear, entrevistar e registrar as mulheres negras benzedoras da região de atuação do Movimento Feminista Mulheres do Litoral - MULIT. Com este fragmento buscamos apresentar e visibilizar a história de uma mulher centenária, Mãe Luiza Moreira, liderança de um Terreiro de Umbanda, religião de matriz africana, especificamente. A pesquisa está sendo feita a partir de visitas ao terreiro de Mãe Luiza, e a partir da escuta de atores que também se interessaram pela história desta mulher. Utilizamos entrevistas gravadas em áudio e vídeos em dois momentos: em 2020, durante a pandemia de covid-19, e em 2022. Trata-se de uma pesquisa com abordagem tipo etnográfica que perpassa pela investigação e análise de documentos e registros da chegada das pessoas escravizadas na região e suas existências. Utilizamos como referência teórica para este estudo: Collins (2021), Oyèrónke Oyewùmí (2021), Evaristo (2014), Bento (2008, 2010), Campos e Rubert (2014), inicialmente. Buscamos desenvolver uma abordagem que visa construir vínculos e consolidar estratégias de combate ao racismo, a partir de uma análise interseccional. O registro desta história de vida, marcada pela estrutura social do país perpassa por atravessamentos de poderes de raça, classe e gênero. Suas memórias e experiências, comunidade, vínculos afetivos, culturais, espirituais que efetuam, nos lugares que ocupam, estratégias de enfrentamento e resistência.

Palavras-chave: Benzedoras, Existências, História Oral, Memória.

TRADITIONAL KNOWLEDGE AND RESISTANCES IN THE DIASPORA AFRICA-SOUTH BRAZIL AND THE LEADERSHIP OF BLACK WOMEN

ABSTRACT: This essay is the initial result of a broader research that aims to map, interview and register black women healers in the region where the Feminist Women of the Coast Movement - MULIT operates. With this fragment we seek to present and make visible the story of a centenarian woman, Mãe Luiza Moreira, leader of a Terreiro de Umbanda, a religion of African origin, specifically. The research is being done from visits to Mãe Luiza's terreiro, and from listening to actors who were also interested in the history of this woman. We used interviews recorded in audio and videos at two times: in 2020, during the covid-19 pandemic, and in 2022. This is an ethnographic-type research approach that involves the investigation and analysis of documents and records of the arrival of people enslaved in the region and their existence. We used as a theoretical reference for this study: Collins (2021), Oyèrónke Oyewùmí (2021), Evaristo (2014), Bento (2008, 2010), Campos and Rubert (2014), initially. We seek to develop an approach that aims to build bonds and consolidate strategies to combat racism, based on an intersectional analysis. The record of this life story, marked by the country's social structure, permeates the crossings of powers of race, class and gender. Their memories and

experiences, community, affective, cultural, spiritual bonds that effect, in the places they occupy, coping and resistance strategies.

Key-Works: *Benedeiras*, Existences, Oral History, Memory.

Correspondência para: (correspondence to:) alessandrasilvaed.inf@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em 2020, quando o Movimento Feminista Mulheres do Litoral (**MULIT**) iniciou a, pesquisa, na Região da Foz do Rio Itajaí, no Sul do Brasil, sobre “Benedeiras Negras”, geralmente lideranças em suas comunidades. O objetivo traçado é conhecer e visibilizar essas lideranças e suas trajetórias de resistência na construção de suas comunidades, além de contribuir com seu reconhecimento, já que, nesta região, única do país de maioria branca, se valoriza a história das benedeiras de origem europeia, o que naturaliza o apagamento histórico das práticas religiosas afrodescendentes.

Essas buscas revelaram Luiza Moreira, mulher negra que se tornou benedeira ainda menina. Hoje é conhecida como Mãe Luiza de Yemanjá.

BREVE HISTÓRIA DE UMA SUPOSTA DEMOCRACIA RACIAL

Segundo Martins, 1986, o Brasil, enquanto o último país do mundo a abolir a escravidão, evento dado em 1888, que por si só não modificou a situação dos povos escravizados e seus descendentes. A desigualdade está entre as mais altas do mundo sendo o elemento racial um marcador perverso e profundo dessa condição que a abolição. Martins, 1986, ainda aponta que no dia 13 de maio de 1888, foi “abolida” legalmente a escravidão no Brasil. Relata ainda que um ano depois, em 1889, ano de proclamação da república, ocorre a ordem do ministro Ruy Barbosa para queimar os arquivos dos anos de escravidão para imprimir um tom mais moderno

e civilizado num Estado que iria revelar a tendência de varrer o passado bem como suas dívidas históricas, principalmente com o povo negro escravizado.

O nascimento de Mãe Luiza se deu muito próximo do nascimento do Estado republicano brasileiro que pela própria modernidade a que se propunha, declarou “liberdade religiosa”, desde que as práticas em questão, não ferissem o enquadramento que esse mesmo estado criou para o conceito de religião como aponta Campos e Rubert (2014, p. 297) “A partir da década de 20, a expressão “baixo espiritismo” (...) começa aparecer nos registros policiais, geralmente associados à acusação do exercício ilegal da medicina”.

Mãe Luíza viveu todo século XX e de alguma maneira, sofreu os reflexos das contradições que constituem a formação social desse país de maioria negra e que ainda precisa aprender a assumir o legado e contribuições dos povos africanos que habitam sua essência.

DIÁSPORA, ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA: A História de uma Benzedeira no Sul do Brasil

Neta de um homem escravizado e uma indígena, Luiza Moreira é mulher centenária, nascida em uma senzala. Não se sabe ao certo, quantos anos Mãe Luíza têm, sugere-se que ela tenha 108, no entanto, seu registro de nascimento teria sido por volta da adolescência/juventude, informação que ela mesma já não consegue precisar. Carrega consigo os dons da cura, pela ancestralidade e pelo contexto religioso presente em sua formação. Nascida numa sexta-feira santa, foi logo declarada pelo avô Damásio, como alguém que nasceu com a missão de trazer algum conforto para quem precisasse, função de quem tem o dom do benzimento.

Sendo ela própria, fruto do sincretismo religioso, tão fundante na constituição das populações africanas em diáspora pela exposição forçada a novas culturas, acaba por unir elementos de importância simbólica tanto para a doutrina cristã quanto para as religiões de matriz africana. Foi batizada em uma igreja católica onde relata sua primeira incorporação de santo. A solidariedade sempre presente em sua trajetória. Criou muitos filhos, mesmo que poucos fossem biológicos. Ainda menina, se submetia à prática de lamber feridas pela crença na sua capacidade de cura. Para sustentar sua família, ao longo dos anos, enfrentou muitas situações de despejo e desalento, fosse pela condição de pobreza, fosse muitas vezes pelo preconceito

direcionado às práticas religiosas da Umbanda, já que ela jamais deixou de fazer seu centro e oferecer conforto a quem sentisse necessidade.

Mãe Luiza carrega consigo o desejo ancestral de, a partir da memória de seu avô, estar em contato com a Terra de Moçambique. O MULIT busca a partir deste texto/relato divulgar esta história para que de alguma forma possamos contribuir com a realização desse desejo, por compreendermos ser um símbolo da dívida histórica do nosso país. O que se tornou também um desejo coletivo. Que o tempo não seja fator que impeça o contato de Mãe Luiza com a terra de Moçambique, Terra das saudades do Avô Damásio marcada em suas histórias para a neta Luiza.

Buscamos utilizar a interseccionalidade como ferramenta de análise na produção do investigar a existência e resistência dessas mulheres. Por se tratar de uma abordagem que quer construir vínculos e consolidar estratégias de combate ao racismo, aos moldes interseccionais é que ressaltamos que a história de Mãe Luiza é história de resistência que vai ao encontro de outras mulheres negras, periféricas e principalmente aquelas que guardam ainda na memória a história tão viva de um familiar escravizado. Memórias, experiências, comunidade, vínculos afetivos, culturais, espirituais que o povo negro efetua nos lugares que ocupa, estratégias de enfrentamento e resistência.

REFERÊNCIAS

- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A INVENÇÃO DAS MULHERES: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- SOARES CAMPOS, I. **RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**. Cadernos do Lepaarq., 3 out. 2014.
- LUCIANO MARTINS. **A GÊNESE DE UMA INTELIGENTSIA os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940**. Paris, 1986.

ROSTO E ENVELHECIMENTO DA MULHER EM DUAS REVISTAS DA IMPREENSA FEMININA BRASILEIRA

Maíra Valério Coutinho

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasil

RESUMO: Este resumo aborda breves resultados de dissertação apresentada ano passado no PPGICS/ICICT/FIOCRUZ que analisou duas diferentes revistas que circulam na chamada “imprensa feminina” brasileira: Marie Claire e Ana Maria. Foi percebido que, embora cada uma das duas revistas analisadas tenha seu recorte próprio de interesses, o envelhecimento feminino segue fora de cena e estigmatizado. A “beleza”, quando associada às prescrições antienvhecimento, reforça o “idadismo” e, ainda, a manutenção de papéis de gênero e do mercado consumidor da indústria da beleza.

FACE AND FEMALE AGING IN TWO BRAZILIAN WOMEN’S MAGAZINES

ABSTRACT: This summary presents brief results of a dissertation presented last year at PPGICS/ICICT/FIOCRUZ. It analysed two different magazines that circulate in the so-called brazilian “female press”: Marie Claire. It was accepted that, although each of the two editions has its own interests, female aging remains out of the picture and stigmatized. “Beauty”, when associated with anti-aging prescriptions, reinforces ageism and also the maintenance of gender roles and the consumer market of the beauty industry.

Palavras-chave: Beleza, corpo, Mídia, saúde.

Correspondência para: (correspondence to:) vulvalarevolucion@gmail.com

INTRODUÇÃO

Existir é envelhecer a cada segundo. O corpo, no entanto, vai além da biologia e é também uma estrutura simbólica e contextual. E essa estrutura está envolta em sentidos construídos historicamente e definições moldadas a partir de interações coletivas. Como define Le Breton (2007), a corporeidade humana é um fenômeno social e cultural que protagoniza representações e imaginários, considerando que a existência é, antes de tudo, corporal.

A sociedade atual, quando se pensa principalmente em cenários urbanos, é dominada pela comunicação de massa – e isso inclui, nos dias de hoje, imagens acessíveis e em alta resolução ao alcance da mão e para além dos limites da mídia tradicional. Nesse contexto, que leva em consideração o individualismo contemporâneo, o rosto se coloca como um importante vetor da aparição de um “sentimento de si”, segundo Le Breton (2019). E é a partir do aparecimento do “sentimento de si” que vão sendo construídos simbolismos que representam valores diversos, estigmas e ideologias que erguem um “eu” customizado e, ao mesmo tempo, fruto do tempo em que se vive.

Para Klotz (2017), o rosto de hoje é tratado como questão de responsabilidade individual – reflexo de como é visto também não apenas o corpo, mas aspectos subjetivos diversos da existência humana. As diferentes maneiras de se envelhecer, portanto, acabam sendo vistas, na sociedade atual, como consequência direta do manejo de responsabilidades individuais, intensamente incentivado pelo ideário neoliberal predominante. Quando relacionadas ao rosto humano, tais responsabilidades costumam abranger um debate que envolve prescrições diversas que seguem o ritmo de imperativos atuais de saúde e de beleza – imperativos estes que se fundem, muitas vezes, em uma coisa só, como se o visto como *belo* estivesse necessariamente na ordem do *saudável* (FERREIRA, 2011).

Esta comunicação, dessa maneira, baseia-se em minha dissertação de mestrado defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/FIOCRUZ) intitulada “COMO (NÃO) ENVELHECER: rosto e envelhecimento feminino nas revistas Ana Maria e Marie Claire” (com orientação da Prof.^a Dr.^a. Janine Miranda Cardoso), e busca discutir alguns resultados obtidos a partir de pesquisa que se debruçou sobre tais questões, com duas relevantes revistas da chamada “imprensa feminina” brasileira” como ponto de partida.

Essa análise foi feita a partir do conceito de contrato de leitura proposto pelo semiólogo, antropólogo e filósofo argentino Eliseo Verón, que considera as imagens projetadas das revistas e suas leitoras, os vínculos e as relações propostas por cada publicação. Este objetivo desmembrou-se nos seguintes objetivos específicos: a) caracterizar o contrato de leitura das duas publicações; b) analisar os sentidos

relacionados ao rosto e envelhecimento feminino; c) problematizar as relações entre saúde, envelhecimento e (bio)medicalização tecidas pelas revistas.

RESULTADOS

Para este trabalho, foi analisado um conjunto de 30 edições publicado entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020. O período conjuga dois critérios: o calendário que orienta as publicações voltadas para mulheres, marcado por lançamento de coleção de moda e produtos de beleza – no caso a de primavera/verão – e para que se pudesse analisar o período mais recente possível, antes do início da pandemia da COVID-19.

Nesse cenário, emissores e destinatários se relacionam a partir de *contratos de leitura* (que são como os meios acabam por buscar construir vínculos operacionais com seus receptores). Estes contratos estão em constantes e consideráveis deslocamentos discursivos, pensando em discurso nos termos de Verón (2004): como mais que matéria linguística, mas também como qualquer conjunto significativo que seja um lugar de investimento de sentido, não importa quais as matérias significantes em questões (linguagem propriamente dita, corpo, imagem etc.).

Foi considerado, portanto, texto verbal e imagético (fotos, imagens, ilustrações e recursos acionados na diagramação, bem como a organização em editoriais) na análise de cada revista e na comparação de seus contratos de leitura, os sentidos atribuídos ao envelhecimento feminino, mais especificamente aquele que se manifesta no rosto da mulher. Entre os principais resultados, destaca-se que, embora a velhice esteja em constante discussão e que comporte a abordagem de aspectos positivos, prevalece o ocultamento das marcas do passar do tempo.

Isso pode ser notado na antecipação do tema para mulheres cada vez mais jovens, como prevenção do envelhecimento, entendido como manutenção da beleza em aparências joviais. E, ainda, nos rostos lisos, sem rugas, mesmo em mulheres com mais de 40 anos, nas duas publicações. Ana Maria, revista “popular”, investe na (bio)medicalização da alimentação, direcionada para mulheres circunscritas ao âmbito doméstico, familiar e televisivo. Marie Claire, voltada para classes mais abastadas, assume determinadas pautas feministas, como a diversidade de orientação sexual e defesa de direitos, anguladas para o sucesso profissional e autonomia individual de mulheres sofisticadas e cosmopolitas. Quando se pensa na imprensa feminina brasileira e nessa invisibilidade do rosto feminino que envelhece nas duas revistas, perguntas relevantes emergem e a principal delas é: o quão envelhecer é realmente aceito, nos dias de hoje?

AGRADECIMENTOS

AO PPGICS/ICICT/FIOCRUZ e aos meus colegas de estudos, com quem mantive intensas trocas. Declaro não haver conflito de interesse que possa constituir impedimento para publicação deste resumo.

REFERÊNCIAS

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: Antropologia e Sociedade**. São Paulo: Papyrus, 2013.

_____. **Rostos: ensaio de antropologia**. Tradução: Guilherme João de Freitas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

KLOTZ, Gleicimara Araujo Queiroz. Percepção estética do envelhecimento feminino. In: **Mais 60: estudos sobre envelhecimento**. São Paulo: Sesc-SP, v. 28, nº 67, 2017.

FERREIRA, Francisco Romão. **Ciência, arte e cultura no corpo: a construção de sentidos sobre o corpo a partir das cirurgias plásticas**. Curitiba, PR: Editora CRV. 1ª edição. 2011.

ACESSO E POSSE DA TERRA PARA MULHERES NO MEIO RURAL: CASO DO POVOADO DE CANDA- MOÇAMBIQUE, 2021

Gersa João Mavume e Ernesto Jorge Macarringue

Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

RESUMO: A situação da mulher Moçambicana, no que diz respeito à garantia dos direitos de acesso e posse da terra, de um modo geral é preocupante. Dados estatísticos (SPGCI, 2020) indicam que, os títulos individuais por género, as mulheres são detentoras de apenas 20% e os homens 80%, correspondentes a 12.029 e 48.116 títulos respectivamente. Os aspectos de ordem cultural são tidos como os que são responsáveis pela reprodução de práticas de desigualdade. O estudo visa a analisar as desigualdades no acesso e posse da terra para mulheres no Meio Rural, na província de Inhambane-Moçambique-2021. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa. Para a selecção dos participantes foi com base em uma amostragem por conveniência. Foram entrevistadas 278 mulheres, no período de Janeiro a Dezembro 2021. No total de 278 mulheres, a maioria encontrava-se na faixa etária dos >40 anos com 34.9% (97/278), sem escolaridade 75,9% (211/278) e viviam em união de facto 39,2 % (109/278). Em relação acesso a terra, 68,7% (191/278) foi por via de casamento. E 62,6% (174/278) não tinham posse de terra. As tradições e culturas existentes nas comunidades rurais criam obstáculos para que a mulher tenha acesso ao recurso, resultando na desigualdade no acesso e posse. Sendo assim há necessidade da divulgação da lei de terra e da família.

Palavras-chave: Acesso e Posse, Meio Rural, Mulher, Terra Canda.

ACCESS AND TENURE OF LAND FOR RURAL WOMEN: THE CASE OF CANDA VILLAGE - MOZAMBIQUE, 2021

ABSTRACT: The situation of Mozambican women, in terms of guaranteeing rights to access and tenure land, is generally worrying. Statistical data (SPGCI, 2020) indicate that, the individual titles by gender, women hold only 20% and men 80%, corresponding to 12,029 and 48,116 titles respectively. The cultural Aspects are known as the reasons of reproduction, increasing and responsible of inequality. The study aims to analyse inequalities in access to and ownership land for women in the Rural Area, in the province of Inhambane-Mozambique-2021. This is a descriptive study with a quantitative approach. The selection of participants was based on convenience sampling. A total of 278 women were interviewed from January to December 2021. Out of a total of 278 women, most were in the age group of 40 years old with 34.9% (97/278), without schooling 75.9% (211/278) and 39.2% were living in a common-law relationship (109/278). Regarding access to land, 68.7% (191/278) was through marriage. And 62.6% (174/278) did not own land. The traditions and cultures existing in rural communities create obstacles for women to have access to the resource, resulting in inequality in access and ownership. Therefore, there is a need to disseminate the land and family law.

Keywords: Access and tenure, Rural area, Woman, land Canda.

Correspondência para: (correspondence to:) gegemavume@gmail.com

INTRODUÇÃO

O direito de acesso, uso, controle e posse de terra, no contexto global e em particular em Moçambique continua a ser privilégio dos homens. As mulheres têm enfrentado diferentes formas de privação de um dos direitos mais fundamentais para sobrevivência humana. A Política de Género de Moçambique (PGM, 2018), preconiza a igualdade de género no acesso, controle, titularidade da terra pelas mulheres. Embora as leis preconizem a igualdade de género, a nível mundial, as mulheres com posse de terra representam apenas 23%, destes 5% no oriente médio e norte de África e 18% na América latina e Caribe,(FAO, 2017). Um estudo realizado no sul da Ásia e na África subsariana (2020), constatou que 480 milhões de mulheres, o que representa uma em cada cinco com mais de 18 anos enfrenta problemas na posse da terra (Prindex, 2020). De acordo com as Nações Unidas (2019), Moçambique ocupa a posição 142 de um total de 162 países analisados em termos de desigualdade do género (Nações Unidas, 2019). Em relação aos títulos de terra individuais por género, as mulheres são detentoras de apenas 20% e os homens 80%, correspondentes a 12.029 e 48.116 títulos respectivamente, (SPGCI,2021). A teoria de territórios consignados de Negrão (2000), as normas usadas, pelas famílias rurais, expressam desigualdade de género, na partilha da terra que configura o homem como o garante de gerações. As questões relativas a administração da terra são de interesse de muitas instituições académicas, organizações não-governamentais e entidades governamentais que lidam com a gestão da terra. Porém a maioria dos estudos concentram-se nas questões que lidam com a expropriação da terra, devido a interesses privados. Nesse contexto surge a necessidade de analisar a questão da terra com enfoque nos problemas que as mulheres enfrentam no acesso e posse nas comunidades rurais.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no período de Janeiro a Dezembro de 2021 no povoado de Canda, distrito de Zavala na província de Inhambane. Para a materialização deste trabalho, aplicamos a pesquisa exploratória e descritiva, sustentada por abordagem mista, sendo esta qualitativa intercalada com a quantitativa. A recolha de dados foi realizada com base em discussões em

grupo sobre a lei de terras, para o efeito aplicamos a técnica de observação, entrevistas semi-estruturada e questionário. Foram colhidos os dados sociodemográficos, as percepções da comunidade na questão de acesso e posse de terra, nas mulheres, homens e as autoridades que auxiliam o processo de gestão da terra. Os dados foram analisados usando o programa estatístico *Statistical Package for Social Science- SPSS* e análise de conteúdos.

RESULTADOS

Características Sócio Demográficas

Do total das 278 mulheres inqueridas, a maioria é da faixa etária [>40] anos, com nível primário de escolaridade 75,9% (211/278) e vivem em união de facto 39,2% (109/278).

Acesso e posse de Terra

Em relação a posse de terra a maioria das mulheres 69,1% (192/278) não possui espaço. Das que tem a posse 8,3% (23/278) possuem o documento e 94, 25% (262/278) tem como finalidade a produção e habitação. No acesso 68,7% (191/278) foi por via de casamento. Em termos de distribuição nas famílias 62,2% (173/278) afirmaram ser alocados aos homens.

CONCLUSÃO

A maioria das mulheres, encontram-se acima dos 40 anos, com nível primário de escolaridade e vivem em união de facto. As tradições e culturas existentes nas comunidades rurais criam obstáculos para que a mulher tenha acesso a terra, resultando na desigualdade no acesso e posse. Sendo assim há da divulgação da lei de terra e da família.

REFERÊNCIAS

- Chambe, M. (2016). *O Acesso, Posse e Controle da Terra das Mulheres Rurais nas Comunidades do Distrito de Inharrime*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Available at: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20644/1/2016_MariaAlbertinaGomesChaleChambe.pdf Acesso em: November 16, 2021.
- FAO (2017). *A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro*. Available at: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0PtY0aExq-QJ:https://brasil.un.org/pt-br/78617-artigo-importancia-das-mulheres>.
- Nações Unidas (2019). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 Além do rendimento, além da média , além do presente* : Available at: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf.
- Negrão, J. (2000). “Sistemas costumeiros da terra em Moçambique,” *Conflito e transformação social: Uma Paisagem das justiças em Moçambique*, 2, pp. 10–43. Available at: https://www.google.com/search?q=sistemas+costumeiros+da+terra+em+Mocambique&rlz=1C1C HZL_enDE841MZ841&oq=sistemas+costumeiros+da+terra+em+Mocambique&aqs=chrome..69i57j33i160.17146j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8

EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE JOVENS QUE VIVEM COM DOENÇA FALCIFORME

Taís Rodrigues Tesser e Elizabete Franco Cruz

Universidade de São Paulo (USP), Brasil

RESUMO: A doença falciforme (DF) é uma das doenças genéticas e hereditárias mais comuns no mundo e, no Brasil, afeta principalmente a população negra. Trata-se de uma condição crônica que ocasiona direta ou indiretamente manifestações clínicas em diversos graus de intensidade, complexidade e risco de letalidade, nas formas agudas e crônicas. Suas complicações afetam diversos âmbitos da vida das pessoas que vivem com a doença, como as questões biológicas, sociais, psicológicas, emocionais, educacionais, de autonomia funcional e psicossociais, como o racismo, acarretando em redução na qualidade de vida e bem-estar. Na juventude, especificamente, as(os) jovens precisam lidar com as mudanças no acompanhamento de sua saúde. Esta é uma pesquisa qualitativa que trabalha com entrevistas semiestruturadas, realizadas virtualmente. Até o momento foram entrevistadas(os) seis jovens entre 14 e 25 anos de idade, que vivem com doença falciforme, e residem em diferentes regiões do Brasil. Os resultados preliminares da pesquisa apontam para experiências marcadas por desafios e sofrimentos que nos levam a pensar na necessidade de desconstruir o racismo institucional e fomentar o aprimoramento da atenção em saúde sexual e reprodutiva de meninas e mulheres que vivem com DF. A falta de formação profissional na área da saúde e educação para a atenção em DF se torna um obstáculo as jovens a concluírem seus estudos e a terem informações sobre a doença, acarretando em uma dificuldade em desempenhar um autocuidado de qualidade e na autonomia dos seus próprios corpos.

Palavras-chave: doença falciforme, juventude, saúde da população negra.

LIFE EXPERIENCES OF YOUNG PEOPLE LIVING WITH SICKLE CELL DISEASE

ABSTRACT: Sickle cell disease (SCD) is one of the most common genetic and hereditary diseases in the world and, in Brazil, it mainly affects the black population. It is a chronic condition that directly or indirectly causes clinical manifestations of varying degrees of intensity, complexity and risk of lethality, in both acute and chronic forms. Its complications affect different areas of the lives of people living with the disease, such as biological, social,

psychological, emotional, educational, functional autonomy and psychosocial issues, such as racism, resulting in a reduction in quality of life and well-being. In youth, specifically, young people need to deal with changes in the monitoring of their health. This is a qualitative research that works with semi-structured interviews, carried out virtually. So far, six young people between 14 and 25 years of age, living with sickle cell disease and residing in different regions of Brazil, have been interviewed. The preliminary results of the research point to experiences marked by challenges and suffering that lead us to think about the need to deconstruct institutional racism and promote the improvement of sexual and reproductive health care for girls and women living with SCD. The lack of professional training in the area of health and education for attention in FD becomes an obstacle for young people to complete their studies and to have information about the disease, resulting in a difficulty in performing quality self-care and in the autonomy of their own bodies.

Keywords: Sickle cell disease, young people, black population health.

Correspondência para: (correspondence to:) taistesser@gmail.com

INTRODUÇÃO

Apresentamos os resultados preliminares da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, no Brasil, que tem como objetivo conhecer, descrever e analisar experiências de vida de jovens que vivem com doença falciforme, suas vivências nos serviços públicos de saúde e educação e como essas experiências dialogam com questões de gênero, sexualidade, raça/etnia. A doença falciforme (DF) é uma das doenças genéticas e hereditárias mais comuns no mundo e, no Brasil, afeta principalmente a população negra (BRASIL, 2018). A DF é caracterizada pelo formato modificado das hemácias que, em forma de foice, dificultam a circulação sanguínea, causando obstrução vascular e consequentemente, danos severos aos órgãos e sistemas (BRASIL, 2015). A DF é uma condição crônica que ocasiona direta ou indiretamente manifestações clínicas em diversos graus de intensidade, complexidade e risco de letalidade, na forma aguda ou crônica (VICHINSKY, 2017) e apresenta ampla variação fenotípica entre as populações, podendo variar de intensidade e gravidade com relação às manifestações da doença, dependendo dos

diferentes grupos populacionais (VIEIRA *et al.*, 2010). Até o ano de 2013 estimava-se que existiam aproximadamente de 25 a 50 mil brasileiras(os) com a doença, números acrescidos anualmente por 1.000 a 3.500 nascidas(os) vivas(os) (BRASIL, 2013; MENEZES *et al.*, 2013; VIEIRA *et al.*, 2010; BRASIL, 2015; CANÇADO; JESUS, 2007). Atualmente, a estimativa é que existam dois milhões de pessoas que possuem a hemoglobina S e 70 mil que vivem com a DF no país, com aumento de incidência no estado da Bahia (ARAUJO, 2007; BRASIL, 2021). As pessoas com DF enfrentam as complicações da doença, questões políticas e de saúde e, ainda, são expostas a situações de grande desigualdade e constrangimento, impostas pelo racismo. O racismo é derivado de um processo histórico de exclusão, que persiste, é reforçado e expresso, entre outras formas, através da desigualdade de acesso e tratamento distinto e injusto, inclusive no que diz respeito à segurança, educação, cuidados em saúde e trabalho (CARVALHO *et al.*, 2014; QUIJANO, 2000). Desde 2001 a identificação da doença falciforme se dá pelo “teste do pezinho” - Triagem Neonatal - por meio do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) que consiste na identificação de um grupo de doenças e distúrbios em recém-nascidas(os), garantindo acompanhamento e tratamento contínuo a essas pessoas (BRASIL, 2021). Reconhecer a prevalência da DF e considerá-la um problema de saúde pública foi fundamental para a instituição da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme (PNAIPDF), em 2005 (BRASIL, 2016; LOUREIRO; ROZENFELD, 2005; MENEZES *et al.*, 2013). Toda a estrutura que se construiu desde a triagem neonatal até as políticas públicas que se tem hoje para acompanhamento e tratamento de pessoas que vivem com doença falciforme são resultados de diversas mobilizações sociais (BRASIL, 2014). Pensando especificamente nas(os) jovens que vivem com doença falciforme, a atenção precisa ir além dos atendimentos médicos e hospitalares, é preciso olhar para outros espaços também de convivência e inserção, como o ambiente familiar, escolar, de lazer, trabalho, pensando na integralidade da pessoa, ou seja, no contexto psicológico biopsicossocial. Buscando a redução do impacto negativo que é viver com DF na fase da juventude, para tanto, as abordagens precisam focar na subjetividade delas(es), conhecendo a doença a partir de quem convive com ela (MARQUES, SOUZA, PEREIRA, 2015).

RESULTADOS

Pesquisa qualitativa, que trabalha com entrevistas semiestruturadas, realizadas de maneira virtual, com jovens entre 14 e 25 anos de idade que vivem com doença falciforme. A busca por entrevistadas(os) foi realizada por meio de postagens em grupos do *Facebook* e mensagens no

Instagram divulgando e convidando para participarem da pesquisa. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da EACH-USP. A partir dos retornos recebidos, foram entrevistadas(os) até o momento seis jovens, das(os) quais três se reconhecem enquanto menina ou mulher. As entrevistas estão sendo transcritas e analisadas com base nos estudos da área de saúde coletiva e educação, seguindo a metodologia pós-crítica de pesquisa. Para a problematização dos temas das entrevistas serão utilizados os procedimentos sugeridos por Spink e colaboradoras(es) (2014) com a busca de procedimentos que permitam identificar mapas e principais temas no estudo. As jovens entrevistadas são brasileiras e realizam o acompanhamento e tratamento em saúde no Sistema Único de Saúde - SUS. Elas relataram em diferentes momentos a importância do conhecimento sobre a doença e o desenvolvimento do autocuidado. Duas histórias nos chamam ainda mais a atenção pois trazem relatos sobre puberdade e gestão. Uma das meninas faz reposição hormonal, pois o tratamento preparatório para o transplante de medula, realizado durante a fase da puberdade, afetou seu desenvolvimento. A outra teve seu direito a gestão cerceado pela equipe médica que a acompanha, mas seguiu seu sonho e engravidou. Teve uma gestão tranquila, mas sofreu diversas violências obstétricas durante o trabalho de parto e pós-parto. Diversos são os elementos encontrados nos discursos das entrevistas, como a identificação da importância de que serviços e profissionais de saúde tenham protocolos de formação para o cuidado de pessoas com doença falciforme, além dos serviços especializados; necessidade de que escolas e profissionais da educação tenham formação e sensibilização para o trabalho com crianças e jovens que vivem com DF; construção e fortalecimento de redes de apoio bem estruturadas; orientação, sensibilização e apoio para famílias que cuidam desta população; importância da religiosidade, sexualidade e de outros marcadores sociais da diferença. Os resultados preliminares da pesquisa apontam que apesar dos significativos avanços em relação às políticas públicas brasileiras para melhoria e garantia da atenção às pessoas que vivem com doença falciforme, ainda há o que se melhorar particularmente em questão a qualidade de vida e fortalecimento das Linhas Cuidado, especialmente com vistas a saberes e práticas interseccionais que possam gerar melhoria da qualidade de vida, combate ao racismo e à violação de direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - pelo financiamento da pesquisa via bolsa de Demanda Social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. I. C. O autocuidado na doença falciforme. **Rev. bras. hematol. hemoter.** 29(3):239-246, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. **Doença Falciforme.** 2018.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. **Doença falciforme: atenção e cuidado: a experiência brasileira: 2005-2010.** Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças Falciformes (DF) e outras Hemoglobinopatias.** Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Doença falciforme: condutas básicas para tratamento.** Brasília, p. 64, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. **Doença falciforme: diretrizes básicas da linha de cuidado.** Brasília, 2015. 82 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Doença Falciforme - Relatório de Recomendação.** 2016.
- CANÇADO, R. D.; JESUS, J. A. A doença falciforme no Brasil Sickle cell disease in Brazil. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, v. 29, n. 3, p. 204-206, 2007.
- CARVALHO, S. C. *et al.* Em busca da equidade no sistema de saúde brasileiro: o caso da doença falciforme. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 711-718, 2014.
- LOUREIRO, M. M.; ROZENFELD, S. Epidemiologia de internações por doença falciforme no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, p. 943-949, 2005.
- MARQUES, L. N.; SOUZA, A. C. A.; PEREIRA, A. R. O viver com a doença falciforme: percepção de adolescentes. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo.** 26(1):109-17. 2015.
- MENEZES, A. S. O. P. *et al.* Qualidade de vida em portadores de doença falciforme. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 24-29, 2013.
- QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**, 2000.
- SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- VICHINSKY, E. Overview of the clinical manifestations of sickle cell disease. **UptoDate online.** 2017.
- VIEIRA, A. K. *et al.* Anemia falciforme e suas manifestações respiratórias. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 5-11, 2010.

**LEITURAS QUE ATRAVESSAM FRONTEIRAS, CONHECIMENTOS QUE
MIGRAM: UM ESTUDO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE BUCHI EMECHETA (1970-
2020)**

Thalia Faller

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil

RESUMO: O trabalho pretende, por meio da História, estudar a circulação da escritora nigeriana Buchi Emecheta a partir das publicações de sua obra *As alegrias da maternidade* (1979) em uma relação Nigéria- Inglaterra- Brasil. Parte da compreensão de que as literaturas produzidas por mulheres, negras e, no caso específico, do Sul Global, enfrentam silenciamentos impostos por estruturas de poder coloniais. Uma das fontes históricas consultadas foi a edição brasileira do romance. As circulações indicam para movimentos estratégicos de pessoas negras em distintos lugares e contextos histórico-sociais. No mais, sugere pensar a trajetória intelectual de Buchi Emecheta através das circulações de suas obras, suas mobilidades e experiências na diáspora.

Palavras-chave: Brasil, Buchi Emecheta, circulação, Nigéria.

**READINGS THAT CROSS BORDERS, KNOWLEDGE THAT MIGRATES:
a study on Buchi Emecheta's circulation (1970-2020)**

ABSTRACT: This paper intends, through History, to study the circulation of the Nigerian writer Buchi Emecheta from the publications of her work. The joys of motherhood (1979) in a Nigeria-England-Brazil relationship. It starts from the understanding that the literature produced by women, blacks and, in this specific case, from the Global South, face silencing imposed by colonial power structures. One of the historical sources consulted was the Brazilian edition of the novel. The circulations point to strategic movements of black people in different places and historical-social contexts. Furthermore, it suggests thinking about intellectual trajectory of Buchi Emecheta through the circulations of his works, his mobilities and experiences in the diaspora.

Keywords: Brazil, Buchi Emecheta, circulation, Nigeria.

Correspondência para: (correspondence to:) thaliafallerr@gmail.com

INTRODUÇÃO

Buchi Emecheta, escritora nigeriana, publicou, em inglês, *As alegrias da maternidade* na Inglaterra, no ano de 1979, quando ali já residia há aproximadamente onze anos. Quinta obra da autora, foi traduzida para o português e publicada no Brasil em 2017. Emecheta possui uma

vasta obra intelectual literária composta pelos atravessamentos que se referem as suas experiências na Nigéria e em diáspora (MATIANG'I, 1992). Para este momento, são as circulações da obra mencionada que nos interessa, inscritas em dois objetivos. Compreender quais estratégias autorais e editoriais, na segunda metade do século XX, estão relacionadas às circulações de Buchi Emecheta por meio da primeira edição da obra, já mencionada, e questionar sobre os prováveis processos históricos envolvidos na sua circulação no Brasil entre 2017 e 2020.

Pensar em circulações é abrir espaço para reflexões que compreendem as obras literárias, e sua autoria, de maneira conectada a outros lugares e pensares (ECKERT, 2021). As literaturas produzidas por mulheres, negras e, no caso específico, do Sul Global, enfrentam silenciamentos impostos por estruturas de poder coloniais. A mulher negra, além de escrever, precisa angariar espaços para ser publicada e lida. Dessa maneira, seus esforços se encontram também em fazer seu texto se movimentar. Assim, criam-se estratégias, maneiras de tornar suas intelectualidades presentes e bem lembradas. (CONCEIÇÃO, 2015; SANTIAGO, 2020)

RESULTADOS

Para iniciar o estudo, visitamos a primeira publicação de *As alegrias da maternidade*, em Londres, Inglaterra, a fim de pensar em cenários e desafios enfrentados por Buchi Emecheta nos primeiros passos de sua carreira literária na década de 1970. Antes de *As alegrias da maternidade*, a autora já tinha publicado quatro obras: *No fundo do poço* (1972); *Cidadã de Segunda Classe* (1974); *Preço da Noiva* (1976); e *The Slave Girl* (1977).

The Slave Girl, em sua segunda publicação, naquele momento nos Estados Unidos da América, foi dedicada a editora Margaret Busby, atuante no cenário literário da Inglaterra desde a segunda metade do século XXI. Primeira mulher negra editora na Inglaterra, vinda de Gana, seu nome é vinculado a diferentes autores e autoras negras que tiveram suas primeiras oportunidades de publicidade através da editora independente, liderada por Busby, chamada *Alisson & Busby*.

Saltando alguns anos, de 1979 para 2017, chegamos ao Brasil e a tradução da obra em português. Primeira vez publicada por um clube de livro, foi indicada pela escritora nigeriana

Chimamanda Ngozie Adichie, já publicada no país. Além disso, o momento de circulação da obra de Buchi Emecheta insere-se em processos históricos de lutas, antecessores ao século XXI, dos movimentos negros e de pessoas negras em movimento (GOMES, 2021), que angariou importantes conquistas para as discussões e enfrentamentos às desigualdades raciais no Brasil.

A circulação de sua obra, brevemente abordada, delineia para pinceladas de estratégias que envolvem diferentes pessoas negras, em espaços e contextos histórico-sociais diversos, marcados pela permanência de estruturas coloniais, agindo estrategicamente e construindo caminhos para a visibilidade e movimento de suas intelectualidades. Portanto, escrever, publicar, reivindicar um lugar de autoria e ser reconhecida como produtora de conhecimentos possivelmente foi uma prática instituída na vida-escritora de Buchi Emecheta.

AGRADECIMENTOS

O trabalho é realizado através de bolsa de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, Brasil, a qual dedica-se um agradecimento.

REFERÊNCIAS

- ECKERT, Andreas. A escrita da História e a virada global: perspectivas de um historiador de África. [Entrevista cedida a] Ana Carolina Schweitzer e William Blakemore Lyon. **Esboços**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 617-635, maio/ago. 2021.
- EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. [Entrevista concedida a] Djamila Ribeiro. **CartaCapital**, São Paulo, maio 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em: 08 fev. 2022.
- GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021.
- MATIANG'I, M. Okeng'o. **Images of the african woman in Buchi Emecheta's fictional works**. 1992. Dissertação (Mestrado em Artes- Literatura), Universidade de Nairóbi, Nairóbi, 1992.
- SANTIAGO, Ana Rita. A literatura de autoria negro-feminina: um canto à (re)existência. **Revista Fórum Identidades**, Itabalana, Universidade Federal de Sergipe, v. 31, n. 1, p. 75-91, jan./jun. 2020.

TransENEM PORTO ALEGRE, 6 ANOS DEPOIS

Fróes Priscila

University of Glasgow, United Kingdom

RESUMO: O trabalho se coloca nos estudos de Educação e Gênero e tem como objetivo apresentar o coletivo de educação popular TransENEM Porto Alegre localizado no IFRS da mesma cidade no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e voltado especialmente a pessoas trans. Para isso apresentará indícios, através da revisão bibliográfica sobre o coletivo e de reflexões acerca da educação popular, de que se trata de uma das múltiplas possibilidades de educação popular. O texto busca apresentar a identidade travesti e realidade de pessoas trans no Brasil para demonstrar como educação de gênero ou pedagogia queer se ligam a educação popular pensada por Paulo Freire. Este trabalho é o resultado de questionamentos feitos ao coletivo sobre sua identidade e identificação com a educação popular.

Palavras-chave: Educação popular, gênero, travesti.

TransENEM PORTO ALEGRE, 6 YEARS LATER

ABSTRACT: The work is placed in the studies of Education and Gender. It aims to present the popular education collective TransENEM Porto Alegre, located in the IFRS of the same city in Rio Grande do Sul, in Brazil, and aimed mainly at trans people. For this, it will present evidence, through the bibliographic review on the collective and reflections on popular education, that it is one of the multiple possibilities of popular education. The text seeks to present the transvestite identity and the reality of trans people in Brazil to demonstrate how gender education or queer pedagogy are linked to popular education thought by Paulo Freire. This work results from questions made to the collective about its identity and identification with popular education.

keywords: Popular education, gender, trans people.

Correspondência para: (correspondence to:) 2597975F@student.gla.ac.uk

INTRODUÇÃO

Este texto visa pensar se o projeto de educação popular chamado TransENEM Porto Alegre está dentro do conceito de educação popular estabelecido por Paulo Freire. A necessidade desta pergunta nasce de um questionamento levantado em 2017 por uma professora de filosofia na época em nosso painel: o TransENEM não seria um projeto de educação comunitária (e não

popular)? O objetivo deste trabalho é levantar as possibilidades de educação em que o TransENEM Porto Alegre possa se inserir por reflexões. (2003) A primeira será a apresentação do coletivo TransENEM Porto Alegre através de uma revisão bibliográfica e sua importância, se utilizando de trabalhos produzidos sobre este coletivo como Fróes (2017) Guimaraes (2018), Lima (2021), Itaquí (2018) e Tatsch (2018). A segunda parte do texto explorará sobre o principal público-alvo do TransENEM que são pessoas transgêneros através de autores como Ferreira (2015), Pereira (2019) e Zanela (2019). Para isso, não apenas o conceito de Freire (2014) e Freire e Nogueira (1993) será utilizado como também Gadotti (2012) nos ajudará na distinção entre educação popular e educação comunitária na terceira parte deste texto.

METODOLOGIA

A metodologia se dará por pesquisa-participante através de reflexões da minha experiência dentro do TransENEM Porto Alegre e como pesquisadora e da revisão de literatura sobre o que foi produzido academicamente sobre este projeto através dos escritos de Marconi e Lakatos (2003).

O TransENEM Porto Alegre

O projeto de educação popular TransENEM Porto Alegre, criado em 2016 (FRÓES, 2017) para atender pessoas transgêneros completa seis anos de existência em 2022 e muitas foram as transformações passadas ao longo desses anos, desde a exclusividade de sujeitos trans enquanto educandos a abertura para pessoas cisgêneros LGB (GUIMARÃES, 2018; ITAQUI, 2018). Também houve maior inserção de professores trans e acabamos saindo do ensino presencial ao virtual e hoje híbrido (LIMA, 2021). Porém, seu contexto na educação popular segue questionado por terceiros, considerando que o acesso à universidade brasileira se faz por exames admissionais e para isso é necessário dominar um currículo engessado e bancário (FRÓES, 2017).

O desejo de refletir e escrever sobre sua natureza nasce de um questionamento levantado por uma professora que ouviu nossa apresentação sobre o projeto em 2017 no 13º Mundos de Mulheres. A questão levantada em 2017 foi: ao invés do TransENEM se situar na educação popular de Paulo Freire, este projeto não estaria no campo da educação comunitária?

Travesti, trans, transgênero, o que é?

Primeiro devemos descortinar quem são as pessoas trans pessoas no Brasil. Embora haja diversas identidades de gêneros que fogem ao padrão homem ou mulher mundo afora, o contexto brasileiro apresenta a categoria Travesti (e o guarda-chuva trans para outras

identidades) que segundo Ferreira (2015) se liga as desigualdades sociais e econômicas da América Latina e que borra as fronteiras do gênero binário. Acrescentando, Pereira (2019) menciona a ligação de travestis com religiões de matriz africana e como nesse diálogo inventam uma cultura própria já que a construção de seus corpos se mistura ao espiritual. Por fim, para Zanela (2019) a travesti não é mulher, é travesti.

Educação Popular

Considerando o contexto brasileiro e os diversos cursos pré-vestibulares populares existentes é necessário analisar se estes cursos intitulados “populares” apenas são de acesso gratuito a quem não pode pagar ou se são proposições planejadas estrategicamente dentro de uma perspectiva sociopolítica para a mudança social através do acesso das camadas marginalizadas e pobres ao ensino superior brasileiro. Freire e Nogueira (1993) pensam a educação popular como educação transformadora da sociedade através dos movimentos populares. Segundo Zitkoski (2017) a educação popular tem como objetivo a desestabilização da estrutura vigente, para contestar o poder hegemônico, que podemos pensar dentro de uma perspectiva de gênero e sexualidade, em que a cisgneridade e heterossexualidade são a norma.

RESULTADOS

Considerando o tempo de existência do projeto se fez necessária uma nova reflexão da sua natureza no contexto atual em relação ao seu início. Em resumo, não foi possível observar uma diferenciação significativa entre a educação popular e comunitária, pois a segunda pode ser um desdobramento da primeira quando se compromete com um grupo oprimido pela sociedade brasileira e que se interseccionam com outros marcadores sociais da diferença e acabam por participar ativamente da sociedade e se percebendo cidadãos (GADOTTI, 2012). Ademais, embora comunidade se gere no sentimento de pertencimento (AMARO, 2007) a educação comunitária pode não estar ligada a educação popular, pois determinados grupos que compõe alguma comunidade, podem não estar comprometidos com a emancipação dos indivíduos e contestação da classe dominante (PERKINS, 2015). Portanto, isso me faz pensar que o TransENEM Porto Alegre não se insere em educação comunitária essencialmente mas se faz educação popular pois se faz a sua maneira (LIMA, 2021). Por fim, o TransENEM Porto Alegre é um espaço pensado por pessoas da sociedade civil de maneira voluntária, é espaço de potencialidades, de criação, de poder ser em que barreiras entre educadores e educandos são quebradas e tensionamentos entre cisgneridade e transgneridade se articulam. Outrossim, em todos os estudos publicados sobre o coletivo neste seis anos de existência e resistência, é no

TransENEM que estas pessoas postas para fora da sala de aula tradicional se reencontram com sua autoestima, cidadania e se sentem “acolhides”.

REFERÊNCIAS

- AMARO, J. P. Sentimento Psicológico de Comunidade: Uma revisão. *Análise Psicológica*, v. 25, n. 1, p. 25–33, 2007.
- FERREIRA, G. G. **Travestis e Prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil**. Curitiba: Multideia, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.
- FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: Teoria e Prática em Educação Popular**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FRÓES, P. Transenem De Porto Alegre Como Alternativa Para Formação De Mulheres Travestis E Pessoas Transexuais. **2017**, p. 12, 2017.
- GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária**. . Em: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL. SciELO Brasil, 2012.
- GUIMARÃES, G. G. TransENEM POA : etnografia sobre um curso pré-vestibular de educação popular voltado à pessoas transexuais, mulheres travestis e LGB inclusivo. 2018.
- ITAQUI, C. **Possibilidades de acesso à educação superior: a experiencia do transenem porto alegre**. Canoas: Universidade La Salle, 2018.
- LIMA, A. DE O. Sob o prefixo trans : etnografia, transgeneridade e educação em coletivos políticos e programas de extensão. 2021.
- MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PEREIRA, P. P. G. **Queer in the Tropics: Gender and Sexuality in the Global South**. Cham: Springer International Publishing, 2019.
- PERKINS, T. School–Community Partnerships, Friend or Foe? The Doublespeak of Community With Educational Partnerships. *Educational Studies*, v. 51, n. 4, p. 317–336, 4 jul. 2015.
- TATSCH, F. R. (Trans)química : ensino, abordagens, desafios e possibilidades. 2018.
- ZANELA, M. **Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta**. Dissertation—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- ZITKOSKI, J. 2017. Educação popular e movimentos sociais na América Latina: o desafio da participação cidadã. *Educação*, 42(1), 73-84. doi:<https://doi.org/10.5902/1984644420447>

Conflito de interesse

Todos os potenciais conflitos de interesse foram previamente considerados.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BAHIA/BRASIL

Lúcia Maria Aquino de Queiroz¹, Carmen Lúcia Castro Lima² Raisalva Cruz¹ e
Talita Wêdja Felipe da Silva¹

¹*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil*

²*Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil*

RESUMO: O presente artigo é uma resposta inicial às demandas da comunidade quilombola de Tabuleiro da Vitória, situada em Cachoeira/BA, quanto às possibilidades de desenvolvimento do turismo cultural no local. A fim de melhor compreender o território da comunidade, o perfil de seus moradores, suas dificuldades e visão do mundo, assim como o modo pelo qual vem se processando a difusão cultural entre as gerações, além da revisão bibliográfica, foram realizadas entrevistas com a população e lideranças do quilombo, utilizando-se da técnica da “Bola de Neve”, em que um entrevistado indica o próximo respondente da pesquisa. Busca-se contribuir para fortalecer o autoconhecimento da comunidade e a percepção das possibilidades que se apresentam, subsidiando-a para que tenha amplas condições de escolha quanto à forma como irá estruturar a atividade turística.

Palavras-chave: Difusão cultural, desenvolvimento social e econômico, território quilombola.

TOURISM AND LOCAL DEVELOPMENT IN A QUILOMBOLA COMMUNITY IN BAHIA/BRAZIL

ABSTRACT: This article is an initial response to the demands of the quilombola community of Tabuleiro da Vitória, located in Cachoeira/BA, regarding the possibilities of developing cultural tourism in the place. In order to better understand the territory of the community, the profile of its residents, their difficulties and vision of the world, as well as the way in which the cultural diffusion between generations has been processed, in addition to the bibliographic review, interviews were carried out with the population and quilombo leaders, using the “Snowball” technique, in which an interviewee indicates the next survey respondent. It seeks to contribute to strengthening the community's self-knowledge and the perception of the possibilities that are presented, subsidizing it so that it has ample conditions of choice regarding the way in which it will structure the tourist activity.

Keywords: Cultural diffusion, social and economic development, quilombola territory.

Correspondência para: (correspondence to:) luciamaqueiroz@ufrb.edu.br

INTRODUÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombos se caracterizam fundamentalmente por sua ancestralidade, pela resistência ao desumano regime escravocrata, que vigorou no Brasil por mais de 300 anos e só foi abolido em 1888, e pela manutenção de bens culturais desenvolvidos a partir da consolidação da cultura afro-brasileira em diversos territórios do país. O racismo estrutural originário da herança colonial, alicerçado pela concentração produtiva nas regiões Sul e Sudeste do país, reflete, entre outros aspectos, os modelos de desenvolvimento historicamente adotados, os quais evidenciam ausência e/ou baixa efetividade de ações do poder público em territórios pauperizados.

O turismo, nos últimos anos, tem sido discutido como uma possibilidade de desenvolvimento local sustentável para comunidades tradicionais, especificamente, quilombolas. De acordo com Vieira; Benevides; Sá (2020), essas comunidades buscam, também, uma forma de reconhecimento identitário e sua afirmação sociocultural, ao enfrentar problemas socioeconômicos preexistentes, como conflitos fundiários, falta de acesso à saúde, educação, intolerância religiosa, entre outros (VIEIRA; BENEVIDES; SÁ, 2020).

Comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória

O quilombo Tabuleiro da Vitória, localizado às margens da baía do Iguape, na zona rural do município de Cachoeira/BA, foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 25 de outubro de 2013. Ocupando um território considerado como o mais alto da baía, cujos limites internos não são muito precisos, retrata, ainda hoje, o quadro de desigualdade e de carência de políticas públicas presente na sociedade brasileira e, sobretudo, nas regiões historicamente à margem dos processos de desenvolvimento econômico.

A pesquisa direta, realizada entre os dias 16/11 e 14/12 de 2021, em um contexto da pandemia de Covid-19, partindo das primeiras referências apontadas por Dona Maria de Totó, presidente da Associação de Moradores da Comunidade de Tabuleiro da Vitória e Adjacências, consistiu na aplicação de um questionário de múltipla escolha contendo 73 perguntas. Em seu conjunto foram contactadas 26 pessoas, 22 das quais concordaram em participar.

No que se refere aos dados básicos da comunidade, identifica-se, no conjunto das respostas, a presença majoritária do gênero feminino (86,4% dos entrevistados), com faixa etária variada, sendo 27,3% de 26 a 40 anos, 45,5% de 41 a 60 anos e 27,3% de 17 a 25 anos. O grau de escolaridade chamou bastante a atenção, visto que 36,3% da população pesquisada não possuem o ensino médio completo. Quanto à cor/etnia e religião, 90,9% se consideram pretos ou pardos, e 72,7% são católicos. Nas atividades laborais predomina a produção agrícola de gêneros de subsistência, como mandioca, dendê, milho, banana, aipim, inhame, quiabo, hortaliças, amendoim e outros, com 68% dos entrevistados se declarando lavradores. Esta ocupação é muitas vezes compartilhada com a pesca/mariscagem, compreendida pelo conjunto entrevistado como atividade econômica predominante na comunidade.

De modo geral, a pesquisa direta indicou um perfil comunitário formado por pessoas com baixo nível de escolaridade e precário poder aquisitivo, dedicadas, sobretudo, à lavoura de gêneros de subsistência e/ou pesca/mariscagem, amplamente dependentes das políticas e programas governamentais de transferência de renda. Entretanto, é uma comunidade que cultua suas tradições, identifica-se como quilombola e se preocupa com a transmissão de seus valores culturais para as novas gerações. Que reconhece o protagonismo da liderança local, representada pela Associação de Mulheres Quilombolas do Tabuleiro da Vitória e Adjacências e sua presidente, tanto nos processos de preservação e difusão cultural, formação e qualificação de sua mão de obra quanto em ações voltadas para assegurar o acesso comunitário a políticas públicas.

Os atributos da cultura local, aliados aos recursos naturais, à capacidade de articulação comunitária, à parceria com instituições acadêmicas, às possibilidades de atuação em rede e às experiências que já vêm sendo empreendidas com a roteirização turística na região do Iguape, não são capazes, por si sós, de propiciar um novo patamar de desenvolvimento à localidade de Tabuleiro da Vitória. São hoje, porém, no que concerne ao turismo cultural, as ferramentas possíveis de articulação e coordenação pela comunidade com vistas à superação de suas condições de pauperização e descaso por parte do poder público. Contribuir para o alcance de melhoria significativa dos padrões de vida neste território não é apenas um compromisso acadêmico, mas constitui, sobretudo, um projeto de investimento na esperança de uma nova história, a ser gradualmente construída, não excludente da população negra do Recôncavo baiano.



REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos. **Território & Desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

VIEIRA, Salete; BENEVIDES; Clíci; SÁ, Natalia. Turismo e conhecimentos tradicionais quilombolas na Bahia. Salvador, CULT/UFBA. XVII ENECULT — Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Anais.... 2020.

USO PROLONGADO DO MÉTODO CONTRACEPTIVO HORMONAL ORAL E A SAÚDE DA MULHER: uma reflexão sobre vantagens, desvantagens e alternativas

Gércia Filita Cuhe

Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

RESUMO: A utilização de métodos de contraceção constitui um dos mecanismos pelo qual é feito o planeamento familiar, que, para além do controle reprodutivo, estes podem ser utilizados como tratamento de diversas enfermidades. Embora a responsabilidade de planificar quando e quantos filhos ter seja do casal, geralmente são as mulheres que mais se envolvem, buscam e utilizam de tais métodos, o que as torna mais propensas as consequências no campo da saúde, sexualidade e contraceção. Foi através de uma pesquisa bibliográfica este estudo teve como objectivo discorrer sobre as vantagens e desvantagens do uso prolongado dos contraceptivos hormonais orais para saúde da mulher. O estudo sugere que há uma necessidade de maior acompanhamento por parte dos profissionais de saúde na escolha e administração dos métodos contraceptivos, privilegiando aqueles que oferecem menor risco a complicações futuras na saúde da mulher.

Palavras-chave: Contraceptivos hormonais orais, uso prolongado, saúde da mulher.

ABSTRACT: The use of contraceptive methods constitutes one of the mechanisms by which Family Planning is carried out, which, in addition to reproductive control, these can be used as treatment for various illnesses. Although the responsibility of planning when and how many children to have is of the couple, generally it is the women who are more involved, seek and use such methods, which makes them more prone to the consequences in the field of health, sexuality and contraception. It was through a literature search this study aimed to discuss the advantages and disadvantages of prolonged use of oral hormonal contraceptives for women's health. The study suggests the need for greater monitoring by health professionals in the choice and administration of contraceptive methods, favouring those that offer lower risk to future complications in women's health.

Keywords: Oral hormonal contraceptives, prolonged use, women's health.

Correspondência para: (correspondence to:) gercia_filita@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em diferentes estudos aborda-se sobre os benefícios do uso de métodos contraceptivos como um mecanismo para evitar gravidez indesejada e outras complicações advindas de gravidezes não espaçadas, e suas múltiplas vantagens, contudo os seus efeitos colaterais são pouco debatidos. Segundo a WHO (2020) entre o grupo de 1,9 bilhão de Mulheres em Idade Reprodutiva (15-49 anos) em todo o mundo 842 milhões usavam algum método contraceptivo. De acordo com Couto et al. (2020) os contraceptivos hormonais orais (CHO), são as formas de contracepção mais utilizadas mundialmente, por serem reversíveis e eficientes na prevenção de gravidezes indesejadas. Em Moçambique, o uso de CHO teve maior incidência nas mulheres não casadas, mas sexualmente activas com idades compreendidas entre os 20-24 anos (16,0%) comparativamente ao grupo de mulheres casadas com a mesma idade (6,9%) (MISAU,2015). Embora o CHO seja eficaz na prevenção da gravidez existem riscos associados ao seu uso prolongado. A exposição a estes riscos torna-se mais preocupante pelo facto de nos últimos anos ter se verificado que as mulheres começam a sua vida sexual e prática contraceptiva cada vez mais jovens e conseqüentemente aumento do período de uso destes métodos durante a sua idade reprodutiva (Higaki, 2021). Sousa e Alvares (2018) advogam que "devido ao uso por milhões de mulheres no mundo, torna-se importante o conhecimento sobre eles, pois os factores predisponentes aumentam o risco de desenvolver doenças". É neste contexto que através da pesquisa bibliográfica o estudo discute sobre as vantagens e desvantagens do uso prolongado dos CHO para saúde da mulher, assim como delinear as possíveis alternativas para minimizar os impactos negativos e otimizar os positivos, igualmente contribuir para melhor conhecimento da matéria, e despertar futuras reflexões a volta dos métodos contraceptivos.

METODOLOGIA

Este estudo possui carácter descritivo e exploratório, com uma abordagem qualitativa. Para sua materialização foi utilizada a revisão bibliográfica, que de acordo com RIBEIRO (2008) o estudo bibliográfico se baseia em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais. Foi necessária a pesquisa de diferentes obras, artigos, reportagens, relatórios, funcionamento dos métodos contraceptivos orais no organismo, assim como os seus efeitos. Estes dados serviram de suporte para a redação deste trabalho. Para sustentar a pesquisa foram compulsados os dados disponíveis sobre a prevalência do uso dos métodos contraceptivos e planeamento familiar no mundo e em

Moçambique, através dos dados da organização mundial da saúde, IDS (Inquérito demográfico de saúde) com indicadores sobre uso de métodos contraceptivos, bem como os relatórios publicados que abordam sobre a matéria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Principais vantagens e desvantagens do uso prologando dos CHO

Para Oliveira (2001) o uso de contraceptivos hormonais pode trazer múltiplas vantagens para a mulher, pois, para além da prevenção da gravidez proporcionam benefícios como a diminuição de cólica menstrual, alívio da tensão pré-menstrual, melhoria no fluxo menstrual intenso, tratamento da endometriose, entre outros. Sousa e Alvares (2018) referem que apesar da sua acessibilidade pelos serviços públicos de saúde, os CHO podem trazer vários riscos à saúde da mulher. Higaki *et al.* (2021) e Pereira e Angonesi (2009) apontam a ocorrência de acidente vascular encefálico (AVE) e infarto agudo do miocárdio (IAM), problemas no metabolismo, sistema cardiovascular, pele, ovário, ganho de peso, aumento da pressão sanguínea. De acordo com Oliveira (2021) existe igualmente a probabilidade de ocorrência de trombose arterial. Esta pode estar relacionada ao uso de contraceptivos hormonais orais por mulheres que já possuem predisposição a doenças cardiovasculares, que são fumantes, hipertensas, obesas e portadoras de comorbidades como hipercolesterolemia ou diabetes melito. Em mulheres mais jovens, o aparecimento dessas doenças tem-se tornado mais comum devido a hábitos de consumo de alimentos de altos níveis de gordura ou açúcar e falta de actividade física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vantagens do uso dos métodos contraceptivos são irrefutáveis e importantes para vida e saúde da mulher, no entanto, há necessidade de maior engajamento na busca por métodos menos evasivos a saúde tendo em conta a sua utilização a longo prazo. Existe igualmente uma necessidade de consciencializar aos utentes sobre a existência de métodos alternativos que não sejam hormonais e o uso prolongado represente menor riscos para a saúde, tais como o DIU (dispositivo intra-uterino) e o preservativo. Os profissionais de saúde têm um papel preponderante no processo, devendo estes, analisar detalhadamente o perfil individual da cada mulher para indicação do anticoncepcional que lhe ofereça menos risco, sobretudo tornar

acessível a informação sobre os seus impactos negativos e positivos ao usa-los de forma prolongada.

REFERÊNCIAS

COUTO, P. L. S. *et al.* (2020) *Evidências dos efeitos adversos no uso de anticoncepcionais hormonais orais em mulheres*. *Enfermagem em Foco*, v. 11, n. 4, p. 79-86.

Higaki. Á. K. *et al.* (2021). *Uso De Contraceção: Uma Revisão Integrativa Sobre Seus Impactos Na Saúde Da Mulher*. In. *Ciências médicas: pesquisas e desafios em uma abordagem multidisciplinar / Organizadora Ana Caroline Oliveira Torres*. – Ponta Grossa - PR: Atena.

Ministério da Saúde (MISAU), Instituto Nacional de Estatística (INE), e ICF, (2015). *Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA em Moçambique*. Maputo, Moçambique. Rockville, Maryland, EUA: INS, INE e ICF

Oliveira, L. A. De (2021). *Os Impactos Sociais E De Saúde Do Anticoncepcional Hormonal Oral Na Vida Da Mulher*. Universidade Federal De São Paulo Campus Diadema- Brasil

PEREIRA, Polyane Virgínia da Silva; ANGONESI, Daniela. (2009) *Efeitos do uso prolongado de contraceptivos orais*. *Rev. Brasília Infarma*, v.21, n.7/8. P. 21-28. Disponível em: <http://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/136>

RIBEIRO, Elisa Antonia (2008). A perspectiva da entrevista a investigação qualitativa. *Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*, Araxá, v.4, n. 4, p. 129-148. Disponível em: <http://uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/issue/view/19>.

SOUSA, Ismael Carlos de Araújo; ÁLVARES, Alice da Cunha Morales. (2018) *A trombose venosa profunda como reação adversa do uso contínuo de anticoncepcionais orais*. *Rev. De Divulgação Científica Sena Aires, Goiás*, v.7 n.1.

WHO (2020). Family planning/contraception method (effectiveness).

MINDJER I MAMÉ: O CONCEITO DE MULHER NA SOCIEDADE GUINEENSE

Adilson Victor Oliveira¹, Lenilda da Costa Lima Oliveira² e Rosalia Djedjo³

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

²Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), Brasil

³Escola Superior da Educação, Unidade Tchico Té, Guiné-Bissau

RESUMO: O trabalho tem como objetivo discutir os papéis sociopolítica e econômica das mulheres guineenses e o significado que a palavra “Mindjer i Mamé” adquiriu ao longo da história. Está sendo feito um trabalho bibliográfica e documental, ao mesmo tempo é usado os depoimentos e entrevistas realizadas com algumas mulheres guineenses. Espera-se no final de todo o trabalho, trazer as contribuições das mulheres e desafios que encarram na sociedade.

Palavras-chave: Emancipadas, empoderadas, desafios.

MINDJER I MAMÉ: the role of guinean women

ABSTRACT: The work aims to discuss the sociopolitical and economic roles of Guinean women and the meaning that the word "Mindjer i Mamé" acquired throughout history. Bibliographical and documentary work is being done, at the same time is used the testimonies and interviews with some Guinean women. It is expected at the end of all the work, to bring the contributions of women and challenges they faced in society.

Keywords: Emancipated, empowered, challenges.

Correspondência para: (correspondence to:) adilsonvictoroliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir os papéis sociais das mulheres guineenses e o significado que a palavra “Mindjer i Mamé” adquiriu ao longo da história da atual Guiné-Bissau. Para tal, será estudada a vida, as participações políticas, econômicas e culturais das mulheres guineenses nos períodos antes e pós-independência. Neste momento, está sendo analisado livros, artigos e depoimentos de algumas mulheres guineenses.

Conceito da palavra mulher na sociedade guineense

Primeiramente, manifestamos nossa limitação nessa matéria da interpretação étnica da palavra “Mindjer”, termo que sempre escreveremos com inicial maiúscula para mostrar o nome e a complexidade da sua análise para o contexto guineense, já que, a realidade do crioulo guineense é difícil de se desmembrar das realidades étnicas. Em algumas étnicas por exemplo, os Brames o termo Mindjer assume variado significado, que muitas vezes não tem o significado a partir do sexo feminino, mas sim a partir da estrutura familiar, ou seja, há expressão como por exemplo “seu pai mulher” “sua tia homem” sua mãe homem”, assim por diante. A primeira pode ser traduzida como “a sua tia” para a interpretação comum de laços de parentesco. Assim por diante, se continuarmos nessa linha de raciocínio, teremos que, em princípio assegurar as traduções literais das palavras nas línguas etnias para crioulo e deste para o português. A expressão a Mindjer i mamé literalmente significa, mulher é a mãe, no entanto, pensar o significado dela na sociedade guineense e particularmente na língua crioula, a palavra não aparece simples, carrega importante significado para aquela sociedade, isso porque, nem sempre as sociedades dominadas por estrutura patriarcal dão valor às mulheres. No contexto guineense, isso varia de etnia para etnia, pois há etnias em que as mulheres que assumem as posições de lideranças, de comunicação com as espiritualidades. Mindjer i mamé pode ser entendida como aquela que segura as três pedras de fogão, aquela cuja toda a família confia; aquela que resolve as coisas. Ela torna não só mãe para seus filhos/as, mas para seus filhos, esposo, vizinhos, ou seja, mãe para aquela sociedade. Odete Costa Semedo (2010) explica que a organização das mulheres (mandjudandi) é não só um espaço de reuniões entre as mulheres, mas também, espaço de formação das suas identidades como líderes e mediadoras da sociedade.

As mulheres guineenses e suas influências na sociedade

A Guiné-Bissau tornou-se independente do colonizador em 1973 depois de luta de onze (11) anos contra o regime ditatorial de Portugal. Após esse período, vai se começar duas etapas importantes para a história das mulheres guineenses. Primeiro, será necessário pensar a realidade das mulheres antes de independência; segundo, será pensar as mulheres após independência para os dias atuais. Pensar nessas duas perspectivas é também pensar as organizações sociais das mulheres a partir das realidades étnicas, pois os períodos antes da

independência, seria difícil reunir informações concisas sobre organizações das mulheres, pois cada grupo étnico organizava da sua maneira. Sabe-se que numas das linhagens na etnia Bijagó, as mulheres se tornam rainhas na concepção guineense do termo. Ou seja, as mulheres governam e, são responsáveis pelas comunidades e espiritualidade da etnia (ALMEIDA, 2018), nas outras etnias esse papel varia de acordo com a sua organização social, já que estamos referindo uma sociedade estruturalmente patriarcal.

A mulher, depois de muitos séculos sob a restrição laboral doméstica, que fazia da sua tarefa quotidiana cuidar da casa, do marido e dos filhos, sempre sentiu a necessidade de ir além do habitual, quebrando a corrente cultural e tradicional

Pois, tinha a compreensão da concentração de todo o poder no homem de modo a explorar, dominar e oprimir no sentido físico e psicológico, restringindo-a da sua liberdade e dos seus direitos enquanto humana, o que vem demonstrar que o homem sempre gestionou a vida da mulher, os direitos e liberdades, na sua mais ampla dimensão, fazendo dela ser altamente submissa e dependente dele. Ainda no período da mobilização para a luta contra a colonização portuguesa, o Amílcar Cabral após três anos de recenseamento agrícola na Guiné, percebeu as desigualdades que havia entre homens e mulheres nas suas etnias, é por isso, lutou-se para que haja esse espaço no qual todos independentemente dos gêneros, possam-se sentir parte daquela sociedade. Cabral dizia “[...] a nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”⁵⁹. A luta na perspectiva de Cabral não era só de levantar as armas contra o poder colonial, é também sensibilizar nossa gente, nosso povo na maneira de conciliar a tradição étnica com questões de gênero. Ou seja, o olhar de Cabral para as nossas realidades socioculturais, se davam por meio daquilo que podemos chamar de “formar Homem novo” (PAIGC, 1974). Foi por isso que as mulheres guineenses aderiram à luta ainda na fase da sua organização, fundaram a União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde- UDEMU- em junho de 1961, em Conakri, com o objetivo de mobilizar as mulheres e o seu enquadramento político no processo de emancipação e da luta (GOMES, 2016). Há outras que comandavam as frentes de luta, como a Titina Silla, Francisca Pereira, Carmen M. A. Pereira, este último, depois da luta desempenhou várias funções políticas, como presidente de

⁵⁹ PAIGC, *Rapport sur le rôle politique-social et économique de la femme en Guinée-Bissau et aux îles du cap vert*, Conakry. Fundação Amílcar Cabral, Praia, (Cabo-verde). 1972. p,5

Assembleia Nacional Popular (ANP), presidente da república. É a primeira presidente mulher na história da África.

CONCLUSÃO

Espera-se que no final de toda a pesquisa chegar-se à seguintes resultados: pontuando como as participações das mulheres na mobilização da luta armada fortificou e permitiu a derrota do colonialismo; os ganhos significativos que o país tem com o maior número de mulheres envolvidas nas atividades econômicas, políticas e socioculturais; segundo, pontuar as perdas que tivemos com as ausências das mulheres ou impedimento em alguns sectores da vida pública do país e os desafios que devem ser encarradas no país no qual a participação das mulheres são urgentes e necessárias.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anilsa Lima. Participação das mulheres guineenses no processo de resistências contra o colonialismo português: o caso da rainha Okinka Pampa. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Acarape, 2018
- GOMES, P.G.A. As outras vozes: Percursos femininos, cultura política e processo de emancipatórios na Guiné-Bissau, Revista ODERE, 2016. pp. 125-126/ pp. 138-139
- PAIGC. **História da Guiné e ilhas de Cabo Verde**. Porto: Ed. Afrontamento, 1974
- SEMEDO, Odete da Costa Soares. As mandjuandadi-cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010